

OK

A Defesa Nacional



ULHO
1955

NÚMERO
492

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

IO DE JANEIRO

BRASIL

Kibon

preparado com purissimo creme
de leite pasteurizado.



SORVEX



UM PRODUTO **Kibon**

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1955	N. 492
----------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Influência do Serviço Militar no êxodo rural — Ten.-Cel. Moysés Sampaio...	5
Influência da motorização nos meios civil e militar — Major Ayrton de Carvalho Mattos.....	17
A história como fonte de ensinamentos das escolas alemã e soviética — General Irapoan Potyguara.....	29
Verificação dos limites do enquadramento (Noções velhíssimas : roupagens novas) — Ten.-Cel. J.F. Moreira Couto e Major Freire Dantas.....	37
CULTURA GERAL	
O drama de Goa — General Rafael Danton G. Teixeira.....	39
Fundamentos técnicos da indústria primária e de transformação na América Latina — General Edmundo Macedo Soares e Silva.....	43
Considerações sobre as indústrias químicas de base no Brasil — Dr. Silvio Fróes Abreu.....	61
Participação dos empregados nos lucros das empresas — Parecer do Conselho Nacional de Economia.....	73
Pensamento das classes comerciais do país sobre os principais problemas de nossa conjuntura econômica — X Mesa Redonda da Federação das Associações Comerciais do Brasil.....	79
Ferrovias e rodovias do Plano Nacional de Viação — Redação.....	85
A história de S. Paulo no quadro da História do Brasil — Exposição do IV Centenário de S. Paulo.....	89
DIVERSOS	
Epitáfios :	
A Independência dos Estados Unidos da América do Norte.....	99
Símbolo da libertação do povo, a tomada da Bastilha — 14 de julho, uma das maiores datas da França e da Humanidade.....	105
A futura Lei de Promoções (Projeto de lei da Câmara e parecer do Senado)	109
BRASILIANAS	
Recuperação econômica da Região do Nordeste — Prepara-se o Amapá para exportar manganês — Plano de distribuição mundial de café — Indústrias, refinarias e energia — Razões do aumento de preço da gasolina — Novos dados sobre o cimento.....	129
NOTÍCIAS MILITARES	
No Rio o General Marcel Carpentier — Dados biográficos do ilustre visitante — A nova Divisão de Infantaria, em números — O Helicóptero gigante — O "Voodoo" (F. 101 A) o mais recente avião de caça da USAF	133
ATOS OFICIAIS	
Leis, Decretos e Avisos publicados durante o mês de maio no "Diário Oficial"	143

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955/1958

Diretor-Presidente

Gen. Rafael Danton Garrastazú Teixeira

Diretor-Secretário

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto

Diretor-Gerente

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo

Gen. Djalma Dias Ribeiro

Conselho Fiscal

Gen. Nizo de Viana Montezuma

Cel. Aurélio Lyra Tavares

Cel. Aguinaldo José de Sena Campos

Suplentes

Cel. Augusto Fragoso

Cel. Antônio Carlos de Silva Muricy

Maj. Nilton Freixinho



O problema brasileiro de policiamento é dos mais importantes no setor político.

Precisam as polícias estaduais trabalhar em perfeita cooperação.

Bastante animadora é a transformação que passaram a Fôrça Pública de São Paulo e a Polícia Militar do Distrito Federal nestes últimos anos.

Ambas estas Corporações se orientam no sentido de arcar com as responsabilidades de todo o serviço policial no território de suas jurisdições.

A Polícia Militar do Distrito Federal vem se impondo triunfantemente no sentido de adquirir a confiança e a estima do povo carioca.

Em tôda parte encontramos a dupla: Cosme e Damião, impetavelmente bem fardada e atendendo solícita os reclamos dos interessados.

Pode o Governo amparar com tôdas as suas possibilidades essa Corporação, dando-lhe amplos poderes, pois ninguém mais duvida da sua eficiência, da sua lisura e da sua dedicação.

Infelizmente outras Corporações Estaduais ainda permanecem inativas dentro dos quartéis com a alegação fútil de que são Reservas do Exército.

Reserva do Exército e das Fôrças Armadas é todo cidadão válido civil ou instruído militarmente com menos de 46 anos de idade.

Não procede pois o argumento.

A criminalidade no Brasil tem aumentado por falta de medidas de segurança, preventivas.

É o jôgo campeando livremente, é o meretrício ostensivo e mesmo protegido, é a infância desvalida vadia e viciada, é a "boite" licenciosa e extorsiva, são enfim tôdas as fôrças da devassidão facilitadas, às vêzes com gordas propinas, pelo serviço policial.

A moralização e a eficiência do mecanismo policial deve figurar em todos os programas dos candidatos inscritos à suprema direção do País.

Para que o serviço policial seja eficiente e controlado precisa o Governo Federal o quanto antes criar o Serviço Nacional de Identificação no Ministério da Justiça.

Todo indivíduo brasileiro maior de 18 anos, homem ou mulher, seria obrigado a ter a sua carteira de Identificação.

Para tal seria necessário regulamentar melhor o Registro de Nascimento, facilitando às classes menos favorecidas a sua afluência a essa inscrição, base da vida do cidadão.

Como podem os nossos sociólogos e antropólogos fazer suas pesquisas técnicas sem consultar a identidade dos cidadãos?

Todos os Países civilizados do mundo baseiam seus estudos humanos na consulta dêsse repositório de informações.

O contrôle policial seria facilitado enormemente se dispusessemos do Serviço Nacional de Identificação organizado adequadamente.

E nem se diga que é tarefa ingente. Temos os órgãos identificados das Fôrças Armadas que poderiam ser ajudados pelas Agências Municipais de Estatística do I.B.G.E.

O próprio serviço eleitoral dêle poderia colher inúmeras e preciosas informações.

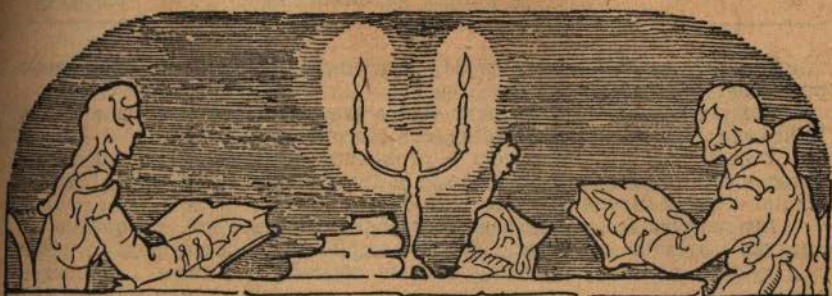
Na parte militar nem se pode duvidar das suas grandes vantagens.

Há ainda a questão doméstica que seria beneficiada com os informes necessários à aceitação de empregados ou empregadas que às vêzes nem se sabe da veracidade do nome...

Por todos estes motivos se torna útil a aprovação de uma Lei obrigando a todo cidadão brasileiro, naturalizado ou residente, de ambos os sexos, maior de 18 anos a apresentar no prazo de 2 a 3 anos a sua carteira de identidade.

Não podemos fazer estatística séria sôbre a nossa população sem êste organismo base.

"A Defesa Nacional" pede, para o assunto, a elevada e preciosa atenção dos nossos Congressistas.



CULTURA PROFISSIONAL

INFLUÊNCIA DO SERVIÇO MILITAR NO ÊXODO RURAL

Palestra proferida pelo Ten. Cel. MOYSÉS SAM-PAIO, no dia 18 de dezembro de 1954, no Círculo Militar do Paraná, para os oficiais da Guarnição de Curitiba e autoridades civis, como parte do programa organizado pelo Comandante da 5ª Região Militar, em homenagem ao Dia do Reservista, versando sobre a influência do Serviço Militar no Êxodo Rural.

1 — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Devemos a importante mas difícil incumbência de vos falar sobre o Serviço Militar e o Êxodo Rural, ao eminente General Veríssimo, Comandante da 5ª Região Militar, que ora dirige com clarividência os seus destinos — tão caros a todos nós integrantes desta coesa família militar.

Convocou-nos S. Excia. para esta empreitada, que é um ato cívico de fé e de esclarecimento.

Como soldado, não podíamos recusá-lo, principalmente, hoje, em que se comemora em todo o território pátrio, o dia consagrado à Reserva das Forças Armadas — em homenagem à memória de OLAVO BILAC na data natalícia do excelso paladino da grande causa do SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO.

Antes de iniciar, confessamos de público que sentimos, por um lado, profundamente compenetrados da confiança que nos depositou o Comando da Região e, por outro lado, temerosos, ante a magnitude da missão, de não correspondê-la plenamente.

Falta-nos os recursos oratórios, qualidades de conferencista e conhecimentos especializados, pois, os que possuímos são por demais parcos; entretanto, resta-nos esforço e boa vontade.

Convém salientar que seria imprudência ou estultícia de nossa parte, se quiséssemos tratar de tema tão vasto e discutido de modo cabal.

Assunto muito complexo, pois envolve uma larga capacidade de apreensão, de visão de conjunto e de conhecimentos especializados, cultura sólida de problemas de geografia, estatísticas e de Ciência social e eco-

nômica, não nos cabia, em rápida apreciação, abranger a vastidão do problema.

Tentaremos, apenas, delinear certos traços que enquadrem em suas linhas gerais tão importante tema, ora tão em voga.

Ressaltemos que favorecem o problema várias causas, as quais procuraremos focalizar, evidenciando-se à luz de estatísticas que o Serviço Militar é quem menos concorre para o Êxodo.

Assim, para fazer-se face às acusações infundidas que, de quando em vez, são assacadas ao Exército, visando torná-lo responsável perante o País e a opinião pública pelo êxodo rural e retirada de braços à lavoura e, atender, também, à campanha nacional de esclarecimento ao público e de combate a essas idéias errôneas, o Serviço Militar propõe-se :

a) Apresentar aos nossos companheiros e ao distinto auditório, baseado em observações, em leituras de autoridades no assunto, no tirocínio e na experiência de quase dois anos de árduos trabalhos, argumentos seguros, dados estatísticos fidedignos, as causas reais que influem no Êxodo rural, de forma a fornecer-lhes elementos que recomendem a pronta defesa contra os demagogos e pseudo-técnicos, toda a vez que fôr ventilado o assunto, seja em simples conversa, seja na imprensa com falsos argumentos ;

b) Apresentar um esboço de plano, que sirva de base a um estudo mais completo, na fixação do homem no campo.

Assim, ficaremos todos armados e esclarecidos para o rebate dessas acusações ou na elucidação dos mal informados, aos quais não ocorrem, muitas vezes, os argumentos adequados para desmanchar mal entendidos e colocar os pontos nos ii.

2 — CONCEITO DE ÊXODO

Tomado no sentido mais amplo do vocábulo, significa emigração de um povo inteiro, partida de uma grande quantidade de gente. Conceito êsse, muito antigo, que vem se confirmando até nossos dias. Desta forma, também, vemos registrado no segundo livro de Pentateuco, que narra a saída do povo hebreu do Egito, para a Palestina, guiado por Moisés.

Não encaramos, no Exército, o tipo de Êxodo rural, sob o aspecto intra-nacional das nossas migrações, ajustando-as nas suas três causas : histórica, geográfica e econômico-cultural.

Consideramos, apenas, o sentido restrito do termo, na acepção de mudança de residência e de atividades, interpretação esta que se utiliza na FICHA CADASTRO.

Nela são feitos os registros do número de homens que, após a prestação do serviço militar, não voltam ao local onde residiam antes da incorporação.

Entretanto, ao tratarmos o assunto, observaremos outros aspectos, além do registrado na FICHA CADASTRO.

3 — COMO SE DETERMINA O ÊXODO NO EXÉRCITO

A Ficha Cadastro encerra um repositório de dados necessários a levantamentos estatísticos, cêrca de 32 elementos.

Para o caso em tela, recorrem-se a dois dados da Ficha : Residência do convocado na data da incorporação, endereço do reservista ; com êsses dados, determina-se o Êxodo, que é feito na Secção de Cadastro e Estatística Mecanizada da D.G.S.M. Esta Secção realiza os levantamentos estatísticos da Reserva.

As Fichas Cadastro são preenchidas nos Corpos de Tropa e Circunscrições de Recrutamento, remetidas à D.G.S.M. e enviadas àquela Secção onde são examinadas e codificadas, isto é, diante de cada elemento, é ins-

crita o número de código correspondente para a manutenção do sigilo.

Codificadas as Fichas, os números do código são perfurados, com auxílio da máquina perfuradora, em cartões Hollerith. Nestes cartões são lançados todos os dados da Ficha, os quais são conferidos com auxílio de máquina conferidora.

Ainda, com auxílio das máquinas Separadora-Contadora e Tabuladora, são os cartões separados, tendo em vista o destino que se deseja.

As estatísticas levantadas pela Secção poderão fornecer informações de grande importância, como sejam: Êxodo, Profissão civil, Grau de instrução, etc. — e, assim temos determinado anualmente o êxodo no Exército.

4 — CAUSAS QUE CONTRIBUEM

A Escola — Método adotado.

A legislação social brasileira unilateral.

A deficiência técnica no aproveitamento da terra.

A ordem econômica (fator decisivo).

As comunicações e os meios de transportes.

O SERVIÇO MILITAR

a) A ESCOLA :

"Na verdade não poderia ser pior. Sem nenhum conteúdo social, sem nenhuma afinidade com o meio, com raras exceções, quase não chega a ensinar a ler, *mas é positivamente certo que não educa*, já que educar é preparar para a vida. Falta-lhe o sentido telúrico e humano. Ela deve ensinar ao camponês aquilo que se faz necessário e indispensável; ministrar-lhe conhecimentos técnicos ao seu ofício e não cingir-se à ação social apenas, ao objetivo de alfabetizar exclusivamente.

A alfabetização não basta, antes, poderá trazer prejuízos até, ao próprio indivíduo, o qual passa a distrair a atenção para outros pontos, tornando-se por demais curioso; lendo o que não interessa, talvez venha a piorar as condições do camponês.

Parte do êxodo rural se deve aos desajustados pela alfabetização de última hora. Os velhos estilos da vida campal ficam subitamente comprometidos, pelas novas idéias que o adulto passa a alimentar. É só nas cidades que ele poderá encontrar fatores favoráveis aos ilusórios desejos.

De maneira que o problema tem seus aspectos delicados que reclamam cuidados de assistência.

A alfabetização identificada como educação, como se procura fazer ainda, entre nós, é mais uma forma de desmoralização. Alfabetizado, o agricultor procura residir na cidade, "passando bicho", vendendo "bugingangs", visando a retribuição de seu trabalho de votar, deixando a vida enfadonha e incompensada para aqueles que ainda não sabem assinar o nome e que, portanto, não podem contribuir na arquitetura do regime administrativo. É conhecida a nossa tendência para o emprego público. Apenas alfabetizado, o camponês corre para as cidades, à procura de um cargo público, por menos remunerado que seja.

Alfabetizar essa gente, pela forma como se pretende, é fazer o pior mal. A escola não cria o amor à terra. Não ensina como aproveitá-la. Não é a escola do dono, é a do servo. Tira o estímulo, mata a iniciativa, gera a repulsa ao meio. Completa-a o ensino secundário intelectualista, fábrica de máus doutores, nos ginásios e colégios que se multiplicam, tomando o lugar que, no interior, de direito e por simples previdência social, teria que caber às escolas técnico-profissionais, escolas de agricultura, escolas rurais, criadoras do trabalho especializado, e assim o nível técnico poderia crescer". Julgamos aconselhável, o ensino rural, ministrado em Escolas Rurais, onde devem ser dados como predominância absoluta, ensinamentos de agricultura racional. Deverão constar dos programas: agri-

cultura peculiar à região, conhecimentos práticos de pecuária, de avicultura, apicultura e sericicultura, horticultura, fruticultura, etc.

Parece fora de dúvida, todavia, que essa escola primária seria muito mais útil ao povo brasileiro, muito mais apreciada e freqüentada no interior e, mesmo nas cidades, se ao lado do esforço de alfabetização que vem desenvolvendo, ministrasse a todos os seus freqüentadores alguns conhecimentos de utilidade imediata para a vida. Se não fôsse tornar demasiado enfadonho, valeria examinar, se não é mais importante para o país e para os próprios interessados, promover, nas populações, mais o preparo ativo, para a sua integração eficiente como elemento produtor e técnico para a vida mais higiénica, do que cuidar de alfabetização de adultos e mesmo de crianças, cuja formação intelectual não raro, constitui um motivo até de desajustamento com o meio, mais um fator de êxodo. Sobreviver, com saúde, é mais importante do que saber ler. É este, aliás, o pensamento do grande ALBERTO TORRES.

Mas, essa má escola responde, somente, por pequena parcela da grande responsabilidade pelo êxodo rural, fenómeno nacional. (Citação de Américo Barreira e de Edgard Teixeira Leite).

b) A LEGISLAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA UNILATERAL :

Outorgada, por processos políticos, sem que o trabalhador tivesse lutado por conquistá-la, contribuiu para criar condições sociais e psicológicas bastante singulares nas classes populares.

De posse dessas vantagens que lhe foram concedidas, o proletário urbano procurou sempre, embora já por meios pacíficos, assegurar-se de benefícios, não oferecendo, muitas vezes, a correspondente contra-partida em trabalho.

Além do mais, improvisou-se, num crescendo cada vez maior, o trabalhador urbano, que, com o surto industrial assinalado a partir da década de 30, passou a ser recrutado no interior, principalmente no campo. Famílias inteiras deixam o meio rural, para virem trabalhar nas cidades. A legislação adotada para o meio urbano não deve ser a mesma para o meio rural.

O mundo urbano, como é evidente, é muito diferente do mundo rural. Sociologicamente, sócio-psicologicamente, economicamente, historicamente, são desiguais. Têm que receber tratamento desigual, portanto. Entendemos que os homens do campo têm direito a legislação social que os ampare, mas diferente da social, dos obreiros urbanos. Só assim se atenderia à migração que está se processando do interior para as capitais.

c) A DEFICIÊNCIA TÉCNICA NO APROVEITAMENTO DA TERRA :

O agricultor ou o colono em geral, pelos métodos e processos antiquados ou errôneos que emprega, não tira do solo o que o mesmo é capaz de produzir e, ao contrário, esgota-o, incapacita-o e torna-o improdutivo.

Vem o depauperamento, devido ao trabalho intensivo e continuado durante várias décadas sem a devida técnica e sem a utilização de fertilizantes. A família do agricultor ou do homem do campo cresce numa proporção maior do que a produção. Os filhos casam-se e trazem novos problemas.

A agricultura com os processos primários utilizados no seu amanho não dá mais para o sustento dessas famílias numerosas. A válvula de escape é o êxodo, a migração. As famílias reúnem os seus recursos e partem para a aventura, à procura de trabalho nos centros industriais.

d) A ORDEM ECONÔMICA (fator decisivo) :

"Existe entre nós, como em todos os países, migrações internas, principalmente entre as populações camponesas; estas são as matrizes que abastecem as cidades, quer para o seu crescimento, quer para a renovação demográfica, sabido a baixa natalidade dos cidadãos. Diversas são as causas deste movimento populacional, mas entre nós, o fator decisivo é

o de ordem econômica. O homem abandona o meio que não lhe permite condições razoáveis de vida. É o que sempre aconteceu em todos os tempos e em todos os países."

Nem tem outro motivo a partida do nordestino de regiões de relativa civilização, para as selvas amazônicas e para as terras fertilíssimas do N. do Paraná; o homem do N. de São Paulo, também imigra para estas feracíssimas terras; o mineiro para as terras incultas de Goiás e do Paraná; o gaúcho para o oeste catarinense, e paranaense, etc."

Mesmo quando não há crises climáticas, o êxodo no nordeste brasileiro, assume proporções catastróficas. Só para o caso de nosso querido Ceará, a movimentação é calculada, em anos normais, em mais de trezentas mil pessoas.

Estes deslocamentos são assim ocasionados pela procura de melhores condições de fertilidade do solo e melhor salário de rurícolas que continuam rurícolas. É que a terra expulsa o homem que não mais alimenta. Estudos recentes de amplitude internacional estão demonstrando que o fator econômico prevalece, como causa determinante, em 90 % dos casos destas migrações de regiões empobrecidas para zonas novas e mais ricas. São muito mais perturbadoras e prejudiciais que o recrutamento que faz o Exército, pois a percentagem de incorporados que não voltam ao campo não atinge 5 %, como se provará com dados estatísticos.

e) AS COMUNICAÇÕES E OS MEIOS DE TRANSPORTE :

Observando-se os municípios que deixam maior número de deslocados, são eles, notadamente, os situados sobre os eixos ou próximos às vias de comunicação. Naturalmente, grande parte desta gente deu por origem o município de onde partiram os paus-de-arara, mas não resta dúvida que o movimento de caminhões através da Transnordestina é um atestado patente de que favorece o êxodo; centenas de caminhões trafegam diariamente, naquela rodovia; mais de uma dezena deles são paus-de-arara. Avultam as estradas de rodagem, as quais vêm facilitar, paradoxalmente, a migração de nossos rurícolas para as zonas mais férteis.

5 — O SERVIÇO MILITAR COMO FATOR DO ÊXODO RURAL

É freqüente a referência, principalmente na época de eleições, de ser o Serviço Militar, fator dos mais atuantes para o esgotamento do campo, dos seus melhores elementos, tornando o Exército o grande responsável pelo êxodo rural.

Vemos constantemente repetida esta alegação, até nos cartazes de propaganda política, que adquiriu de tal modo, certa consistência de verdade, que está incluída entre os "slogans" que explicam a falta de braços com que luta a lavoura em tantas regiões do país. É mesmo das mais repetidas, e de tal modo, que as Forças Armadas tomaram providências para pôr fim a esse mal que não existe. Assim, a Lei n. 9.500, de 23 Jul 46, denominada "Lei do Serviço Militar", permitiu a dispensa de incorporação, em cada ano, parcial ou totalmente, dos alistados em Municípios que possuírem uma das seguintes condições :

- Indústria extrativa de interesse da defesa nacional ;
- Pronunciada atividade agrícola.

Não obstante estas recomendações expressas da Lei, o Serviço Militar Regional tem ainda em conta o propósito de chamar à incorporação o menor número possível de homens empregados na lavoura. Neste sentido apelando para o concurso das prefeituras municipais, procura obter relações dos homens convocados que realmente estejam a serviço da lavoura, a fim de que sejam, em prioridade, incluídos no excesso do contingente.

Outra providência de real valia, que concorre para evitar que o homem se afaste do campo, foi o restabelecimento dos Tiros de Guerra e do Curso de Formação de Reservistas que são, os primeiros, da ordem de 320, dando um total de 47.989 homens, ou seja um efetivo ponderável, incorporado anualmente e que não é desviado de suas atividades. As fontes estatísticas de recrutamento militar nos dão os números referentes aos reservistas das zonas rurais bem assim daqueles que não voltaram às residências que tinham na época da incorporação.

PROCEDENTES DO INTERIOR

ANO	Contingentes Reencadados (1ª R.M.)	Sem êxodo	Com êxodo	Porcentagem	Observações
1950	16.879	15.803	1.076	6 %	Classe de 1931
1951	26.197	25.112	1.085	4 %	Classe de 1932
Total	43.076	40.915	2.161	5 %	

(Dados fornecidos pela D.G.S.M.)

NOTA — Por motivos bem compreensíveis, não damos o efetivo incorporado em todo o Exército, anualmente.

Tomamos, como exemplo, a 1ª Região Militar, em que a incorporação naqueles dois anos foi a mais numerosa, em todo o Exército, e é o que quase sempre vem sucedendo. Além de estar situada na cidade maravilhosa, com todos os atrativos e sedução próprios para prenderem os jovens, tal não se deu conforme ficou patenteado pelos dados constantes do quadro acima.

Nas demais Regiões Militares do país, a percentagem dos que não voltaram ao interior foi ainda menor.

NA 5ª REGIÃO MILITAR

1952	10.289	10.076	213	2 %	Classe de 1933, inclusive T.G.
1953	9.210	8.653	557	6,05 %	Classe de 1934, inclusive T.G.
Total	19.499	18.729	770	4,2 %	

Estes quadros dispensam comentários; e assim se verifica — à luz da estatística — que o Exército não concorre para o êxodo, a não ser com essa percentagem de 5 %, que é ínfima, sendo que na 5ª R.M. essa percentagem é de cerca de 4,2 %.

RETIRADA DE BRAÇOS À LAVOURA

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DO BRASIL — 1950

POPULAÇÃO REAL		AUMENTO	População ocupada nos estabelecimentos agrícolas		Aumento anual de trabalhador rural
1940	1950	10 anos	1940	1950	
41.236.315	52.632.577	11.395.962 ou 12.000.000	10.150.000	14.000.000	400.000
					Em 10 anos: 4.000.000 (estimativa aceitável)

NA 5ª REGIÃO MILITAR

Incorporados em 1953	Vindos do interior	Vindos da cidade	Retirados do interior (%)	Da agricultura pecuária e silvicultura 1950	Vindos do interior	Ocupados de fato em trabalhos rurais	Porcentagem
9.210	4.263	4.747	46,28 %	711.712	4.263	707.449	0,6 %

Se bem observamos este quadro, vemos desde logo que o número de braços que o Exército, anualmente, TALVEZ tenha desviado da lavoura, sem que com isso tenha concorrido para o êxodo como vimos no quadro acima, foi na 5ª R.M. (Contingente licenciado), apenas de 0,6 %.

Os convocados computados neste quadro como vindos do interior (4.263) um certo número reside nas sedes das cidades do interior, e dedicam-se a outras profissões, que não a lavoura, levando-se isso em conta, menor ainda é o contingente retirado da agricultura.

A causa, de os poucos jovens que não regressam ao local onde moravam antes da incorporação, reside no fato incontestado de não disporem eles de condições favoráveis à vida. E isto não se dá na 5ª R.M.

Aliás, se todos os convocados rurais referidos tivessem abandonado o campo, mesmo assim, teria sido de insignificante expressão econômica, diante da população de cerca de 4.000.000, no Brasil e, de cerca de 77.712, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, que são o mercado de trabalho da nossa agro-pecuária.

6 — FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO

"A desorganização existente na vida sócio-rural não é decorrência somente de falta de legislação trabalhista. Antes, é de se esperar que a extensão dessa legislação no campo, contribua mais para a desorganização da vida agrícola e traga grande redução às culturas de sustentação. Seria necessário, que, à medida que se introduzisse a proteção social na agricultura latifundiária, fossem tomadas providências imediatas para o fo-

mento da produção baseada nas pequenas fazendas e na criação de novos núcleos produtores, com base na colônia ou na aldeia". (Citação de Sousa Barros).

Nas zonas de agricultura intensiva, seria recomendável se constituíssem aldeias. As residências dos lavradores não se localizariam na gleba, mas na aldeia, dirigindo-se o lavrador diariamente dela aos seus campos.

A moradia do rurícola em pequena aglomeração tem vantagens grandes sobre a moradia isolada na gleba: assistência religiosa, médica, técnica e escolar mais fácil, facilidade de ter luz elétrica, de energia, facilidade de crédito, água, esgoto, vida social, defesa mútua. A utilização de máquinas e das técnicas necessárias ao melhor emprêgo da terra e à consecução de maior rendimento nas lavras exigem, hoje, uma base de conhecimento que não pode ser conseguido sem uma vida coletiva mais intensa que traga a cada um dos membros do grupo uma experiência sempre renovada.

Além disso, há a considerar que os instrumentos mecânicos de trabalho são caros.

A família pobre, do sítio, nunca os poderia comprar, mesmo que tivesse condição e capacidade técnica para aprender o manejo dos mesmos e usá-los. Essas vantagens da técnica poderão, no entanto, ser ministradas através das colônias ou aldeias, com resultados positivos e com a possibilidade de atingir um maior número de pessoas que vivem, atualmente, em estado de miséria e segregação social.

"O plano que se tem na mente que, não é de nossa imaginação, para fixação do homem ao campo, visa como objetivo:

a) Nunca isolar a família do agricultor, para não torná-lo desassistido; (desamparado);

b) Fazer do núcleo rural a sede de educação e de assistência, de um grupo de famílias aldeadas, que tenham terras para trabalhar, e de pequenas propriedades próximas do núcleo;

c) Ter em vista que a colônia ou aldeia é um núcleo agrícola que deve viver por si e do trabalho dos nucleados, sendo a assistência para o plantio, à base de crédito agrícola e não como doação, seja a que título fôr".

Para fixação dessas famílias em aldeias ou colônias, o governo possui grande zona de terras devolutas. Em lugar de estar pensando, em desapropriar as grandes fazendas, deveria ele dividir primeiro, entre os pequenos lavradores, a maior parte das suas terras devolutas.

Aqui no Oeste do Paraná, em Mato Grosso e no Vale do Rio Doce, estão neste momento, sendo vendidas terras do Estado.

Dirão, é muito longe, afastadas dos centros consumidores, não há transportes, mil e outros inconvenientes, mas uma parte dos desajustados é atendida e fixa-se no campo.

Outra providência do Estado, a aquisição de terras férteis, para loteamento e aldeamento, próximo dos centros consumidores, onde há mercado. Estas terras seriam entregues às famílias de lavradores e de agricultores da região, à base de crédito agrícola, sob as seguintes condições: Inalienabilidade, impenhorabilidade, não se tornando susceptíveis de hipotecas, desta forma também se atenderia à fixação do homem no solo.

Disposições Constitucionais

A Constituição, no seu art. 156, título V, Ordem Econômica e Social, determina que, "A Lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo plano de colonização e de aproveitamento das terras públicas". Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas emprobecidas e os desempregados.

Os que acreditam que o progresso do Brasil só poderá ser feito pela colonização estrangeira não reparam nas disposições tão claras do art. 156.

da Constituição ou, ainda não tiveram tempo de examinar o assunto, do ponto de vista nacional.

Muita gente não sabe que as despesas para a entrada do trabalhador estrangeiro se elevam a quase 200 mil cruzeiros "per capita".

Procure-se indagar o que se fez ou faz, no interior, com a verba que o governo federal dá aos municípios, de acordo com o § 4º, do art. 15, da Constituição Federal, um auxílio que "pelo menos a metade deve ser gasto em benefício de ordem rural". Quem fiscaliza essa aplicação? Que fazem as autoridades dêsse auxílio? Se computarmos que essa verba está sendo recebida desde 1948 e que a sua distribuição no período de 1948 a 1953 foi de: (Conforme a REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS — N. 25 — de 1954).

Cr\$

1948	195.090.398,60
1949	419.499.660,30
1950	478.480.893,30
1951	558.158.131,30
1952	810.440.050,50
1953	998.399.473,30
TOTAL	3.461.068.607,30

Sendo que cada município devia ter recebido :

1948	116.541,00
1949	249.850,00
1950	256.268,00
1951	299.230,00
1952	434.391,00
1953	524.069,00
TOTAL	1.880.617,00

A metade desta importância, ou seja — Cr\$ 940.308,50, deveria ter sido gasta em benefícios de ordem rural. Verifica-se ser da ordem de mais de Cr\$ 100.000,00 por ano e que vem sempre aumentando, atingindo a cifra de Cr\$ 1.880.617,00 que passaram pelas mãos das autoridades municipais, em cada uma das comunas, sem quase nenhuma vantagem para as nossas paupérrimas populações rurais. Cremos que a dificuldade, talvez, do emprêgo dêste capital, ou aplicação em outros misteres, venha a ser de não ter sido determinado a conceituação de benefícios de ordem rural. Se tivesse sido precisado, a aplicação teria sido bem outra e os resultados ou benefícios, em detrimento do êxodo rural, já se tornavam evidentes.

A Constituição Federal e a Lei n. 305, de 18 de julho de 1948, não definiram o que são benefícios de ordem rural.

Avaliamos bem o embaraço que causa a mais de dois mil prefeitos municipais o destino das importâncias recebidas, a fim de não violar a disposição constitucional e conciliar pontos de vista das respectivas Câmaras Municipais.

Não há, portanto, como dizer-se que não existe dinheiro ... Cr\$ 150 mil por ano, são alguma coisa para um trabalho de início, em atenuar-se o problema do êxodo rural.

Perguntamos : — Cogitou já alguma Prefeitura, depois de tantas palavras sobre municipalismo e interiorização, de criar pequenos núcleos de produção local, muito embora isto já fôsse uma idéia esboçada com a melhor das intenções, por muitos dos constituintes que elaboraram a nossa Carta de 46 e pelos velhos pioneiros do problema, como os Srs. Teixeira de Freitas e Rafael Xavier?

Não temos informações seguras a respeito. Pensamos, entretanto, que as verbas venham sendo aplicadas em finalidades de caráter social diversas daquelas previstas nas Disposições em vigor, e isso sem dúvida por efeito da já citada ausência de conceituação de benefícios de ordem rural.

7 — CONCLUSÕES

É bem significativo observar-se, todavia, que os poderes públicos, em alguns Estados da Federação — por exemplo, aqui no Paraná, — já começam a cogitar seriamente da solução do problema, a fim de evitar o êxodo rural, através da auscultação e de entendimentos das necessidades do lavrador, dando-lhe escola profissional, isto é, dando ao ensino uma orientação mais consentânea com a realidade do interior.

Assim, vemos o ensino especializado processar-se nas ESCOLAS DE TRABALHADORES RURAIS, FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL e ESCOLAS DE PESCADORES, onde cerca de 563 educandos recebem instrução primária e agrícola, além da assistência social compatível com a vida dos campos e do litoral. Apesar de pouco, não deixa de ser um bom início.

A execução de uma programa especial referente à escola secundária profissional, técnica e de artes liberais, destinada a atender às necessidades das comunidades rurais, é, por certo, uma das formas mais racionais de prender o homem no campo.

Muito difícil o Brasil atingir o índice cultural e de adiantamento de uma Suíça. Não desejamos também que venha tornar-se uma China, mas para tal é necessário que os poderes públicos tomem os devidos cuidados.

Desejamos tão somente que, pelo preparo básico, pela educação rural, pela administração de conhecimentos técnicos de produção extrativa e agro-pecuária, venha a tornar-se, com êsses adiantamentos, uma Dinamarca. A instrução e o ensino especializado são imperativos das atividades agrícolas e pecuárias de nossos tempos.

Os deslocamentos populacionais são ocasionados pela procura de melhores condições de fertilidade do solo e melhor salário de rurícolas que continuam rurícolas.

A distribuição funcional de nossa população revela, ainda, 68,82 % dela na vida rural, nas atividades rurais e, apenas 31,18 % nas urbanas, senão de 1950, maior relativamente que as da Argentina ou dos Estados Unidos. O êxodo rural, que se agravou nos últimos anos, atingiu profundamente a estrutura de nossa população, mas ainda temos muita gente nos campos; se a população agrícola é escassa, em certas regiões do país, não o é, por "falta de braços", mas por falta de braços armados de técnicas e de instrumentos da moderna produção que, reduzindo o sacrifício dos pesados trabalhos rurais, multiplica essa produção e a torna compensadora.

Com a sanção da Lei que cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, resultante da fusão do Conselho de Imigração e Colonização, do Ministério do Exterior, Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e, a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, em autarquia, vir-se-á a atender um dos problemas fundamentais do país. Cabe-lhe prover a distribuição e fixação dos elementos nacionais e estrangeiros tendo em vista o povoamento e colonização.

A lei que criou o Instituto teve o mérito de estender o conceito de imigração. Até aqui, quando se usava dessa palavra, tinha-se apenas em vista a entrada de estrangeiros. Doravante, os imigrantes nacionais terão o mesmo tratamento dos alienígenas, no tocante às vantagens e garantias oferecidas pelo Estado (aliás um dispositivo que já vem tarde!). É o resgate de uma velha dívida, sobretudo com os nordestinos, forçados periodicamente pela inclemência climática, a abandonar seus rincões, a procura de subsistência em outros pontos do país.

De fato, ao Instituto compete assistir e encaminhar os trabalhadores brasileiros que imigram de uma região para outra, traçando e executando, direta ou indiretamente, o programa nacional de colonização, a fim de fixá-los no território pátrio e permitir-lhes o acesso à pequena propriedade agrícola. Com essas atribuições do Instituto, creio que se concorrerá muito para fixação do homem no campo.

Não é, apenas o Exército que determina o desequilíbrio do fator energético humano de que dispõe a agricultura nacional, num país em que a população cresce em 1.200.000 pessoas por ano, e cujas matrizes, nas zonas rurais, são cerca de 30.000.000 (trinta milhões).

A agricultura deficitária, de baixo rendimento e de baixo salário, o aparecimento de zonas novas, de fertilidade ainda não esgotada e que permite mais altos salários e — sobretudo — assegura ocupação permanente, é convite à imigração.

Nos Estados Unidos nós vemos a diminuição da população rural e aumento da produção agrícola. É que o aumento de produtividade é determinado pelo emprego de melhores métodos tecnológicos determinando salários mais altos, permitindo, por isso, refer no campo mão-de-obra mais qualificada. Este deve ser o caminho que devemos seguir.

O assunto, ora focalizado nesta oportuna circunstância, com muitas falhas e imperfeições, porém com grande sinceridade, é um convite à meditação, ao debate, ao exame de um problema cuja importância seria supérflua acentuar.

Não se trata de um trabalho propriamente pessoal, e sim mais de uma compilação, em que na maioria, as idéias não são nossas, mas dos autores constantes das "Fontes de Consulta". Apenas tivemos o cuidado de concatená-las, para melhor expô-las, tudo em obediência ao imperativo da função e ao de bem cumprir a missão que nos foi atribuída.

Finalizando, reverenciamos nesta hora cívica, a memória de BILAC, cujo devotamento e apêgo à causa do Serviço Militar exaltamos, com justo reconhecimento, evocando essa figura singular de poeta e de cidadão, que nos legou obra tão rica de sensibilidade, falando-nos ao coração, — figura que festejamos como símbolo da consciência de um povo e cultuamos como expressão máxima da civilização.

Fontes de consulta

- "POVOAMENTO E POPULAÇÃO" — Prof. Castro Barreto
- "POLÍTICA POPULACIONAL BRASILEIRA" — Prof. Castro Barreto
- "A INDÚSTRIA E A ECONOMIA NACIONAL" — 1949 — Euvaldo Lodi
- "AGRICULTURA MAIS INDÚSTRIA" — Edgard Teixeira Leite
- "ÊXODO E FIXAÇÃO" — Souza Barros
- "INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DAS SÊCAS" — Lopes de Andrade
- "CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA" — 1946
- "CENSO DEMOGRÁFICO" — 1950
- "REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS" — N. 25 — 1954
- "REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA" — 1954
- "RELATÓRIO DO SERVIÇO MILITAR"
- "DADOS SECRETOS : D.G.S.M. — 6ª DIV."
- "ÊXODO RURAL E REFORMA AGRÁRIA" — Américo Barreira

O EMBLEMA DO SEGURO DO BRASIL



A MÁXIMA GARANTIA EM SEGUROS

Cr\$ 904.150.965,60

De indenizações até 1954

INCÊNDIO, TRANSPORTE, ACIDENTES DO TRABALHO, ACIDENTES PESSOAIS, HOSPITALAR OPERATÓRIO, AUTOMÓVEIS, FIDELIDADE, RESPONSABILIDADE CIVIL E LUCROS CESSANTES

INFLUÊNCIA DA MOTORIZAÇÃO NOS MEIOS CIVIL E MILITAR

VANTAGENS E DESVANTAGENS

ASPECTOS DO PROBLEMA NO NOSSO EXÉRCITO

Maj. AYRTON DE CARVALHO MATTOS

SUMÁRIO

1. Introdução.
2. Alguns setores que sofrem a influência da motorização.
3. Características do transporte motorizado — Evolução de sua posição.
4. Influência do transporte motorizado no meio civil.
 - a) Vantagens:
 - (1) Aspecto econômico — aumento da circulação de riquezas;
 - (2) Aspecto político-social — congregação dos adensamentos humanos em torno das autoridades político-administrativas. Pioneirismo.
 - b) Desvantagens apontadas:
 - (1) Gastos de cambiais;
 - (2) Concorrência à ferrovia — déficit ferroviário;
 - (3) Política de transporte exageradamente rodoviária.
 - c) Grande problema atual — pavimentação;
 - d) Direito rodoviário — contribuição de melhoria ; pedágio.
5. Influência do transporte motorizado no meio militar:
 - a) Vantagens;
 - b) Desvantagens:
 - (1) De âmbito geral;
 - (2) Peculiares ao nosso Exército.
6. Conclusão.

- 1.1 — Permitam-me, à guisa de intróito, relatar a gestação dessa palestra, verdadeiro parto da montanha.
- 1.2 — Recebida a missão, saí em campo, buscando reunir dados como manda a boa técnica, e para isso, auscutei os camaradas mais experimentados do Q.G. ; estive nos D.E.R. ; o estadual e o nacional ; fui aos escritórios da Esso Standard, de onde telefonaram para S. Paulo e de lá, para o Rio ; visitei a Biblioteca Pública. Em todos esses lugares, uma observação era comum — o tema é muito vasto. O Senhor deve bitolar o que procura, senão nada feito.
- 1.3 — E na verdade, meus Senhores, a influência da motorização faz-se sentir em extensa gama de setores, dos quais, a simples enumeração, com sumárias considerações, encheriam os 50 minutos que disponho.

- 2.1 — A motorização influi na mentalidade, quer do indivíduo, quer da coletividade. Há um amolecimento generalizado, pelo conforto. Não existe placa de estacionamento proibido ou medida qualquer restritiva que impeça o indivíduo de usar o automóvel até o local de sua ocupação ou de seu divertimento. No quartel, seja o oficial, seja a praça, recebida uma ordem, implicando em deslocamento, a pergunta vem imediata — e a viatura? E quanta coisa deixa de ser feita, quando ela falta!
- 2.2 — A motorização tem vultosa legislação própria, consubstanciada no Direito Rodoviário, e da qual falaremos adiante.
- 2.3 — A motorização influi nas indústrias, acarretando a fabricação de um sem número de peças, pneus, combustíveis, lubrificantes, cimento, asfalto, alcatrão, etc., etc.
- 2.4 — A motorização influi nos transportes. Aqui eu me estendo, para transmitir-lhes alguma coisa do que li e ouvi em minha peregrinação.
- 3.1 — Examinemos as características do transporte motorizado — ele é flexível não só em relação ao tempo (horário), como ao espaço (itinerários), e sua potência (tonelagem) e rapidez (velocidade horária) crescem cada vez mais. Observemos.
- 3.2 — Entre Rio e S. Paulo, a Cometa e a Expresso Brasileiro fazem circular ônibus de hora em hora, durante às 24 horas do dia, ensejando ao passageiro escolher o horário que lhe aprouver. Quem pára na Av. Ipiranga, em S. Paulo, próximo aos pontos iniciais dessas duas Cias., ficará estupefato ao ver o número de ônibus que partem para Santos e Campinas.
- 3.3 — Uma empresa rodoviária, hoje, trafega na Via Anchieta, amanhã, poderá fazê-lo na Rodovia Presidente Dutra ou na S. Paulo-Curitiba. Há Cias. que já estão usando caminhões de 18 t e "trailers", tracionando dois, três reboques.
- 3.4 — A velocidade que os caminhões desenvolvem na Rodovia Presidente Dutra, por exemplo, duplicou, quando em tempo seco, e triplicou ou quadruplicou, na época das chuvas, a velocidade de circulação da riqueza entre as duas mais importantes cidades do Brasil. Conseqüência, 65 % das exportações do Distrito Federal são feitas através de rodovias.
- 3.5 — Graças a essas características, os transportes automóveis, evoluíram, rapidamente, de simples auxiliares dos demais transportes, particularmente, o ferroviário, para verdadeiros complementos deles e, hoje, chegam a constituir sistema à parte.
- 4.1 — No meio civil, o problema dos transportes apresenta-se sob dois aspectos: o econômico e o político. Prevalece o aspecto econômico e "o fator preponderante nesse aspecto econômico é o chamado fator custo, porque sendo o transporte um elo negativo na cadeia econômica da produção e do consumo, quanto mais barato fôr, menor sobrecarga gravará a mercadoria. Consideração muito importante para nosso estudo é que, em regra, na avaliação do fator custo, levamos em conta, não só o preço, como também, o tempo.
- 4.2 — Além do preço de transporte, propriamente dito, há que somar os preços das operações de carga e descarga, transbordo, armazenamento, etc., representado, não só em dinheiro, como em perda de tempo, com o conseqüente acréscimo na duração real e nos riscos de transporte".
- 4.3 — Analisemos o transporte entre S. Paulo e Curitiba: pela ferrovia, o passageiro (nem vale a pena mencionar a carga) leva 27 horas e o infeliz viajante chega mais morto do que vivo. Falo

por experiência própria. Se quiser usar o transporte marítimo, enfrentará os trechos S. Paulo-Santos, via terrestre; Santos-Paranaguá, pelo mar; e Paranaguá-Curitiba, via terrestre. O veículo motorizado é o único que conduz a mercadoria de porta a porta. Se usarmos a Rv. São Paulo-Curitiba, com todo Banhado Grande e as condições precárias que apresenta, as vantagens serão enormes.

- 4.4 — É sabido que, normalmente, nos transportes à longa distância, o trem supera o caminhão. No Brasil, isso nem sempre acontece, por causa, principalmente, das condições técnicas de nossas ferrovias. Vejamos esse quadro demonstrativo das entradas de café, em Paranaguá, por estrada de ferro e estrada de rodagem, de 1948 até 1954.

ANO	FV. (SACAS)	RV. (SACAS)
1948	987.742	263.193
1949	1.163.077	707.293
1950	1.266.669	1.129.612
1951	1.504.207	1.728.447
1952	1.040.671	3.056.632
1953	1.063.078	1.435.893
1954	672.836	873.720

Nesse período, do N. do Paraná para o pôrto, o frete ferroviário foi, em média, 56 % do rodoviário, portanto, a metade. Financeiramente, o trem levou vantagem; mas se juntarmos a isso, o prazo mínimo de três meses que o produtor ficava aguardando embarque, o tempo de percurso, as perdas por motivos diversos, os dispêndios extra-tarifários, encontraremos explicação para o que se passou, a partir de 1951, pois o preço altamente compensador, alcançado pelo café, cobria bem a diferença que ainda houvesse, entre os gastos de transporte pela rodovia e pela ferrovia. Além do que, e isso é o principal, o cafeicultor tinha seu capital muito mais rapidamente recuperado para aplicá-lo em outras inversões. Quando houve a corrida para o pôrto, a morosidade do trem foi suplantada pela rapidez do caminhão.

- 4.5 — Na eclosão bombástica do fenômeno N. do Paraná, não fôsse a construção acelerada de rodovias e as safras se perderiam, quase por completo, embora já houvesse o transporte ferroviário, mas de capacidade de tráfego nitidamente insuficiente para a tonelagem a transportar. Atualmente, a média de distribuição de tráfego, naquelas ocasiões, nas estradas da região é de 5.000 a 6.000 veículos diários. A motorização trás, então, um aumento de circulação da riqueza, não só quantitativo como, também, e principalmente, na velocidade.
- 4.6 — Encaremos, agora, o aspecto político-social. É indiscutível a melhoria das condições de vida que o transporte motorizado acarreta. Surge a possibilidade de instalação de utilidades públicas, tais como cabos de eletricidade, telefones, tubos de água e gás, esgotos e drenos. Melhoram as condições sanitárias, pois a simples abertura de estrada motiva a drenagem dos terrenos atravessados. Embelezam-se as propriedades urbanas e rurais. Há acentuada melhoria de nível de grande número de operários, dada a quantidade de trabalhadores qualificados exigidos.
- 4.7 — Constitui ponto pacífico, entre os sociólogos, a importância decisiva da construção de rodovias, pela Inspeção de Obras Contra

a Sêca, na extinção do cangaço de N.E., e fácil é observar a diferença entre a sonolência característica das povoações à margem das ferrovias, e a agitação vivificante das que se forma em torno das estradas de rodagem.

- 4.8 — Atualmente pela maneabilidade de seu traçado, pela modicidade de seu custo e pela multiplicidade de seus utilizadores, aos quais estão afetas as despesas de aparelhamento de sua exploração, cabe à rodovia, isto é, ao caminhão, a função pioneira dos transportes terrestres.
- 4.9 — Vejamos o que passa no Território do Amapá: “a B.R. 15 que se encontra nas imediações de Lourenço, nas faldas da Serra de Tumucumaque, ligará, próximamente, Macapá à Clevelândia, sobre o Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Assim, será atingida pela soberania nacional vasta região, até agora bem pouco conhecida. Cumpre notar a função eminentemente colonizadora dessa rodovia. A energia elétrica e a água encanada não são mais motivos de admiração para o caboclo. Cada povoação com mais de 10 casas e 50 crianças tem sua escola, e várias delas dispõem de energia elétrica própria e sistema de abastecimento d’água. O transporte motorizado, tudo facilita. Enquanto que por mar, batido pela inclemência das águas, são gastos dois dias para ir de Macapá a Amapá, pela B.R. 15, tranquilos e seguros, caminhões e automóveis fazem o mesmo percurso em algumas horas. Com êsse precioso fator de aproximação, o nosso caboclo mais ao centro se aventura, e com isso se atinge o objetivo político-social de congregação dos diferentes adensamentos humanos em torno das autoridades político-administrativas”.
- 4.10 — O mesmo acontece no Amazonas, Rio Branco, Guaporé, Mato Grosso, Goiás. A B.R. 17, em construção, partindo de Manaus se adentrará pela Venezuela, passando por Boa Vista, de onde sairá a B.R. 71, para a Guiana Inglesa. Caminhamos, portanto, a passos largos para que a Nação ocupe, efetivamente, seu espaço geográfico.
- 4.11 — Quanto às desvantagens que a motorização acarretou, o assunto é muito contravertido e dá margem a polêmicas sem fim. A mais veemente e constante é sobre o gasto de cambiais. Os que defendem o rodoviarismo procuram bem situar a assertiva, no conjunto de nosso comércio exterior, com a finalidade de reduzi-la a justas proporções, face ao que se passa com outros itens de importação, e fazem o seguinte estudo comparativo do consumo de divisas em 1953:

	Cr\$ milhões	% sem total da impor- tação		Cr\$ milhões	% sem total da impor- tação
Importação de:			Importação de:		
Trigo	3.491	13,9 %	Gasolina comum.	1.900	7,5 %
			Gasolina de avia- ção	255	1,0 %
			Óleo Diesel.....	639	2,5 %
Outros gêneros ali- mentícios (baca- lhau, aveia, con- servas, leite em pó, malte, etc.)..	1.279	5,1 %	Fuel Oil.....	825	3,3 %
			Lubrificantes	410	1,6 %
			Querosene	283	1,1 %
Frutas e seus pro- dutos	684	2,7 %	Caminhões, am- bulâncias e se- melhantes	384	1,5 %
			Chassis para ca- minhões, ônibus e semelhantes.	140	0,5 %
			Automóveis para passageiros ..	186	0,7 %

	Cr\$ milhões	% sem total da impor- tação		Cr\$ milhões	% sem total da impor- tação
Bebidas	80	0,3 %	Automóveis para passagei- ros (baga- gem)	105	0,4 %
Totais	5.334	22,0 %	Totais	5.127	20,1 %

Registram que, de janeiro a agosto de 1954, gastamos 16 milhões de dólares para importar bacalhau e 14 milhões para importar caminhões. No mesmo período o Brasil gastou 95 milhões de dólares, importando trigo e farinha de trigo (9,04 % do valor em dólares sobre o total de importação), comparados com 71 milhões de dólares (6,77 % nas mesmas condições), dispendidos em gasolina. Argumentam, também, mostrando os enormes gastos com artigos não essenciais, só acessíveis a reduzido número de pessoas.

- 4.12 — Outra desvantagem apontada é que a rodovia faz concorrência à ferrovia, constituindo-se em ponderável fator para o "deficit" ferroviário. Os que esposam esta tese queixam-se do auxílio financeiro à expansão da moderna política rodoviária (Fundo Rodoviário Nacional) não sendo poucas as tentativas de sua mutilação ou, mesmo, supressão.
- 4.13 — O Eng. Alvaro Pereira de Souza Lima, em tese apresentada no VII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem e publicado no Bol. do D.E.R. de S. Paulo, de julho de 1939, estuda exaustivamente o assunto e conclui não ser verdadeira essa alegação.
- 4.14 — A Es.E.M., no ano passado, para a viagem de instrução do 3º ano ao R.G.S., pretendeu levar, por ferrovia, camas, colchões, pratos, roupa de cama, enfim, material para apoiar 100 homens, já que nos instalaríamos em quartéis, mas teve de desistir, pois o transporte exigiria mais de 60 dias.
- 4.15 — O produtor que tencione utilizar uma ferrovia, deve munir-se de boa dose de paciência, se o produto puder esperar, ou conseguir um recurso extra que lhe possibilite atendimento, em curto prazo.
- 4.16 — "Rodovia" de outubro de 1954, visando contra-bater dita alegação, apresenta as seguintes observações sobre algumas estradas de ferro.
- 4.17 — Tonelagem transportada pelas ferrovias em questão :

	Transporte total T	Média diária T
1) E.F. Madeira-Mamoré	15.150	42
2) E.F. Tocantins	4.475	12
3) E.F. Bragança	22.284	61
4) E.F. S.L.-Teresina	48.768	135
5) E.F. Central do Piauí	19.369	53
6) E.F. Nazaré	23.984	66
7) E.F. Ilhéus	10.877	30

- 4.18 — Nesse ano, as mencionadas estradas de ferro apresentaram os "deficits" adiante discriminados:

	Deficit Cr\$
1) E.F. Madeira-Mamoré	21.780.000,00
2) E.F. Tocantins	6.688.000,00
3) E.F. Bragança	19.718.000,00
4) E.F. S.L.-Teresina	35.823.000,00
5) E.F. Central do Piauí	11.958.000,00
6) E.F. Nazaré	17.958.000,00
7) E.F. Ilhéus	5.703.000,00
Total	118.865.000,00

- 4.19 — A extensão total dessas estradas é de 1.896 km, nos quais se transportou, em 1952, a média de 399 t/dia, com um "deficit" anual de quase 130 milhões de cruzeiros. Ou seja, cada tonelada transportada deu um prejuízo ao país de cerca de 1.000 cruzeiros.
- 4.20 — As de ns. 1 e 2 não tem perto (ou distante) qualquer estrada de rodagem; nas demais a concorrência rodoviária é insignificante, seja pela ausência de estradas de rodagem, seja pela pequena densidade existente de caminhões em tráfego.
- 4.21 — Um fato é inconteste. Sendo a estrada de ferro um sistema rígido, ela, montada para atender a certas condições, uma vez que essas condições variem, deixará muito a desejar.
- 4.22 — Exemplifiquemos com o N. do Paraná. As safras de cereais e café coincidem, e nesta ocasião, a tonelage para transportar é muito grande; na entressafra, essa tonelage cai, verticalmente. O sistema montado para atender a uma situação, não satisfará a outra.
- 4.23 — Este é o quadro geral, no Brasil, enquanto não se diversificar a produção das regiões geoeconômicas, e daí, os "deficits" ferroviários.
- 4.24 — Mais uma desvantagem apontada é de que estamos construindo rodovias em detrimento das ferrovias que são os transportes, por excelência, das grandes massas a grandes distâncias. Sobre este assunto, diz Mário Travassos "O Brasil, pode dizer-se, deve ser o país sul-americano das rodovias, tais são as dificuldades em assentar os trilhos. Por maiores artifícios que se adotem, os perfis ferroviários nunca podem isentar-se nem de numerosas obras darte, nem de volumosa terraplanagem. O mesmo não acontece à rodovia que, essencialmente coleante, adapta-se melhor à nossa complexa morfologia topográfica e além disso, é de construção e conservação mais barata. Enquanto que mal podemos manter em serviço nossa diminuta quilometragem ferroviária, nossa rede rodoviária cresce de modo animador".
- 4.25 — A instabilidade do valor econômico das regiões, pela monocultura, pelo nomadismo do café, pelo esgotamento das terras, etc., deve influir no ânimo dos responsáveis pela política de transporte que têm, diante de si, permanentemente, o espantinho do "deficit" ferroviário.
- 4.26 — O principal problema com o qual nos defrontamos, causado pela exacerbação do rodoviarismo (quando governantes, ansiosos em resolver os problemas dos transportes ou para fins demagógicos,

preocupam-se em apresentar alta quilometragem de estradas, construídas em suas gestões) é o que se refere à pavimentação.

- 4.27 — As estradas simplesmente ensaiabradas ou macadamizadas não podem suportar o trânsito intenso de veículos de grande tonelagem. Argumentemos com a B.R. 2: no trecho Rio-S. Paulo, o crescimento de trânsito tem superado qualquer expectativa, bastando dizer que atingiu, ainda com uma só pista, volume de trânsito que era previsto para 5 a 6 anos depois, perfazendo a média de 5.000 veículos, diariamente, quando em 1948, essa média era inferior a 1.000 veículos diários, diminuindo o custo de transporte de quase 50 %; no trecho S. Paulo-Sul do País, são freqüentes as interrupções, com graves prejuízos para a economia nacional, atestando, simultaneamente, a urgência que merecem: o melhoramento e a pavimentação dessa importante ligação rodoviária. As linhas de ônibus entre S. Paulo e Curitiba desapareceram.
- 4.28 — Enquanto isso, a distribuição do tráfego nas Vias Anchieta e Anhanguera foi a seguinte:

	Via Anchieta	% do total	Via Anhanguera	% do total
Automóveis	1.492.481	67 %	832.009	45 %
Caminhões	579.549	26 %	910.690	49 %
Ônibus	161.799	7 %	122.108	6 %
	2.235.829	100 %	1.864.807	100 %

o que dá média diária superior a 6.000 veículos para a via Anchieta e 5.000 para a via Anhanguera. Somente em economias, no custo da operação dos transportes, o público já recebeu mais do que o preço pago pela construção dessas rodovias.

- 4.29 — Em "Rodovia", de setembro de 1954, após comentar um gráfico, onde se vê que o México dispõe de 25.954 km de estradas pavimentadas; a Argentina, 11.015 km; e nós, 1.955 km, diz o articulista "desejando esclarecer aqueles para os quais pavimento rodoviário é luxo".
- 4.30 — Excluindo o Estado de S. Paulo e considerando apenas 20 estradas de rodagem não pavimentadas, com a extensão de 5.710 km, nas quais existe atualmente um tráfego de 10.800 veículos/dia, representando o transporte de cerca de 30.000.000 t/ano, são dispendidas, nesse transporte, as seguintes cifras:

	Em estradas ensaiabradas Cr\$ Milhões	Se fossem pavimentadas Cr\$ Milhões	Economia Anual Cr\$ Milhões
Custo de operação	7.168	3.869	3.299
Amortização de veículos	1.114	742	372
Totais	8.282	4.611	3.671 (44%)

- 4.31 — Da citada economia anual em cruzeiros, 224 milhões correspondem a divisas-dólares, representados na maior duração dos veículos, peças sobressalentes, combustível e lubrificantes. Isto quer dizer, a economia anual de 3.671 milhões de cruzeiros equivale a poderem ser, anualmente, pavimentados 3.000 km de estradas

de rodagem. Em outras palavras, a partir do 2º ano estará pago, em economia de transporte, o custo da pavimentação dos referidos 5.710 km das 20 principais estradas.

- 4.32 — Se é verdade que se deseja acompanhar o crescimento do Brasil, o problema da pavimentação intensiva tem de ser atacado imediatamente. Porque a pavimentação faz baixar o custo de vida. Pavimentar é economizar. É garantir o abastecimento. É impedir maior velocidade à riqueza. É organizar o retorno, em base firme, do homem do campo para a agricultura”.
- 4.33 — Esse aspecto da influência da motorização exigindo a pavimentação das estradas é particularmente sentido nos Estados do Sul, dado o elevado índice pluviométrico, e aumenta, ainda, de significação, no Paraná, onde a bastante conhecida rudeza do período chuvoso, se soma o pesado tráfego de caminhões, carregando enormes toros de madeira.
- 4.34 — Releva notar que os trabalhos de conservação encarecem, quando se trata de estradas de revestimento natural, reduzindo-se mais de quatro vezes nas estradas asfaltadas, como demonstra o seguinte quadro :

Tipo de revestimento	Custo médio da conservação Km-mês — Cr\$
Macadame hidráulico	1.650,00
Sílico-argiloso	900,00
Paralelepípedo	400,00
Asfalto	350,00

- 4.35 — “A notícia da pavimentação da B.R. 3 provocou um verdadeiro “estrondo” imobiliário em Belo Horizonte. A St. John D’El Rey Mining Co, concessionária das minas de ouro de Morro Velho, resolveu vender parte de suas grandes áreas (atravessadas pela B.R. 3) e, em poucos dias, os terrenos passaram a ser disputados a péso de ouro, realizando-se sucessivos loteamentos. Em menos de um mês, venderam-se centenas de sítios de área variável entre 5.000 e 15.000 m² e num só dia houve a reserva de 1.200 lotes”.
- 4.36 — Vale, aqui, mostrar um aspecto do Direito Rodoviário. Trata-se da “contribuição de melhoria”, de que trata o item I, do art. 30, da Constituição vigente e consagrada na legislação de outros países.
- 4.37 — A contribuição de melhoria é, como sabemos todos, o imposto a ser pago pelos proprietários de imóveis, adjacentes à uma estrada de rodagem, em retribuição aos benefícios trazidos pela estrada, e se destina a auxiliar o financiamento de sua construção.
- 4.38 — A legitimidade dessa contribuição não pode mais ser posta em dúvida, embora sua aplicação prática se revista de muitas dificuldades e possa conduzir a abusos que a tem tornado impopular em alguns casos. Justamente para resolver essas dificuldades e tornar equitativa sua incidência nos casos concretos, o Congresso Nacional estuda o projeto de Lei que interpretará o dispositivo constitucional, há pouco citado.
- 4.39 — Temos ainda, em assunto parecido, a discussão sobre vantagens e inconvenientes da cobrança do pedágio. Esse mais intrincado, porque os partidários de uma e outra opinião se equivalem.
- 5.1 — Encaremos o tema sob o ponto de vista militar. Tal é o audatório, que eu terei de muito me restringir, fazendo rápidas considerações a fim de, tão somente, relembrar alguns episódios.

- 5.2 — O transporte motorizado, graças à sua grande flexibilidade e adaptação às situações táticas, freqüentemente mutáveis, é um meio que pode, normalmente, ser empregado antes de outros mais econômicos, bem como, nos grandes deslocamentos, suplementá-los, quando suas capacidades forem insuficientes. É no entanto, o principal meio para os variados encargos que requerem pequenos deslocamentos, tanto na ZA como na ZC.
- 5.3 — Já antes de 1914, o automóvel passou a desempenhar papel de relêvo, substituindo os veículos de tração animal, nos transportes de suprimentos, pessoal e meios de fogo. Alemanha, França e outros países dispunham de auto-metralhadoras e caminhões blindados. Em 1903, foram experimentados, em Portugal, os primeiros canhões rebocados por veículos a motor, e, quando irrompeu a 1ª Grande Guerra, o Ex francês pôde orgulhar-se de possuir a primeira unidade de Artilharia motorizada. Durante esse conflito, o emprêgo de caminhões e tratores tornou-se generalizado.
- 5.4 — Relembramos algumas vantagens da motorização :
Aumento da mobilidade tática e estratégica — A rapidez no campo de batalha requer a presteza dos Chefes para distribuição de suas ordens e a execução imediata pela tropa. O veículo motorizado constitui importante meio para garantir a mobilidade. Por isso, a capacidade dos corpos de deslocar-se em viaturas, pronta e eficientemente, pode tornar-se decisiva, como o foi nesta guerra.
- 5.5 — Na 1ª Batalha do Marne, ficou célebre o episódio da reunião de todos os automóveis de praça, existentes em Paris (os taxis de Galieni), o que possibilitou a uma D.I. deslocar-se a tempo de tamponar uma brecha, na defesa da cidade.
- 5.6 — Em artigo do Cel. Conrad Lanza, publicado no Military Review, de agosto de 1945, sobre os aspectos estratégicos das últimas campanhas contra a Alemanha, lê-se : “Por causa da carência de transporte a motor, as unidades alemãs tinham pouca capacidade de manobra. Parece que em algumas dessas unidades tal capacidade quase não existia mais. Os alemães estavam preparados para defender as posições. Em tôdas as três frentes, Ocidental, Sul e Oriental, quando penetrada ou rompida a linha de frente, a resistência germânica rapidamente desaparecia. Em setor algum dispunham eles de reservas dotadas de suficiente transporte para permitir-lhes concentrarem-se contra as penetrações. Assim, cada uma das três frentes, uma vez rompida, caiu à parte. Para os alemães, não era conveniente estabelecer novas frentes à retaguarda, pois na retirada as tropas a pé ou com transporte hipomóvel não podiam concorrer com as forças adversas aparelhadas com viaturas a motor e avançando cada vez mais na profundidade da sua retaguarda. Nem lhes era possível, salvo em alguns casos isolados, defender cidades ou outros locais prováveis como centros de resistência ou barricadas de estrada eventuais. E nenhum desses isolados casos em que tropas alemãs lograram resistir teve grande efeito no resultado final das operações. Com apenas um pouco mais de trabalho, o transporte a motor sempre podia evitar certas áreas, simplesmente passando ao redor delas”.
- 5.7 — Facilidade de rocar elementos reservados — Na Batalha de Bulge o transporte motorizado, rápido e sem acidente, permitiu deslocar forças, da noite para o dia, dotando a defesa da mobilidade necessária para o sucesso. A 87ª D.I. transportou-se, à noite, numa distância de 200 km, entrando diretamente em ação.
- 5.8 — A surpresa pela rapidez do movimento — Homens e materiais podem dispersar-se, bem atrás de linha de contacto, a cavaleiro

das estradas, mais em profundidade do que em largura e, pela velocidade e flexibilidade dos meios, concentrarem-se, rapidamente, em determinado ponto. Isso somado ao ritmo acelerado das operações, veio dar novas oportunidades à surpresa e facilitar sua realização, que será tanto maior, quanto menor for a velocidade dos meios inimigos. As campanhas iniciais dos alemães na 2ª Grande Guerra são exemplos clássicos.

- 5.9 — Adequado apoio logístico a efetivos cada vez maiores — Em todos os Exércitos, mesmo nas unidades hípo, os elementos de serviço são motorizados. “Um dos feitos logísticos de maior publicidade, na 2ª Grande Guerra, foi o famoso Red Ball — operação rodoviária, de St Lô a Hirson e Sommesous, em apoio aos I e III Ex. norte-americanos, em sua arremetida através do N. da França. Mais tarde, a operação, também serviu ao IX Ex. norte-americano, na área de Paris.
- 5.10 — Organizado em bases provisórias, o Red Bell transportou suprimentos para os dois exércitos, até o momento em que o restabelecimento das ferrovias permitiu o movimento por esse meio mais econômico. Operou de 25 de agosto a 16 de novembro de 1944 — 81 dias — e transportou 412.143 t ou seja, média diária de 5.088 t. A distância média percorrida, em cada viagem, foi 490 km, e o número médio de Cia. de Transporte (caminhões de 2,5 t) empregados foi de 83”.
- 5.11 — As desvantagens da influência da motorização são, algumas peculiares ao nosso meio, isto é, países industrialmente atrasados e de fraca rede rodoviária; outras têm caráter geral. Entre essas últimas podemos alinhar.
- 5.12 — A enorme quantidade de viaturas de um exército moderno — Isso exige rigorosíssimo controle de tráfego e apreciável rede rodoviária, do contrário o engarrafamento das estradas paralizará a máquina de guerra, como aconteceu, em junho de 1944 aos ingleses do VIII Ex., que combatiam Kesselring. “Longas colunas de veículos permaneciam imobilizadas em todas as estradas que, de Roma, conduziam para o N. Eles que haviam sido tão úteis no deserto. Protegido por esse vasto e amorfo bloqueio de estradas, o Exército alemão conseguiu retirar-se, coberto pela mais ligeira retaguarda, praticamente intacto e apenas inquietado pelos aviões, até nova zona de concentração, próximo à Florença”.
- 5.13 — Números astronômicos que atingem o suprimento C1 III, bem como, a necessidade de material de Engenharia para reparação e conservação de estradas e pontes. Vimos, na última guerra, os americanos pararem no corte do Meuse por falta, principalmente, de combustível.
- 5.14 — Estreita subordinação às estradas — O que no Brasil cresce assustadoramente de expressão, máxime no Sul do país, onde teremos de ficar adstritos ao bom tempo para utilizar nossa reduzida, embora crescente, rede rodoviária. O trecho citado da B.R. 2 aí está para, insofismavelmente, testemunhar essa situação.
- 5.15 — As maiores desvantagens, peculiares ao nosso Exército, são que, por enquanto, dependemos inteiramente do estrangeiro, seja para obtenção do veículo, seja o combustível e o lubrificante; não dispomos de especialistas em número suficiente, e os formados no Exército, tão logo possam, voltam à vida civil, onde serão melhor remunerados; não herdamos a mística da limpeza da cavalaria, de modo que, a manutenção preventiva, praticamente não existe; as reparações, pela falta de peças, pois os modelos das viaturas são antigos e nós não as fabricamos, tornam-se difíceis e muito onerosas.

- 5.16 — Entre tôdas as desvantagens, porém, a mais importante é que estamos num meio termo muito perigoso. Por não termos o Exército Motorizado, não adquirimos a mentalidade de emprêgo de tropas, assim móveis; e por muito falar-se em motrização e em suas vantagens, já não temos a mentalidade que nos levaria a bem empregar unidades hipo ou a pé.
- 5.17 — Também, a motorização, nos moldes em que vem sendo feita, tem contribuído para transformar o nosso Exército, cada vez mais, num Exército de quartel, pois a economia de gasolina e a indisponibilidade de viaturas ensejam razões para não ida ao campo.
- 5.18 — Existe, ainda, a sempre lembrada questão da praticabilidade do terreno do R.G.S., na época da chuva, a elementos motorizados e mecanizados. Quanto a isso, a solução que vem sendo aventada, e parece já estar em execução, é a da organização, desde agora, de Unidades de Engenharia de Combate, naquele território.
- 6.1 — As conclusões que se poderiam tirar dêsse estudo são as de conhecimento dos dirigentes, estudiosos do assunto e simples curiosos, ventiladas, diàriamente, nos debates do Parlamento, nos jornais, nas emissoras, conferências, etc. Só falta realizar. Motivos para que tal não aconteça, devem ser muito poderosos.
- 6.2 — É inadiável que se resolvam os seguintes problemas (cito-os aqui, como fecho da palestra, pois são acacianos):
- mudança do “esfôrço” da política rodoviária para a pavimentação das estradas, chegando-se, mesmo, a não iniciar a construção de novas estradas, sem pavimentar, pelo menos, as rodovias mais importantes; assim o exigem a nossa economia e a segurança nacional;
 - transformação das diversas linhas de montagem de Cia. estrangeiras em fábricas de veículos;
 - afastar, o encaminhamento da solução do problema dos combustíveis e lubrificantes, do cancro da demagogia;
 - dar feição mais realística ao nosso Exército, que não pode continuar, totalmente disperso, pois sua função civilizadora já não tem razão de ser, em muitas regiões, e essa disseminação trás, atualmente, maiores malefícios que benefícios. A reunião de elementos, como preconizado para o emprêgo na guerra, atenuará, sensivelmente, as deficiências pessoais e materiais apontadas, pois uns poderão socorrer aos outros, como de resto, se passa no caso real.
- 6.3 — Deixo de fazer outras considerações, porquanto, os Srs. estão perfeitamente a par do assunto, e valho-me da oportunidade para agradecer aos que comigo colaboraram, seja pessoalmente, seja por seus escritos.

BIBLIOGRAFIA

- O problema dos transportes no Brasil — Gen. Juarez Távora.
Introdução à geografia das Comunicações Brasileiras — Mário Travassos.
Diversos números da revista “Rodovia”.
Diversos números da “Military Review”.
Diversos números da revista do D.E.R. do Paraná.
Boletim do D.E.R. de S. Paulo, de julho de 1939.
Publicações da Esso Standard.

NOVA EMBALAGEM!



**MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!**

**AÇUCAR
PEROLA**
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 18)

A HISTÓRIA COMO FONTE DE ENSINAMENTOS DAS ESCOLAS ALEMÃ E SOVIÉTICA

General IRAPOAN POTYGUARA,

da Reserva de 1ª Classe, Breveté pela Escola Superior de Guerra de Paris.

Esse trabalho é uma síntese dos apontamentos tomados nas conferências feitas pelos Coronel CARRIAS e Major ANDOLENSKO da Escola Superior de Guerra de Paris.

Pelo simples enunciado acima verifica-se a impossibilidade de em algumas linhas tratar de assunto tão vasto.

O estudo da exploração da História por uma dessas Escolas constituiria assunto suficiente para um livro, de modo que nas linhas que se seguem procurar-se-á dar uma ligeira idéa, de como cada uma das Escolas, de acôrdo com a formação, mentalidade e espírito do seu povo procuram tirar da História os ensinamentos, já que ela continua a ser o seu manancial inexgotável.

Enquanto o aspecto filosófico e científico dominou o estudo da História pelos alemães, os siviéticos ativeram-se à parte realística e prática.

O estudo da História pelos alemães foi grandemente influenciado :

Pelo caráter científico que lhe atribuíram;

Pela filosofia de Kant com os seus imperativos;

Pela dialética de Hegel, já adotada por Kaarl Max nos estudos econômicos;

Pelas idéias fatalistas, difundidas por Treitcke e Lamprecht, que dominaram com as suas tendências prussófilas e germanófilas, antes da 1ª Guerra Mundial.

A História assim influenciada teve um lugar importante na forma-

ção das doutrinas do moderno exército alemão.

Considerando que a atividade do homem abrange o conhecer, o agir e o renovar, o estudo da História lhes permitiram conhecer e revelar no que se relaciona com o passado, que os homens tinham também renovado.

Os alemães completaram esse conhecimento fornecido pela História com elementos próprios, oriundos deles mesmos e produziram as diversas doutrinas de guerra que adotaram.

O ponto de partida foi a catástrofe de 1806, quando Scharnhorst fixou o método utilizando com base de estudo, os dados históricos da batalha.

Moltke mostrou a maneira como devia ser aplicado o método, as normas que traçou foram renovadas por Schilliefen e pelos oficiais que permaneceram à frente do exército depois de 1918.

As fases da evolução da doutrina alemã podem ser definidas como se seguem :

1º. O nascimento da doutrina de Scharnhorst a Clausewitz;

2º. A aplicação da doutrina por Moltke;

3º. A renovação após Moltke.
Na primeira fase foi adotado o método histórico de Frederico II.

Depois da guerra dos sete anos, a Escola de Postdam codificou a maneira de agir de Frederico.

Para obter a vitória ele se inspirou nos dispositivos de Epaminondas em Leutres e Mantinéia, que permitiam uma concentração de meios numa de suas alas.

O êxito dependia da rapidez e da surpresa, quando essas foram realizadas, ele obteve sucessos, como em Rosbach e Leuthen, no caso contrário, como em Kolin e Daun, foi o revés que sofreu.

Nessa primeira fase os generais que influíram com o seu saber e personalidade nos métodos em uso foram Scharnhorst, Gnoisenau, Boyen e Clausewitz.

Scharnhorst foi o primeiro a propor reformas no método de Frederico e apesar de inimigo dos franceses, estudou-os com objetividade. Entendeu a reforma intelectual do exército prussiano e organizou-o para a guerra. Para isso era preciso conhece-la profundamente e dar-lhe o lugar que devia ocupar na História.

Como a guerra é uma disputa entre homens, estudou a natureza humana. Procurou libertar os oficiais de todas as falsas crenças.

O exercício preferido era o estudo das últimas batalhas, pois a História constituía a base dos ensinamentos sem entretanto deter-se na contemplação do passado.

O oficial devia ter personalidade, desenvolve-la fazendo apêlo ao bom senso. Era necessário certamente conhecer, mas agir e renovar.

Gneisenau sucedeu-lhe à frente do exército prussiano. Ele tinha segundo as suas próprias palavras "Uma concepção precisa da guerra que repousava sobre o resultado dos seus estudos históricos".

Suprimiu dos trabalhos de Estado-Maior os hábitos rotineiros e a ignorância que aí se tinham introduzido.

Boyen organizou o exército prussiano em 1814 e 1815 tendo em vista a guerra. Ele compreendia desde o tempo de paz, não só o Estado-Maior do tempo de guerra, como as grandes unidades que deviam en-

trar na composição do exército mobilizado.

Quem mais influenciou a doutrina do exército prussiano, não só pelo tempo que permaneceu à frente da Escola Geral de Guerra (1818 a 1830), como pela sua capacidade de observação e estudo foi Clausewitz.

A doutrina de Clausewitz está codificada no seu livro "A Guerra" publicado depois da sua morte.

Ele é realista e define o que é a guerra no seu conjunto.

Após estudos históricos, onde foram apreciadas mais de 100 campanhas, concluiu que a guerra sendo uma atividade humana ela é baseada nas fraquezas do homem e portanto deve-se agir de maneira a levá-las em consideração.

Constatou também nos seus estudos que a guerra é a continuação da política. Recorre-se à força desde que a política revela-se impotente para alcançar os fins que tem em mira, porém esta subordinação não deve ser cega, mas levar em consideração que existe interdependência entre a política e a estratégia.

Clausewitz estudou as novas formas de guerra introduzidas pelos Generais da Revolução e Napoleão. Ele pesquisou os elementos da conduta das operações e concluiu:

- o elemento determinante é o inimigo em vez do terreno;

- as informações sobre o inimigo sendo na maioria das vezes contraditórias e fragmentárias, instituiu a lei das probabilidades;

- a defensiva é a forma mais forte de guerra.

Essa última conclusão foi a mais infeliz e contestada por Von Der Goltz que constatou que só a ofensiva permite obter resultados decisivos. Precisou muito bem que o fim das operações é a batalha geral com caráter decisivo, travada com todos os meios e com toda audácia.

SEGUNDA FASE

APLICAÇÃO DA DOCTRINA

A doutrina de Clausewitz corresponde para o pensamento militar,

a ação de Kant na filosofia feita de observação e de apreciação pessoal, ela mina o nacionalismo dos dogmáticos no qual ela substitui o subjetivismo, o empirismo e o pragmatismo.

A aplicação dessa doutrina apresentou aos oficiais alemães um problema que Moltke solucionou sob a forma de uma verdadeira lição de coisas.

Como sempre a História desempenhou um papel importante e a ela se referindo dizia: "É preciso que o estudo da História nos faça aproveitar a experiência dos outros".

Moltke conhecia perfeitamente Clausewitz e costumava citá-lo com frequência. Pensava também que o passado e o presente encerravam apenas uma parte do que é necessário ao homem de ação para agir e renovar.

O método de trabalho de Moltke vai permitir avaliar a importância que dava à História.

A política exterior da Prússia foi estudada levando em conta todas as hipóteses que podiam acarretar um conflito.

As três guerras nas quais a Prússia tomou parte foram estudadas e preparadas por ele. A guerra contra a França foi estudada e preparada em 14 memórias escalonadas de 1858 a 1870. Elas serviram de base aos estudos do Estado-Maior relativos à preparação do Exército para a guerra e à repartição das forças entre os teatros de operações ativos e o interior. A conduta das operações devendo preceder a primeira batalha geral, estimava que uma previsão de execução não podia ser feita além dessa batalha, uma vez que não se podia saber qual seria o desfecho.

O problema do inimigo foi objeto de estudos especiais, porquanto já existia a lei das probabilidades, como também a noção de reconhecimento de Frederico. O dinamismo desta noção tinha desaparecido apesar dos esforços de Scharnhorst.

É preciso procurar informações do inimigo a todo o instante, porque ele tem vida, age, manobra e

modifica, a todo o momento, a sua situação.

O chefe deve agir e só pode fazê-lo em relação ao inimigo, porém entre o momento em que deu ou recebeu ordens e o momento de executá-las o inimigo pode ter modificado a sua situação.

O chefe subordinado que busca sem cessar informações sobre o inimigo, deve no momento de executar a missão verificar, se as previsões adotadas pelo seu superior não foram ultrapassadas pelos acontecimentos, se foram, ele deve tomar sob a sua responsabilidade, o problema resolvido pelo Chefe.

Eis a característica essencial do Comando alemão, ela reside não na liberdade, mas na obrigação do Chefe subordinado que sem desprezar o fim geral que o superior tem em mira, adaptar à missão que lhe foi confiada a situação na qual ele se encontra.

A importância da História era reconhecida quase que unanimemente na Alemanha. O programa do estudo da história militar de 1868 reproduzido em 1888 tinha como objeto analisar "as causas e o encaminhamento dos fatos, ocupar-se do comando e ressaltar o espírito da guerra nas diversas épocas".

Condenou-se assim a crítica de descrédito, puramente negativa e substituiu-se por uma crítica positiva e objetiva, semelhante em muitos aspectos a das ciências experimentais.

TERCEIRA PARTE

RENOVAÇÃO DA DOCTRINA

Os sucessos de 1866 a 1870 não entusiasmaram os alemães. Eles não permaneceram na contemplação do passado, como os prussianos. Desde 1871 empreenderam a renovação, sempre com os olhos voltados para a História.

Estudando o passado e procurando nele o que havia deixado a desejar, chegaram aos dados da batalha de encontro.

Reviendo o inimigo, verificaram que os movimentos, ações e manobras só são úteis, reais e eficazes

quando realizados em relação a êle. Só se pode saber onde está o inimigo indo ao seu encontro, a fim de esclarecer ou reconhecer, com isso foi restituído o dinamismo da noção de Reconhecimento de Frederico.

O chefe deve informar-se e cobrir-se, essas duas noções de Reconhecimento e Segurança aparecem distintamente no Regulamento de 1887 data da concepção do método de comando do moderno exército alemão.

O chefe reconhece o inimigo, precisa por meio das informações recolhidas a situação na qual êle se encontra, examina a sua missão, verifica se corresponde a situação do momento em que recebeu as ordens, e decide se deve ou não modificá-la.

Eis a noção de Reconhecimento distinta da de segurança modificando a missão.

Podeis compreender agora, porque o Gen. Von Kluch agiu em setembro de 1914, antes e durante a batalha do Marne e porque não lhe foi dirigida qualquer recriminação.

O grande renovador foi o General Schliffen, os seus estudos foram baseados na História.

Os dois mais importantes livros da sua lavra são: "Frederico o Grande" e "Canne". O primeiro constitui assunto nacional prussiano e é o fundamento da tradição intelectual do exército alemão, o segundo, sua obra mais notável, rememora desde a mais remota antiguidade os episódios mais notáveis, principalmente os do tempo de Frederico e Napoleão.

Êle analisa as batalhas e verifica que as decisivas foram aquelas em que o inimigo foi derrotado completamente.

Schliffen considera Frederico superior a Napoleão. Enquanto aquele manobra nas proximidades do campo de batalha êste o faz com antecedência de muitos dias, mesmo de muitas semanas.

Para Moltke o ideal consistia na reunião de elementos separados no campo de batalha. A maioria dos Comandantes em Chefe repudiam êsse proceder e reúnem as suas fôr-

ças antes da batalha, abandonando assim o resultado decisivo e contentando-se com resultados parciais e algumas vezes sem sucesso.

Schliffen afirma que a superioridade do comando alemão tem a sua origem no livro de Clausewitz "A Guerra", livro que formou toda uma geração de soldados célebres.

Schliffen chegou assim a concepção da batalha geral de aniquilamento e constatou que só a destruição total do inimigo dá a vitória. Êle concebeu, como nas condições do século XX, com exércitos de milhões de homens essa batalha deve ser preparada e conduzida.

Tendo estudado na História as ações onde os resultados desejados tinham sido alcançados, instituiu a maneira de operar para obter no futuro os mesmos resultados, levando em conta a evolução efetuada.

A História é a restituição do passado, restituição ativa e dramática, depois intervem a escolha, dela retêm-se certos episódios ou abandonam-se outros, precisa-se a situação do momento em função das incessantes transformações efetuadas no curso da vida, atividades dos homens em todos os domínios, intelectual, científico, material, econômico, industrial, para depois determinar-se o modo da ação que se adotará e que se conduzirá.

Ê assim que se fica permanentemente em contacto com a realidade, passada, presente e futura, mas que se domina, se escolhe e se dirige.

A luta de mais de quatro anos sustentada pelos alemães na 1ª guerra, mostrou que o Comando alemão sempre dominou. A derrota foi devida a política que continha em si o germe de uma coalisão mundial, mas militarmente o seu comando não foi dominado.

Depois da derrota os alemães voltaram-se para a História e julgaram os seus erros: não ter utilizado a totalidade dos homens aptos para o serviço, o que poderia ter aumentado de seis Divisões o efetivo na batalha do Marne, não ter organizado desde o tempo de paz grandes unidades de cavalaria, não ter estimado convenientemente o poder das regiões fortificadas, ata-

cando Verdun, ter descurado os carros.

Isso foi o principal, porém a doutrina era boa. A iniciativa reconhecida ao Chefe, as duas noções de reconhecimento e segurança, a batalha de aniquilamento foram mantidas.

Os alemães arientaram os seus estudo sobre as grandes e pequenas unidades, baseando-se principalmente no histórico dos regimentos. Dêles foram tirados os elementos para a formulação dos temas, cujo esboço e métodos de apresentação são os mesmos dos livros de história. Jamais abstração, nem esquema, nem simplificação, nem convenções, mas sempre a realidade, com as suas imprecisões, lacunas e desastres.

Eles prosseguiram nas pesquisas históricas, mas não se detiveram nela para não serem ultrapassados pelos acontecimentos e assim renovaram a doutrina com a concepção do emprêgo dos carros e dos aviões, sem nenhum limite das suas possibilidades, em vista da batalha geral de aniquilamento, que repousa na colaboração de todas as armas no campo de batalha. E foi o desmoronamento da Polônia, depois Sedan e Dunquerque, em junho de 1940.

CONCLUSÃO

A atividade do homem concentra-se em três termos: Conhecer, Agir, Renovar.

A falta de conhecimento é grandemente prejudicial. É reservar-se as maiores surpresas e desde que se trate de guerra, as maiores delusões.

Os alemães estudaram a fundo o problema da guerra e tornaram-se os mestres incontestáveis do campo de batalha, devido ao seu comando.

O mundo, duas vezes, mobilizou as suas forças para bate-los.

Eles estudaram a realidade da guerra. A realidade e a História tiveram um papel preponderante.

Era preciso uma história viva, verídica, uma restituição realística do que foi. Mas isso não era suficiente. As famosas lições da experiência não são nada em si, ficar aí, refazer o que foi feito conduz a cristalizar, ficar imóvel no tempo e se deixar ultrapassar pelos outros.

Depois de Scharnhorst, os alemães compreenderam essa verdade, depois de século e meio eles têm sabido agir e renovar.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

"BARRAGEM ATRAVESSADA"

Ainda é fértil messe de sádios exemplos de destemor e consciência do dever em presença do inimigo no ataque ao CASTELO, o feito que hoje registramos.

Tratava-se de cobrir o flanco Oeste do 1º escalão do III BATALHÃO, do REGIMENTO SAMPAIO, galhardamente conduzido por duas de suas CIAS. DE FUZILEIROS (Caps. ARNIZAUT e FARAH) duramente hostilizados por espigões que o flanqueavam naquela direção.

Dessa missão é incumbido um PELOTÃO DA CIA. RESERVA (Capitão AMADEU), sob o comando do Ten. GUINEMÊ. Lesto, sob fogo terrível, havia já o Pelotão vencido largos trechos do terreno, em busca do objetivo que lhe fôra determinado. Súbito, desencadeia-se, precisamente à frente do pelotão, ajustada barragem de morteiros, detendo-lhe a progressão momentaneamente. O Ten. GUINEMÊ, porém, consciente que a presença de seus fogos se fazia urgente, porque era necessária na cobertura do hostilizado flanco de seu BATALHÃO, não vacila e se lança para a frente com seu Pelotão transpondo com decisão a barragem que pretendia impedir-lhe o cumprimento do dever! Vários bravos tombaram, porém o Pelotão chegou ao seu destino e cumpriu a missão!

Bravos, PELOTÃO GUINEMÊ! É assim que combate o SOLDADO BRASILEIRO e é com a consciência do dever no cumprimento da missão recebida que o conduzem seus Oficiais!

Bravos, Tenente GUINEMÊ!

(Soldado! Este o teu Regimento, Maj. Nelson R. Carvalho)



Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DO ENQUADRAMENTO

NOÇÕES VELHÍSSIMAS :

ROUPAGENS NOVAS.

Ten.-Cel. J.F. MOREIRA COUTO
e Major FREIRE DANTAS

Aos dedicados camaradas do Curso
de Artilharia da EAO.

I — APLICAÇÃO DAS LEIS DA DISPERSÃO

a. Se dispararmos, na mesma direção, dois tiros, um com o ângulo A , outro com o ângulo $A + a$, (tiro mergulhante), pode suceder, sendo pequeno o valor de a , que o segundo tiro seja curto em relação ao primeiro.

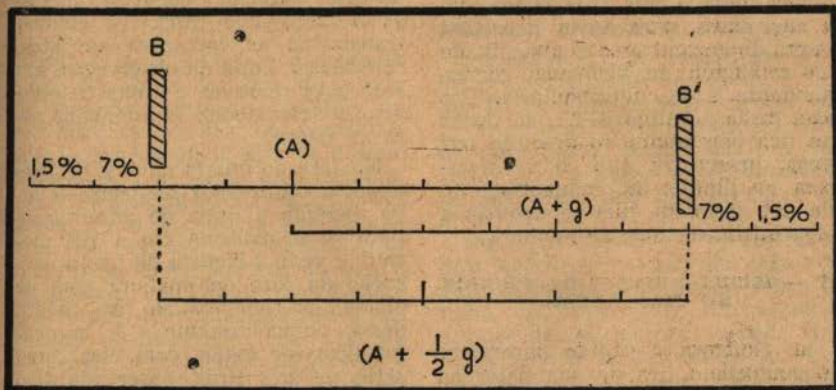
Se aumentarmos a , chegará um momento em que teremos quase a certeza de que o sentido do tiro seguirá o sentido do lance.

Ao lance correspondente denomina-se garfo. O valor do garfo equivale a quatro desvios prováveis.

Quando se procura enquadrar um alvo, não é, portanto, indicado empregar lances em alcance inferiores a um garfo.

b. O exame das escalas de dispersão (figura) revela que, se foi observado, com o ângulo A , um tiro curto, e com o ângulo $A + g$ (g representando o garfo) um tiro longo, há 90% de probabilidades de que, se atirmos com o ângulo médio $A + \frac{1}{2} g$, o alvo se encontre na zona de dispersão correspondente. Esta probabilidade cresce para 99% (certeza moral) se tiverem sido observados dois tiros curtos com o ângulo A e dois tiros longos com o ângulo $A + g$.

c. Efetivamente, a não se encontrar na zona de dispersão correspondente ao ângulo $A + \frac{1}{2} g$, o alvo estará situado aquém de B ou



além de B'. Admitamo-lo em B ou em B', posições mais desfavoráveis :

Estando o alvo em B, a probabilidade de obter um tiro curto com a alça A é 8.5% ; a probabilidade de ter um tiro longo com a alça A + g é 100% ; a probabilidade de ocorrerem, em dois tiros sucessivos, esses dois acontecimentos independentes é $P = 8.5\% \times 100\% = 8.5\%$. A probabilidade contrária a esta, de estar o alvo situado dentro da zona de dispersão da alça A + 1/2 g será, portanto : $100\% - 8.5\% = 91.5\%$.

A probabilidade de obter, em dois tiros sucessivos com a alça A, dois arrebitamentos curtos em relação ao alvo B (acontecimentos independentes) tem por expressão : $P = 8.5\% \times 8.5\% = 0.72\%$; a de obter igualmente dois tiros longos em dois disparos com a alça A + g é 100% ; e a de sucederem, em quatro tiros, estes acontecimentos independentes, será : $P = 0.72\% \times 100\% = 0.72\%$. A probabilidade, pois, de estar o alvo compreendido na zona de dispersão do tiro com a alça A + 1/2 g, contrária a esta, será, no caso de dois tiros observados em cada ângulo : $100\% - 0.72\% = 99.28\%$.

Se considerarmos um alvo situado em B' chegaríamos, por raciocínio idêntico, a probabilidades iguais.

d. É, portanto, necessário, ao enquadrar um alvo entre duas alças diferentes de um garfo, que se tenham obtido dois tiros longos com a alça longa, e dois tiros curtos com a alça curta, para haver a certeza moral de encontrar-se o alvo situado no retângulo de dispersão correspondente à alça intermediária. Por esta razão o antigo IGTA, ao tratar do tiro percuteute de precisão por peça, prescrevia que se verificassem os limites do enquadramento de um garfo do qual se deduzia a alça inicial da fase de melhora.

II — PECULIARIDADES DA TÉCNICA DE TIRO ATUAL

a. Outrora o capitão observava e conduzia o tiro de sua bateria ; conhecendo, com aproximação sufi-

ciente, a situação das peças relativamente ao observatório, transformava, ele mesmo, as correções necessárias em comandos para as peças ; procurava colocar-se na axialidade, a fim de tornar mais simples essas conversões ; e devia medir na carta, ou determinar pelo tiro, a relação de redução, razão existente entre a distância de observação e a de tiro. Na fase de ensaio da regulação percuteute de precisão por peça, enquadrava o alvo entre duas alças diferentes de 2, 4, 8 garfos, cerrava o enquadramento a um garfo, e iniciada a fase de melhora com a alça média resultante.

b. A técnica de tiro atual tornou extremamente simples a tarefa do observador, tendo em vista poder conferi-la, como afinal conferiu (C 6-135), ao combatente de qualquer arma que necessite apoio na linha de frente, e possa recorrer a um meio de comunicação ligado às rédes da artilharia. A central de tiro do grupo ou da bateria cabe transformar os informes enviados pelo observador em elementos de tiro, que envia às peças. O tiro de grupo passou a ser normal, e mesmo as intervenções de bateria são, em regra, dirigidas pelo grupo.

O observador envia à central sua orientação para o alvo, cuja posição indica relativamente a um ponto locado na prancheta de tiro ; solicita, para os tiros que observa, correções métricas da direção e do alcance, estimadas como se ele fôsse a peça que atira ; a central transforma as correções enviadas, referidas à linha de observação, em correções relativas à linha bateria-alvo, e delas deduz os comandos para as peças.

Na fase de ensaio do tiro de precisão, o observador enquadra o alvo segundo a linha de observação, reduz o enquadramento a 100 metros, e pede à central de tiro a execução da fase de melhora com os elementos relativos ao tiro médio dêsse enquadramento. A central faz disparar então, com eles, uma série de seis tiros, observada tiro a tiro, e repartida em duas meias

séries de três, deduzindo dela os elementos da eficácia.

III — CONTRATEMPOS

Sucedee por vèzes, e com maior freqüência do que seria desejável, que a central de tiro, ao disparar a primeira meia série de três tiros com a alça de ensaio, obtém três observações idênticas do alcance; feito um lance de alça de meio garfo no sentido conveniente, como manda a regra, e disparada a segunda meia série, recebe mais três observações do alcance iguais às anteriores; efetua segundo lance de meio garfo, como está prescrito, e os tiros ainda não mudam de sentido. Deve então voltar à fase de ensaio. Desperdiçou-se munição, e (mais importante) perdeu-se tempo.

Que terá ocorrido? Evidentemente, a alça de ensaio obtida não correspondia a um retângulo de dispersão que contivesse o alvo. A probabilidade contrária estudada precedentemente verificou-se, no caso; havia, com um tiro somente observado em cada limite do enquadramento de 100 metros, a probabilidade 90% de acertar; mas o tiro obedeceu à probabilidade restante, de 10%. Não havia certeza moral de produzir-se o acontecimento. Ou a alça observada curta não era realmente curta, ou a alça dada como longa não era de fato longa. Só resta recommear.

IV — DISCUSSÃO DO PROBLEMA

Não terá sido, talvez, inspiração feliz abandonar, na fase de ensaio do tiro de precisão, a prática de verificar os limites do enquadramento que produz a alça de ensaio. Obteve-se, com isto, uma aceleração das ajustagens na maioria dos casos; mas a conduta das regulações fica exposta, pelo desrespeito aos fundamentos teóricos do tiro, a insucessos não muito raros, que acarretam, quando se verificam, delongas inadmissíveis. As leis da dispersão conservam-se imutáveis, e suas sanções atingem, cedo ou tarde, os desacautelados.

Examinemos a validade da aplicação dos preceitos antigos à técnica de tiro atual:

Sem dúvida, na direção do tiro verificaram-se modificações estruturais profundas, mas não é difícil descobrir, nos processos de hoje, os mesmos fundamentos dos processos de ontem.

a. O observador procura um enquadramento de 100 metros segundo a linha de observação, e em seguida o reduz à metade. Os 100 metros atuais representam, no caso, um valor grosseiro para o garfo às distâncias médias de tiro; a central recebe, pois, para o início da fase de melhora, o tiro a menos de 50 metros do alvo, ou seja, o ponto médio do retângulo de dispersão a cerca de meio garfo do ponto a bater.

b. A situação do observador em relação ao plano de tiro pode ser qualquer. No caso extremo em que o ângulo de observação atinge $1\ 630''$, as correções do alcance que êle envia representam, para a bateria, correções de deriva. E em qualquer situação outra, fora da axialidade, êsse mesmo enquadramento traduz-se, de fato, no plano de tiro, por um enquadramento de alças menor.

c. Não parece haver discrepância apreciável entre o enquadramento atual de 100 metros e o enquadramento antigo de um garfo. E a prova é que, durante a fase de melhora, quando a central avoca a si a conduta do tiro, passa a raciocinar com o valor real do garfo.

Resumindo: Os limites do enquadramento a que se referia o velho IGTA correspondiam a dois tiros com alças diferentes de um garfo, observados, ambos, em boa direção para a peça, isto é, situados no plano de tiro que continha o alvo.

No atual C 6-40 êle se refere a dois arrebitamentos, um aquém, outro além do alvo, porém sobre a linha de observação, intervalados sempre de 100 metros; a cada um deles podem corresponder, no caso mais geral do observador fora da axialidade, elementos de tiro dis-

tintos, não só em alcance, mas também em direção. Essa circunstância, porém, não impede, a não ser no caso extremo (e raro) da observação lateral, que, ao verificarmos esses limites de um enquadramento de 100 metros obtido numa direção oblíqua qualquer, estejamos, na realidade, verificando os sentidos dos alcances de duas alças diferentes, a grosso modo, de um garfo.

No caso do observador colocado lateralmente (ângulos de observação superiores a 800"), verificar-se-ão, com este proceder, antes duas derivas enquadrantes que duas alças; porém, nessa situação, a dispersão em alcance do tiro, apresentando-se quase em verdadeira grandeza para o observador, dificulta-lhe obter arrebitamentos sobre a linha de observação, e já por isso o obriga a conduzir a ajustagem por séries de dois tiros.

Nada contra-indica, como se vê, a readoção da prática salutar e prudente de verificar os limites do enquadramento que fornece a alça de ensaio; serão mais dois tiros gastos e dois minutos perdidos para prevenir o desperdício possível de uma dúzia de granadas e o malbarato de um precioso quarto de hora.

V — UMA SOLUÇÃO

O problema poderá ter solução satisfatória mediante pequena alteração na conduta do observador e da central de tiro:

a. Ao restringir a 200 metros o enquadramento do alvo, o observador pedirá dois tiros à central, por ser este um dos limites do enquadramento futuro de 100 metros.

Ex.:

Esquerda 100,
Por dois,
Alongue 200.

b. Prosseguirá no mesmo mecanismo de tiro até terminar a fase de ensaio. Ex.: tendo observado curtos os dois tiros acima, enviará:

Direita 20,
Alongue 100.

c. Sendo enquadrante uma série de dois tiros, dará por terminada a fase de ensaio. Ex.: observados, agora, um tiro curto e um tiro longo, transmitirá:

Repita direção,
Melhora,
Repita alcance.

d. Se, ao cerrar um enquadramento de 400 metros, não fôr solicitada pelo observador a execução do tiro por séries de dois (caso do observador estranho à Artilharia) a central de tiro tomará essa iniciativa, e lhe ordenará a remessa da observação de cada tiro.

VI — CONCLUSÃO

O problema existe, e os artilheiros em contacto mais freqüente com o tiro têm, não poucas vezes, experimentado seus efeitos. A análise precedente, fundamentada nas leis da dispersão e das probabilidades, parece aconselhar o retorno, após a indispensável adaptação de processos, às prescrições sensatas do passado.

Entretanto, a viabilidade da solução aqui proposta exige comprovação da prática. Por isso dedicamos este despretencioso estudo a artilheiros capazes de investigar seus fundamentos teóricos e a exequibilidade das medidas corretivas.

Todo processo de tiro cujos princípios estejam em desacordo com as leis da dispersão e das probabilidades poderá, em casos isolados, mesmo freqüentes, conduzir com rapidez ao resultado; porém, considerada a generalidade dos casos, levará o artilheiro a dispendar municiões inutilmente.

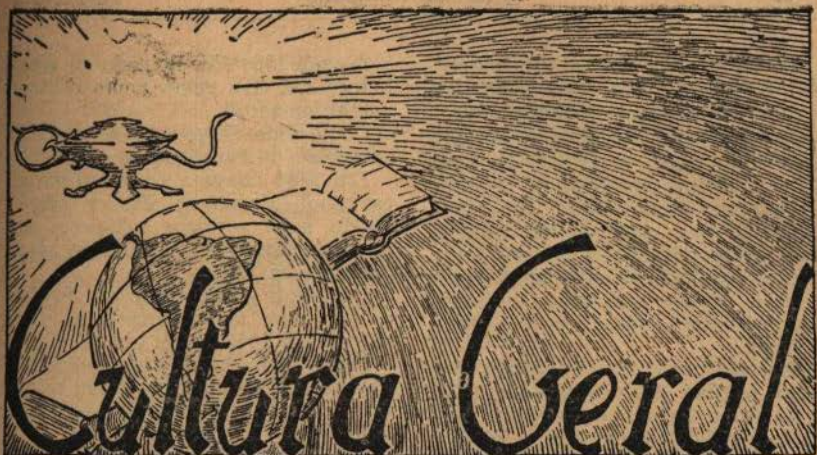
Referências:

FM 6-40, Jan 50;

R-13, III parte, IGTA, 1927;

R-13, 3ª parte, IGTA, 1943;

Ministère des Armées, Règlement de Manoeuvre de l'Artillerie, Deuxième Série (Tir), titre X, IGTA, 1951.



O DRAMA DE GOA

General DANTON TEIXEIRA

Goa é um relicário da História Portuguesa.

Na costa ocidental da Índia, os portugueses assentaram os seus domínios na região que hoje é o Distrito de Goa, ao sul de Bombaim.

Foi a grande aventura de Marcos Paulo (Marco Polo) às terras lendárias do Oriente, descrita no Livro das Maravilhas, que despertou a cobiça portuguesa das empresas do Mar Tenebroso.

Antes de descobrirem o roteiro marítimo para as Índias os portugueses procuraram um caminho terrestre. Em 1487 Pero de Covilhã e Afonso de Paiva tiveram permissão de ir à terra de Preste João, na Etiópia e daí se possível, por água à Índia. Covilhã que falava correntemente o árabe esteve no Egito e na Etiópia e depois embarcou para a Índia onde visitou Cananor, Calecute e Goa. Daí voltou pelo mesmo caminho a Lisboa onde prestou as informações de sua arrojada viagem.

Este bravo cavaleiro da corte de D. João II acompanhou mais tarde Vasco da Gama e lhe prestou preciosas informações durante a expedição.

Logo depois da viagem de Cabral às Índias o governo lusitano apresta a armada de Afonso de Albuquerque com o fito de iniciar o comércio regular com o Oriente.

As decantadas riquezas da Ásia eram as seguintes: pimenta da Malaiia, canela do Ceilão, cravo das Molucas, nóz e massa de Banda, benjoim da Sumatra, cânfora de Borneu, aljôfar do Mar Vermelho, laca do Pegu, sândalo, mel e cêra do Timor, diamantes de Narsinga, rubis do Ceilão e do Pegu, sêdas e porcelanas da China, gengibre de Málaca, marfim da Etiópia, pérolas do Ceilão, tapetes da Persia, etc.

Albuquerque explora a costa ocidental da Índia e entra em relações com o Samorim, o Rei de Calecute e o Rei de Cochim. Fortifica todos os locais que se submetem ao Rei de Portugal.

Francisco de Almeida o auxilia na conquista e exploração das terras banhadas pelo Oceano Índico. Este grande cabo de guerra comete façanhas incríveis. Destroça uma poderosa esquadra egípcia perto de Diu.

Duarte Pacheco, que era o grande cosmógrafo da época, auxilia também Afonso de Albuquerque.

Afonso volta a Lisboa e prepara uma imponente frota de 14 naus para continuar sua obra no Oriente. O grande Albuquerque explora o Golfo Pérsico e entra em contacto com o mundo árabe. Toma Ormuz. O Rei oriental concerta um tratado com o emissário lusitano assinado em fôlhas e letras de ouro abertas a buril.

Em 1510 com 23 naus ataca Goa e aí se fixa definitivamente. Em 1512 toma Mácala e entra em contacto com o Rei do Sião. Inicia o comércio com a Indonésia e explora as Molucas onde poucos anos depois vai ter parte da frota de Fernão de Magalhães a serviço da Espanha ao fazer a volta ao mundo pelo sul da América.

Quer dizer que em 1512 já as caravelas portuguesas atingiam o antípoda do Tratado de Tordesilhas em Cabo Verde.

Dos cinco navios da frota de Magalhães, que fizeram a volta ao mundo, só regressou à Espanha a caravela Vitória com 18 homens. Pois bem, a carga trazida das Molucas: pimenta, canela, cravo e carda momo cobriu todas as despesas da expedição e deu um régio saldo aos financiadores do empreendimento.

Abaixo das Molucas a exploração portuguesa deixa um marco imprecívél que é Timor no extremo oriental do grande arquipélago javanês.

Tal é a grandeza da epopéia lusitana que vemos também naquelas longínquas plagas a frota do grande capitão que fez descobrir as costas do Rio Grande do Sul: Martim Afonso de Souza. Foi uma nau desgarrada de sua frota sob o comando de Pero Lopes que entrou pela lagoa dos Patos em 1532 e deu à região o nome de Rio de S. Pedro pois a tomara como um grande estuário.

Os domínios portugueses no Oriente compreendem Diu, Damão e Goa na Índia; Timor na Indonésia e Macau na China, ao sul de Hong Kong.

A sede do Vice-Reinado se estabelece em Goa como ponto central das colônias.

Como sede do governo aí também se instala o Padroado em 1534.

Em 1540 chega a Lisboa o padre espanhol Francisco Xavier oferecendo seus serviços religiosos ao governo português para serem aproveitados na Índia.

O grande missionário vai iniciar a sua obra de catequese no Oriente e em 1542 chega a Goa.

Sua viagem tormentosa o faz conhecer Moçambique na costa oriental da África e uma das feitorias lusitanas.

A sua pregação no meio indígena, em Goa, alcança o maior êxito.

Vai a Ceilão, a Cananor, a Cambaia e Cachim e em toda parte leva triunfante a Cruz de Cristo.

Em 1545 ora na sepultura de São Tomé, em Meliapor. Rende assim homenagem ao primeiro mártir da Igreja Católica no Oriente.

Escala em Mácala e daí prossegue até o Japão onde pregou durante dois anos.

Do Império do Sol Nascente vai à China onde converte multidões. Faleceu a 3 de dezembro de 1552 em Sancião na China. Seu corpo foi trasladado para Goa onde repousa num rico Mausoleu de prata mandado erigir pelos seus conversos.

Aí se realiza anualmente uma imponente peregrinação de todo o mundo católico oriental que vai render as suas homenagens ao grande evangelizador.

Em 1952 por ocasião do 4º centenário de sua morte, sua Santidade o Papa Pio XII lança uma Mensagem exaltando a obra do piedoso Santo e assim se expressa:

"Goa que tem jus a orgulhar-se de possuir os restos mortais do Apóstolo, o tesouro maior do Oriente e a mais segura garantia de paz e prosperidade, não lhe deverá mais do que a qualquer outro, o ter sido, durante dois longos séculos, o maior centro de irradiação do Evangelho em toda a Ásia e Indonésia, e o ser ainda hoje, graças a fé viva e à religiosidade dos seus filhos, a cidade e a arquidio-

cesse em que são mais as vocações sacerdotais a ponto de poder enviar generosamente tantos obreiros evangélicos para outras partes da grande Índia que tanto necessita de sacerdotes."

Essa a palavra consagradora do Santo Padre.

Mas há ainda outras razões, altas e poderosas, que tornam Goa um escrínio da História da nação portuguesa.

Por volta de 1553 aí aporta como soldado Luiz de Camões que nessa época se achava indisposto com a côrte lusitana por haver ferido um guarda do Paço.

O poeta já nessa ocasião se achava zarolho em virtude de um ferimento recebido em combate ao norte da África.

O grande vate combateu no Mar Vermelho.

Retornando a Goa começa a compor os Lusíadas a fim de perpetuar a glória de Vasco da Gama e seus arrojados marujos.

Desavindo com o Vice-Rei é deportado para Macau, na China.

Acusado infamemente de ter dilapidado a Fazenda Nacional retorna a Goa para ser processado e na viagem sua nau soçobra e o grande poeta consegue a custo salvar o seu precioso manuscrito.

Desfez as infâmias de seus detratores e é absolvido.

Em Goa soube da morte de Catarina de Ataíde de quem era enamorado.

Estêve nas Molucas e depois em Moçambique.

Retornou à Pátria miserável e inválido, mas com o seu imortal Poema.

Chega a Lisboa em 1570.

Em 1572 publicou "Os Lusíadas".

O poeta faleceu em 1580 com apenas 56 anos de idade.

Como vimos, viveu Camões, nas Índias, 17 anos de penosos e grandes sacrifícios pela Pátria.

Ao chegar à sua querida Lisboa, depois de tão longa ausência, compôs o poeta o célebre soneto 120 como preito de saudade à sua bem amada e este soneto ao Tejo, que viu a arrancada magnífica dos argonautas :

Formoso Tejo meu, quão diferente
Te vejo e vi, me vês agora e viste ;
Turvo te vejo a ti, tu a mim triste,
Claro te vi eu já, tu a mim contente.

A ti foi-te trocando a grossa enchente
A quem teu largo campo não resiste ;
A mim trocou-me a vista em que consiste
O meu viver contente ou descontente.

Já que somos no mal, participantes
Sejamo-lo no bem. Ah ! quem me dera
Que fossemos em tudo semelhantes.

Lá virá então a fresca Primavera,
Tu tornarás a ser o que eras dantes,
Eu não sei se serei quem dantes era.

Como vimos, em Goa refulgiram a espada, a cruz e o livro portugueses representados nas obras e feitos de Afonso de Albuquerque, S. Francisco Xavier e Luiz de Camões.

Há finalmente razões econômicas que tornam de valor a região de Goa.

Apesar de sua área ser apenas de 3400 quilômetros quadrados a

sua produção mineira foi enorme no ano passado :

450.000 T de minério de ferro.

100.000 T de minério de manganês.

A exportação se faz para a Índia.

É uma região rica de frutos e foi de lá que nos vieram a manga e a jaca, o ficus retusa, etc,

Também dessa longínqua terra recebemos uma das riquezas da pecuária brasileira: o Guzerate, que como se sabe, é uma das variedades do zebú e das mais reputadas no Triângulo Mineiro.

Também daí importamos esta árvore encantadora que hoje ornamenta todas as fazendas do Rio Grande do Sul — o cinamomo.

O movimento hindu para recuperar Goa não tem o apoio da população local.

Goa, Damão e Diu possuem atualmente 637.000 almas.

As pretensas reivindicações sobre a Índia Portuguesa têm abalado profundamente o mundo católico pois seria até mais justo ficarem essas paragens históricas sob a custódia do Vaticano do que sob a tutela de nações que perderam seu controle há mais de 450 anos.

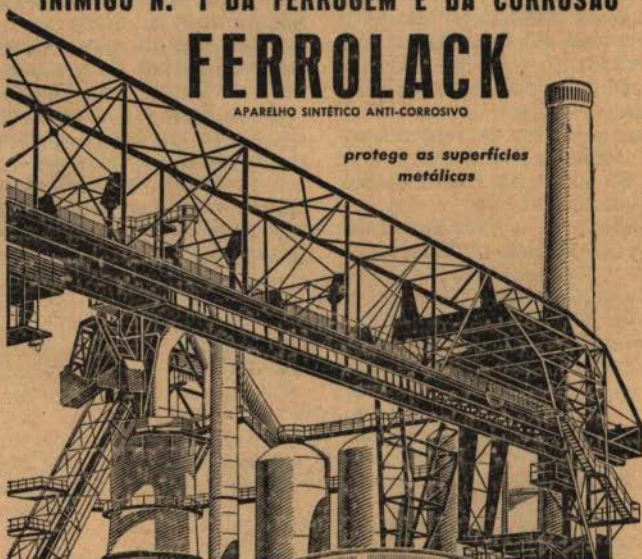
A O.N.U. entretanto fará, por certo, pesar sua influência sobre essa agitação suspeitosa que ameaça os nossos irmãos dalem mar.

INIMIGO N.º 1 DA FERRUGEM E DA CORROSÃO

FERROLACK

APARELHO SINTÉTICO ANTI-CORROSIVO

protege as superfícies
metálicas



Completa aderência, grande resistência e durabilidade, estendendo-se por igual sobre as partes aplicadas, permitindo perfeito acabamento. Secatividade rápida. Resistente às soluções ácidas, alcalinas e à água salgada.



NAS FÁBRICAS,
USINAS, REFINA-
RIAS, PONTES E
SUPERFÍCIES ME-
TÁLICAS EM GERAL

EVITA A AÇÃO
DESTRUIDORA
DO TEMPO

TINTAS YPIRANGA

Uma tinta para cada fim

AS MAIS VENDIDAS NO BRASIL

FUNDAMENTOS TÉCNICOS DA INDÚSTRIA PRIMÁRIA E DE TRANSFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Na sessão inaugural do 10º Congresso da Associação Brasileira de Metais, realizada em São Paulo, a 6 de dezembro do ano passado, o General de Divisão Edmundo Macedo Soares e Silva, Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional e da Cia. de Aços Especiais Itabira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Metais, membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e Vice-Presidente executivo da Comissão de Desenvolvimento Industrial, pronunciou uma conferência sobre o tema "Os Fundamentos Técnicos das Indústrias Primárias e de Transformação na América Latina".

Tratando-se de assunto de alta significação econômica para a América Latina e, conseqüentemente, para o Brasil, "A Defesa Nacional" publica na íntegra esse trabalho que é uma reafirmação de confiança, do ilustre conferencista, no valor e possibilidades do homem latino-americano, encerrando minucioso exame das riquezas do solo e sub-solo de toda a América Latina.

I — RECURSOS NATURAIS DA AMÉRICA LATINA

A América Latina apresenta peculiaridades que devem ser ressaltadas no início de um estudo sobre os fatores que influem na sua industrialização.

Em primeiro lugar, é interessante observar que ela ocupa em latitude a maior extensão das regiões civilizadas do globo terrestre: vai de 32° N a 55° S. Quase metade do México e cerca de 2.500.000 km² ao Sul, abrangendo 600.000 km² no Brasil, 40% da superfície do Paraguai, todo o Uruguai e, praticamente, a totalidade dos espaços geográficos ocupados pelo Chile e a Argentina, ficam fora da zona compreendida entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio. A África tem, no planisfério terrestre, a mesma posição, com mais 5° ao N e menos 20° ao Sul, pois Capetown corresponde a Montevidéu. Do mesmo modo, a parte Sul da Ásia, abrangendo grande área da China, a Indochina, o Sião, a Birmânia, a Índia, o Paquistão, o Sul do Irã e a Arábia Saudita correspondem, com a Oceania do Sul, à localização da América Latina.

A observação vale para documentar que a influência da latitude nos dá todos os climas possíveis da Terra, exceto o glacial.

Ainda sob o aspecto geográfico, notam-se na América Latina grandes cadeias de montanhas que ericam o território das Repúblicas do México e da América Central de altos picos e formam planaltos, onde a elevação corrige os efeitos da latitude; do mesmo modo, a América do Sul se caracteriza, a Oeste, pela colossal massa dos Andes que, ramificando-se em várias cordilheiras de direção Norte-Sul, suspendem a grandes e médias altitudes várias extensões planas, "las sabanas", onde vivem populações numerosas em belas cidades, como Bogotá, Quito e Santiago; deslocando-se para Leste, os Andes Orientais percorrem a Venezuela do lago Maracaibo ao golfo de Pária, permitindo que Caracas a 1.000m, seja uma das capitais de clima mais ameno no Mundo, embora se situe a 10° Norte da linha equatorial. No Brasil os grandes massiços que se levantam do Rio Grande do Sul até o Nordeste, com ramificações para o Oeste, colocam igualmente grande parte do território do nosso País

a altitudes que corrigem, como dissemos acima, os efeitos da latitude, São Paulo, como Caracas, se beneficia dessa circunstância, o mesmo acontecendo com Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia e inúmeras cidades de vários Estados brasileiros.

A área total da América Latina é de, aproximadamente, 20.000.000 de quilômetros quadrados, e a população 171.000.000 de habitantes, assim repartidos:

	Area (Km2)	Habs.
México	1.970.000	24.200.000
América Central	715.190	24.300.000
América do Sul	17.530.000	123.000.000

A massa humana é a que cresce mais rapidamente no Mundo, na época atual: 2,3% por ano; em 1975, somará 275.000.000 de almas, se essa taxa continuar (1).

No México, na América Central, na Venezuela, nos Países da costa ocidental da América do Sul, no Paraguai e na Bolívia as populações têm percentagens variadas de mestiços. A mistura étnica é também considerável no Brasil. Em todos os Estados há uma "élite", onde predomina a raça branca.

Houve quem afirmasse que, numa secção reta do Brasil, de Leste para Oeste, seriam encontradas civilizações de todas as épocas, isto é, desde a mais avançada, do século XX, até a das idades primitivas, como a dos índios. Este estado de coisas continua na América Latina, porque existem enormes extensões quase despovoadas e sem meios modernos de comunicações para massas de mercadorias. Pode-se afirmar, entretanto, que todos os governos se preocupam com a instrução pública e que a cultura ocidental penetra nas massas, com maior ou menor velocidade, conforme o País. Não obstante, o analfabetismo ainda perdura, em proporção elevada, em muitas regiões; é certo, porém, que, por outro lado, já se nota bom ensino secundário. Universidades bem organizadas existem em quase todos os países, permitindo a for-

mação de uma "élite", cujo pensamento organizador vai-se impondo pouco e pouco. Além disso, inúmeros latino-americanos bebem as lições das escolas européias ou americanas do Norte, procurando aprimorar a educação que recebem em suas pátrias. Como observação de ordem geral, pode-se afirmar que a atitude dos latino-americanos é para a cultura moderna e que eles ombreiam facilmente, nas competições intelectuais, com os europeus e americanos em suas próprias escolas, manejando línguas estrangeiras.

Maugrado as aptidões naturais, a formação técnica dos povos latino-americanos deixa muito a desejar. Em seu conjunto, não formam eles mais de 4.000 engenheiros por ano, de todas as especialidades, aí compreendidos os arquitetos. A influência das antigas universidades espanholas e portuguesas, onde o culto das letras e da filosofia ultrapassava o gosto pelas ciências físicas e naturais, ainda se faz sentir, atenuada, no entanto, por tendências recentes que estão conduzindo os latino-americanos aos laboratórios de tecnologia e de pesquisas; essas tendências se notam, pelo menos, nos países de maior população, como a Argentina, o Brasil e o México, mas também já se observam em outros, como a Venezuela, o Chile e a Colômbia.

Em consequência do nível cultural e do baixo padrão de vida, percentagem ponderável de populações latino-americanas não gozam de uma saúde perfeita e apresentam índices de produtividade inferiores aos dos habitantes de zonas temperadas, na Europa e na América do Norte.

A despeito das observações que acabamos de fazer, é opinião generalizada que os latino-americanos, em todos os escalões do trabalho, aprendem com relativa facilidade, adquirem senso de responsabilidade e trabalham com rendimento satisfatório nos ramos de atividade em

(1) Latin-American Business Higlth (The Chase National Bank, N.Y.), setembro de 1954.

que atuam. Os mais altos níveis técnicos, nas profissões que exigem qualidades pessoais, são atingidos por eles: na medicina, na advocacia, na engenharia, nos mistérios artesanais e nas tarefas de operários na indústria moderna. Essa opinião tem sido corroborada por exemplos de realizações as mais arrojadas em campos diferentes, como construções civis, metalurgia, eletricidade, química, etc. Não se trata, destarte, de suposição, de um pensamento que se deseja que se transforme em realidade — de um "wishful thinking", mas de fatos que são reconhecidos e apontados diariamente. Podem, pois, ser atingidos, entre nós, aqueles elevados padrões de eficiência que caracterizam as aplicações industriais nos países mais adiantados.

Em resumo, a tese que procura-mos defender acima se pode resumir assim:

"A América Latina dispõe de espaço, de climas e de gente para exercer as atividades que marcam a civilização moderna".

Os fatos têm provado que a afirmação de André Siegfried, o conhecido pensador francês, de que os povos da América Latina não poderiam dispor de *élites* capazes de atender às graves responsabilidades de organização e direção dos Estados modernos, não se mantém de pé. Cada dia, o que vem sendo feito, demonstra o contrário.

Passemos a examinar agora o que valem o solo e o subsolo da América Latina.

Ocupando um tão vasto espaço em latitude e possuindo elevados planaltos, a ecologia das nações latino-americanas é a mais variada possível. Há climas extremos — do frio ao tropical. Domina, entretanto, esse último, razão pela qual vamos examinar os solos tropicais em primeiro lugar. Como fonte de matérias-primas de origem vegetal, eles têm uma importância indubitável: madeiras, plantas medicinais, borracha e fibras. Como mostrou recentemente o estudioso agrônomo

patrício Sr. Pimentel Gomes, foram vencidas as dificuldades técnicas para a produção de celulose com as madeiras heterogêneas das florestas tropicais; (2) industrial brasileiro já está instalando fábrica de papel nas proximidades de Belém, no Pará. A América Latina dispõe de 6.500.000 km² de florestas tropicais, dos quais 5.200.000 na bacia amazônica, servida por grandes aquedutos.

A respeito do revestimento florestal nas zonas equatoriais, vale a pena citar uma afirmação de Dudley Stamp, no seu interessante livro "Our Undeveloped World": "Por que, num mundo faminto de madeira, ficaram tão pouco exploradas estas florestas que apresentam as mais vastas extensões de terra com madeira não aproveitada (unworked)? As árvores são de espécies muito diferentes: a maioria, senão todas, são madeiras duras do tipo conhecido tecnicamente por *madeiras tropicais de marcenaria*. Elas são de alguma forma de uso limitado; na verdade, menos de 2% da madeira de lei consumida no Mundo pode ser classificada sob o título geral de madeira dura tropical. Cada madeira é diferente e, conquanto haja uma demanda comercial para alguns tipos, é difícil estabelecer demanda para todos. Em consequência, no que se refere à exploração, as alternativas são, ou abatimento completo da floresta, com a dificuldade de achar mercado, ou, na verdade, uso para os muitos e variados tipos, ou corte seletivo das árvores de valor comercial, tarefa virtualmente impossível".

Nossa experiência da exploração de florestas tropicais no Vale do Rio Doce mostra que essa é uma das muitas afirmações que se erigem em regra, mas que não correspondem à verdade. Todas as madeiras, em nosso País, encontram uso e compradores. O problema, para a Amazônia, tem sido a distância, a dificuldade de penetrar na floresta e de vencer os obstáculos

locais. A reserva, entretanto, existe, e, à medida que a civilização avançar para aquela região, o aproveitamento das suas riquezas se fará fatalmente.

Quanto à acidez do solo, à destruição das matérias orgânicas pelo Sol, a pouca profundidade do humus e a precariedade do restabelecimento natural da floresta cortada, são problemas em estudo e que escapam à análise que estamos tentando fazer. A agricultura tropical vai, entretanto, progredindo, e nos cabe, indubitavelmente, um grande papel neste sentido. Ao lado da grande área coberta de matas, temos na América Latina as zonas de campos, algumas extremamente interessantes para a criação de animais e que fornecem, além de alimento para o homem, matérias-primas industriais preciosas. Existem elas na Argentina, no Sul do Brasil e em vários altiplanos, mais ou menos elevados, em todos os países que estamos considerando.

Como vemos, nenhuma extensão da superfície da terra supera a da América Latina no que diz respeito à variedade de solos e ecologias. Sob o ponto de vista da produção de alimento, temos, assim, tôdas as possibilidades, desde os cereais nobres, de climas temperados, às culturas das terras tropicais.

O potencial energético à nossa disposição é igualmente formidável. No que se refere à energia hidráulica, avalia-se em 75.100.000 CV a potência ainda disponível, baseada em águas mínimas. Com as possibilidades que a moderna engenharia oferece, esse potencial pode ser estimado em 30% acima. (3) Os países mais aquinhoados são :

C V

Brasil	28.000.000
México	8.500.000
Peru	6.400.000
Argentina	5.400.000
Colômbia	5.400.000
Venezuela	4.300.000
Bolívia	3.600.000
Chile	3.600.000

O aproveitamento total atual é de pouco mais de 6.500.000 CV. Para comparação, tenha-se em vista que a Europa tem um potencial hidroelétrico disponível estimado em 53.860.000 CV e mais 33.900.000 já em utilização. A América do Norte (Canadá e Estados Unidos) já tem 35.200.000 CV em usinas funcionando e 84.400.000 ainda a aproveitar. A estação invernal limita, entretanto, o aproveitamento da energia hidráulica em muitos pontos da Europa e do Norte do nosso Continente.

As reservas provadas de petróleo na América Latina são também enormes. A produção em 1950 foi de cerca de 100.000.000 tons., contra 270.000.000 tons. dos Estados Unidos. Consideram-se como produtores : a Argentina, a Colômbia, o México, o Peru e a Venezuela. O futuro da produção de petróleo entre nossos países é promissor, como um todo, temos elementos para desenvolvê-la, em benefício do nosso desenvolvimento industrial.

No que diz respeito a carvão, é interessante referir o que escreve o Professor Clarence Field Jones, em sua "Economic Geography" :

"Comparadas com as reservas de carvão do Hemisfério Norte, as do Hemisfério Sul são extremamente pequenas. Todo o Hemisfério austral produz somente cerca de 2% do carvão do Mundo. Os campos principais estão no sudeste da Austrália, na União da África do Sul, no médio Chile. Somente na Austrália são mineradas consideráveis quantidades de carvão coqueificável. Noutras áreas o carvão betuminoso é usado principalmente pelas estradas de ferro, a indústria mineira e o transporte oceânico, e, numa extensão menor, para a manufatura de gás e para o suprimento de energia a fábricas; o carvão de tôdas essas áreas é largamente distribuído por estações de abastecimento de carvão nos oceanos austrais."

Diz mais Clarence Jones, na mesma obra : "A América do Sul tem menos reservas carboníferas do que

(3) Die Rohstoffe unserer Erde, H. Guttman, Safari Verlag, Berlin (1952).

qualquer outro continente. As reservas e a mineração de carvão são confirmadas inteiramente no médio Chile, altas terras do Peru, cordilheiras central e oriental da Colômbia, sul do Brasil e Neuquem, na Argentina. A maioria das camadas são delgadas, interrompidas com inclinações irregulares e contém carvão de média qualidade; em nenhuma área se produz carvão de alta qualidade para coque. As camadas do Peru e da Colômbia estão em áreas inacessíveis. O carvão não é a forma básica de potência nas principais regiões manufatureiras do continente".

Eis outra afirmação formal que os fatos estão começando a desmentir.

Esses fatos dizem respeito principalmente à Colômbia. As reservas carboníferas deste país já assinaladas são, com efeito, de enorme importância. Encontram-se em quantidades imensas nas três cordilheiras andinas que percorrem o território da República. "Parece seguro que as maiores reservas se encontram na cordilheira oriental, onde, segundo estimativas há mais de 6.000.000.000 de tons. disseminadas numa região de 3.000 km², sendo que sua maior parte corresponde a Cundinamarca e Boyacá".

(4) Os Colombianos chegam a dizer que "no setor andino não há lugar onde não se encontre carvão e está fora de dúvida que um largo rio subterrâneo de hulha percorre o país desde Buenaventura, no Pacífico, até Goajira, no Caribe, com jazidas especialmente ricas nos departamentos de Vale, Cundinamarca e Boyacá" (4).

A 260 km a Nordeste de Bogotá foram confirmadas reservas que sobem a 1.900.000.000 tons. Provaram-se em detalhe reservas de 18.000.000 tons. de carvão coqueificável e se estabeleceram 138.000.000 de reservas prováveis. Vários membros da ABM puderam visitar, em 1952, por ocasião do Congresso de Bogotá, a mina de La Chapa, cuja produção alimenta agora a coque-

ria da usina de Paz de Rio, em funcionamento desde agosto do corrente ano. O carvão para coque tem uma análise bastante favorável:

Umidade : 1 — 4% ;

MV : 28,35

C fixo : 52,60 ;

S : 0,7 a 1,6 ;

Cinzas : 6 a 15% ;

Poder calorífico : 7.000 — 8.000 cal.

As reservas provadas já foram dobradas desde 1952, de tal modo que se trata agora de abrir outras minas que se situam junto à Usina, em Belencito, na margem direita do rio Chicamocha (Matayeguas, Tópaga e Marcá).

São conhecidos os depósitos carboníferos do Chile. Ocorrem junto à costa, ao Sul de Concepción. As jazidas de Lota e Coronel estão em produção há muitos anos. A usina siderúrgica de Huachipato emprega coque que é o resultado da destilação da hulha dessas minas. A mistura com certa quantidade de carvão importado dos Estados Unidos não retira o valor dos depósitos chilenos. O Peru possui jazidas, sobretudo de carvão antracitoso, que se destacam pela sua extensão.

No Brasil as reservas de hulha são importantes nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Devem-se assinalar igualmente as reservas paranaenses que ainda não estão completamente estudadas. Os depósitos de carvão do Rio Grande do Sul estendem-se a oeste de Porto Alegre e da Lagoa dos Patos, pelo vale do rio Jacuí acima, até suas cabeceiras, e infletem para sudeste, passando por Candiota e chegando às proximidades de Jaguarão. As reservas prováveis são da ordem de 800.000.000 tons. e as estimadas, segundo estudos já feitos, sobem a 120.000.000. A produção é da ordem de 900.000 ton./ano. O combustível produzido, com 5.000 ou 5.450 cal., é utilizado pela Rêde de Viação Férrea do Rio Grande do Sul e por usinas termo-elétricas.

Em Santa Catarina as camadas de carvão, depois de se mostrarem em Bom Retiro, reaparecem em Lauro Müller e, numa direção geral Norte-Sul, atravessam as regiões de Urussanga, Treviso e Creciúma. A estratigrafia dessa zona que é a única importante, revela a existência de vários horizontes carboníferos que receberam as seguintes denominações, do mais superficial ao mais profundo: Treviso, Barro Branco, Irupá, Ponte Alta e Bonito. Como é sabido, o horizonte realmente explorado em Santa Catarina é o Barro Branco. A razão é que somente ele dá um carvão coqueficável.

Até pouco tempo computavam-se as reservas de Barro Branco em 500.000.000 tons.; estudos recentes, realizados sob a orientação do DNPM, provaram que elas atingem a, pelo menos, 1.400.000.000 tons.

O carvão coqueficável é submetido a uma "preparação", de onde resultam três tipos principais: a) "metalúrgico", com 16 — 17% de cinzas, 1.5% de S e 6.800 cal. (p.c.s.); b) "carvão de vapor, grosso", com 26% de cinzas, 3% de S e 6.200 cal. (p.c.s.); e c) "carvão de vapor, fino", com 27% de cinzas, 3% de S e 6.090 cal. (p.c.s.). A recuperação do carvão metalúrgico é da ordem de 30%. Todo o enxôfre é pirítico.

O carvão do Paraná, ainda em estudos, apresenta propriedades coqueficantes e tem, sem preparação, um poder calorífico da ordem de 6.500 cal. As reservas de Santa Catarina tornaram justificável a construção de Volta Redonda e, embora não se tenha prosseguido nos estudos para melhorar o seu emprêgo na produção de coque, vêm concorrendo para alimentar a coqueria de nossa grande usina.

Recentemente, tivemos a oportunidade de visitar a Venezuela, em missão da "Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas". Pudemos ver que estudos do

sub-solo venezuelano têm revelado a existência de combustível fóssil sólido em muitos pontos: Lobatera (Táchira); Chiguará (Mérida); Maracaibo (Zúlia); Sabana Grande, Clarines e Nasicual (Anzoátegui); e Mapire (a SW de Ciudad Bolívar), são lugares onde há depósitos de carvão. Alguns deles, como os de Anzoátegui, são conhecidos há muitos anos e já têm sido explorados. Não há ainda um conhecimento suficiente da qualidade, condições de exploração e reservas desses combustíveis. Há já, entretanto, investigações preliminares, feitas pelas firmas Koppers, e Eisenbau, ambas de Essen, na Alemanha; as conclusões podem ser assim resumidas:

1) O teor de matérias voláteis é alto — entre 46,35 (Lobatera) e 42,85% (Sabana Grande);

2) O teor de cinzas é baixo, entre 3,5% sêco (Lobatera) e 4,57% sêco (Sabana Grande);

3) O teor de enxôfre é aceitável e o fósforo não é mencionado;

4) Alguns carvões se aglomeram mais ou menos bem (teores de oxigênio e de M.V. elevados).

Venezuela, como a Colômbia, poderá ser outra surpresa agradável, no que se refere à existência de carvão, inclusive para coque.

No próprio Brasil ainda não conhecemos exatamente as possibilidades em hulha negra. Desde 1863, J. Coutinho descobriu, no calcáreo fossilífero de Itaítuba, no Pará, terreno carbonífero. Vários investigadores estudaram o problema, entre eles C.F. Hartt e Gonzaga de Campos; mais recentemente Avelino Inácio de Oliveira e o saudoso professor Odorico de Albuquerque, da Escola de Minas de Ouro Preto; os fósseis encontrados revelaram carbonífero marinho, o que exclui as possibilidades da hulha. No médio Xingú, porém, ocorrem camadas de carvão, na zona limítrofe do Pará com Mato Grosso (5). O eminente Gonzaga de Campos lançou a hipótese de que as camadas de terreno

(5) Geologia do Brasil, Avelino I. de Oliveira e Othon H. Leonardos (Serviço de Informações Agrícolas, Ministério da Agricultura, Rio, 2ª ed. 1942).

carbonífero se prolongam em profundidade desde o Sul da Amazônia até o Meio Norte; em 1936, o Dr. Aristomenes Duarte encontrou os primeiros fósseis indicativos da idade carbonífera continental, numa sondagem para água em Terezi. Apesar das pesquisas antigas e daquela que ainda leva a efeito o DNPM nada foi ainda descoberto no Brasil setentrional que nos permita afirmar a existência de camadas aproveitáveis de hulha; apenas indícios encorajadores. As investigações estão continuando. O Professor Odório sempre afirmava que estávamos diante de uma grande possibilidade e que era mister perseverar.

De tudo o que dissemos se pode concluir que ainda é cedo para uma afirmação categórica no sentido de que a América do Sul não tem carvão, mesmo coqueificável.

Quanto ao México, basta citar o que diz Arnulfo Villareal: "O carvão mineral, nas suas variedades linhito, betuminoso e entracto, se encontra extensamente repartido na República Mexicana" (6). As jazidas mais importantes se acham no Estado de Coahuila e começaram a ser exploradas há três quartos de século. Produzem carvão coqueificável. Só a bacia de Sabinas tem uma reserva estimada em 2.000.000.000 de tons. Na parte mais profunda, o carvão está a 350m. As minas dessa região são as mais importantes do país, servindo às grandes usinas siderúrgicas de Monclova e Monterrey.

É interessante assinalar também na bacia de Oaxaca (6), situada na região denominada Alta Mixteca, nos Estados de Puebla e Guerrero e, principalmente, na parte extrema Noroeste do Estado de Oaxaca. A seu respeito, diz Villareal, já citado: "Os campos carboníferos de Oaxaca apresentam um notável interesse, porque atualmente as únicas fontes de carvão suscetíveis de produzir coque para a indústria si-

derúrgica são as do Estado de Coahuila e, como as usinas siderúrgicas estão situadas no Norte do país, os produtos terminados têm que ser transportados por estrada de ferro a uma distância que varia de 1.000 a 1.300 km, até ao centro que consome cerca de 85% da produção e que corresponde ao Distrito Federal e aos Estados de México e Puebla. Ao contrário, as jazidas de Oaxaca se situam a cerca de 400km da cidade de México e são circundadas por vários depósitos de minério de ferro que poderiam ser utilizados para a produção de aço, o que, a ser possível, dará uma nova estrutura à indústria siderúrgica do país. Além disso, as seguintes circunstâncias dão um valor especial ao carvão de Oaxaca: a falta de energia elétrica nessa zona, de petróleo e de gás natural, faz prever a possibilidade de utilizar o carvão em usinas termoelétricas e na elaboração de combustíveis sólidos que substituam o carvão vegetal e a madeira, contribuindo, assim, para a industrialização do centro do país e para a conservação das florestas regionais". Uma das camadas da região se aglutina sob a forma de coque metalúrgico.

Quisemos dar realce à análise da situação das reservas carboníferas latino-americanas, pela importância que apresenta o problema, e esperamos que os dados apresentados tenham demonstrado que a afirmação de Clarence Jones, que tem sido a de todos os geógrafos contemporâneos sobre o assunto, é prematura e não mais se justifica.

Se passarmos ao exame dos minérios que contribuem para a indústria siderúrgica, encontraremos, na maioria dos países que nos interessam, uma situação extremamente favorável. O México possui imensas jazidas de minérios de ferro, situadas em várias regiões do país (7). As mais destacadas, no momento, são as do "Grupo do Norte", porque nelas se baseia a in-

(6) El Carbon Mineral em Mexico, Arnulfo Villareal, E.D.I.A.P.S.A., Mexico, D.F., 1954.

(7) Joaquín de la Peña, Laszlo Radványi, Jorge Heyser e outros: La industria Siderúrgica en Mexico, E.D.I.A.P.S.A., México, 1951.

dústria siderúrgica atual mexicana. Situam-se nos Estados de Durango, Zacatecas, Chihuahua, Coahuila e Nuevo Leon. As reservas estimadas vão a mais de 100.000.000 tons., mas esse número não deve representar ainda a realidade; a abundância de minério não justificou ainda um estudo judicioso. Os minérios são hematita e magnetita, com teores acima de 50% Fe. Em alguns casos apresentam uma percentagem excessiva de fósforo pelo que devem ser misturados a minérios mais puros.

Há minério de ferro em muitos outros Estados, constituindo outros "grupos" de jazidas: Grupo do Pacífico Norte (Baixa Califórnia, Sonora e Sinaboa); Grupo do Pacífico Central (Jalisco, Colima, Michoacán e Guerrero), onde estão as reservas mais importantes do país; e Grupo do Pacífico Sul (Oaxaca e Chiapa).

Devemos mencionar as jazidas de Cuba e da República Dominicana. De Cuba vem sendo exportado minério desde o fim do século passado (1884).

A Colômbia possui minério de ferro em quantidades apreciáveis, na província de Boyacá, em Paz de Rio; as reservas estimadas totalizam 100.000.000 tons. A usina de Belencito, recentemente inaugurada, o está empregando. Trata-se de um minério fosforoso, com 48% Fe e cerca de 1% de P, próprio para o processo Thomas. O Peru começa a apresentar-se como um exportador de minério de ferro e o Chile o é tradicionalmente, de suas jazidas de El Tofo (Bethlehem Steel Co.).

Na Argentina foi iniciada a exploração de jazidas em Serra Grande, no Território do Rio Negro; situam-se elas a 35 km da costa (8), entre Antonio Oeste e Puerto Madryn, a 900 milhas marítimas, de Buenos Aires.

Sobre o Brasil não é necessário apontar aqui nossas reservas em minério de ferro, tão conhecidas são elas. Recordemos, apenas, que as

estimativas mais autorizadas nos dão, só em Minas Gerais, 15.000.000.000 tons.

A Venezuela apresenta, no Estado Bolívar, ao Sul do rio Orinoco e entre este e o rio Caroni, vastas reservas de um excelente minério de ferro. As jazidas de Cerro Bolívar e El Pao, exploradas respectivamente pela "United States Steel Corp." e pela "Bethlehem Steel", são hoje mundialmente famosas. As usinas Fairless (Morrisville) e Sparrows Point, dessas duas grandes companhias americanas, já estão recebendo minérios venezuelanos. Convém assinalar que as reservas "não concedidas", conservadas para uso nacional pelo Governo da Venezuela, representam muitas vezes o volume das que estão em exploração atualmente. Visitamos recentemente a região e estamos convencidos de que a América Latina tem aí um suprimento de enorme valor.

Quanto ao manganês, são ainda as reservas brasileiras as mais interessantes das Américas. As do Amapá entrarão em exportação em fins de 1955 e Urucum continua a ser objeto de estudos e projetos; em novembro esteve visitando essa última região uma Comissão de altas personalidades da U. S. Steel Corp. O "Mineral Year Book" (1949), do Bureau of Mines, dos Estados Unidos, aponta como produtores, além do Brasil, a Argentina, a Bolívia, o México e o Chile e nota que este último país pode aumentar a produção e exportação. O México também é exportador (57.464 tons. em 1948, da Baixa Califórnia). Pelas análises de amostras que podemos ver, é nossa impressão que existe minério de manganês na Venezuela, em região próxima à de suas jazidas ferríferas.

O níquel só é assinalado nas estatísticas internacionais no Brasil, Chile e Cuba. O tungstênio, entretanto, figura na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Peru, todos exportadores de minérios; o Brasil começou recentemente a pro-

(8) Mineral Year Book, 1949, United States Department of Interior.

duzir tungstênio metálico para filamentos de lâmpadas elétricas.

Chile, México e Peru têm sido exportadores de minérios de molibdeno. O único produtor de titânio assinalado na América Latina é o Brasil, mas o vanádio existe na Argentina, no México e, sobretudo, no Peru, que tem exportado minérios e concentrados. O cobalto se nota na Bolívia e no Chile, que já têm sido exportadores. O Brasil, também, pode vir a tornar-se produtor, notadamente de jazidas goianas. A fluorita se apresenta na Argentina, Bolívia, Brasil e México.

Como vemos, as matérias-primas necessárias à siderurgia são abundantes e, certamente, terão sua produção aumentada, à medida que forem sendo mais bem prospectados os recursos minerais de nossos países.

Sobre refratários e indústria cerâmica, o exemplo do Brasil é marcante. Em um quarto de século, montamos uma produção que é notável. As argilas e fontes de sílica são comuns; a magnesita se assinala na Argentina, México e Venezuela e é extremamente abundante no nosso País, como é sabido (Bahia e Ceará).

Se nos voltarmos agora para os metais não ferrosos, veremos que, também nesse setor, é excelente a situação da América Latina, no Continente e no Mundo.

O cobre é extraído no Chile, no México e no Peru; o Equador igualmente o tem produzido; a Bolívia fornece minério, o Peru está recebendo no momento um grande impulso em sua produção, por parte de capitais americanos. A Argentina já tem produzido pequenas quantidades. A posição do Brasil não é brilhante quanto a este metal. Na Venezuela assinala-se o minério em condições de ser explorado; o mesmo acontece com a Colômbia. Em 1951 as produções da América Latina e dos Estados Unidos foram, respectivamente, 463.860 e 835.470 tons. m (9).

Quanto ao zinco, a posição é representada pelas produções seguintes, em 1949 (produção mundial de zinco recuperável nas minas) (10):

	Tons. m.
Argentina	9.830
Bolívia	14.197
México	172.320
Peru	64.283
Soma	260.630
Estados Unidos.....	538.145

A Argentina, o México e o Peru produzem o zinco metálico. As possibilidades do Brasil por enquanto são mínimas, no que se refere a esta importante matéria-prima.

O chumbo é outro metal que existe em muitos países da América Latina, como demonstram os números abaixo (Produção mundial de chumbo nas minas, em tons. m., 1949):

	Tons. m.
Argentina	16.000
Bolívia	26.352
Chile	730
México	220.763
Peru	49.302
Total	313.147
Estados Unidos.....	371.860

A Argentina, o México e o Peru produzem o metal. Em nosso País se está fazendo um esforço no sentido de aumentar a produção de chumbo.

Eis a situação do estanho, demonstrada em números que representam o metal contido no minério, em tons. m. 1949) (11):

	Tons. M.
Argentina	305
Bolívia	34.660
Brasil	330
México	364
Peru	45
Soma	35.704
Estados Unidos.....	69

(9) The Book of the Year Book, 1953, Enciclopédia Britânica.

(10) Mineral Year Book, 1949, Bureau of Mines.

(11) Mineral Year Book, 1949, Bureau of Mines.

Os grandes produtores são, como se sabe, a Malásia, a Indonésia e o Congo Belga que fornecem 60% das necessidades mundiais; a América Latina concorre com 24%.

A única usina que prepara o alumínio está no Brasil, em Minas Gerais. A segunda usina, praticamente pronta, se ergue em São Paulo. As duas somadas produzirão de início cerca de 10.000 ton./ano. A expansão da usina paulista está, no entanto, prevista e é de crer-se, pelas necessidades de nosso mercado interno, que ela se faça imediatamente. Os grandes fornecedores de Bauxita para os Estados Unidos são as minas das Guianas Holandesa e Britânica; esse minério é assinalado em outros países latino-americanos, entre eles a Venezuela e a Colômbia.

Passando aos fertilizantes mineiros, devemos fazer referência, em primeiro lugar, ao salitre do Chile. Em seguida, às apatitas do Brasil e ainda do Chile. A Colômbia está começando a produzir escória fosforosa de conversor básico. Em Volta Redonda se recupera o licor amoniacal da coqueria para transformá-lo em sulfato. Não há, nas estatísticas, referências a fosfatos naturais nos países latino-americanos. No nosso País opina-se que há consideráveis massas de fosfatos de rocha (12), mas não existem dados suficientes quanto às possibilidades de sua utilização.

Uma nota apenas sobre enxôfre. As estatísticas internacionais consignam sua existência nos seguintes países (1949):

	long. tons.
Argentina	9.842
Bolívia	4.938
Chile (1948)	13.258
Equador (1948)	43
México (1948)	2.100

A produção mexicana aumentou consideravelmente, com a descoberta de novas jazidas em 1950. Do mesmo modo, importante desco-

berta foi feita na Venezuela, que passará a explorar imediatamente essa fonte de riqueza.

As reservas de calcáreo são imensas na América Latina. A produção de cimento se aproxima de 10.000.000 ton./ano. Quatorze das vinte Repúblicas são assinaladas nas estatísticas.

Para terminar esta análise, que já vai longa, devemos lembrar que, não obstante estarem ainda em período de pesquisas geológicas, os países latino-americanos têm grandes possibilidades quanto à obtenção de elementos físeis e associados, para a produção de energia nuclear. O assunto tem recebido atenção, sobretudo na Argentina e no Brasil.

O levantamento dos recursos gerais das vinte Repúblicas latino-americanas é, como se vê, altamente significativo. As matérias-primas mais essenciais existem, e muitas delas já são aproveitadas em escala apreciável, fornecendo recursos à Europa e aos Estados Unidos.

II — O MERCADO CONSUMIDOR LATINO-AMERICANO

O mercado consumidor latino-americano tem hoje uma importância considerável, a qual vem sendo acrescida pela perda gradual, a partir da última guerra, de mercados europeus e do extremo oriente. Publicação recente do "The Chase National Bank" (13) afirma que o mercado da América Latina é um dos de crescimento mais rápido do Mundo. "A produção de mercadorias e serviços nas vinte Repúblicas soma agora mais de US\$ 40 bilhões por ano. Dobrou desde meados de 1930. As importações dobraram, também, à medida que o mercado expandiu. E a população — seja o número de consumidores potenciais — está aumentando duas vezes mais depressa do que a média mundial".

(12) Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos (Comissão Bulhões-Abbinck), 1949.

(13) Latin American Business Highlighths. A quarterly publication of "The Chase National Bank", September 1954.

Essas informações são seguidas de prognósticos sobre o que o mercado poderá ser em 1970: "produção na vizinhança de US\$ 100 bilhões por ano; população aumentada de mais de 60%, aproximando-se 275.000.000; importações dos EE. UU. totalizando US\$ 6 a 7 bilhões, mais do que o dobro das atuais".

A luta pelo nosso mercado, entre os EE. UU. e os países industrializados da Europa, continuará. Como veremos mais adiante, até agora a natureza das importações latino-americanas favoreceu os EE. UU., mas isso vai-se modificando em relação à Europa Ocidental, cuja posição como fornecedora de bens de capital e de consumidora de nossos produtos tem melhorado consideravelmente. Até o presente, os Estados Unidos vêm conservando sua posição de grande vendedor, mas isso se tem devido, em parte, à sua tremenda capacidade de importar e facilidade de financiar; uma mudança de política a esse último respeito poderá mudar a situação enormemente.

A industrialização não tem alterado o mercado importador latino-americano. Um exemplo magnífico disso nos dá a indústria siderúrgica. De uma produção de cerca de 300.000 tons. de laminados antes da guerra passou a América Latina para 2.200.000 tons. no corrente ano (Brasil, 50%); pois bem, as importações não diminuíram, mantendo-se da ordem de 3.000.000 tons., com um valor aproximado de US\$ 400.000.000,00; pudessem a Argentina e o Brasil satisfazer ple-

namente o seu mercado consumidor e essa cifra passaria de 3.500.000 tons.

Outro índice seguro seria a importação de cimento; a pressão para isso é sempre grande, não obstante o aumento de produção em muitos países latino-americanos. A Venezuela, por exemplo, construiu recentemente várias fábricas, tendendo a atingir a auto-suficiência.

Mais um exemplo que demonstra capacidade latino-americana de consumir produtos altamente industrializados, temos com a eletrificação. No corrente ano as vinte Repúblicas inauguraram usinas geradoras num total de 1.300.000 Kw (Brasil 800.000).

É evidente, como anunciou o Senhor Prebisch, Diretor da CEPAL no seu excelente relatório à Conferência de Quitandinha em 1953, que a industrialização transforma o aspecto do mercado consumidor. É o que nos demonstra também o estudo do Chase Bank:

A medida que o desenvolvimento econômico muda o mercado, muda igualmente o aspecto das importações. As divisas que o Brasil economiza com produtos siderúrgicos e com outros itens agora produzidos localmente, são gastas com importações mais pesadas de combustíveis e bens de capital para suas indústrias em expansão. As importações de combustíveis aumentaram de 10% do total antes da guerra, para 14% em 1952. Ao mesmo tempo, os bens de produção aumentaram de 32 para 45%. Matérias-primas e bens de consumo declinaram em sua importância relativa.

		Bens de consumo	Mat. primas	Combustíveis	Bens de capital
(% das importações totais a preços constantes)					
Argentina	1937-39	40,2	19,9	8,2	31,7
	1952	11,8	27,2	25,6	35,4
Brasil	1937-39	41,9	16,5	10,1	31,5
	1952	31,8	10,1	13,6	44,5
Chile	1937-39	44,1	21,9	8,9	25,1
	1952	36,4	18,9	11,9	32,8
México	1937-39	32,1	27,5	2,2	38,2
	1952	30,4	17,3	3,9	48,4

"A mesma configuração básica mostram as importações do Chile e do México, quando 1952 é comparado com anos de pre-guerra. O aspecto argentino é o mesmo, exceto que as importações de matérias-primas registraram um largo ganho, ao invés de declinarem. Este ganho foi contrabalançado por um abaixamento brusco, maior que a média, na parte relativa à importação de bens de consumo.

"Seguramente a configuração das importações varia qualquer coisa de ano para ano, dependendo da disponibilidade de câmbio".

E agora uma nota contristadora :

"Quando uma drástica redução de importação é necessária, há tendência a cortar nos bens de capital, pois que eles constituem as compras adiáveis mais à vista".

É na realidade, a solução fácil, mas, evidentemente, a de efeitos mais desastrosos a longo prazo. Em 1953 as importações totais da América Latina caíram 13% no seu conjunto, principalmente porque a Argentina e o Brasil tiveram que cortar nas aquisições de bens de produção.

III — O INTERCÂMBIO DAS NAÇÕES LATINO-AMERICANAS ENTRE SI E COM O RESTO DO MUNDO

Após a análise que fizemos, sobre o mercado latino-americano, parece-nos que deveríamos igualmente tecer algumas considerações sobre o intercâmbio de nossos países entre si e com o resto do Mundo.

Desde logo, duas observações de ordem geral podem ser feitas a respeito do intercâmbio entre os países americanos de origem ibérica.

Em primeiro lugar, é a precariedade das vias de comunicação entre eles. A via mais utilizável e, por assim dizer, a única na maioria dos casos, é a marítima. O intercâmbio por via terrestre, rôdo ou ferroviário, é quase inexistente para trocas vultosas de mercadorias. Aquavias fluviais, de caráter internacional, como na Europa, também

não existem. O papel do Amazonas é relevante a esse respeito, mas a tonelagem transportada é pequena.

Em segundo lugar, a organização do comércio externo das Repúblicas latino-americanas se tem feito em função dos mercados consumidores dos países mais industrializados. Por negociações bilaterais eles lhes fornecem matérias-primas e alimentos e lhes adquirem produtos manufaturados e, igualmente, alimentos. A fim de poder vender seus produtos primários, os acordos com os EE. UU. e com países europeus se fazem sempre na base de trocas desse tipo. Apenas há poucos anos essa situação se tem modificado ligeiramente, conseguindo as trocas entre o Brasil e a Argentina, ou entre essa e o Chile, consignar produtos industriais contra cereais ou matérias-primas.

Sob o ponto de vista de suas exportações, os países latino-americanos se classificam em 3 grupos (14).

a) Países de agricultura tropical — Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, América Central;

b) Países de agricultura temperada — Argentina, Uruguai, Paraguai;

c) Países de mineração — Chile, Peru, Bolívia, Venezuela, México.

As exportações dos países do primeiro grupo melhoraram muito relativamente às dos outros grupos; isso porque eles negociam sobretudo com os Estados Unidos, cujo mercado se manteve, em geral, firme para os seus produtos; por outro lado, os "termos de troca" (terms of trade) para mercadorias como o café, se conservaram elevados, só caindo com a recente reação dos consumidores americanos que diminuíram o consumo e jogaram abaixo preços que estavam sendo mantidos em alta. Os países que possuem maiores relações com a Europa, como a Argentina, ficaram prejudicados; o velho continente, com efeito, custou a emergir da crise que lhe trouxe a última guerra e, por outro lado, teve que fo-

(14) OEA. Comércio Inter-americano: medidas para sua expansão (15 de setembro de 1954), União Pan-Americana.

mentar trocas com suas colônias que produzem as mesmas mercadorias que nós. Um recente estudo, preparado para a Conferência dos Ministros da Fazenda que acabou de encerrar-se em Quitandinha e que citamos há pouco, mostrou que, "enquanto as exportações latino-americanas para o hemisfério ocidental subiram de 36 a 49%, e de 33 a 66% (em todas as exportações da América Latina) as exportações para a Europa caíram de 50,9% a 27,8%". Ao passo que os países de agricultura temperada (grupo b, já referido)) exportavam, em 1949, 62% do total de seus produtos para a Europa, os de agricultura tropical só exportavam 27% e os de mineração 22%.

A Europa procura, entretanto, reconquistar mercados e, não obstante sua posição desfavorável até pouco tempo atrás, começa a vender-nos bens de capital e, mesmo, a oferecer-nos financiamentos a prazos médios. O recente caso da usina de Paz de Rio, na Colômbia, inteiramente financiada pelos franceses que forneceram o equipamento, é um exemplo característico. A Fábrica de Alcalis no Brasil é outro exemplo; o "Engineering" definitivo, o equipamento nos estão vindo igualmente da França.

A Alemanha está desenvolvendo um esforço notável, facilitado pelo fato de que ela não tem possessões ou territórios sob mandatos em latitudes tropicais. Pode, assim, abrir as portas do seu mercado interno à América Latina e oferecer-nos a formidável ajuda de sua experiência técnica e de sua indústria de máquinas e outros equipamentos pesados.

De todos os países latino-americanos o que mais está procurando incentivar trocas com os seus vizinhos é o Brasil. Com a Argentina isso tem sido tradicional, excelente cliente que dela somos no que se refere ao trigo; com o Chile e a Bolívia temos procurado negociar sobretudo metais, como o cobre e o estanho e, com essa última República o petróleo. Da Venezuela trazemos, também, o petróleo cru, mas o negociamos com as companhias

americanas concessionárias; somos forçados, assim, a pagá-lo em "dólares duros". Temos como certo que nossa industrialização já nos permitiria vender produtos manufaturados no mercado latino-americano; duas medidas bastariam para assegurar o sucesso: 1ª) fiscalização rigorosa, para manter o produto exportado em nível internacional; 2ª) taxa cambial que não consista em verdadeira taxação da exportação. Poderíamos acrescentar que é mister igualmente que nossa bandeira seja levada por nossos navios até Barranquilla, na Colômbia, passando pela Venezuela.

O intercâmbio latino-americano é ainda insuficiente. Seu incremento depende, a nosso ver, da industrialização e não temos dúvida em afirmar que nosso País, pelas suas condições atuais e rápido desenvolvimento, terá um grande papel a desempenhar. Tudo é função de uma política econômica realista, isto é, dirigida para objetivos seguros e legítimos do nosso comércio internacional.

IV — A PERMANENTE CRISE DE DIVISAS E DE CAPITAIS DA AMÉRICA LATINA

Não obstante enormes e variadas riquezas e a importância de suas exportações, a América Latina, tomada em conjunto, sofre uma crise permanente de divisas. Cada país por sua vez experimenta balanços de pagamentos desfavoráveis e os que têm no momento as melhores situações temem pelo futuro. A razão principal é que somos dependentes dos mercados consumidores em geral de um só produto e, às vezes, de dois produtos principais: Brasil e Colômbia, café; Venezuela, petróleo; Chile, cobre e salitre; Argentina, carne e trigo, etc. Ninguém tem, de fato, uma economia diversificada. Vivemos, por assim dizer, no que diz respeito às trocas internacionais, "au jour le jour". Por isso houve uma expressão pitoresca do Ministro da Fazenda da Colômbia, há pouco mais de um mês, afirmando que, aquilo que as donas de casa americanas

abatiam no preço do café, era tirado do envelope de vencimentos dos seus maridos. Com efeito, cada dólar ganho por um país latino-americano retorna aos Estados Unidos, direta ou indiretamente.

Quando as exportações são boas e os termos de troca se apresentam favoráveis, as importações se avolumam e o comércio é satisfatório. Em outras épocas, a crise fere cruelmente os países latino-americanos.

Como notou o Dr. Prebisch, em recente estudo apresentado à sessão plenária do "Conselho Interamericano de Comércio e Produção", no México (5 de outubro de 1954), os latino-americanos têm que obter sempre um saldo em suas balanças comerciais com os Estados Unidos, a fim de disporem de meios para pagar serviços, juros e dividendos. Diz ele, na sua tese: "Sem embargo, a quantidade de capital estrangeiro invertido nos últimos tempos tem sido desconcertante. As inversões totais provenientes dos Estados Unidos e do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento têm chegado apenas a uma média de US\$ 422.000.000 por ano para toda a América Latina, no período 1950-1953, montante que se eleva a US\$ 527.000.000 se se incluem os empréstimos realizados, não com fins de desenvolvimento econômico, mas para aliviar a situação do balanço de pagamentos. De outro lado, os serviços financeiros de capital dos Estados Unidos e do Banco Internacional investidos na América Latina chegaram a uma média de US\$ 631.000.000. Encontramo-nos, assim, numa situação paradoxal de países em desenvolvimento com elementos de um balanço de pagamentos que são mais próprios de um estado de maturidade econômica que os países latino-americanos estão muito longe de haver alcançado. Na cifra de.... US\$ 422.000.000 de empréstimos anuais destinados ao desenvolvimento econômico, aproximadamente... US 80.000.000 anuais corresponderam ao Banco Internacional e ao Banco de Exportação e Importação do Governo dos Estados Unidos".

Os empréstimos desses Bancos representam apenas 3% das inversões públicas totais realizadas pelos países da América Latina. Quando dominava o mercado financeiro de Londres (afirma ainda o Doutor Prebisch), o capital estrangeiro representava cerca de 20% das inversões públicas latino-americanas. Hoje, como se vê, nós financiamos nós mesmos os serviços públicos em nossos países, os quais, em grande parte, são de infra-estrutura. As importações de equipamentos daí resultantes se fazem com divisas obtidas, em sua maior proporção, com exportações de produtos primários.

Não estará aí a explicação das dificuldades que experimentamos para progredir mais rapidamente, criando condições que favoreçam a atração de capitais particulares? Aliás, aí, também, existe uma situação muito peculiar. Em virtude da consciência social desenvolvida nas massas, ninguém admite mais serviços públicos que dêem remuneração alta, através de taxas. O normal é que eles equilibrem seus balanços anuais com benefícios limitados ou, mesmo, necessitem para isso de subvenções governamentais. Destarte, os investimentos privados nesse campo não encontram mais a atração do passado. Os interesses do capital particular se voltam, então, para as fontes de matérias-primas e para as indústrias de bens de consumo. As primeiras asseguram as suas organizações industriais, a preços convenientes, os elementos que elas não encontram em seus próprios países; nesse caso a política econômica dos governos a que pertencem esses usufruidores, se estende através dos continentes e dos mares para proteger o comércio global de seus países; isso cria ressentimentos nos povos que cedem as matérias-primas e originou um nacionalismo econômico que, por vezes, sendo exagerado, provoca inconvenientes graves para a inversão de capitais nos países pouco desenvolvidos. As indústrias de bens de consumo, por outro lado, dão altos e seguros rendimentos, porque garantem a seus

proprietários o benefício dos mercados ávidos de nações que necessitam mercadorias, mas não têm divisas para adquiri-las; frequentemente a economia de divisas é apenas aparente, porque tais indústrias precisam de máquinas, combustíveis e lubrificantes, peças para substituição, matérias-primas e técnicos; então, com a repatriação de capitais e remessas de dividendos para o estrangeiro, o balanço geral da operação não é favorável ao orçamento de divisas do país recipiente da indústria...

E há ainda mais uma peculiaridade: os grandes países industriais, fornecedores de capital, consideram capital dêles as reinversões feitas pelas suas indústrias no estrangeiro, com dinheiro ganho por elas nos países onde se localizaram. Essas reinversões são, portanto, contabilizadas, nos países de origem dos industriais, na moeda desses países. Destarte, elas concorrem para consumir divisas penosamente obtidas com exportações de produtos primários.

Assim, quando se afirma, como o fez recentemente Mr. Humphrey, Ministro do Tesouro dos EE. UU., que o capital particular americano investe, anualmente, US\$ 1.500.000.000 no estrangeiro, isso significa que US\$ 900.000.000 são dólares novos e US\$ 600.000.000 são reinversões de dinheiro ganho no estrangeiro e que serve para comprar dólares. Das inversões novas, US\$ 300.000.000 vão para a indústria petrolífera e US\$ 600.000.000 para o resto.

Como o total dos investimentos americanos no Mundo, é de..... US\$ 23.700.000.000, vemos que o que se destina a ser empregado no estrangeiro, ou US\$ 1.500.000.000, representa 6,4%. Pergunto, então: poder-se-á afirmar que, em tese, os investimentos dos EE. UU. em dólares, no estrangeiro, equivalem ao rendimento obtido pelo total de suas inversões no Mundo?

É nossa convicção que, esclarecendo bem todos esses fatos, poderemos ficar aptos a preparar novos argumentos para defender nossos interesses, diante de povos mais organizados, mais ricos e dispondo

de uma colossal experiência em relações internacionais.

Como enfrentar praticamente o problema da falta de capitais para o desenvolvimento da América Latina?

Propõe o Dr. Prebisch uma solução inteligente:

"A América Latina contribui com cerca de US\$ 100.000.000 por ano às arrecadações dos EE. UU. dos impostos que gravam o rendimento do capital desse país invertido nela. Pensou-se que desses recursos poder-se-iam destinar cerca de..... US\$ 50.000.000 por ano, num período de 15 anos, para o Fundo Interamericano. Se se conseguisse o compromisso de realizar essa contribuição, o Fundo Interamericano poderia emitir nos mercados financeiros uma soma de títulos várias vezes maior, para satisfação de cujo serviço financeiro serviria a contribuição citada. Isso permitiria reabrir o mercado de títulos e atrair as economias privadas para a vasta tarefa de financiar o desenvolvimento econômico da América Latina".

Propõe o Dr. Prebisch que o capital inicial do "Fundo" seja de US\$ 250.000.000, metade subscrita pelos Estados Unidos, metade pelos países latino-americanos; apenas 20% do total seria desembolsado. A contribuição de nossos países garantiria as operações realizadas pelo "Fundo". A contribuição total seria propriedade do Governo Americano e iria sendo acrescida dos ganhos que se realizassem. Os governos latino-americanos não seriam acionistas diretos do "Fundo", e, sim, atuariam por intermédio de bancos centrais ou corporações de fomento.

O Chile propôs em Quitandinha, durante a recente reunião de Ministros da Fazenda, que fosse criado um "Sistema Bancário Interamericano". A base dessa organização seriam os depósitos em ouro que os países latino-americanos têm nos EE. UU.

Há ainda outra possibilidade que nos pode vir dos próprios EE. UU. Com efeito, pouco antes da reali-

zação da Conferência, o Presidente Eisenhower fez importantes declarações, afirmando sua disposição de tornar mais literal a ajuda americana e de pôr em prática as recomendações do Relatório apresentado pelo seu irmão, o Dr. Milton Eisenhower, após a viagem que ele realizou há alguns anos através da América Latina. A maioria dos observadores não considerou suficientemente clara a nova política anunciada, a qual passou a ser conhecida por um curioso "slogan" — "trade, not aid". "Trade", sim, dizemos nós, mas só com recursos derivados de melhores importações por parte dos EE. UU., ou com financiamentos adequados para desenvolver recursos primários; não haverá outra possibilidade.

A Delegação Americana, pela voz do seu Chefe, insistiu em Quintandinha, na utilização de capitais privados, e anunciou um segundo ponto importante: novas disposições de financiamento a prazo média pelo Banco de Exportação e Importação para a venda de máquinas e equipamentos americanos, e formação de uma empresa particular com a participação do Eximbank para estimular os financiamentos privados. A idéia de uma cooperação financeira regional, isto é, latino-americana e americana, foi combatida, mostrando o Sr. Humphrey preferência pelos acordos bilaterais. A idéia de ampliar as operações do Eximbank é auspiciosa para nós, pois foi à base de créditos desse estabelecimento que pudemos financiar grande parte de nossas compras nos EE. UU. para a construção de Volta Redonda e a realização de outros empreendimentos, como a Cia. Vale do Rio Doce.

As propostas apresentadas e as teses debatidas pelas diferentes delegações acumularam fatos e devem ter fixado convicções que poderão produzir frutos próximos. Guardamos, por exemplo, este dado interessantíssimo do discurso do delegado chileno, Sr. Jorge Pratt: Segundo estatísticas do Fundo Monetário Internacional, a América Latina possuía, em fins de junho do

corrente ano, 1954, em ouro e divisas — na sua maior parte dólares — nos Bancos Centrais, Fundos de Estabilização e outras agências governamentais o equivalente a US\$ 3.475.000.000.

Esta massa de dinheiro, convenientemente mobilizada, pode e deve constituir um valioso acervo que sirva para reforçar sua economia, fortalecendo o que hoje se pode denominar "precárias estruturas". O assunto da criação de novos recursos em dólares para financiar o desenvolvimento da América Latina não teve solução definitiva e a Conferência terminou sem que se possa esperar alguma nova realização nesse sentido em futuro próximo.

V — OS FUNDAMENTOS TÉCNICOS DA INDÚSTRIA PRIMÁRIA E DE TRANSFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Se tivéssemos nós mesmos escolhido o título da presente dissertação, teríamos preferido denominá-la: "Fundamentos da Industrialização Latino-americana". "T'out court". O assunto é, de fato, de tal modo profundo e fascinante que não comporta limitações. É mister considerá-lo em toda sua extensão.

Isso dito, vamos procurar concluir.

Os fundamentos da industrialização latino-americana, são, antes de tudo, sociológicos e políticos. A evolução de nossos povos já está bastante adiantada para que eles compreendam os benefícios da civilização ocidental. Não só os benefícios culturais, tomados no seu sentido mais elevado, isto é, filosófico, mas os que provêm de uma economia diversificada, servida pelos meios que a tecnologia moderna põe à disposição dos povos. Se não podem ainda possuir e usufruir plenamente os recursos naturais existentes no espaço geográfico resultante do "ouit possidetis" ou de conquistas através dos tempos, desejam pelo menos, associar-se aos que vêm explorá-los. Ao princípio do "acesso às matérias-primas", defendido pelos países mais adiantados, acrescentam outro princípio que se pode enunciar assim: "acesso igual aos proventos do que

é explorado em seus territórios". Já em Chapultepect, ao findar da última guerra, surgira o grito de "acesso às máquinas", reivindicando o direito de adquirir equipamentos e "know how".

Há um prenúncio de compreensão desses anseios; sentimos isso ao examinar os contratos para a exploração do manganês no Amapá e para a pesquisa e industrialização do petróleo venezuelano. Há, também, em nosso País vários acordos para a utilização de métodos e processos e também associações várias, que reputamos extremamente benéficos para as duas partes.

O sentimento dos povos se reflete em sua atitude política, reivindicando mais poder econômico para obter de fato soberania.

Tais fundamentos são o fruto da conjuntura histórica que atravessamos, na qual povos e indivíduos lutam para ampliar suas conquistas passadas.

Depois, vêm os fundamentos econômicos.

Vimos, em primeiro lugar a enormidade de recursos naturais que possui a América Latina; muitos, talvez a maior parte, estão inaproveitáveis; alguns já beneficiam o Mundo, mas não a ponto de melhorar os padrões de vida dos que os têm em seus territórios. A América Latina, então, se vê diante da terrível alternativa, para a qual vimos chamando a atenção dos brasileiros há mais de vinte anos: "ou produzimos nós mesmos os elementos indispensáveis à elevação do padrão de vida de nossos povos, ou ficaremos estagnados pela falta de meios de troca". Isso significa: "ou nos industrializaremos, aproveitando nossos recursos naturais, ou pereceremos, porque não teremos divisas suficientes para importar o que precisamos para manter razoável nível de vida".

As nações mais industrializadas nos aconselham à especialização, segundo a teoria dominante no fim da era vitoriana, agriculturando o nosso solo ou dele retirando recursos primários, para exportar alimentos e matérias-primas. Entretanto, elas fazem o mesmo, com séria con-

corrência à América Latina, seja em seus territórios, seja em possessões, ou regiões sob mandatos ou, ainda, em concessões que obtêm.

Há dois fatores adversos à industrialização latino-americana: um é a inexistência de "know-how" e de tradição; outro é a insuficiência de capitais.

O primeiro argumento pode ser respondido por um exemplo histórico: os Estados Unidos, quando começaram sua industrialização eram apenas um país agrícola; o mesmo aconteceu mais recentemente com o Canadá, a Austrália e a África do Sul. No Brasil já temos dado provas de que poderemos compreender o verdadeiro sentido da tecnologia moderna; um exemplo é suficiente: o "Instituto de Pesquisas Tecnológicas" de São Paulo. Na Argentina, no Chile e no México temos exemplos do mesmo valor. Vamos vê-los brevemente noutros países.

A tradição se forma lentamente, mas só é obtida na prática. É mister realizar uma indústria, para nela obter experiência. Quem poderá dizer que não temos tradição na indústria têxtil ou na açucareira?

A experiência técnica, portanto, nos está vindo com nossas próprias realizações nos campos industrial e científico.

A falta de capitais é um "handicap" sério. A exploração de nossos recursos por nós mesmos ou em associações vantajosas nos está dando uma massa de divisas que só tende a crescer. E poderemos contar, também, com duas possibilidades: a primeira é que haverá sempre uma certa quantidade de capital privado que procurará nossos mercados; isso se desenvolverá à medida que nossa infra-estrutura econômica melhorar; a segunda, é a organização de novos instrumentos de crédito ou a melhor utilização dos já existentes, para financiar empreendimentos públicos e privados na América Latina; a necessidade de exportar bens de produção levará os países mais adiantados a financiar suas vendas.

E, finalmente, desejamos apontar mais duas idéias fundamentais para o progresso Latino-americano :

- 1ª) é mister que pensemos e atuemos cada vez mais jun-

tos, isto é, que somemos nossos esforços ;
2ª) e, em seguida, que afastemos os pessimismos exagerados, porque, com êles, nunca se construiu coisa alguma.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DE BASE NO BRASIL

SILVIO FRÓES ABREU

O assunto é muito árduo por sua complexidade e por sua extensão. Pretendo apenas fazer aqui um apanhado geral, dar uma idéia da situação atual da indústria química no Brasil e dos rumos básicos para o seu desenvolvimento.

Primeiramente, lembrarei que a indústria química evoluiu de modo relativamente apreciável depois da revolução industrial da máquina a vapor. Até a revolução industrial, na antiguidade, já havia realmente uma indústria química, mas uma indústria empírica, baseada nos conhecimentos dos alquimistas.

Estes já tinham uma idéia e uma intuição sobre a constituição da matéria. Basta lembrar que o problema fundamental, naquela época, era o da transmutação dos elementos. Só agora, no meado do século vinte, foi que chegamos a obter isso. Até cinquenta anos passados, a cisão do átomo era considerada uma utopia. Entretanto, a transmutação da matéria era o rumo essencial da alquimia. Apenas, os alquimistas procuravam transformar os outros metais em ouro; atualmente, nós procuramos transformar o urânio em plutônio e coisas semelhantes. É questão somente de alvo diferente. Nos tempos relativamente recentes, essa idéia da impossibilidade da transmissão dos metais, foi posta de lado. Mas apenas se considerava, depois de Bécquerel, que se podiam transformar os elementos de peso atômico maior, em outros de peso atômico menor. Todavia, essa idéia foi avançando, e hoje já se

cogita de modificar a estrutura íntima dos elementos, e de fazer as transmutações consideradas mais descabidas há cinquenta anos.

Apesar duma grande evolução dos conhecimentos fundamentais da química, a indústria era realmente baseada no mais estranho empirismo até à máquina a vapor. Os antigos já fabricavam vidro, como nós hoje o fabricamos; os venezianos faziam aquelas célebres pérolas; os egípcios faziam muitas ligas com suas fórmulas secretas e os antigos tecelões já utilizavam processos industriais, para alveamento dos tecidos, nos primórdios da indústria têxtil.

Até o fim do século XVIII, a indústria têxtil não tinha grande desenvolvimento, o tecido era feito à mão. Com a máquina a vapor deu-se a sua grande expansão. Paralelamente, foi necessário o desenvolvimento da indústria química porque quando se fabricavam tecidos em maior escala, aparecia o problema do branqueamento, do tratamento posterior para um melhor acabamento, principalmente do linho da Europa, que tinha a cor muito escura, enquanto o consumidor desejava cores mais claras. Branqueava-se o linho por exposição ao sol e ao leite azêdo. O leite azêdo fazia o papel dos compostos orgânicos usados modernamente.

A exposição ao sol provocava o branqueamento que hoje se faz pelos hipocloritos e vários compostos que dão cloro e oxigênio nascente. Foi o começo do século XIX, quando a indústria têx-

til tomou aquêle grande desenvolvimento, que também os pesquisadores procuraram os meios de obter em maior escala produtos químicos necessários. Antes porém, paralelamente à descoberta da soda pelo processo Leblanc, no princípio do século XIX, a indústria química ia tendo grande impulso. Até então, usava-se a soda natural vinda do Oriente, das eflorescências salinas da Pérsia, do Egito e da Índia.

Era a indústria extrativa que fornecia a soda. Começou-se a fabricá-la e assim foi-se desenvolvendo a indústria gradativamente no século passado até o começo deste século, quando ela tomou novo e considerável impulso com a síntese química. O petróleo só recentemente começou a entrar em ação como matéria-prima na indústria química. Antes, a aplicação do carvão de pedra à metalurgia também abria grandes rumos à indústria química, paralelamente à produção do coque. Com a produção em larga escala da hulha para a fabricação de gás e de coque, desenvolveu-se a produção em massa de todos os subprodutos que deram origem à grande indústria de anilinas. Surgiu então a indústria de produtos químicos e de explosivos, — baseada no benzol, toluol, antraceno, abrindo largos rumos à indústria mundial; isso em consequência da produção de coque do carvão mineral, relacionada diretamente com a revolução industrial.

Em tempos mais recentes, o petróleo entrou em concorrência com o benzol e os outros derivados da hulha e a tendência moderna é fabricar a maioria dos produtos químicos partindo do petróleo. De fato, grande número de produtos da indústria orgânica tem sua essência no carbono e no hidrogênio. Hoje, as fontes mais baratas e mais acessíveis para obtenção desses elementos são justamente o gás natural e o petróleo; principalmente, o gás natural que, às vezes, não tem outra utilização nas zonas petrolíferas. Ainda hoje, nos Estados Unidos, lançam-se na atmosfera diariamente milhões de metros

cúbicos de gás natural, porque não há onde armazená-lo.

Quem passa no Texas vê labaredas bruxuleando no ar, noite e dia, queimando milhões de metros cúbicos de gás, porque não há ainda possibilidade para o seu aproveitamento, embora seja uma matéria-prima praticamente gratuita.

Nos Estados Unidos, hoje, está se fabricando mais álcool etílico de gás natural do que nós fazemos, no Brasil, de cana-de-açúcar.

Assim, também, fabrica-se uma série de produtos muito mais baratos: benzol, também fenol durante a guerra, partindo do petróleo. Há uma série de álcoois usados na indústria de vernizes, tintas e solventes, também partindo do petróleo. A indústria química modernamente rumou decididamente para a matéria-prima petróleo. Isso nos faz ficar um tanto peza-rosos, quando olhamos para as nossas disponibilidades de outras matérias-primas e vemos que ainda não temos as mesmas possibilidades de ingressar nesse rumo tão futuroso que é a indústria petroquímica.

Antigamente dominava o conceito de que nenhum produto orgânico poderia ser fabricado sinteticamente, porque na sua formação intervinha a força vital, e o homem não teria capacidade de criar a vida. Só no começo do século passado, Woehler fez a síntese da uréia, que era conhecida apenas na urina, surgindo então a convicção de que se podiam sintetizar produtos orgânicos. Hoje, a maioria dos produtos sintéticos é de constituição orgânica. A revolução industrial resultou de mais ampla e eficiente utilização da energia, sendo o fato principal a descoberta da máquina a vapor, enquanto a revolução química resultou de uma melhor compreensão da estrutura da matéria.

Lavoisier, Proust e outros grandes químicos do século dezoito, já tinham uma percepção adiantada sobre a estrutura da matéria e imaginaram as possibilidades da mudança de posição dos átomos e a possibilidade de reproduzir uma

quantidade de subsistência por via sintética. Foi feito teoricamente o planejamento da fabricação de uma série de produtos, que depois foram sendo gradativamente conseguidos.

Hoje, realmente, há alguns produtos que ainda não foram obtidos por via de síntese, mas não resta dúvida de que o serão, mais cedo ou mais tarde.

Quando se sabe que nos Estados Unidos fabrica-se mais álcool de petróleo do que nós produzimos de cana-de-açúcar, ninguém poderá duvidar de que amanhã se faça também, açúcar, de petróleo e gás natural.

A borracha sintética já pode ser fabricada em melhores condições econômicas do que a borracha da Amazônia.

Em Brownville, Texas, há uma fábrica de borracha sintética, que produziu, no fim da guerra, 30 mil toneladas por ano, isto é, mais do que a Amazônia. Entretanto as condições econômicas do mundo ainda não permitem que a borracha sintética tome o desenvolvimento que era de esperar, porque em certos países, como é o nosso caso, há interesse na produção de borracha natural para manutenção da atividade de extensas regiões. De outro lado, talvez nunca tenhamos a mesma disponibilidade de gás natural que os Estados Unidos, de modo que a matéria-prima para fabrico de borracha sintética é dispendiosa (álcool de cana). O nosso gás natural do Recôncavo ainda representa uma insignificância. Suas reservas correspondem a quantidade de energia correspondente a um ano da produção carbonífera brasileira. Não podemos assim pensar em estabelecer uma grande indústria química baseada no gás natural de Aratu, no Recôncavo baiano.

É interessante observar como nasceu a indústria química no Brasil.

No fim da monarquia, um cidadão requereu ao governo autorização para instalar a primeira fábrica de ácido sulfúrico em nosso país. Mas isso só foi realizado no Rio de Janeiro, no início da República. Até então importavam-se

todos os produtos químicos, inclusive o ácido sulfúrico, o mais essencial de todos. Em São Paulo, a indústria química nasceu não sei precisamente quando, mas um dos pioneiros foi Luís de Queiroz, que fundou uma indústria química e procurou desenvolvê-la com todo o entusiasmo. Esse grande pioneiro fabricava principalmente fertilizantes, inseticidas, formicidas e adubos.

Naquela época, todos esses produtos eram importados e não se acreditava na possibilidade de fabricá-los aqui. A importação brasileira era mínima e a indústria foi-se desenvolvendo aos poucos, até que, na primeira guerra mundial, surgiu a dificuldade de importação. Apareceram, então, em São Paulo, no Rio de Janeiro, fábricas de produtos químicos, procurando fazer, sem aparelhagem adequada, produtos que substituíssem os importados. Naturalmente, essas indústrias não podiam resistir à concorrência estrangeira e logo depois da guerra foram desaparecendo aos poucos quase todas essas organizações, com exceção de poucas e entre essas a que fora fundada por Luís de Queiroz.

Os grandes grupos estrangeiros passaram a se estabelecer aqui.

Compreendendo as vantagens do mercado brasileiro, surgiram os representantes da Imperial Chemical Industries, da Dupont, de Nemours, da Usine du Rhône, etc. Os alemães também cedo se instalaram aqui, representando a I. G. Farben, a Merck. Chegaram a instalar fábrica em pequena escala em Cubatão, trazendo as matérias básicas, desenvolvendo-se com aplicação dos produtos essenciais importados. Também em Palmira, hoje Santos Dumont, fabricaram ácido acético, acetona, iniciativa que não logrou os resultados desejados. Tão hábeis em indústria química, não compreenderam de pronto o ambiente brasileiro. A Merck do Brasil fechou suas portas com insucesso porque instalou uma usina para produção de acetona, ácido acético e álcool metílico, fazendo destilação da madeira, imaginando que tínhamos

grandes disponibilidades de lenha, a preços ínfimos.

Quando começaram a trabalhar, viram que não eram tão grandes essas disponibilidades, a matéria-prima foi se tornando tão cara que tiveram de paralisar suas atividades.

Para dar uma idéia da importância atual da indústria química, de síntese basta olhar para a produção de adubos nitrogenados no mundo. Até o século passado, toda a matéria azotada de origem mineral vinha do Chile e, em menor proporção, do Egito e de alguns países do Oriente, mas o grosso da produção provinha do salitre chileno. Com o progresso da química, a produção chilena foi sofrendo a concorrência dos produtos sintéticos e hoje ela representa apenas 7,5% da produção dos compostos nitrogenados do mundo. O salitre sintético hoje tem uma importância muito maior que o salitre natural. Em 1950 a produção americana de um milhão de toneladas de composto nitrogenados foi baseada uma parte em fixação do azoto por eletricidade, porém a maior parte fabricada com gás natural, petróleo e carvão.

No processo de fabricação de ácido nítrico e nitratos com gás natural este fornece o hidrogênio; o azoto provém dessa mina farta e inesgotável que é o ar atmosférico. Os Estados Unidos estão produzindo um milhão de toneladas por ano de nitratos sintéticos, com o consumo de 900 mil toneladas e excedente de 100 mil toneladas para exportar.

A produção total de nitratos sintéticos no mundo é de 3.700.000, referida a azoto. Depois dos Estados Unidos, o maior produtor é a Alemanha, que produz 400 mil toneladas na zona ocidental e 130 mil na oriental; total 530 mil. A Alemanha consome apenas 400 mil toneladas, ficando um excedente para exportar. Em terceiro lugar, está o Japão, com 340 mil toneladas de produção e consumo de mais de quatrocentas mil toneladas, precisando portanto importar. Depois, temos o Chile, com 270 mil toneladas de azoto de origem na-

tural. Vem depois a França, com 214 mil, quase todo fabricado artificialmente como subproduto da indústria do carvão. Depois, vem o Canadá, com 180 mil; a Noruega, com 140 mil; a Itália, com 130 mil; a Holanda, com 120 mil; a Bélgica, com 120 mil. Salitre natural praticamente só o Chile produz. Todos os outros países fabricam do ar atmosférico ou o retiram, como subproduto, da destilação do carvão.

A tendência moderna é para substituir os produtos naturais pelos sintéticos. A indústria de síntese necessita apenas de carbono e dos elementos dos alquimistas, ar, fogo, terra, esta figurando em quantidades mínimas como catalisador. O petróleo, que era até pouco tempo apenas uma fonte de energia, é hoje também uma importante matéria-prima para fabricação de produtos químicos. Nos Estados Unidos, atualmente, 25% da produção química vem do petróleo, enquanto, há 30 anos, era praticamente nula.

O problema da fixação do azoto atmosférico no Brasil é antigo. Temos falado muito nisso, mas até o momento nada se fez, a despeito das leis em 1923 dando favores a quem instalasse usinas para fixação do azoto atmosférico. A Companhia Nitroquímica Brasileira tem o assunto em seu programa, mas até hoje não foi possível realizar nada a este respeito. A matéria-prima essencial — o ar — não constitui problema e tudo gira em torno da disponibilidade da energia a baixo preço e do financiamento, que é muito elevado. Até hoje não se resolveu esse problema, que sendo relegado para futuro remoto, quando se trata de matéria essencial ao Brasil para fertilização do solo e para produção de explosivos. O primeiro passo dado em matéria de fabricação de compostos de azoto, no Brasil, foi uma pequena instalação da Rhodia em São Paulo, produzindo amoníaco.

Na refinaria de Cubatão, cogita-se de aproveitar gases residuais e produzir 100 toneladas diárias de nitrato de amônio.

A questão de adubos químicos fertilizantes tem importância considerável e seu consumo tem crescido espetacularmente. Em 1919, o Brasil importou apenas treze toneladas de fertilizantes; em 1921, importou duas mil; em 1923, oito mil; em 1943, cem mil. Últimamente, com essa grande fome de fosfatos, estamos na casa de 300 mil.

Vemos que de 1919 para cá passamos de 13 a 300 mil toneladas. Isso indiscutivelmente revela o progresso da agricultura brasileira e o progresso da indústria do país, porque parte dos fertilizantes importados é elaborada aqui. Revela, também, a necessidade de adubar as terras para se conseguir uma produção compensadora.

Entre as grandes organizações da indústria química está a Companhia Química Rhodia Brasileira, representante de interesse franceses, que produz rayon em grande escala, ácido sulfúrico, acetona, ácido acético e muitos outros produtos químicos. Começou fabricando principalmente lança-perfume Rôdo, mas compreendeu que havia aqui um enorme campo para desenvolvimento. O grupo Matarazzo também é grande produtor no campo da química, fabricando seda artificial, ácidos e sais. A Companhia Nitroquímica Brasileira também começou produzindo seda artificial e transformou-se pouco a pouco em grande organização de produtos químicos, dos mais variados. Hoje, produz ácidos, nitrocelulose, sulfato de sódio, tintas, vernizes, sendo uma das organizações mais importantes da indústria química. A Produtos Químicos "Elekeiroz" S.A., evoluída da velha fábrica de Luiz de Queiroz, continua na linha principalmente de inseticidas e fertilizantes. Recentemente, instalou-se em São Paulo a Indústrias Químicas Electrocloro S.A. (Elclor), filiada ao grupo da Dupont, que produz soda cástica eletroliticamente. É uma instalação relativamente pequena. A primeira fábrica a produzir aqui a soda cáustica eletrolítica foi a Eletro-Química Fluminense, que produz uma lixívia concentrada de

soda. O custo da evaporação é grande e se torna mais econômico fazer uma solução e vendê-la ao mercado consumidor nas proximidades do centro de produção. Não temos ainda uma grande indústria de soda que se compare à do ácido sulfúrico.

Em Piquete, por volta de 1920, instalou-se a primeira fábrica de ácido sulfúrico por processo catalítico no Brasil que entrou no mercado de produtos químicos, concorrendo com as indústrias de caráter privado. Isso resultou de uma necessidade, porque Piquete tinha produção grande demais e não tinha consumo da própria fábrica.

Recentemente, foram instaladas várias fábricas para produzir superfosfatos, atendendo a grande demanda. Algumas fábricas operam em base precária porque se importa o fosfato da África e o enxofre dos Estados Unidos. É uma indústria assentada em bases instáveis, pois quando não houver divisas, tudo parará. Assim, operam a fábrica de superfosfatos da Ipirange, no Rio Grande do Sul; várias em S. Paulo, uma em Pernambuco; uma em vias de instalação no Rio. Quase todas funcionam baseadas em matéria-prima estrangeira. Só a Serrana S.A. utiliza, em parte, minério nacional extraído das jazidas da região de Jacupiranga, no sul de São Paulo. É uma situação difícil para a indústria e, para o próprio país, não é interessante.

O ácido sulfúrico é um produto essencial para o desenvolvimento da indústria química de um país.

É muito conhecido o conceito de que o progresso de um país pode ser aferido pela quantidade de ácido sulfúrico que ele consome.

O consumo brasileiro de enxofre "per capita" é 1,1 quilograma e o consumo de ácido sulfúrico é 2,3. Nos Estados Unidos, o consumo é 71 kg, 31 vezes mais. O interessante é que o consumo de enxofre no Brasil é de um quilograma por pessoa; de ácido sulfúrico é de dois quilogramas, isto é, o dobro. Se o consumo de enxofre nos Estados Unidos é 24, o consumo de ácido sulfúrico na mesma proporção seria 48, mas é 71. Isso quer

dizer que o país é mais fortemente industrializado.

Em princípio de 1951 o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo avaliou o consumo brasileiro de enxôfre em 70.000 toneladas com a seguinte distribuição:

Para ácido sulfúrico....	44.625
Para celulose e papel..	8.925
Para inseticidas e for- micidas	6.935
Para açúcar	7.440
Para borracha e vários	2.075
	<hr/>
	70.000 t

Posteriormente, no Rio, foi feita uma avaliação nos seguintes termos:

Para ácido sulfúrico....	50.000 t
Para indústrias químicas várias	12.000
Para celulose	6.000
Para inseticidas	3.000
Para pólvora e piro- técnica	1.500
Para borracha	1.500
Diversos usos	4.000
	<hr/>
	78.000 t

De acôrdo com êsses dados, a produção nacional de ácido sulfúrico está compreendida entre 134.000 e 150.000 toneladas anuais ou sejam perto de 500 t diárias em 300 dias.

Na era dos 30, 1932, 1933, importávamos menos de 20 mil toneladas de enxôfre; em 36, importamos 14 mil; em 37, 16 mil; em 38, 13.700. Na era dos 40, passamos a 30 mil. Na era dos 50, estamos na razão de 60 mil porque não há enxôfre disponível no mercado internacional. As nossas necessidades anuais de enxôfre são da ordem de 100 mil, 120 mil toneladas e só temos obtido 60 mil, nos últimos anos. O consumo de ácido sulfúrico tem apresentado um crescimento sem igual, só comparável ao crescimento de consumo da gasolina. É um importante índice de progresso, mas que nos deixa apreensivos quando pensamos que ainda não dispomos de enxôfre no

Brasil para fazer face a essa necessidade crescente.

Dispomos, entretanto, de piritas, como resíduo da lavagem dos carvões do Sul. A maior concentração de piritas dispõe-se no lavador de Capivari, onde a Companhia Siderúrgica Nacional encontra dificuldades para se desembaraçar delas. A princípio eram acumuladas em 6 pilhas, dando lugar à combustão espontânea e contaminação da atmosfera com o terrível gás sulfuroso, que mata a vegetação local e causa tanto dano à saúde dos homens. Foi preciso transportá-las a certa distância para lançá-las num banhado onde estão sendo acumuladas há vários anos, dando lugar à formação de uma jazida artificial de pirita carbonosa.

Se aproveitássemos a pirita ainda não utilizada em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e Paraná, teríamos o enxôfre necessário ao consumo atual da indústria química nacional. São cerca de 120 mil toneladas de enxôfre combinado que lançamos fora.

Enquanto nós fabricamos todo o nosso ácido sulfúrico com enxôfre importado, a Alemanha faz quase todo seu ácido sulfúrico com a pirita obtida de resíduos da indústria. As fábricas de ácido sulfúrico no Brasil foram instaladas, para usar o enxôfre norte-americano, de alta pureza. A instalação é mais simples, mais econômica, e o preço do enxôfre sempre foi muito baixo. Mesmo atualmente o enxôfre americano custa, cerca de 20 dólares por tonelada (princípio de 1953) e a produção da pirita nacional forneceria enxôfre mais caro. Por isso, nunca nos preocupamos em utilizar pirita, na época em que não havia restrições de dólares. Com a crise mundial do enxôfre e a dificuldade de dólares é que começamos a encarar o problema e o governo está agora pensando seriamente na utilização da pirita do carvão. É questão de técnica e também de boa vontade dos produtores no sentido de adaptar suas fábricas ao uso da pirita. A produção com enxôfre é muito cômoda; êle é fundido nos tanques

e queimado em maçaricos como se fôsse um óleo combustível. Aproveita-se ainda o calor da combustão do enxôfre para gerar vapor necessário a movimentar a fábrica. Não há resíduos, não há fuligem e a fábrica é completamente limpa. Mas, diante da situação, teremos de usar a pirita, utilizando uma matéria-prima que tem geralmente apenas de 40% a 45% de enxôfre e deixa 60% de resíduo incômodo e sujo, que é o óxido de ferro.

O grande produtor de enxôfre são os Estados Unidos. Em 1919, os Estados Unidos produziram 4.745.000 toneladas de enxôfre, num total de 5.200.000 toneladas para o mundo. O segundo produtor foi a Itália, com 187 mil toneladas; depois, o Japão, apenas com 1% da produção mundial; depois, o Chile com 0,1 e outros com menos. Não se tem dado a devida atenção à carência de enxôfre no Brasil. Sempre vínhamos importando dos Estados Unidos todo o enxôfre de que necessitávamos. Estamos importando de dois anos para cá somente 50% das nossas necessidades, com funestas consequências para a nossa indústria química, que não se pode expandir mais, freada pela carência de enxôfre. Seria altamente benéfico encontrar enxôfre no Brasil e aproveitar as piritas para fabricação do ácido sulfúrico.

Entre nós 65% do enxôfre importado são destinados à fabricação do ácido sulfúrico, quando poderíamos fabricar todo esse ácido sulfúrico com pirita, reservando o enxôfre elementar para fins mais nobres, onde não se pode empregar pirita.

A instalação de ácido sulfúrico da fábrica de Piquete, hoje Usina Presidente Vargas, foi inicialmente destinada ao emprego de pirita, mas ultimamente estava trabalhando com enxôfre importado. A produção de pirita de Ouro Preto era tão cara que o próprio Governo resolveu importar enxôfre; além disso, a produção de pirita da região de Ouro Preto, que abastecia Piquete, era da ordem de 3 mil toneladas por ano, o que é insignificante.

Os Estados Unidos também se ressentem de certa crise de enxôfre. Já se prevê uma dificuldade futura porque o mundo tem enxôfre de duas naturezas; o enxôfre de regiões vulcânicas, como o Chile e o Japão, e o enxôfre de ação bacteriana, como o da Itália, da Sibíria, dos Estados Unidos.

Até 1910, os Estados Unidos não produziam enxôfre, porque, embora já tivesse sido encontrado nas perfurações de petróleo do Texas e da Lusiânia, não se tinha descoberto ainda um processo econômico para extraí-lo. Este se encontrava a profundidades de 500 a 800 metros.

A produção americana não se desenvolveu, recebendo os Estados Unidos enxôfre da Itália e do Japão, até que se descobriu um processo tecnológico criado pelo engenheiro austriaco Frasch, para a extração do enxôfre daquelas jazidas. O processo Frasch consiste em fazer um poço tubular com dois tubos concêntricos, injetando por um deles água superaquecida. A água superaquecida faz fundir o enxôfre, que é bombeado, sob a forma líquida. Assim se explora o enxôfre no Texas e na Lusiânia.

Esse enxôfre fundido jorra no seio da terra sob a forma de um líquido escuro para um depósito, donde é bombeado para um pátio com armações de placas de alumínio, até um metro de altura, onde ele se solidifica. Aquelas armações de alumínio permitem solidificar o enxôfre, formando depósitos de 10 a 15 metros de altura, conservam enxôfre estocado, ao ar livre. Para exportar, retira-se o material com escavadeiras e remete-se para o mundo inteiro a granel, e, assim, só os Estados Unidos podem produzi-lo na base de 20 dólares por tonelada. A natureza das jazidas e o processo de extração garantem aos Estados Unidos uma supremacia na produção mundial de enxôfre. Perto de Beaumont, Texas, onde se trabalha como acabo de descrever, existem no mesmo local gás natural, petróleo, sal e enxôfre. Utiliza-se o gás natural para o aquecimento da água com que se extrai o enxôfre, ficando

éste a preço muito reduzido. O preço oscila em torno de 20 dólares há alguns anos, mas podiam baixá-lo porque tudo é mecanizado. O problema americano é que eles não têm descoberto novos poços de enxôfre nessas condições, com estrutura interna capaz de produzir pelo processo Frasch.

As reservas de enxôfre são avaliadas em 40 anos na base de consumo atual, mas os pedidos do mundo estão crescendo de tal maneira que causam sérias apreensões.

No México também foram descobertos modernamente "domos" de enxôfre semelhantes aos dos Estados Unidos, mas há um certo pessimismo com relação à produção mexicana. Todavia, no México, deve haver muitos "domos" com enxôfre nas zonas geologicamente semelhantes às dos Estados Unidos. Infelizmente, a proporção de "domos" exploráveis é muito pequena em relação aos domos descobertos porque nem todos têm capacidade de suportar aquele sistema de exploração. É o caso da Europa, onde há vários depósitos de enxôfre, na Alemanha, na Rumanênia, sem possibilidades de aplicação do processo de Frasch. Não temos outra alternativa quanto ao enxôfre: o mundo inteiro vai viver dependente do enxôfre americano ou do enxôfre das regiões vulcânicas, que ocorre em lugares de exploração extremamente difícil, como no Chile, a altitudes superiores a 4 mil metros. Além disso, não podem ser exploradas para produzir diretamente enxôfre, em estado de pureza como o do Texas. O enxôfre do Chile, da Itália e do Japão está contido em rochas com 20 e 30% de enxôfre, rochas que têm de ser mineradas e destiladas, em lugares onde geralmente não há combustível. As zonas vulcânicas têm a possibilidade de oferecer novas jazidas de enxôfre. Conhece-se o caso de uma erupção vulcânica no Japão que, em alguns dias, formou uma jazida de 300 mil toneladas, embora tivessem sido perdidas muitas vidas.

Devido à estrutura geológica do Brasil não vemos aqui possibilidades imediatas de terremotos e erupções vulcânicas, que poderiam nos ajudar a resolver o angustioso problema do enxôfre.

O Dr. Glycon de Paiva, quando Diretor da Produção Mineral, esteve muito interessado em esclarecer as notícias acerca da existência de enxôfre em Trangola, no Rio Grande do Norte. Estive lá a fim de lhe dar depois uma opinião pessoal, mas verifiquei que a produção era muito pequena; não consegui trazer da suposta jazida nem duzentas gramas de amostra. Trata-se de uma ocorrência sem valor, num contacto de uma erupção com os granitos regionais.

Assim, o problema do enxôfre é uma preocupação mundial, porque a grande indústria química se baseia nesse elemento. Os países que que têm pirita lançam mão dela e esta é a única solução para o Brasil, considerando os fatos atualmente conhecidos. O ônus de ter carvão tão ruim encontra certa compensação. A nossa indústria química poderá viver em grande parte com enxôfre obtido como subproduto da indústria carbonífera. Nos lavadores de carvão em Tubarão, a Companhia Siderúrgica Nacional recebe o carvão bruto, apenas catado e de cada 100 toneladas obtém cerca de 13 toneladas de resíduos com 32% de enxôfre e 10 toneladas de resíduos com 15% de enxôfre. Esses resíduos poderão algum dia ser aproveitados para a indústria química.

Aproveitando-se esse resíduo de pirita, se poderiam produzir cerca de 60 mil toneladas de enxôfre por ano. O Governo organizou uma comissão para estudar o assunto, cujo relatório foi recentemente publicado. Foi consultada a firma Lurgi, da Alemanha, a maior especialista no assunto. Essa empresa estudou cuidadosamente o problema e apresentou três soluções. Nós, praticamente, exigimos da Lurgi que nos fornecesse um processo econômico de produzir enxôfre elementar. Não desejamos pirita, que não pode ser usada nas instalações em funcionamento. A

Lurgi estudou o processo e mostrou a possibilidade de fazer isso, mas a um custo relativamente elevado e com uma técnica que ainda não está em prática noutros países; a extração de enxôfre da pirita só se faz em pequena escala, no Canadá. Esse processo consiste em queimar pirita, produzindo gás sulfuroso, absorvê-los e reduzi-los com coque.

Para produzirmos enxôfre iríamos consumir coque, que é também um produto escasso no Brasil. Tal solução iria agravar o problema siderúrgico. As reservas de carvão metalúrgico são relativamente pequenas no Brasil. Não podemos contar com esse tipo de carvão no Rio Grande do Sul.

A lavagem do carvão no ritmo atual pode produzir todo o enxôfre consumido no País, porém sob a forma de pirita. Para novas instalações de ácido sulfúrico não haveria grande inconveniente no uso da pirita, porém as instalações já feitas para o emprego de enxôfre elementar só poderiam usar pirita mediante custosas adaptações que não devem ser recomendadas.

Nenhum industrial quer modificar as suas instalações, feitas especialmente para utilizar enxôfre americano, que é fornecido no mais alto grau de pureza. Mas, se utilizarmos a pirita subproduto de carvão metalúrgico, estaremos até amparando a produção de coque nacional. Entretanto, se vamos produzir enxôfre conforme as recomendações da Lurgi, vamos desfalcar a produção do coque, pois vamos consumi-lo numa proporção equivalente à do enxôfre fabricado.

Utilizar as piritas de Santa Catarina, em S. Paulo, importa, em primeiro lugar, em investimentos muito grandes nas fábricas de ácido sulfúrico; em segundo lugar, em vencer a resistência de todos os industriais que trabalham comodamente com enxôfre; em terceiro lugar, o custo do enxôfre vai ser mais alto, porque o frete da pirita é oneroso. No relatório citado, fala-se na possibilidade da pirita no lavador de Tubarão custar apenas 85 cruzeiros a tonelada; o enxôfre

elementar custaria 120 cruzeiros. Seria um preço ideal, mas nos parece que na prática não se poderá conseguir isso. Se se utilizasse a pirita "in-loco", seria uma solução viável, mas não se pode criar de momento um parque industrial em Santa Catarina. Não é econômico transportar ácido sulfúrico, carga eminentemente perigosa. O ácido sulfúrico é sempre produzido junto ao local de consumo.

Outrora, importávamos ácido sulfúrico em garrações, mas logo se iniciou a fabricação no Brasil e só importamos pequenas quantidades, em frascos, para uso de laboratório.

Há alguns anos passados uma organização holandesa nos escreveu pedindo informações sobre as possibilidades do Brasil com relação à produção de branco de titânio, o pigmento branco que veio substituir em grande parte o alvaide de zinco e o litopônio. Essa firma queria saber se havia aqui minérios de titânio, o seu preço e teor, se havia enxôfre, produção de ácido sulfúrico e qual o preço deste, no Brasil. Remeti uma informação com todos os detalhes, declarando que o ácido sulfúrico custava cerca de um cruzeiro por quilograma. Responderam-me agradecendo os dados e se mostraram muito interessados, mas ressaltando que apesar de muito bem feito o relatório, haviam notado um engano: o preço do ácido deveria ser a décima parte do que informara. Não podiam conceber que o ácido sulfúrico fôsse tão caro. O preço do ácido sulfúrico entre nós impede a fabricação de muitos produtos químicos, onde ele desempenha um papel essencial. A indústria do ácido no Brasil está amarrada à capacidade de importarmos enxôfre e não se expande mais por falta de matéria-prima nacional.

Não temos aqui a probabilidade de assistirmos a uma erupção vulcânica que compense a calamidade, criando depósitos de enxôfre, tão úteis ao desenvolvimento das nossas indústrias e do nosso padrão de vida. Estamos na terra mais estável do mundo, mas não na mais bem dotada de riquezas minerais.

Outro obstáculo ao desenvolvimento industrial do Brasil é a inexistência de produção doméstica de carbonato de sódio e soda cáustica. Ultimamente, o Governo se empenhou muito nesse problema e já há uns vinte e tantos anos as próprias organizações estrangeiras que trabalhavam no Brasil e importavam soda cáustica se interessaram pela criação dessa indústria entre nós. A Dupont estudou exaustivamente o problema e fez um inquérito no país inteiro, procurando local com condições adequadas à criação de uma grande indústria de soda. Percorreu o Estado do Rio Grande do Norte, depois passou ao Estado do Rio, a toda a costa. As condições necessárias para uma indústria de soda cáustica são as seguintes: ter sal em grande quantidade e pureza suficiente; ter calcários nas mesmas condições; ter água abundante com pureza e temperatura adequadas. Foi impossível achar todos os requisitos reunidos numa mesma região que prestasse à implantação dessa indústria.

A indústria de soda cáustica utiliza o sal-gema e nós temos a produção de sal baseada na evaporação da água do mar. O sal marinho é geralmente um produto caro, sempre produzido em pequena escala, e dependente de condições atmosféricas previsíveis. Às vezes, uma chuva, na época inadequada, destói milhares de toneladas de sal já pronto para a colheita.

Já conhecemos no Brasil jazidas de sal-gema, mas em condições de exploração muito difíceis. Em 1942, descobriu-se o sal-gema, perfurando-se o solo em procura de petróleo, em Sergipe e Alagoas. As de Alagoas não foram ainda estudadas, acham-se situadas a cerca de 1200 metros de profundidade. As de Sergipe foram objeto de consideração das companhias particulares. A Companhia Sal-Gema, Soda Cáustica e Indústrias Químicas desenvolveu grande atividade, a fim de explorá-las. Foram feitos contratos com a Duperial, e a Solvay, que é pioneira da fabricação de soda cáustica pelo amoníaco,

que substituiu, no mundo inteiro, o antigo processo Leblanc em uso no começo de século passado. Depois de muitos anos, passou-se para esse outro processo muito elegante, baseado na reação entre o sal e o bicarbonato de amônio.

As Indústrias Brasileiras Alcalinhas S.A., reunindo interesses da Duperial e da Solvay, fizeram um acordo com a Companhia Sal-Gema para utilizar o sal de suas concessões. Gastou alguns milhões de cruzeiros em pesquisas, no Estado de Sergipe, estudando exaustivamente o problema da extração do sal, da utilização dos calcários e do abastecimento de água.

Recentemente foi constatada a existência de espessas camadas de sal-gema na região de Nova Olinda, no Rio Madeira, (Amazonas) onde estão sendo feitas pesquisas de petróleo pelo Conselho Nacional do Petróleo. No momento é prematuro pensar-se numa industrialização do sal naquela região que fica num raio de 150 km em torno de Manaus; entretanto, algum dia esse depósito poderá ser explorado e fornecer a matéria-prima para a indústria da soda na Amazônia.

Atualmente estão sendo feitas muitas pesquisas visando a produzir celulose utilizando as flores-tas tropicais. Quando se chegar a uma solução satisfatória será o momento de criar uma indústria química próxima às grandes reservas florestais da Amazônia, e nessa oportunidade tais depósitos de sal-gema terão a sua existência valorizada.

Interessado em dar uma solução a um problema tão difícil quanto essencial ao desenvolvimento do Brasil, o Governo resolveu criar a Companhia Nacional de álcalis, nos moldes da Companhia Siderúrgica Nacional, com a participação do Tesouro, dos Institutos de Previdência e da economia popular.

Foi escolhida a zona de Cabo Frio para sede das atividades, em vista da possibilidade de produzir ali sal marinho em grande escala; entretanto muitas críticas foram levantadas pela escolha daquele local.

Após longos estudos sobre as condições de abastecimento de água, de calcário, de combustível e de sal ficou definitivamente resolvido iniciar ali a fabricação de soda em larga escala.

Estão já em andamento as providências para a construção da usina que, dentro em breve, virá fornecer ao mercado brasileiro um produto químico tão essencial a numerosos ramos de atividade.

Pelos fatos expostos nessas linhas verifica-se que a despeito da

carência de certas matérias-primas essenciais, em condições de serem exploradas com vantagem, a indústria química tem progredido muito no Brasil.

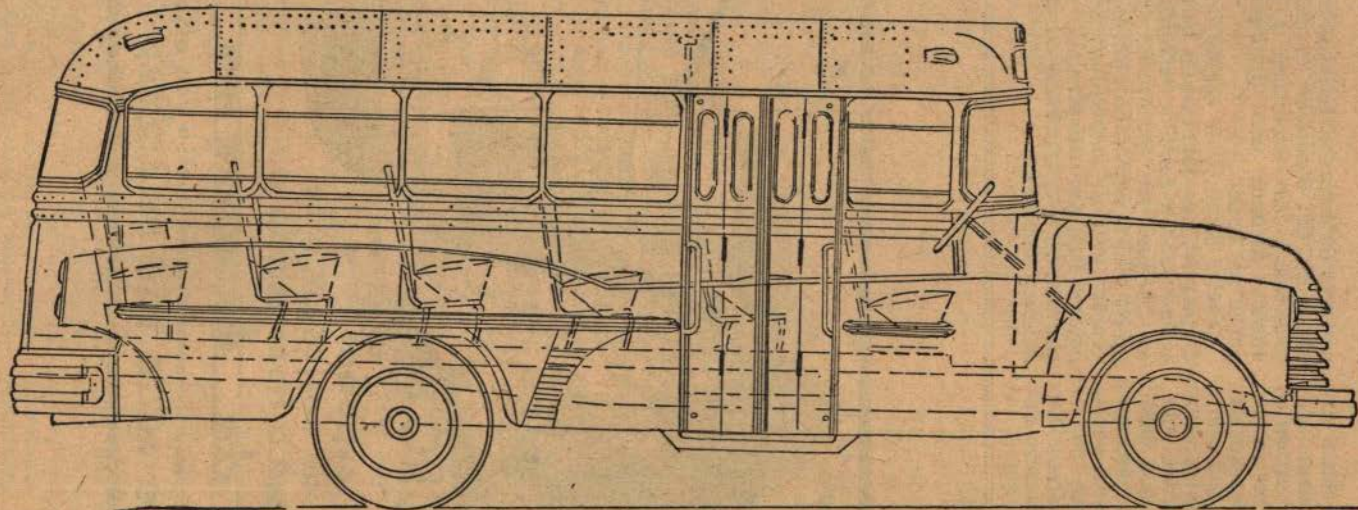
Dada a carência de carvão bom, de petróleo nas quantidades necessárias, dada a falta de enxôfre, e de sal-gema em localização adequada e fácil exploração, temos de vencer árduos empecilhos para dotar o País das indispensáveis especiarias modernas fornecidas pela química industrial.



BRASILEIRO
não te exponhas
ao vexame de confessar a um
estrangeiro nunca teres subido ao

Pão de Açúcar

Deves conhecer o panorama universalmente classificado: O MAIS BELO
O CAMINHO AÉREO PÃO DE AÇÚCAR



CARROÇARIAS VIEIRA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.

Carroçarias para Ônibus, Micro-ônibus e Lotações

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3.016 — TEL. : 43-4022

Rio de Janeiro — Distrito Federal

PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS DAS EMPRESAS

Tendo recebido do Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal a solicitação de opinar sobre o projeto de lei n. 333, oriundo da Câmara dos Deputados, que tem em vista regulamentar o dispositivo constitucional no qual é determinada a participação obrigatória e direta dos empregados nos lucros das empresas, o Conselho Nacional de Economia vem de se desobrigar dessa incumbência emitindo o parecer cuja íntegra vai abaixo publicada. Assunto complexo, demandando acurado estudo a fim de evitar as graves consequências que pode acarretar a má ou imperfeita interpretação do referido dispositivo, êle foi atentamente cuidado pelo Conselho em seus aspectos econômicos como será fácil se depreender do texto que em seguida reproduzimos.

Solicitado a opinar sobre o projeto de lei n. 333, da Câmara dos Deputados, que tem em vista regulamentar a participação obrigatória e direta dos empregados nos lucros das empresas, o Conselho Nacional de Economia procurou reunir a documentação indispensável e iniciou a audiência dos mais autorizados na matéria para fundamentar o seu parecer.

Nessa oportunidade ouviu as explicações de destacados parlamentares, com os quais teve a satisfação de travar debates esclarecedores dos variados aspectos que o projeto visava a atender. Desde essa fase inicial, verificou o Conselho como se diversificavam as opiniões sobre a fórmula mais conveniente. Acompanhou em seguida o andamento do assunto no Congresso através dos lúcidos estudos aí feitos. Concluindo que não tinha ainda sido fixada orientação definitiva, foi levado a prolongar os seus estudos até a fase atual, quando no Senado se cuida de decidir definitivamente, depois dêsse longo período de tentativas não cobertas de êxito.

Neste parecer, que tem a honra de apresentar ao Senado, o Conselho considerará o projeto nas suas bases econômicas, como lhe cumpre, sem, porém, apreciá-lo em detalhe. Pareceu-lhe que convirá, an-

tes de qualquer análise, situar bem o problema e tirar as conclusões preliminares a uma deliberação de momento.

A primeira impressão que registrou foi a da variedade das fórmulas com as quais se tem procurado atender ao dispositivo constitucional. Múltiplos foram os projetos, emendas e substitutivos, desde os primeiros apresentados (ns. 96-1946 e 104-1946, ambos de 7-XI-946). A diversidade das tentativas de solução indica desde logo quanto é difícil, senão impossível, estabelecer correlação entre os resultados, bons ou maus, do empreendimento, de um lado, e o esforço ou proficiência dos empregados que para êle tenham contribuído, de outro. Aí estava o obstáculo a uma solução racional.

Com efeito, o resultado financeiro de uma empresa pode variar :

- a) com o número de empregados em relação à *unidade* de produto ou de serviço ;
- b) com a habilidade da administração ;
- c) com a eficiência da maquinaria e instalações ;
- d) com fatores que não dependem da empresa, tais como oscilações de mercado e outros.

Qualquer que seja a fórmula, desde que baseada na proporcion-

lidade do lucro ao volume dos salários, a participação não corresponderia ao mérito do trabalho. Não se trataria, dessa maneira, de reparar conforme a variação das necessidades, por não estar esse critério subentendido no preceito constitucional. A distribuição seria sempre arbitrária e não equitativa, e conduziria ao descontentamento que se origina da suposição de ter sido violado um princípio de justiça.

Tal sentimento seria agravado com a verificação de que a lei só beneficiaria uma pequena minoria dentre os que contribuem com o seu trabalho para os resultados financeiros das empresas, entendidas estas no sentido lato. Realmente, fora do alcance da lei ficam os empregados das sociedades sem fins lucrativos, das governamentais e autárquicas, das relativas à agro-pecuária, dos serviços domésticos e de todas aquelas cujo resultado não pode ser contabilizado. O fato de não serem atingidos os trabalhadores da agricultura, só por si, gera uma desigualdade de efeitos calamitosos.

Desejamos enumerar algumas das mais acentuadas consequências econômicas da execução de uma medida dessa ordem.

A primeira provém da desigualdade, já mencionada, na repartição dos lucros, variando entre empresas, tipos de negócios, regiões, pois que seria fonte duma modificação de estrutura no sistema das atividades. A melhor remuneração, resultante dos lucros distribuídos pelas empresas em que a relação — *lucros para com salários* — fôsse mais favorável, traria para essas empresas mão-de-obra mais eficiente e mais abundante. O objetivo da produtividade, que deveria ter em vista os empreendimentos em geral, seria influenciado pelo fator mão-de-obra, alterando o balanço necessário entre as grandes e as pequenas empresas. Cabe nêsse particular recordar que no Brasil a produção e a distribuição de bens não pode ficar apenas a cargo de empresas de vultoso capital e moderno aperfeiçoamento técnico. Dentre de pouco tempo a desigualdade de remuneração favoreceria de tal modo certas empresas que se extinguiriam

as de menor porte e de deficiente aparelhamento tecnológico, em prejuízo do país.

Outro ponto a assinalar é que a distribuição obrigatória de lucros anuais, desde que assumisse certa proporção, sacrificaria fortemente a reinversão de lucros na ampliação e aperfeiçoamento da própria empresa. Dada a reduzida taxa de capitalização entre nós, o progresso econômico está na dependência de maior possibilidade de poupança no âmbito dos próprios negócios. A repartição de lucros seria, de fato, um aumento na taxa de distribuição e uma redução na de reinversões.

Evidentemente, estas observações referem-se aos lucros normais e não aos denominados "especulativos". É claro que estes, em regra, vão de preferência pesar na procura de bens de consumo supérfluo, pois o especulador raramente é um investidor. Mas o fato é que, de outro lado, essa espécie de lucros escapa, freqüentemente, de qualquer registro e seria difícil submetê-lo a disciplinas legais.

A perturbação maior estaria, no entanto, no desestímulo à inversão de capitais privados e, em consequência, no abandono do campo à concorrência dos investimentos públicos. Este Conselho tem acentuado em seus diversos pareceres, e mais recentemente procurou tornar claro na sua Exposição Geral dêste ano, que o momento nacional está exigindo a intensificação da iniciativa privada. O Governo, como ficou evidente com a aprovação de um orçamento altamente deficitário nestes últimos dias, não pode, pelo menos durante alguns anos, suportar o peso de vultosos empreendimentos sem recorrer a processos inflacionários cujos efeitos já atingiram a uma fase inquietante.

No atual momento nacional, os objetivos econômicos terão que assumir a supremacia, pois sem que se resolva o problema da estabilidade financeira não se poderia atingir a finalidade social visada no dispositivo da Constituição. Qualquer medida compulsória de fins distributivos que entre em conflito com o melhoramento da situação econômica é contraproducente.

A solução brasileira, para atender ao "desideratum" da justiça social, estará na íntima dependência do melhoramento do padrão econômico do indivíduo. O problema está em valorizar o salário nominal, isto é, permitir que o salário tenha um poder aquisitivo capaz de satisfazer às necessidades do indivíduo e de sua família, e lhes permita contar com um mínimo de segurança. Esta só lhes pode ser dada em uma situação de equilíbrio de preços e de ocupação. O meio normal de distribuição da renda nacional aos indivíduos pelo seu trabalho é o salário que percebem. Já que este representa uma parcela dessa renda, é condição indispensável que, além de equitativo, corresponda a um poder aquisitivo estável. Na base do salário constroem as famílias o seu orçamento, e só uma elevação crescente e regular lhes permitirá o melhoramento de padrão a que aspiram.

Por outro lado, não é o Brasil o único país que tem em mira atingir o velho objetivo da harmonização entre o capital e o trabalho, ou melhor, entre os que dirigem e os que são dirigidos. A solução por meio da participação direta dos empregados nos lucros tem sido tentada em diversos países, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, culminando com o Congresso Internacional sobre a Participação nos Lucros, realizado em Paris no ano de 1889. O objetivo era conjugar o acréscimo e barateamento da produção com a preparação da paz industrial. Depois desse Congresso, grande número de empresas adotaram voluntariamente planos de participação. Mas em pouco tempo eram eles abandonados, em geral pela indiferença ou mesmo oposição dos assalariados.

Evidentemente a direção das empresas, no campo aberto da concorrência, buscava compensar as desigualdades de custo originadas em seus produtos, e para isso reduzia o salário médio. Seja por esse processo ou por outro, o equilíbrio econômico tende sempre a restabelecer-se, num regime de livre empreendimento, anulando os efeitos sociais desejados. As experiências caíam no abandono.

Em 1932 havia na Grã-Bretanha 469 planos de "profit sharing" de todos os tipos. Mas o número de cancelados ultrapassava já a 350.

A Inglaterra, cuja política social foi mais amadurecida e onde a campanha das Trade Unions conseguiu criar um forte partido, que até recentemente ocupava o poder, preferiu a solução de elevar ao máximo a assistência e o seguro social a cargo do Estado, socializando serviços e distribuindo pensões.

Nos Estados Unidos a solução preferida procura respeitar o mais possível a independência e a livre escolha dos indivíduos. Embora muitas empresas mantenham por sua conta serviços sociais e distribuam lucros por meio de ações, de tipo especial em algumas delas, a solução em geral é a de levantar o padrão de vida através do salário. Evidentemente isso é possível num país de alta produtividade e capitalização.

No Brasil, nos últimos anos, foi tentada uma solução original, muitas vezes citada como exemplo a outras nações latino-americanas. Consiste ela em completar a assistência do Estado com a realização de um conjunto de serviços a cargo das próprias empresas, que reúnem os seus recursos numa obra comum de melhoramento social e aperfeiçoamento profissional.

Ora, uma nova solução com a distribuição de lucros em espécie, na forma do projeto em aprêgo, não deixa de entrar em conflito com a política social brasileira até agora seguida. Comparada esta com a nova fórmula constitucional, verificam-se as seguintes principais diferenças:

1 — a primeira não atinge desigualmente a massa dos trabalhadores e empregados, como a segunda;

2 — a primeira reúne os recursos para transformá-los em benefícios conforme as necessidades, ao passo que a segunda os dissemina e contempla desordenadamente os beneficiados;

3 — a primeira contribui para melhorar a produtividade individual, e a segunda desinteressa-se diretamente desse objetivo;

4 — a primeira recolhe as contribuições dos empregadores sob a forma de taxa proporcional à folha de pagamento, e não desestimula as reinversões, ao contrário da segunda;

5 — a primeira alivia o Estado de encargos que pesariam no orçamento público, completando a obra de seguro social com a assistência social, enquanto a segunda apenas reparte desigualmente acréscimos de salário.

Vê-se, portanto, que seria contraindicado *substituir* a solução brasileira por uma nova tentativa de resolver o problema social, sem as vantagens de uma organização adequada, aumentando simplesmente o salário, não segundo as necessidades ou a contribuição efetiva, mas em resultado de um cálculo de variáveis que não se ajustam entre si, para ser aplicado uniformemente às empresas.

Esta solução iria prejudicar os bons resultados da outra. Cumprindo a lei, muitas empresas deixariam, com sacrifício dos empregados, de desenvolver ou criar planos de assistência em que se poderiam empenhar.

Acima de todas essas considerações, existe porém uma que, pela sua fatalidade irrecusável, tornaria excessivamente perigosa uma inovação na política social neste momento. O país passa por uma fase de reconhecida gravidade. Entre os males trazidos pela inflação, está o desassossêgo não apenas político, mas econômico. As empresas não sabem o que as espera em dias próximos. As iniciativas tendem a acautelar-se para não perecer. As dificuldades de crédito causam desajustamentos que, por fim, irão repercutir na estabilidade das empresas e na segurança do emprêgo. Seria necessário que não fôsse agravada a inquietação com a aprovação de um projeto que, longe de trazer a harmonia, só poderia criar novas fontes de perturbação entre as classes, dada a forma inadequada.

É de esperar, pois, que o Senado da República não queira tomar a si a responsabilidade de uma decisão, quando nada indica seja urgente tomá-la, nem mesmo a necessidade da

obediência à Constituição, porquanto esta não marca prazo para a regulamentação do art. n. 157-IV, o que poderia ter feito se não deixasse a escolha da oportunidade à sabedoria e patriotismo do legislador.

O anseio de melhorar o nível de vida das classes trabalhadoras, por meio de uma equitativa distribuição da renda, constitui uma das características da época, especialmente nos países menos desenvolvidos economicamente. A prescrição constitucional reflete esse justificado anseio. Mas não se poderá supor que o legislador constituinte não tivesse em mente subordiná-lo a condições razoáveis de realização, e entre estas a expectativa de uma relativa estabilidade econômica e financeira.

De nada vale distribuir mais, em cruzeiros, se não se distribui renda real, e se o pão da família diminui de volume, antes que seja possível uma correção ou compensação no salário nominal.

O Conselho Nacional de Economia, coerente com os seus pareceres anteriores, sugere o adiamento de qualquer decisão definitiva sobre o projeto em curso de participação nos lucros, para que seja procurada a melhor fórmula legal que não venha prejudicar os métodos de serviço social e educativo, já adotados no país. Dar-se-á, assim, ocasião a um completo reexame desses métodos, para ver como podem ser melhorados, sem que uma distribuição monetária de lucros eventuais entre em conflito com um processo de aproximação entre empregados e patrões, cujos frutos apenas começam a ser colhidos.

Os ilustrativos pareceres e numerosos estudos divulgados sobre o projeto em aprêço apresentam tal abundância de argumentos, pelos quais se evidenciam as suas falhas e inconseqüências, que se justificaria fôsse considerada duvidosa, se não definitivamente inaceitável, a sua interpretação do dispositivo constitucional.

Impõe-se, pois, uma completa revisão, que, em face das razões apresentadas neste parecer, poderia ser conduzida no sentido de alcançar o duplo objetivo de harmonizá-lo com o princípio econômico de premiar a

produtividade individual e com o imperativo humano de elevar o padrão cultural e profissional do empregado, para que a prosperidade deste se reflita no progresso do país.

Na base da aceitação da preliminar que apresenta, o Conselho Nacional de Economia empreenderia uma ampla indagação das experiências feitas e da repercussão das possíveis fórmulas de realização do objetivo constitucional. Usaria, para esse fim, das atribuições constantes da sua lei orgânica, para que, sobre os resultados do levantamento proposto, sejam confrontados os pontos de vista dos mais autorizados a opinar, em livre debate no próprio

Conselho. No prazo de 90 dias seria apresentado, em mensagem ao Congresso, o relatório de seus estudos e pesquisas, para que dentro da realidade possa ser votada uma lei de alto alcance que seja a exata interpretação, não apenas do preceito contido no inciso IV do art. 157, mas em geral da política econômica e social consagrada na Constituição.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1954.

*Edgard Teixeira Leite
Fernando de Andrade Ramos
Humberto Bastos
João Pinheiro Filho
José Garrido Torres
Luiz Dodsworth Martins*

HIME - COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

RUA TEÓFILO OTONI, 52 — FONE: 23-1741

Enderêço Telegráfico "FERRO" — Caixa Postal, 593

FERRAGENS — FABRICANTES — IMPORTADORA — EXPORTADORA

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

VILA MAR de GUARATIBA



PLANIL

Planejamentos Imobiliários Soc. Civil.



ESCRITÓRIO CENTRAL DE VENDAS DO LOTEAMENTO
AV. 13 DE MAIO, 13 - 17º ANDAR

VÁRIOS POSTOS DE VENDAS NO DISTRITO FEDERAL
E NO PRÓPRIO LOTEAMENTO

VILA MAR DE GUARATIBA encontra-se nesta situação privilegiada, ligada aos grandes subúrbios da Zona Norte por linhas de bondes, ônibus e lotações, e à Zona Sul, pela Avenida Litorânea, cujo asfaltamento agora se inicia.

Executando, com intensa celeridade, o magnífico plano urbanístico traçado para o loteamento a Cia. Construtora Continental de São Paulo concentra em VILA MAR DE GUARATIBA, todo seu vasto parque de máquinas, para a rápida conclusão das grandes obras iniciadas.

Vendas sem entrada, com 100 meses de prazo, sem juros.

PENSAMENTO DAS CLASSES COMERCIAIS DO PAÍS SÔBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE NOSSA CONJUNTURA ECONÔMICA

Recomendações, no setor econômico, aprovadas na X Mesa Redonda da "Federação das Associações Comerciais do Brasil", realizada em São Paulo, nos dias 1, 2 e 3 do corrente.

É inegável que o Brasil está atravessando um período de extremas dificuldades no terreno econômico, resultantes, em parte, do acelerado processo de expansão de sua economia.

O trânsito da economia agrícola para a industrial, traz em seu bojo graves problemas, que à nossa geração incumbe resolver, mas a existência desses problemas não deve obscurecer o panorama geral da vida econômica nacional, o qual justifica uma atitude de otimismo, em face da inegável elevação do nível de vida do povo, fenômeno frequentemente olvidado por aqueles que só atentam para as dificuldades imediatas que o País enfrenta.

Essas dificuldades, é certo, vêm se agravando de forma alarmante e podem vir a comprometer a própria estabilidade e expansão da economia brasileira, se os maiores esforços não forem dedicados à sua superação.

Demasiado extenso seria proceder-se a uma análise global de nossa conjuntura econômica neste documento, mas alguns problemas, que às classes comerciais do País parecem fundamentais, merecem ser indicados.

1 — INFLAÇÃO

O mais grave problema que atualmente defronta a economia brasileira no qual todos os demais radicam, é o da inflação. A alta con-

tínua dos preços, sôbre criar grande instabilidade e insegurança no campo econômico e afugentar os capitais estrangeiros, provoca agitações sociais e animosidades entre as classes, pois a alta dos preços é frequentemente atribuída à ganância das classes produtoras por aqueles que não querem ou não conseguem compreender que a alta dos preços é tão somente o efeito do aviltamento da moeda, decorrente da criação de meios de pagamento em desproporção com os bens disponíveis.

Sem indagar das origens remotas do processo inflacionário, cumpre assinalar que é ele atualmente alimentado pelos "deficits" orçamentários, que levam os governos a realizar sucessivas e vultosas emissões de papel-moeda; pela política salarial, mórmente pela última elevação dos níveis de salários-mínimo e pela política de expansão de crédito.

O meio circulante que começou a se expandir, a três lustros passados, ultrapassa, hoje, a doze vezes o volume de moeda em circulação existente antes da guerra.

Impõe-se a adoção de uma política financeira de rigorosa compressão das despesas públicas, as quais devem ser selecionadas pelo critério do rendimento social que proporcionam. O equilíbrio orçamentário é fundamental em uma política de combate à inflação.

A segunda causa apontada, a política salarial, foi outro importante fator do incremento do surto inflacionário, verificado nestes últimos doze meses, conforme tem sido assinalado por economistas de indisputável autoridade.

O que se preconiza não é um congelamento de salários nominais quando os preços continuam em ascensão, o que seria contrário às nossas tradições e ao nosso temperamento, e sim que, nos reajustamentos salariais compulsórios, não se considere apenas o aumento do custo de vida, mas também o maior grau de produtividade do empregado, a fim de se atender os interesses da economia nacional.

Finalmente, na má distribuição do crédito, reside uma das causas do surto inflacionário que o País atravessa, pois que o crédito cria um poder de compra que não encontra correspondência no volume da produção.

Dado o alto nível de emprego existente no Brasil, aquela expansão creditícia provoca simples deslocamentos de fatores de produção de um setor para outro da economia.

Os excessos praticados no passado, colaborando para o incremento da inflação, determinam a necessidade de providências que, disciplinando e incentivando a aplicação de crédito às operações legítimas de caráter produtivo e de interesse econômico geral, contribuam para a estabilização do custo de vida, evitando-se que o ritmo de financiamentos bancários ultrapasse o do crescimento da produção.

2 - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

A Constituição Brasileira fixou o princípio da prevalência da iniciativa privada no campo econômico, reservando ao Estado ação supletiva, inconveniente ou inadequada.

Na realidade, porém, a intervenção estatal transborda os limites constitucionais e invade todo o campo econômico, a ponto de não haver setor da economia brasileira em que o Estado não faça sentir sua prepotente presença.

A posição das classes produtoras e, em especial, do comércio, com relação ao intervencionismo estatal, já em outras oportunidades foi definida e agora nos cumpre apenas, reiterá-la: as classes comerciais do País são contrárias ao intervencionismo inepto, desordenado e de inspiração demagógica que em muitos setores se verifica; mas não se opõem, ao contrário, preconizam a intervenção que vise criar condições favoráveis à expansão das forças econômicas nacionais ou suprir as deficiências ou omissões da iniciativa privada, bem como a que procure atenuar as desigualdades econômicas e assegure a todos possibilidades de acesso aos bens materiais e espirituais proporcionados pela técnica e pela civilização, pois reconhecem que, nem sempre, do livre jogo dos egoísmos individuais surge o interesse coletivo. Nesse sentido e com esse propósito, a intervenção do Estado na economia constitui imperativo da forma de convivência social que o povo brasileiro, em sua Constituição, livremente elegeu.

Um dos aspectos mais inconvenientes da intervenção do Estado na economia é o dos controles de preços.

Longa e amarga experiência tem o Brasil dessa política de intervenção e outro fruto não têm colhido os governos, das inúmeras técnicas já experimentadas nesse campo, se não o de desestimular a produção e acirrar animosidades entre as classes sociais.

Procurando manter reprimida a inflação em certos setores de bens de consumo essenciais, faz o Governo com que os empresários da atividade controlada abandonem o ramo, tornando ainda mais precário o abastecimento desses bens.

Por outro lado, é impossível negar-se propósito demagógico à sobrevivência dos regimes de controle de preços. Com eles, procuram os governos dar ao povo a impressão de estarem lutando por coibir a alta dos preços, punindo os que infringem os tabelamentos. Os "tribunais populares", para punição dos que cometem os chamados "crimes

econômicos", outra coisa não representam senão o instrumento criado pelo Estado para extravasamento da irritação popular, provocada pela contínua elevação do custo da vida. Por essa forma, procura-se buscar nas classes produtoras e mormente nas classes comerciais, os culpados pelas dificuldades que o povo enfrenta, oriundas, em grande parte, da incapacidade dos governos.

Já é tempo, porém, de se esclarecer a opinião pública com relação ao assunto e de se declarar que os controles de preços só contribuem para agravar o problema, pelo desestímulo que trazem à produção, apontando-se a urgente necessidade de sua eliminação.

3 - CAMBIO

O problema dos persistentes desequilíbrios em nossa balança de pagamentos tem suas raízes na inflação e nas deficiências de nossa política cambial. Nenhuma solução definitiva pode ser alcançada nesse setor, desvinculada de uma política de estabilização dos preços.

De um lado a expansão da economia brasileira, exigindo a importação de volumes cada vez maiores de maquinaria, equipamentos e matérias-primas, de outro, a modificação dos hábitos de consumo do povo, provocada pela inflação, faz com que se precipite sobre os poucos recursos cambiais de que dispomos uma procura intensa e urgente, não contrabalançada pelo aumento de oferta de divisas.

Várias tentativas têm sido feitas pelos governos no sentido de solucionar o problema, dentre outras as restrições quantitativas, pelo chamado "regime de licença prévia" cujos resultados desencadearam uma lamentável onda de corrupção e favoritismo. Essas técnicas, porém, procuram equilibrar a balança de pagamentos do Brasil pela compressão das importações, quando o problema que realmente se coloca é o de aumentar as exportações, já que o País não pode prescindir do abastecimento de certos artigos e matérias-primas que têm condições

naturais ou tecnológicas para produzir.

A política preconizável em relação ao problema cambial teria de dar ênfase maior ao aumento das exportações, as quais seriam incentivadas de um lado, pela eliminação de desnecessárias e onerosas formalidades burocráticas, de outro, com a possibilidade imediata para o exportador de receber, pela sua exportação, preços compensadores que incitem a exportar.

É de se reconhecer, ainda, a necessidade da manutenção de certos controles do comércio exterior, enquanto a política antiinflacionária que fôr adotada pelo Governo não produzir seus efeitos, mas já é tempo de se criarem as condições propícias ao retorno a um desejável regime de liberdade.

É imperioso finalmente que o Governo desenvolva gestões políticas junto a governos estrangeiros a fim de obter a regularização de nossas dívidas por meio de empréstimo a prazo longo ou médio.

4 - INVESTIMENTOS

A economia brasileira exige a efetivação de um volume apreciável de investimentos reais, nos setores básicos, como os de energia, transporte e indústria pesada, a fim de impedir o declínio do ritmo atual de desenvolvimento.

Os capitais novos necessários para tais investimentos devem ser formados internamente, pela acumulação de poupanças, ou obtidos no exterior.

A formação interna de capitais é deficiente no Brasil, em primeiro lugar, dado nosso baixo nível de rendimento "per capita" e, em segundo lugar, por não termos hábitos de poupança. Essas duas circunstâncias contribuem para dificultar a formação de capitais nacionais. Acresce notar que as poucas poupanças disponíveis não têm tido um destino capaz de proporcionar o máximo de rendimento social, pois os novos capitais, preferem como é óbvio, aplicações mais rendosas e seguras, do que as proporcionadas pelos setores básicos.

As soluções aconselháveis, portanto, devem se orientar por dois

princípios: primeiro, o da necessidade de incentivar a formação de poupanças; segundo, o de estimular sua aplicação nos setores básicos da economia.

A fim de atender a esse duplo objetivo, caberia ao Governo adotar uma política tributária capaz de incentivar a acumulação de poupanças e de dirigi-las para os setores básicos da economia por meio de estímulos adequados como isenções fiscais e revisão das leis sobre serviços públicos, de modo a tornar mais atrativos tais empreendimentos, notadamente nos setores de energia elétrica, transportes, portos e armazenamento. A tributação dos chamados "lucros extraordinários", portanto, é contrária a esses objetivos econômicos, pois irá alcançar, principalmente, as reservas das empresas.

A adoção dessas e de outras medidas correlatas poderia contribuir para minorar nossa deficiência no setor dos investimentos, mas é certo que a economia nacional não tem forças para proporcionar o volume total de capitais de que necessita o País, o que nos obriga a criar condições legais, de capitais, políticas econômicas e psicológicas, favoráveis à atuação de investimentos estrangeiros.

A ausência de uma política adequada nesse setor teve por efeito fazer com que a conta de capitais e serviços correlatos, na nossa balança de pagamentos, se tornasse negativa, o que implica nesta espantosa anomalia: o Brasil é um país exportador líquido de capitais, remetendo para o estrangeiro justamente o fator da produção de que é mais carente.

A política nacionalista exacerbada e demagógica, a instabilidade cambial, as leis restritivas à aplicação de capitais estrangeiros no País, e a insegurança do ambiente político são os responsáveis por esse fenômeno.

Inútil será acenarmos aos capitais estrangeiros com o atrativo dos lucros elevados, se não oferecermos, também, um mínimo de segurança julgado indispensável pelos investidores estrangeiros.

Dentre os setores básicos de economia merece especial relevo o da exploração petrolífera.

Com relação ao problema, as reiteradas manifestações das classes produtoras nacionais, favoráveis à admissão da iniciativa privada, inclusive capitais estrangeiros, na exploração do petróleo nacional, encontraram pela frente barreiras que ainda não foram superadas. Deixando de lado o aspecto econômico da questão, não se pode, em sua consciência, aceitar as razões de segurança nacional invocadas para justificar a solução que foi adotada. O tema, em outras oportunidades, foi exaustivamente examinado e debatido pelas classes produtoras do País, o que torna desnecessário repisar argumentos já invocados e ainda não respondidos satisfatoriamente. O certo é que a segurança nacional será maior, contando o País com petróleo extraído em seu próprio território, embora com a participação de capitais estrangeiros, do que ficando na dependência de abastecimento exterior, este sim, puramente estrangeiro, e sujeito às contingências de bloqueios marítimos, como sucedeu na última guerra.

A política de petróleo precisa ser revista, analisando-se o problema e suas soluções possíveis em termos puramente objetivos.

5 - TRIBUTAÇÃO

A ausência de critérios uniformes e a complexidade de nossa legislação fiscal provocam entraves ao nosso desenvolvimento econômico e contribuem para a evasão de rendas públicas em detrimento não só do erário como dos contribuintes que não querem adotar tais práticas e sofrem a concorrência dos sonegadores.

A promulgação do Código Tributário viria atenuar muitos dos males de nossa atual legislação tributária, devendo, ainda, como medida moralizadora, ser abolida a participação dos fiscais nas multas.

Ao se tratar do assunto, merece referência especial a necessidade de se proceder à reforma aduaneira, conjugada com a revisão da política

cambial, tendo-se em vista o amparo adequado à produção brasileira.

6 — MINISTÉRIO DA ECONOMIA E BANCO CENTRAL

Dois instrumentos de ação tornam-se indispensáveis ao Governo para levar avante uma política econômica adequada à conjuntura que o País atravessa: o Ministério da Economia e o Banco Central.

O comando da política econômica do País acha-se atualmente, fracionado entre grande número de órgãos que, à falta de uma diretriz uniforme, adotam medidas colidentes e entram em conflito uns com os outros, tornando a ação estatal incoerente, tumultuária e contraditória, quando os problemas nacionais exigem uma política firme e bem coordenada em todos os setores.

O Ministério da Fazenda vem conduzindo a política econômica do País, mas, sobre não serem a ele subordinados muitos dos órgãos que atuam no campo econômico, como é o caso das autarquias e dos órgãos subordinados diretamente à Presidência da República ou aos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, Agricultura e Exterior, padece das deficiências e inconvenientes naturais que decorrem da circunstância de sua função precípua estar situada no campo fiscal. Premido pela necessidade de atender aos problemas orçamentários, é o Ministério da Fazenda, freqüentemente, levado a inverter a hierarquia natural dos problemas e a tentar solucionar questões financeiras em detrimento das econômicas.

Já é tempo de se dar coordenação à política econômica, por meio de um órgão que centralize as decisões, subordinando-as a um plano

coerente e geral, razão pela qual as classes comerciais do País preconizam a criação de um Ministério da Economia, pelo reagrupamento de órgãos e funções, transferindo-se-lhe as respectivas verbas, sem criação de novos ônus.

O novo Ministério será principalmente de orientação da política econômica e terá como tarefa precípua incentivar a produção nacional em todos os seus setores e aliviar as atividades econômicas, particularmente o comércio com o exterior, dos entraves burocráticos que tanto prejudicam seu funcionamento normal e sua natural expansão.

Razões semelhantes aconselham a instituição de um Banco Central, capaz de disciplinar as emissões, com o objetivo de defender a estabilidade da moeda, bem como comandar o sistema bancário nacional e coordená-lo, de modo a possibilitar uma disciplina coincidente com os interesses nacionais. Não se justifica que esse organismo, indispensável a um país em plena expansão econômica, ainda não tenha sido criado no Brasil.

A Superintendência da Moeda e do Crédito foi criada para preparar a instituição do Banco Central e atender a algumas das funções próprias desse órgão, mas tem se revelado insuficiente, o que leva as classes comerciais do país a preconizarem, mais uma vez, a imediata criação do Banco Central, como organismo neutro e capaz de resistir a pressões políticas.

Esta realização deve mesmo preceder às demais medidas de reforma do sistema bancário atual, mormente porque um Banco Central eficientemente organizado facilitará a criação de institutos de crédito especializado.

A ferramenta não é o bastante...



Só a dedicação e o esforço conjugado de uma equipe experiente e modernamente aparelhada, permitem o eficiente abastecimento de produtos de petróleo a todo território nacional. Para cumprir esta gigantesca tarefa, a Esso Standard do Brasil criou uma vasta rede de armazenamento e distribuição de combustíveis, investindo nos últimos cinco anos cerca de meio bilhão de cruzeiros em instalações, que estão definitivamente incorporadas ao patrimônio do País.



Esso contribui para o progresso do Brasil

FERROVIAS E RODOVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

“Uma rede de transportes é algo vivo, ligado a condições intrínsecas da estrutura das sociedades, responsável que é por sua própria sobrevivência. Obedecendo, por um lado, a contingências do meio físico e, por outro, recebendo do homem o cunho particularíssimo de sua cultura e de sua técnica, as vias de transporte exprimem o poder de renovação e de equilíbrio que garante a continuidade no tempo e a afirmação no espaço de um organismo político. Para a Geografia moderna, os meios de transporte não exercem função meramente secundária, forçada pelo ajustamento de produtores e consumidores, pelo correlato desenvolvimento de atividades e pela divisão natural do esforço humano em suas especialidades interdependentes. Revelou-se-lhe o significado mais profundo, em que se conjugam e assimilam os aspectos mais diversos que constituem o complexo dos fatos sociais. Não é, com efeito, apenas de importância, quando se estudam as vias de transporte, focalizar a circulação de mercadorias em termos quantitativos ou econômicos. Há também uma circulação de idéias, há uma atmosfera cultural de tendências e de valores morais que se penetram e integram, há enfim um processo cuja natureza e características precisam de ser descritos.”

(Embaixador J. C. DE MACEDO SOARES)

NOMENCLATURA DAS LINHAS CONSTANTES DO PLANO FERROVIÁRIO

I — TRONCOS PRINCIPAIS

Os troncos principais são constituídos por sistemas de vias férreas de maior importância política e econômica nacional ou continental, cada um com mais de 1.000 quilômetros de extensão formando as linhas mestras da estrutura do Plano de Viação Nacional.

São designados por troncos principais ferroviários no Plano de Viação Nacional os seguintes:

1º) *Tronco principal norte* (T. P.N.) — Rio de Janeiro-São Luiz.

Rio de Janeiro — Juiz de Fora — Belo Horizonte — Corinto — Alagoinhas — Salvador — Aracaju — Maceió — Recife — João Pessoa — Fortaleza — Terezina — São Luiz.

2º) *Tronco principal central* (T. P.C.) — Rio de Janeiro-Tocantins.

Rio de Janeiro — Belo Horizonte — Corinto — Pirapora (extremo superior do trecho médio navegável

do rio São Francisco) — Formosa — Peixe (extremo navegável superior do rio Tocantins).

Observação — Tem de comum com o T.P.N. a secção Rio de Janeiro a Corinto.

3º) *Tronco principal oeste* (T. P.O.) — Rio de Janeiro-Araguaiana.

Rio de Janeiro — Barra do Pirai — Barra Mansa (Angra dos Reis) — Lavras — Garças — Goiandira — Leopoldo Bulhões — Goiânia — Araguaiana (Rio Araguaia).

Observação — Tem de comum com o T.P.N. e T.P.C. o trecho do Rio de Janeiro à Barra do Pirai e com o T.P.S. o trecho do Rio de Janeiro à Barra Mansa.

4º) *Tronco principal sul* (T.P.S.) — Rio de Janeiro-Rio Grande.

Rio de Janeiro — São Paulo — Bom Sucesso — Engenheiro Bley (Curitiba) — Rio Negro — Lages — Barreto — Canguçu — Pelotas — Rio Grande.

5º) *Tronco principal transcontinental* (T.P.T.) — Santos-Corumbá. (Trecho brasileiro da via férrea transcontinental Santos-Arica).

Santos (pela E.F. Santos-Jun-
diaí) — São Paulo — Campinas —
Bauru — Três Lagoas — Campo
Grande — Corumbá.

II — TRONCOS SECUNDARIOS

Os troncos secundários que deno-
minaremos simplesmente de "Tron-
cos" (T) são constituídos por sis-
temas de vias férreas sem dúvida
de grande importância política e
econômica limitada porém a regiões
menos extensa do que a dos Tron-
cos Principais (T.P.).

São linhas com mais de 500 qui-
lômetros de extensão, constituindo
a ramificação principal do sistema
dos Troncos Principais.

Sob a denominação de "Troncos"
(T) incluímos as seguintes linhas:

1º) *Tronco Bahia-Pernambuco* ou
(T 1).

É constituído pelas duas ligações
ferroviárias do extremo inferior na-
vegável do médio São Francisco às
capitais dos Estados da Bahia e Per-
nambuco.

Salvador — Bonfim — Juazeiro e
Petrobrás — Recife.

2º) *Tronco Rio-Vitória-Minas* ou
(T 2).

Liga o Rio de Janeiro, através da
baixada e zona açucareira flumi-
nense, à Vitória, e desta capital,
pela linha do Vale do Rio Doce, à
Belo Horizonte.

Rio de Janeiro — Campos — Vi-
tória — Pte. Vargas — Belo Hó-
rizonte.

3º) *Tronco São Paulo-Goiás* ou
(T 3).

Santos — Maringá — Ituaçu —
Campinas — Mogi Mirim — Ribe-
irão Preto — Uberaba — Araguari
— Goiandira.

4º) *Tronco Sete Quedas do Rio
Paraná* ou (T 4).

Santo Antônio — Botucatu — Ou-
rinhos — Apucarana — Pôrto D.
Carlos — Guaira — Pôrto Mendes.

5º) *Tronco Paranaense* ou (T 5).

São Paulo — Santo Antônio —
Itaguá — Itararé — Jaguariá —
Pôrto União — Marcelino Ramos —
Passo Fundo — Cruz Alta — Santa
Maria (onde se liga ao tronco Sul
Rio-grandense).

6º) *Tronco Litoral Catarinense*
ou (T 6).

São Francisco — Joinville — Ita-
jaí — Florianópolis — Imbituba —
Tubarão (Laguna) — Araranguá —
Tôres — Pôrto Alegre.

7º) *Tronco Sul Rio-grandense* ou
(T 7).

Pôrto Alegre — Barreto — Ca-
choeira do Sul — Santa Maria —
Cacequi — Alegrete — Uruguaiana
— Quaramã.

III — LIGAÇÕES

Além dos 5 troncos principais
(TP) e dos 7 troncos secundários
(T) foram traçadas 34 ligações que
estabelecem a comunicação entre
troncos ferroviários, destes com os
troncos marítimos e fluviais, ou ne-
cessárias a estabelecer a continui-
dade do transporte nas vias fluviais,
ou ainda que permitem a comuni-
cação de determinados troncos a
pontos considerados de interesse
militar ou econômico. As ligações
são as seguintes:

L 1 — Belém — Bragança.

L 2 — Tucuri (Km 82) — Rio
Tocantins.

L 3 — Luís Corrêa — Campo
Maior.

L 4 — Camocim — Sobral.

L 5 — Areia Branca — Souza.

L 6 — Angicos — Natal — João
Pessoa.

L 7 — Colégio — Piranhas —
Jatobá — Terra Nova.

L 8 — Pôrto Velho — Guajara-
mirim.

L 9 — Paraguaçu — Bonfim.

L 10 — Cachoeira — Cruz das Al-
mas — Sto. Antônio de
Jesus — Ubaitaba —
Ilhéus.

L 11 — São Roque — Nazaré —
Sto. Antônio de Jesus —
Jiquié.

L 12 — Leopoldo Bulhões — Aná-
polis — Formosa.

L 13 — Ponta d'Areia — Teófilo
Otoni — Araçuaí.

L 14 — Presidente Vargas — No-
va Era (Itabira).

L 15 — Ibiá — Uberaba.

L 16 — Belo Horizonte — Divinó-
polis — Garças.

L 17 — Divinópolis — Perdões —
Lavras — Pouso Alegre.

- L 18 — Rio de Janeiro — Três Rios (Linha Auxiliar da E.F.C.B.) — Ubá — Ponte Nova — Ouro Preto — São Julião — Sabará.
- L 19 — Juiz de Fora — Francisco Campos.
- L 20 — Benfica — Lima Duarte — Bom Jardim — Pouso Alegre — Mogi-Mirim
- L 21 — Campo Grande — Ponta Porã
- L 22 — Rubião Junior — Bauru
- L 23 — Ourinhos — Presidente Epitácio
- L 24 — Jaguariá — Marques dos Reis
- L 25 — Itanguá — Bom Sucesso
- L 26 — Paranaguá — Curitiba — Engenheiro Bley — Ponta Grossa
- L 27 — Jaraguá — Rio Negro — Pôrto União
- L 28 — Passo Fundo — Barra do Jacaré
- L 29 — Cruz Alta — Santa Rosa
- L 30 — Dilermando de Aguiar — São Borja — Uruguaiana
- L 31 — Cacequi (Entroncamento) — Livramento — D. Pedrito — São Sebastião
- L 32 — Alegrete — Quaraí
- L 33 — Basílio — Jaguarão
- L 34 — Pelotas — Basílio — Bagé — São Gabriel e Cacequi

QUADRO GERAL DA NOMENCLATURA — DESIGNAÇÃO E NUMERAÇÃO — DAS ESTRADAS DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL E SUAS LINHAS COMPLEMENTARES

As linhas integrantes do Plano Rodoviário Nacional serão denominadas: Radiais, Longitudinais, Transversais e Ligações.

As rodovias receberão um número precedido do prefixo Br., da palavra Brasil.

I — RADIAIS

- Br. 1 — Avenida de contrôrnio do Distrito Federal, que começa no Cais do Pôrto, seguirá para Santa Cruz e será portanto uma linha de mar a mar

- Br. 2 — Será a ligação da Capital Federal com Jaguarão (RS) partindo a 1 km da Parada de Lucas (DF)
- Br. 3 — Será a ligação da Capital Federal com Belo Horizonte (MG) partindo do rio Miriú
- Br. 4 — Será a ligação da Capital Federal com Feira de Sant'Anna (BA) (Até o atual Km 30 é comum com a Br. 3)
- Br. 5 — Será a ligação da Capital Federal com Feira de Sant'Anna e tem origem no atual Km 30 da Br. 3, Rio-Petrópolis com os seguintes pontos de passagem: Manilha (RJ) — Campos (RJ) — Vitória (ES) — São Mateus (ES) — Feira de Sant'Anna (BA)

II — LONGITUDINAIS

- Br. 11 — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju — Feira de Sant'Anna
- Br. 12 — Natal — Salvador
- Br. 13 — Fortaleza — Feira de Sant'Anna
- Br. 14 — Guamá — Goiânia — Livramento
- Br. 15 — Macapá — Oiapoque
- Br. 16 — Santarém — Cuiabá — Pôrto D. Carlos
- Br. 17 — República da Venezuela — Boa Vista — Manaus

III — TRANSVERSAIS

- Br. 21 — São Luís — Pôrto Franco
- Br. 22 — Fortaleza — Terezina — Belém
- Br. 23 — João Pessoa — Cajazeiras — Icó — Piri-piri — Luís Correia
- Br. 24 — Icó — Carolina
- Br. 25 — Recife — Petrolina
- Br. 26 — Maceió — Petrolândia — Parnamirim — Br. 24 (Entroncamento)
- Br. 27 — Aracaju — Juazeiro
- Br. 28 — Salvador — Pôrto Nacional — Ilha do Bananal
- Br. 29 — Cuiabá — Pôrto Velho — Rio Branco — Cruzeiro do Sul — República do Peru

- Br. 30 — Cuiabá — Mato Grosso
- Br. 31 — Vitória — Belo Horizonte — Frutal — Rio Verde — Rondonópolis — Cuiabá (Trecho comum com Br. 16 entre Rondonópolis e Cuiabá)
- Br. 32 — São João da Barra (pôrto de Campos) — Campos — Itaperuna — Muriaé — Leopoldina — Juiz de Fora — Caxambu — Poços de Caldas — Araraquara (trecho comum entre Muriaé e Leopoldina)
- Br. 33 — Santos — São Paulo — Campinas — Araraquara — Matão — Presidente Vargas — Campo Grande — Corumbá
- Br. 34 — São Paulo — Ourinhos — Presidente Epitácio — Caiuás — Pôrto Murtinho
- Br. 35 — Paranaguá — Curitiba — Foz do Iguaçu
- Br. 36 — Florianópolis — Lages — Itapiranga
- Br. 37 — Pôrto Alegre — São Gabriel — Uruguaiana
- Br. 38 — Pelotas — Bagé — Livramento — Uruguaiana

IV — LIGAÇÕES

- Br. 51 — Caxias — Br. 24 (Entroncamento)
- Br. 52 — Terezina — Picos — Petrolina
- Br. 53 — Russas — Mossoró — João Pessoa — Cabedelo (Trecho comum com a Br. 12, entre Cabeço Branco e Riacho e também com Br. 23, entre Sapé — Cabedelo)
- Br. 54 — Goiânia — Rio Verde
- Br. 55 — Belo Horizonte — São Paulo
- Br. 56 — Frutal — Matão
- Br. 57 — Três Rios — Barra Mansa
- Br. 58 — Rezende — Caxambu
- Br. 59 — Curitiba — Florianópolis — Pôrto Alegre

V — RAMAIS

- Br. 71 — Boa Vista — Guiana Inglesa
- Br. 72 — Itaituba — Br. 16 (Entroncamento)
- Br. 73 — Niterói — Manilha
- Br. 74 — Dourados — Ponta Porã
- Br. 75 — Ourinhos — Pôrto Mendes — Foz do Iguaçu
- Br. 76 — São Gabriel — Bagé — Aceguá
- Br. 77 — Pelotas — Chuí

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

A História de São Paulo no Quadro da História do Brasil

EXPOSIÇÃO DO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO

A PRIMEIRA SECÇÃO, dedicada aos descobrimentos, abre com um grande painel, de autoria de Manoel Lapa, representando a partida das naus do porto de Lisboa e a sua chegada ao Brasil. Logo depois do retrato do Infante D. Henrique, mapas antigos mostram a idéia que, no século XV, o mundo fazia da existência de outras terras, além oceano. O primeiro dêles e que merece especial referência é o mapa de 1424 em que aparecem a "Ilha Brasil", a "Antilha" e "Satanazes".

Um retrato de Paolo Toscanelli, que foi com Martinho da Boêmia um dos inspiradores da viagem de Colombo, recorda a grande influência de suas idéias cosmográficas no descobrimento de novos mundos. Vêem-se ainda as bulas papais que atribuíam a portugueses e espanhóis a soberania das novas terras.

A cultura geográfica e a experiência náutica dos portugueses e espanhóis, especialmente dos primeiros, levou-os, já antes das descobertas, a celebrar um acôrdo dividindo entre si as novas terras. Esse acôrdo foi o célebre Tratado de Tordesilhas, que a exposição mostra em painel no texto português e no original no texto espanhol.

Representam-se depois as embarcações da época — naus e caravelas; o modelo que figura na Secção é de nau; uma armada quinhentista aparece no quadro de Santa Auta, dos princípios do século XVI, atribuído a Gregório Lopes; a página do Livro das Armadas, reproduzida em painel,

mostra a armada de Cabral; a seguir um medalhão, do mosteiro dos Jerónimos, que, segundo a tradição, é o do descobridor do Brasil.

Documento da mais alta importância é a Carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Cabral, dando notícia ao Rei D. Manoel I do descobrimento do Brasil. A Carta, datada de Porto Seguro e em que se faz a primeira descrição da nova terra e de seus habitantes, aparece exposta no original, estando alguns de seus trechos mais importantes transcritos num painel de Bernardo Marques. Num quadro do século XVI da Escola Portuguesa, de 1506, "A Adoração dos Magos", figura pela primeira vez o índio brasileiro, como incorporado à Cristandade.

Ao passo que descobriram novas terras, os navegantes tomavam conhecimento de novos céus. Deixavam de guiar-se pela Estrêla Polar e passavam a orientar-se pela "Cruz do Sul", a que ainda no século XVI se deu o nome de Cruzeiro do Sul: figuração celeste dos cruzeiros que se plantavam em Portugal nas encruzilhadas dos caminhos — uso esse que se incorporou à tradição brasileira.

Logo adiante dos retratos de Américo Vespúcio, primeiro cronista e anunciador do Novo Mundo e de Fernão de Magalhães, o primeiro navegante que deu a volta ao mundo, vê-se o mapa do Brasil, de Lopo Homem, de 1519, notável pela riqueza de denominações geográficas, demonstrando um conhecimento avançado da

costa brasileira e pela representação da flora, da fauna e de costumes dos aborígenes. A seguir ao Padrão de Cananéia, contemporâneo da época dos descobrimentos, um painel reproduz passos do regimento da Nau Bretoa, em que se recomenda o bom tratamento dos indígenas.

Nesta Secção, figuram ainda uma representação estilizada da Rosa dos Ventos, complemento indispensável dos mapas náuticos, e a reprodução da estátua orante de D. Manoel, que se acha no portal do mosteiro dos Jerónimos, acompanhada das imagens do Infante Santo Dom Fernando, padroeiro do Império Português, e de São Vicente, padroeiro das navegações. A Secção termina com originais e cópias dos primeiros mapas do Brasil desde a chamada carta de Hamy até a de Gaspar Viegas, com mapas demonstrativos, acompanhados das identificações propostas por Armando Cortesão.

Na SEGUNDA SECÇÃO agrupam-se os elementos representativos das três culturas que, fundindo-se, deram origem ao povo brasileiro: do índio, do europeu e do negro.

A parte relativa ao índio mostra como viviam os primitivos habitantes do Brasil, dos quais os portugueses aprenderam muitos usos necessários à sua sobrevivência na nova terra. Num primeiro painel, reproduzem-se algumas das ilustrações do livro de Hans Staden, artilheiro alemão que, tendo naufragado, viveu no século XVI entre as tribos do litoral paulista. Acompanham essas ilustrações fotográficas de usos em voga nos agrupamentos tupi de hoje, bem como armas e outros instrumentos.

Objetos de cerâmica, couros pintados, adornos de penas, máscaras e bonecas, além de um acampamento de verão, dão idéias da capacidade de indústria e do senso artístico dos índios, os quais, além disso, possuíam conhecimen-

tos geográficos e capacidade de orientação, que os tornaram elementos indispensáveis ao adventício.

O povo português, por seu turno, resultou de civilizações muito antigas, representadas em uma série de painéis nos seus documentos fundamentais, a par das manifestações culturais que surgiram na Itália, França, Holanda, Inglaterra e Espanha.

Mapas, painéis, livros, quadros, imagens de santos, outro modelo de nau, instrumentos náuticos, como o astrolábio e a balestilha, mostram a seguir as expressões fundamentais da cultura portuguesa: a integração nacional, representada pelo "Livro das Ordenações Manuêlinas"; o povo entregue ao trato da terra, como aparece nas ilustrações do "Livro de Horas" de Dom Manuel; o gôsto da navegação e do comércio marítimo, que se vai acentuando e dá origem a vasta produção no campo literário, artístico e científico; a inspiração missionária, que depois de ter produzido dois grandes Santos populares — Santo António e São Pedro Gonçalves Telmo — se lançou, através das ordens religiosas, à criação de uma nova cristandade no Oriente, na África e na América. Entre os painéis salientam-se um do Grão Vasco sobre a Criação do Mundo (1503) onde pela primeira vez figura um psitacideo; a Santíssima Trindade, de Cristovão de Figueiredo, da 2ª metade do século XVI, e um quadro igualmente quinhentista, representando a Senhora da Misericórdia, alusivo aos hospitais do mesmo nome, criação típica dos portugueses filiada, no culto do Espírito Santo.

A TERCEIRA SECÇÃO é dedicada à Fundação de São Paulo, aos seus antecedentes e ao pré-bandeirismo.

O mapa e o respectivo texto de Alonso de Santa Cruz, extratado do "Yslario General", mostram como antes de 1530 já os portugueses tinham em São Vicente um

centro de elaboração de uma cultura luso-tupí e um ponto de partida para explorações do interior.

O painel seguinte lembra a ação dos primeiros povoadores, entre os quais João Ramalho, patriarca do Campo, cuja aliança de família com o cacique Tibiriçá teve decisiva importância como alicerce da ação de Martim Afonso, tão bem conhecida pela narrativa de Pero Lopes.

Martim Afonso, cujo retrato se reproduz conforme o original da Galeria dos Vice-Reis em Goa, deu fôro de Vila a São Vicente e, transpondo a serra, na mira de abrir por terra o caminho para o Rio da Prata, fundou a primeira Piratininga, cuja duração foi efêmera. A importância que em Portugal, então sob o governo de D. João III, figurado em quadro contemporâneo, se dera à expedição de Martim Afonso é ilustrada pela carta da Imperatriz D. Isabel, que se mostra em "fac-simile".

Segue-se uma bela cópia do mapa de Gaspar Viegas (1534), onde se registam os novos conhecimentos geográficos adquiridos com a expedição de Martim Afonso e onde figura, ainda que inominado, o Tietê. Ao lado, um grande mapa demonstrativo, marca o traçado de algumas destas iniciativas expediçionárias, também representadas em painel.

Vasta documentação cartográfica se expõe a seguir, toda referente ao período que vai desde Martim Afonso até o fim do século de quinhentos. Destacam-se pela sua importância, o mapa de Bartolomeu Velho (1562), onde se representam os resultados das primeiras penetrações dos vicentistas até Assunção do Paraguai, desde 1550, com o traçado do Paraná, o seu afluente da margem esquerda, o Pequerí, o Salto do Guairá e os afluentes do Paraná e do Paraguai, que levam a Assunção; as figurações coloridas dos portos e vilas de S. Vicente e Santos, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco (1574); e, por último, o

mapa de Luís Teixeira, de cerca de 1587, em que figura o Brasil repartido em Capitanias e um traçado do Paraná, com os seus afluentes da margem esquerda — o Nembí (Anhembí), Paranapanema, Ivaí, Pequerí, Guaicí (Iguacú).

Nos painéis seguintes, alude-se aos atos administrativos de Tomé de Souza na Capitania de São Vicente e ao grande precursor jesuíta, Padre Leonardo Nunes. Novo painel, dedicado ao Padre Manoel da Nóbrega, cujas virtudes e fecundos empreendimentos, especialmente o seu ato inicial do batismo dos catecúmenos a 29 de agosto de 1553, são postos em relêvo.

Um grande painel de Manuel Lara figura a missa, rezada pelo Padre Manuel de Paiva, a 25 de janeiro de 1554, no dia da Conversão do Apóstolo que deu nome à cidade de São Paulo e no local que se passou a chamar Pátio do Colégio. A esquerda desse painel está o mais verídico dos retratos de Anchieta, a cuja ciência, virtudes e santidade, se rende homenagem.

Merece um lugar à parte a figuração da economia primitiva das vilas de São Vicente e São Paulo, com as marcas usadas para gado e o nome de seus proprietários, as plantações de cana, trigo e mandioca. Aí está, em sua forja, o Irmão Nogueira — o "Ferreiro de Jesus Cristo" — o primeiro que trabalhou em São Paulo.

Porta e caminho mais certo e seguro do sertão, para onde corriam as águas do lendário Tietê, São Paulo destinava-se a ter papel decisivo na formação territorial e cultural de nossa Pátria. Sua privilegiada posição geográfica determinou a transferência dos moradores e do poder civil da vila de Santo André da Borda do Campo — primeiro núcleo municipal do Planalto — para a povoação de São Paulo de Piratininga (1560). Figurações em relêvo, da escultora Irene de Almeida e Vasconcelos, assinalam a singular im-

portância que assume na história de São Paulo a criação da vila com o tradicional levantamento do pelourinho e a instalação da Câmara Municipal, futuro baluarte das liberdades locais e da formação do espírito de independência.

Termina a Secção com algumas cartas relativas ao pré-bandeirismo. Em vitrinas, expõem-se documentos originais referentes a Martim Afonso, Pero Lopes de Souza, à doação das capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, a Braz Cubas, Tomé de Souza e Luís de Góes, e cartas originais dos Padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Finalmente, verdadeiras relíquias — nias batismais, a lápide funerária de Afonso Sardinha e sua mulher, dois pedaços do pelourinho de São Vicente — contribuem para a reconstrução de um passado glorioso.

A QUARTA SECCÃO, consagrada a São Paulo e à formação do bandeirismo, mostra como se constituíram as primeiras bandeiras e o caráter militar de que se revestira de início, conforme o demonstram a transcrição de vários trechos do Regimento de Ordenanças e outros textos sobre a sua existência na Índia e no Brasil.

Três mapas, em painéis, tornam patente que os índios conheciam e praticavam os caminhos fluviais e os varadouros onde se davam enlances hidrográficos das grandes bacias — vias naturais de difusão cultural e — mostram as zonas de formação de fronteiras: montanhas, trechos encochoeirados de rios e grandes pantanais, que puseram obstáculos quase invencíveis à expansão bandeirante.

Armas quinhentistas e seiscentistas, contemporâneas portanto dos bandeirantes: arcabuzes de mecha e de roda, couraças, capacetes, lanças, espadas e adagas, além de mapas, figuram a seguir. Um diorama representa os bandeirantes com seus vestuários típicos.

Majestoso painel, de Manuel Lapa, mostra a bandeira em marcha, desde o momento da partida. Rompendo a selva, descendo rios, transpondo as corredeiras, vão os bandeirantes desbravando as novas terras e fixando a configuração geográfica do Brasil. No último trecho do painel, vêem-se os bandeirantes em luta com os Guaicurú, índios cavaleiros de Mato Grosso, que constituíram, com os Paiaçuá, um dos maiores adversários à marcha dos paulistas.

Em mapas especiais recordam-se as grandes bandeiras, como a de André Fernandes e Pedro Domingues, ao Tocantins, Araguaia e São Francisco: e as de Raposo Tavares, ao Guairá, ao território dos tane, hoje Rio Grande do Sul, a participação, com sua companhia, na retirada de Luís Barbalho Bezerra, na Guerra com os Holandeses, e a grande bandeira que de São Paulo, baixando o rio Grande, o Mamoré, o Madeira e o Amazonas foi ter a Belém do Pará.

Fotocópias de alguns mapas originais assinalam, na cartografia da primeira metade do século de seiscentos, os grandes avanços dos conhecimentos geográficos provocados pelas bandeiras paulistas.

Em vitrinas apresentam-se atlas originais de João Teixeira, do século XVI.

Painéis e documentos, como por exemplo originais das atas da Câmara, recordam a vida em São Paulo na época das bandeiras; a fundação das igrejas e conventos e a expansão do povoamento.

Dois maquetas reproduzem edificações típicas da época: a igreja de São Miguel e o sítio de Santo Antônio, em São Roque.

Vêm em seguida, retratos de grandes vultos, entre outros Salvador Correia de Sá, Conde da Autoguaia, Príncipe de Nassau, Padre Antônio Vieira, além de um painel representativo da Batalha de Guararapes, que selou a sorte do domínio holandês no

Brasil, quadros de Franz Post e numerosa cartografia holandesa.

A QUINTA SECÇÃO ilustra a expansão mineradora dos paulistas. Descobertos ouro e pedras preciosas, fixam-se os bandeirantes junto às minas, dando-se assim novo elemento à unificação do território e ao seu povoamento. O Brasil toma, com a súbita riqueza, a consciência de uma entidade social e política, capaz de governar-se a si própria.

Fernão Dias Pais, o Governador das Esmeraldas, rompe a Mantiqueira e inicia o povoamento de Minas Gerais, Bartolomeu Bueno, pai e filho, abrem o caminho de Goiás; e Cuiabá, graças à descoberta de Pascoal Moreira Cabral, passa a figurar nos mapas como grande região aurífera.

Um grande painel, de Clovis Graciano, representa o trabalho nas minas, fixando em detalhe suas várias fases. Junto dele se encontra, além de uma arca da Tesouraria da Fazenda Real, notável coleção de instrumentos empregados nas catas, tais como bateias, almocafres, um baú e almofariz. Ao lado, maquete das lavras nos morros.

Numerosos documentos ilustram o ciclo da expansão mineradora, salientando-se entre eles o do tempo de Felipe III dando aos moradores do Brasil concessão para livre exploração das minas (1619); os de D. João IV, sobre a fundação de uma Casa da Moeda em São Paulo e as cartas régias dirigidas aos grandes bandeirantes paulistas, incitando-os ao descobrimento das minas. Os visitantes terão conhecimento, ainda, da carta original de Pascoal Moreira Cabral a D. João V sobre as minas de Cuiabá.

A Secção é especialmente rica em documentos cartográficos, merecendo particular atenção os relativos à fundação — auxiliada pelos paulistas — da Colônia do Sacramento (1678-1680); os referentes à ação de Domingos Jorge Velho; o mapa das povoações mineiras de origem paulista e sobretudo a coleção de autênticos mapas traçados por ban-

deirantes e sertanistas. Várias outras cartas dão idéia do pormenorizado e seguro conhecimento que os paulistas tinham de regiões como a do São Francisco, a do Rio das Velhas, Rio Doce e Alto Paraguai.

Outros documentos ilustram a criação da Capitania de São Paulo (1709); a sua importância como centro de irradiação para as regiões mineradoras; a crescente utilização dos caminhos de gado que, do Sul, demandavam as Minas; o desenvolvimento da navegação costeira com base no porto de Santos — fatores decorrentes da singular posição de São Paulo como capital geográfica dessas vastas regiões. Ilustra-se o desenvolvimento demográfico da Capitania, com a fundação de novas vilas, como a de Sorocaba.

Um painel de Arcindo Madeira recorda as lendas do Tietê e um grande mapa em relevo mostra a estrada fluvial das monções. Junto, está o batelão das monções, remanescente dos que, partindo de Porto Feliz, iam abastecer as minas de Cuiabá.

Na última parte da Secção recorde-se a fundação da diocese paulista, em 1745. Vêem-se os retratos do Papa Bento XIV e dos dois primeiros bispos de São Paulo: D. Bernardo Rodrigues Nogueira e D. frei Antônio da Madre de Deus Galvão; a bula "Candor Lucis Aeternae" e outras sobre a criação do Bispado e seu primeiro bispo, além de importante documentação relativa à Sé Catedral de São Paulo. Através de grande cópia de imagens contemporâneas e objetos de adorno litúrgico, oratórios, tocheiros, símbolos do Divino Espírito Santo, representa-se a intensa vida religiosa da época. Um último painel, de Tarsila do Amaral, focaliza a procissão de "Corpus Christi", em São Paulo, nos meados do século XVIII, com toda a pompa de que se revestia e na qual se conduzia, a cavalo, a imagem de São Jorge, exposta na parte final da Secção.

A SEXTA SECÇÃO — São Paulo e a Formação dos Limites do Brasil — situa a fase em que,

graças à renovação da cultura em Portugal durante os reinados de D. João V, D. José I e D. Maria I, cujos retratos aí figuram, pôde a metrópole dirigir com eficácia a definição e defesa dos justos limites, do Brasil, fase em que novamente São Paulo assume principal importância.

Os primeiros painéis referem-se à renovação da cultura astronômica, geográfica e cartográfica a que se procedeu em Portugal e no Brasil e à reforma dos métodos de educação, fundação da Real Academia de História, bem como à influência crescente dos "estrangeirados", entre os quais se destaca o grupo de brasileiros, composto quase todo de paulistas, que passam a atuar decisivamente no campo cultural e na diplomacia. Expõem-se em vitrinas, obras dos vultos mais importantes da época, inclusive de Tereza Margarida da Silva e Horta, primeira romancista brasileira, e seu irmão Matias Aires, autor das "Reflexões sobre a vaidade" e de Antônio José da Silva, o autor teatral que retomou a tradição de Gil Vicente.

Da importância da renovação da cultura pedagógica, técnica e científica dizem as obras de Verney e Ribeiro Sanches, trabalhos dos engenheiros militares e a "Lusitânia Astronômica" do Padre Domingos Capaci. Esse sacerdote, com o Padre Diogo Soares, constituiu a célebre missão dos Padres Matemáticos (1729) encarregada de fixar, por longitudes observadas, a posição do Meridiano de Tordesilhas.

Em painel, vê-se o belíssimo trecho do Sermão de Nossa Senhora do Destêrro, do Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, em que pela primeira vez se traduz o sentimento da Pátria brasileira.

Grande parte desta Secção é dedicada à ação científica, política e diplomática de Alexandre de Gusmão, paulista de Santos, que preparou as bases do Tratado de Madrid e dirigiu as negociações que definiram os justos limites do Brasil. Um painel representa um dos momentos destas negociações, ao

mesmo tempo que se expõem várias obras do estadista, o Mapa das Côrtes, que acompanha o Tratado, e outros documentos relativos à demarcação das fronteiras.

Tais esforços no campo político e diplomático exigiram correspondente preparação militar; construíram-se fortalezas e cuidou-se especialmente dos caminhos. O Morgado de Mateus, cujo retrato a óleo figura nesta Secção, como primeiro governador da Capitania restaurada, promoveu a reorganização das forças militares — o que se ilustra em diorama, tendo por fundo a cidade de São Paulo — e as utilizou nas defesas das fronteiras do Sul, fundando ainda a Fortaleza de Iguaçu, glória e sorvedouro de vidas paulistas. A importância desta fortaleza demonstra-se numa vasta coleção de mapas. Vê-se também uma planta de Santos mandada executar pelo mesmo capitão general e a maquete do forte de Bertioga no século XVIII.

Recorda-se, por último, com um painel de Artur Jorge e farta documentação cartográfica, além de aquarelas originais e da apresentação de algumas obras, a ação magnífica de, entre outros, Alexandre Rodrigues Ferreira, com a sua "Expedição Fisológica", e de Francisco Lacerda de Almeida, primeiro engenheiro paulista, que tanto contribuíram para o conhecimento científico do território brasileiro.

A SÉTIMA SECÇÃO — Referente a São Paulo e a Independência do Brasil, expõe os antecedentes, preliminares e o próprio episódio de 7 de setembro de 1822.

Apresentam-se em primeiro lugar as leis e ordens expedidas para o Brasil e que, criando novas instituições, como por exemplo a Relação do Rio de Janeiro, o Exército Colonial, as Juntas do Comércio e o Correio Geral, aqui iniciaram uma estrutura administrativa mais avançada. Ao mesmo tempo houve acentuado progresso no campo do ensino, salientando-se a criação do Colégio dos Franciscanos de Olinda,

primeiro instituto de grau superior do Brasil e que se mostra em reprodução fotográfica.

Em seguida encontra o visitante, como representação das últimas manifestações artísticas dos tempos coloniais, a reprodução, em fotografias e moldagens, de algumas das obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que, embora dentro das tendências de seu tempo, revela profunda originalidade, expressão de capacidade criadora da Nação que se formava.

Prosseguindo, vêem-se cenas e figuras do primeiro movimento que visou a Independência do Brasil — a Inconfidência Mineira, representada num bloco escultórico do artista Quirino da Silva, e documentos relativos ao acontecimento.

As ilustrações seguintes dão idéia da vida em São Paulo no fim do período colonial. Um painel, de Nelson Nobrega, fixa as atividades econômicas da Capitania, pondo em relêvo a indústria canavieira e o importante papel do tropeiro. Entre os objetos expostos destacam-se um aviamento de farinha, oriundo da região de Ubatuba, e um almoçariz que pertenceu a Pedro Taques, além da maquete de um engenho de açúcar, de Ilha Bela. A vida artística tem sua representação em alguns dos trabalhos do notável pintor padre Jesuino de Monte Carmelo. Vê-se ainda o retrato do memorialista José Arouche de Toledo Rendon.

Sucedem-se os painéis relativos à vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, o que, ao lado das profundas modificações verificadas no campo da produção e do comércio, na legislação e jurisprudência, produziu notável surto nas atividades intelectuais. Expõem-se, entre outros, os retratos de D. Maria I e D. João VI, do Visconde de Cairú e do Marquês de Barbacena; documentos sobre a criação do Conselho de Estado, abertura dos portos, criação da Imprensa Régia; gravuras do Rio de Janeiro; do Jardim Botânico e do convento onde primeiramente funcionou a Biblioteca Nacional, criada por D. João VI; exemplares de jornais e obras lite-

rárias e artísticas contemporâneas.

Vasto material refere-se a São Paulo, especialmente à Capital, na época do Brasil-Reino. Entre os retratos vêem-se os do bispo D. Mateus de Abreu Pereira e do Visconde de São Leopoldo.

Entre os objetos, um tear, liteiras, trajes, armas e uniformes. Notável coleção de aquarelas originais do pintor austriaco Thomas Ender, reproduz aspectos da vida em São Paulo contemporâneo da Independência.

A parte final da Secção é dedicada à Independência e seus pródromos, a partir da Revolução Pernambucana de 1817 e da revolução constitucionalista que se deu em Portugal em 1820. Vêem-se retratos e documentos que recordam a ação de José Bonifácio, Clemente Pereira, Martim Francisco, dos deputados paulistas às Côrtes de Lisboa, nos acontecimentos ligados à partida de D. João VI. Grande painel fotográfico do quadro de Pedro Américo, evoca o Grito do Ipiranga, vendo-se juntamente objetos que recordam o glorioso episódio.

A OITAVA SECÇÃO — São Paulo no Império — focaliza a história de São Paulo e do Brasil desde a proclamação da Independência até a República.

Feita a independência política do País, tratou-se da consolidação jurídica do Império, apesar do clima de agitação decorrente do impulso revolucionário. Expõem-se, de início, documentos relativos à Assembleia Constituinte, à sua dissolução por D. Pedro I e à Constituição outorgada pelo monarca, reproduzindo-se uma cena da Assembleia Legislativa a seguir convocada; aspectos do Rio de Janeiro na época, retratos e autógrafos completam o quadro.

Mostra-se em seguida o período de agitações que culminou com a abdicação do primeiro Imperador em favor de seu filho, e o ativo papel da Imprensa nesses acontecimentos, expondo-se um exemplar do jornal "Aurora Fluminense", de Evaristo Ferreira da Veiga, o texto da abdicação e um retrato de D. Pe-

dro II ainda menino. Seguem-se as ilustrações e os documentos relativos às lutas da Regência e à ação relevante de Diogo Antônio Feijó, a criação da Guarda Nacional e as principais iniciativas de caráter político e administrativo dessa fase da vida brasileira.

Em subseções mais particularmente dedicadas à história paulista no período de 1822 a 1840 tem o visitante, em seguida, oportunidade de apreciar gravuras e peças de interesse para o conhecimento do progresso material e cultural da província: entre êles, a moenda de cana construída na Fábrica do Ipanema e maquete de uma fazenda de café em São José do Barreiro, além de documentos, gravuras, e fotografias que lembram a instalação da Academia de Direito, reproduções de desenhos originais de Miguel Dutra e exemplares dos primeiros jornais e dos primeiros livros impressos em São Paulo.

Os acontecimentos políticos do Segundo Reinado são a seguir postos em foco, exibindo-se mapas, retratos, gravuras, peças e documentos relativos à Revolução Liberal de 1842, às guerras contra os ditadores Rosas e Lopez — destacando-se desenhos de planos de batalhas — e às grandes campanhas abolicionista e republicana. Outras peças referem-se ao desenvolvimento material e cultural do País na época, salientando-se as relativas à inauguração da primeira estrada de ferro, iniciativa de Mauá, e às atividades que marcaram com caráter autônomo as letras e as artes brasileiras.

Mostram-se depois aspectos da evolução política, econômica e cultural da Província de São Paulo, de 1840 a 1889, pondo-se em relêvo a atuação da lavoura cafeeira, através de um mapa e de um expressivo painel do pintor Di Cavalcanti; a passagem dos meios primitivos de transporte e condução — simbolizado aqui por um banguê de meados do século passado — para o transporte fer-

roviário; a introdução dos primeiros colonos livres e o começo da campanha pela imigração de trabalhadores europeus; e as figuras de paulistas ou ligadas a São Paulo que se destacaram no plano do pensamento, das letras e das artes: o historiador Varnhagem, os poetas românticos, o compositor Carlos Gomes, o pintor Almeida Júnior.

A NONA E ÚLTIMA SECÇÃO — São Paulo na República, principia com a proclamação do Novo Regime. Evocam-se vultos e documentos ligados aos acontecimentos de 1889 e à primeira Constituinte Republicana. Segue-se uma fotografia do juramento da Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1891. Apetrechos de montaria recordam a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul. Uma gravura do arraial de Canudos lembra a campanha contra os fanáticos de Antonio Conselheiro, nos sertões da Bahia.

Ao lado do Marechal Deodoro, primeiro Presidente da República, vêem-se os retratos dos que ocuparam a suprema magistratura nos primeiros quadriênios: Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Focaliza-se a ação dos três grandes presidentes paulistas, e seus reflexos na pacificação do País, consolidação do regime, saneamento financeiro e as grandes obras que mudaram a feição do Rio de Janeiro e baniram a febre amarela, com o concurso de urbanistas e higienistas. O Barão do Rio Branco, de que se vê um busto nesta Secção, encetava ao mesmo tempo a notável obra diplomática que deu ao Brasil sua definitiva configuração física.

Os expoentes da geração que se tornou ilustre com a República, nas letras e na jurisprudência, são recordados logo em seguida, vindo-se seus retratos e algumas de suas obras.

O desenvolvimento econômico de São Paulo é fixado em grande mapa. Representa-se o embar-

que de café no pôrto de Santos, em princípios dêste século. Vêm-se gravuras da Escola Agrícola de Piracicaba e da primeira Usina da Light; ao lado, os retratos do Presidente Jorge Tibiriçá, do Secretário da Agricultura Carlos Botelho e do grande realizador Luís de Queiroz.

Um painel, de Estrêla de Faria, é dedicado à imigração e recorda os vários grupos humanos que se integraram na comunhão paulista, oriundos de quase tôdas as partes da terra.

O feito de Santos Dumont, conquistando o domínio do ar, é lembrado por um retrato do insigne brasileiro, reproduções de seus aparelhos de vôo, o seu livro "Dans L'Air" e o motor da "De-moiselle".

Recorda-se a reconstrução do Caminho do Mar e o progresso científico assinalado em São Paulo, com a criação do Instituto Butantã, Hospital de Isolamento e Faculdade de Medicina. Retratos de D. Miguel Kruse, pioneiro no campo do ensino superior; Vicente de Carvalho, Amadeu Amaral, Monteiro Lobato e do arquiteto Ramos de Azevedo, evocam figuras que tiveram decisiva influência nas artes e na literatura. O importante movimento denominado Semana da Arte Moderna, em 1922, é também lembrado nesta parte da Secção.

Três painéis com reproduções fotográficas focalizam a rápida transformação da cidade em grande metrópole. Aí aparecem os primeiros bondes elétricos; realizações urbanísticas, a construção de novos viadutos, obras de ajardinamento, os grandes edifícios e as modernas avenidas. Outro painel, de Arnaldo Pedroso d'Horta, assinala em linhas abstratas o advento das modernas técnicas na indústria de São Paulo. Finalmente a cidade de hoje num grande painel.

Distribuídos pelas várias Secções, encontram-se duas séries de mapas levantados pela Exposição de História: uma representando, por períodos de 25 em 25 e de 10 em 10 anos, a marcha do desenvolvimento e ocupação do território paulista; outra, revelando, de século em século, o crescimento da área urbana da Capital de São Paulo, além de um mapa em que se demonstra a subdivisão da propriedade, a partir das primeiras grandes sesmarias.

O painel decorativo de Fernando Lemos, que o visitante encontra no "hall" da Exposição evoca poeticamente em imagens plásticas o esforço criador de São Paulo e mostra como as construções na cidade moderna se identificam, de certa forma, com a pujança da selva nativa decantada pelos descobridores e cronistas.

B. HERZOG COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Av. Marechal Floriano, 6-13º/15º

RIO DE JANEIRO

Telefone 23-1725

Rua Florêncio de Abreu, 353

SÃO PAULO

Telefone 33-4114

End. Teleg. "BEZOG"

Produtos Químicos Industriais, Farmacêuticos e Analíticos
Bicicletas, Motocicletas e Acessórios

FÁBRICA DE ARTIGOS PLÁSTICOS POR INJEÇÃO E EXTRUSÃO

As consultas são prontamente atendidas. Mantemos grandes estoques para pronta entrega

J. J. ALVES PINTO & CIA. LTDA.

EMPREITEIROS

**FORMAS PARA CONCRETO ARMADO, COLOCAÇÃO
DE ESQUADRIAS, MADEIRAMENTOS, ALVENARIAS,
REVESTIMENTOS E PINTURAS**

Avenida Almirante Barroso, 2-12º and. s-1201

Telefone 42-8951

ALFREDO DE OLIVEIRA BASTOS & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Sucessores de GONÇALVES FONSECA & CIA. LTDA.

ÁGUA-RÁS-PRATTS, SOLAR-RÁS, PETRO-RÁS, ÓLEO DE LINHAÇA, ALVAIADE, ZARCÃO, GESSO-CRÊ, SECANTE PARÍS "CASTELO", ÓLEO DE RÍCINO, ÓLEO DE MOCOTÓ, ÓLEO DE BALEIA, ÓLEO DE ALGODÃO, PARAFINA, ESTOPAS, GOMA-ARÁBICA, GOMA-LACA, COLA PARA MARCENEIRO, ENCADERNAÇÃO E CAIAÇÃO — PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS, ETC.

RENOL PARA POLIMENTO E LÍQUIDOS PARA LIMAR METAIS

Casa Especial em Óleos e Graxas Lubrificantes

**ESCRITÓRIO E DEPÓSITO: RUA SACADURA CABRAL, 139
TELEFONES: 43-6339 e 43-8731**

ENDEREÇO TELEGRÁFICO "ENGINE" — RIO

CÓDIGOS, RIBEIRO-BENTLEY'S, A.B.C.

DISTRIBUIDORES DE VASELINAS



DIVERSOS

EFEMÉRIDES

A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Associando-se às comemorações de mais um aniversário da independência dos Estados Unidos da América do Norte, temos a honra de publicar neste número dois preciosos documentos da mais alta significação, não só para a grande Nação norte americana como também para a própria Humanidade.

O primeiro deles é a famosa "Declaração de Filadélfia". Não se faz necessário justificar a escolha desta página de Thomaz Jefferson como o documento principal de sua vida. Ele próprio a havia elegido quando invocava para seu epitáfio apenas estes três títulos: "autor da Declaração da Independência, da Lei do Estado para a liberdade religiosa e pai da Universidade de Virgínia".

Todos os princípios pelos quais se bateram os homens naquela época vivos e por eles se batem hoje os seus descendentes, tornaram este documento a fonte máter dos ensinamentos que devem guiar os povos para defender de armas na mão a conquista de sua inde-

pendência e os títulos de sua soberania.

A leitura desta mensagem eterna, cujos parágrafos principais estão gravados nos templetos circulares do Memorial de Jefferson, em Washington, é por isso um dos mais atuais documentos políticos.

O segundo é um condensado de famosas expressões, que apreciadas em conjunto constituem a essência da História daquela grande Nação. Não contém nada de novo, mas é sem dúvida, uma admirável síntese da evolução de um povo, que em pouco mais de um século depois de sua independência, conquistou para sua Pátria uma destacada posição entre as Nações líderes do Mundo.

A DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DOS EE.UU.

fonte perene de preciosos ensinamentos

Quando no curso dos acontecimentos humanos um povo se vê na

necessidade de dissolver os laços políticos que o prendiam a outro a fim de exercer por si mesmo os poderes de que deve usar pelo direito que lhe concedem as leis da Natureza e do próprio Deus, um sentimento de respeito e de dignidade lhe impõe a obrigação de manifestar ao mundo que motivos o levaram a proclamar-se independente.

São verdades incontestáveis para nós que todos os homens nascem iguais; que a todos há concedido o Criador certos direitos de que ninguém os pode despojar; que para proteger tais direitos é que se constituíram com o beneplácito e consentimento dos homens os governos que devem reger-nos e que, quando um deles chega a ser prejudicial, por não defender como deve as liberdades de um povo, cuidando de sua felicidade, este tem o direito de modificá-lo ou abolí-lo, formando outro, fundado em tais princípios e organizando de tal modo, que possa contribuir para o bem-estar público.

A prudência aconselha, certamente, que se não mudem por pequenas causas os governos que contem muito tempo de existência, pois a experiência demonstra que os homens preferem sofrer enquanto seus males sejam toleráveis, do que alterar as leis a que se acostumaram, quando, porém, uma larga série de abusos e usurpações cometidos invariavelmente com o mesmo objetivo revela o desígnio de oprimir a um povo despoticamente, este está autorizado e se encontra no dever moral de descartar-se do Governo que tal proceda, buscando novas garantias para sua futura sorte e tranquilidade.

Estas colônias sofreram com paciência muito tempo; mas chegou o momento em que se viram na contingência de alterar o primitivo sistema de administração.

O atual Rei da Gran Bretanha nos vem infringindo reptidos agravos, cometendo usurpações cujo único objeto é estabelecer uma tirania absoluta sobre estes Estados, e à opinião pública os fatos que

deram lugar a nossas repetidas queixas.

O monarca recusou, em primeiro lugar, aprovar as leis que eram mais convenientes e necessárias ao bem coletivo.

Proibiu a seus governadores que autorizassem outras de maior importância, dispondo que se deixassem em suspenso até receber a sanção da Coroa, depois do que se desculpou por completo de sua promulgação.

Negou-se a dar sua aprovação a certas disposições que tinham por objeto povoar grandes distritos, exigindo do povo que desistisse antes do direito de estar representado na legislatura, direito tão apreciável para nós como perigoso quando se acha à disposição de um Tirano.

Dispôs que os Corpos legislativos celebrassem suas sessões em pontos onde não estavam acostumados a reunir-se, distante de sua residência, tudo com a única finalidade de causar incômodos aos membros das Câmaras para que acedessem à pressão dos Governadores.

Dissolveu repetidas vezes as Câmaras dos representantes por se haverem oposto com a maior energia e firmeza a que se violassem os direitos do povo.

Impediu o aumento da população destes Estados, alterando as leis que regiam a naturalização dos estrangeiros e negando a expedir outros para que se propagasse a imigração.

Entorpeceu a administração da justiça, recusando a aprovar certas leis para estabelecer a autoridade judicial.

Dispôs que os juizes dependiam unicamente da Coroa, tanto no tocante à provisão de destinos como ao pagamento dos soldados.

Criou uma infinidade de cargos novos, enviando a estas colônias oficiais que apenas servem para sugar o povo.

Dispôs que em tempos de paz se mantivessem no país exércitos permanentes, sem o consentimento das respectivas legislaturas.

Intentou antepor a autoridade militar à civil, declarando a primeira independente.

Tratou de submeter-nos a uma jurisdição estranha a nossas Constituições e desconhecida por nossas leis, aprovando as seguintes medidas:

"o aquartelamento de considerável número de tropas;

"a proteção aos criminosos que cometessem delitos nestas colônias, impedindo-os de ser julgados por nós;

"a proibição de comerciar com todas as partes do mundo;

"a imposição de contribuições sem nosso consentimento;

"a imposição em muitos casos de que nos julguem nossos tribunais, dispondo ao mesmo tempo que sejamos conduzidos a pontos longínquos para que se forme o libelo por supostos crimes;

"a abolição de nossas cartas e a anulação de nossas mais benéficas leis, depois de alterar fundamentalmente a forma de nosso governo;

"e, por último, a suspensão de nossas legislaturas, declarando ao parlamento autorizado para ditar-nos leis em todos os casos, sem exceção alguma".

O Monarca renunciou a governar este país, retirando-nos sua proteção para logo declarar-nos a guerra.

Entorpeceu a navegação em nossos mares e isolou as nossas costas, incendiando as povoações e causando a morte de muitos habitantes.

Envia-nos agora um numeroso exército de mercenários estrangeiros, para completar a obra de destruição e tirania já iniciada, com uma crueldade e perfídia de que apenas se achará exemplo nas idades mais bárbaras, e que são indignas de uma nação civilizada.

Obrigou a nossos concidadãos, colhidos prisioneiros em alto mar, a que usassem armas contra seu país, convertendo-os, assim, em executores de seus amigos e irmãos.

Provocou dissensões internas, tratando logo de armar contra nós os índios, que, como é notório, não

têm outro objetivo na guerra senão a destruição de seus inimigos.

Diante de tão opressoras medidas, recorremos humildemente ao Trono, rogando que atendesse às justas queixas deste povo; porém, nossas repetidas solicitações foram sempre respondidas com agravos novos.

Um príncipe que, por seu caráter e seus atos, revela o desejo de constituir-se em tirano, não deve ser o chefe de um povo livre.

Guardando a maior consideração a nossos irmãos da Gran-Bretanha, várias vezes os advertimos de que seu Parlamento queria obter um injustificável domínio sobre nós, recordando-lhes, ao mesmo tempo, as circunstâncias que concorreram em nossa emigração a este país. Apelamos para a retidão e magnanimidade desses habitantes, suplicando-lhes em nome de nossa mútua estima a que desaprovassem tais usurpações, que interromperiam, indubitavelmente, a boa harmonia em que sempre temos vivido; porém, eles também se fizeram surdos à voz da justiça e, portanto, devemos insistir em sua separação que já é de todo ponto necessária, considerando-os como aos demais homens, inimigos na guerra, amigos na paz.

Em vista disso, nós, os representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando para o Supremo Juiz do Universo, que conhece a retidão de nossas intenções, e em nome e com a autorização do bem público destas colônias, declaramos solentemente que as Colônias Unidas são e devem ser Estados livres e independentes e que, portanto, não estão sujeitas por nenhum compromisso à Coroa britânica, devendo, em consequência, dissolver-se os laços políticos que a ela nos uniam.

Considerando-nos, pois, Estados livres e independentes, temos direito de fazer a guerra, firmar a paz, contrair alianças, estabelecer o comércio e tomar parte em todos esses atos a que nos dá direito nossa qualidade de homens livres.

Em confirmação do que fica dito, e confiando na proteção de Deus, oferecemos mutuamente nossas vidas, nossos bens e nossa honra em penhor da presente Declaração”.

A Declaração de Independência adotada em 4 de julho de 1776 não marcou apenas o nascimento de uma nova nação: enunciou uma filosofia de liberdade humana que seria dali por diante uma força dinâmica em todo o mundo ocidental. Baseando seus fundamentos não em injustiças particulares, mas no amplo conceito da liberdade individual, criou uma filosofia que conquistou logo toda a América. Suas diretrizes políticas são claras:

“São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade, e o de buscar a felicidade; que para assegurar esses direitos se constituíram entre os homens governos cujos poderes justos emanam do consentimento dos governados; que sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou abolí-la, instituindo um novo governo cujos princípios básicos e organização de poderes obedeçam às normas que lhe pareçam mais próprias para promover a segurança e a felicidade gerais.”

Estas “verdades” não foram criadas pela imaginação de Jefferson; formavam uma teoria política “axiomática” para os seus contemporâneos e para a maioria da posteridade. A obra realizada pela Declaração consagrou Jefferson como o maior escritor da causa patriótica. Inspirou-se Jefferson nos trabalhos dos filósofos ingleses, especialmente em *Oceano*, de James Harrington, e no *Segundo Tratado de Governo* de John Locke. Mas a verdadeira fonte do espírito do documento era o início da noção consciente de que o governo deve existir para o povo, e não o povo para o governo. Segundo Jefferson, o governo tem por dever primordial ajudar os homens, pro-

tegendo-lhes a vida, a liberdade e o direito de buscar a felicidade — sem nunca os oprimir.

A Declaração serviu um objetivo muito maior do que o de declaração formal de separação. Seus princípios levantaram o povo em favor da causa americana, instilando no homem médio o sentimento da sua própria importância, animando-o a lutar pela sua liberdade pessoal, por um governo autônomo e por uma situação digna na sociedade.

A HISTÓRIA DOS EE UU

através de pronunciamentos famosos

“Nunca o céu e a terra se combinaram em parte alguma numa harmonia mais perfeita para proporcionar ao homem um lugar para sua habitação”.

— JOHN SMITH, fundador da colônia de Virgínia, 1607

* *

“São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade, e o de buscar a felicidade”.

— DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA, 4 de julho de 1776

* *

“Não hei de morrer sem a esperança de que a luz e a liberdade avancem constantemente. Ainda mesmo que os nevoeiros da selvageria e do despotismo encurecessem a ciência e as liberdades da Europa, sempre ficará este país para restaurar a luz e a liberdade. As tochas que se acenderam a 4 de julho de 1776, difundiram-se demasiado por todo o globo para que possam apagá-las os débeis instrumentos do despotismo; pelo contrário, elas haverão de devorar aos déspotas e a todos aqueles que as estorvem”.

— THOMAS JEFFERSON

"Permita o céu igualmente que, em vossa futura administração, predominem a sabedoria, a virtude e a prudência; que nada turve a felicidade do povo destes Estados sob os auspícios de sua soberania; e que ele adquira enfim a glória e se faça digno do aprêço e admiração de todas as nações".

— GEORGE WASHINGTON —
Despedida do Poder

* *

A nós, os vivos, toca-nos o dever de dedicar-nos à obra inacabada que eles com tanta nobreza iniciaram e continuaram. Cabe a nós consagrarmos-nos à tarefa imensa que temos pela frente: honrar a estes mortos, e, com seu exemplo, acrescentar nossos entusiasmos pela causa a que eles deram todo seu esforço; mostrarmos-nos decididamente resolvidos a fazer com que a Nação, ajudada por Deus, receba um novo batismo de liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo não desapareça da terra".

— ORAÇÃO DE GETTISBURG
ABRAHM LINCOLN

* *

"Os países do continente americano, em virtude da condição livre e independente que assumiram e que mantém, não serão daqui por diante considerados territórios sujeitos a futuras colonizações por nenhuma potência européia".

— JAMES MONROE, 2 de dezembro de 1823

* *

"Precisamos nos armar para nos defender. A defesa da América do Norte, da América Central e da América do Sul, inclui o direito de livre navegação no Atlântico e no Pacífico.

Precisamos organizar uma defesa total em terra, no mar e no ar,

suficiente para repelir um ataque proveniente de qualquer parte do mundo".

A nossa missão mais útil e imediata é funcionar como um arsenal, tanto para as democracias em guerra, como para nós mesmos".

FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, 6 de janeiro de 1941

* *

Devemos auxiliar os povos livres, de modo que através de seus próprios esforços, possam eles produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais de alojamento e mais energia mecânica, para aliviar suas cargas.

O 4º Ponto representa a missão que incumbe aos EE.UU. no século XX.

Não poderemos sobreviver qual ilha de prosperidade no meio de um oceano de miséria humana.

Se malograrmos nesta empreitada, jamais conheceremos paz mundial".

— HARRY S. TRUMAN, 20 de junho de 1949

* *

O homem, como ser físico, intelectual e espiritual, possui direitos individuais, dados pelo próprio Criador, e, limitados unicamente pela obrigação de respeitar os mesmos direitos alheios.

A justiça, a decência e a liberdade, em uma sociedade onde prevalece a ordem, são conceitos que elevam os homens acima do nível dos animais selvagens: negar a qualquer pessoa o direito de viver sob a proteção desses conceitos é um crime contra a própria humanidade.

Nossa República nasceu e se desenvolveu sob o manto dessas idéias e, hoje se mantém firme com crêdo similar.

D. EISENHOWER, 20 de junho de 1955

UM LIVRO PALPITANTE

JUAREZ TÁVORA

PETRÓLEO PARA O BRASIL

Edição da LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO — EDITORA

**RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — BELO
HORIZONTE — RECIFE — PÔRTO ALEGRE**

WILSON, SONS & CO., LTD.

IMPORTADORES E EXPORTADORES

AGENTES DE NAVOGAÇÃO

AGENTES DE SEGUROS

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MAQUINARIA

AVENIDA RIO BRANCO, 25 — 4º AO 6º ANDAR

Telefone 23-5988 — End. teleg. "ANGLICUS"

RIO DE JANEIRO

SÍMBOLO DA LIBERTAÇÃO DO POVO, A TOMADA DA BASTILHA

14 DE JULHO, UMA DAS MAIORES DATAS DA FRANÇA E DA HUMANIDADE

A tomada da Bastilha, em sua realidade, não teve a importância que o correr dos anos e o apressado julgamento do entusiasmo popular lhe conferiram. A velha prisão, ao contrário do que ainda há quem pense, não era um cárcere para o povo. Construída em 1370, sendo a pedra fundamental assente pelo preboste dos mercadores Hugo Aubriot, fazia parte das defesas militares da cidade. Só se tornou prisão, e prisão estritamente militar no reinado de Carlos VI. Foi sob Richelieu, já no século XVII, que assumiu o caráter de prisão de Estado. Era, porém, exclusiva da nobreza e de pessoas de alta posição e grandes recursos. A gente do povo ia para Bicêtre ou para Châtellet. O famoso presídio tinha capacidade apenas para 42 presos separados e custava ao Estado mais de 300.000 francos por ano, motivo por que o parcimonioso Necker já havia projetado suprimi-la, por medida de economia. Consta até que já se haviam traçado os planos para uma praça Luís XVI no local, depois de arrazada a prisão. O povo, entretanto, antecipou-se a isso, atacando-a e tomando-a no dia 14 de julho de 1789.

É que, apesar de seu caráter aristocrático, a Bastilha representava, como um símbolo, o absolutismo do poder real. Bastava uma simples ordem, uma "lettre de cachet", para que o soberano, a sua livre vontade, encerrasse lá, por tempo indefinido, qualquer pessoa. Era a "espada de Dâmocles" que o despotismo real conservava sobre toda a

França. Por isso, quando o povo exausto se lançou sobre a Bastilha, naquele 14 de julho, (muito embora, ao que parece, o intuito inicial fôsse o de apossar-se das armas que nela pensava haver), caiu com ela o tabu da onipotência real. E 14 de julho ficou como a data flamante da revolução e da democracia.

A Revolução Francêsa teve origens longínquas. O longo, dispendioso e ruinoso reinado do despótico Luís XIV, com sua corte faustosa, que lhe deu o injusto apelido de Reis-Sol, lançara os fundamentos da miséria popular na França. Ao contrário da política de Henrique IV, fazendo questão de que cada família francês, todos os domingos, pudesse "meter uma galinha na panela", foi a fome o que deixou o reinado de Luís XIV e de seu inepto neto Luís XV. Luís XVI, fraco e incapaz, trazido naquele "élan", nada pôde melhorar. E o povo francês, faminto e oprimido, cansou-se de Luís.

A par da premência do seu estado miserável, tinha o povo o grande incentivo da palavra dos enciclopedistas. Voltaire, Diderot, D'Alembert, Montesquieu, com as sólidas razões da inteligência, haviam solapado o alicerce do trono, destruindo o direito divino dos reis e a ilusão dos privilégios de nascimento.

A convocação dos Estados Gerais — assembléia do clero, nobreza e povo — foi o início das profundas alterações, sobretudo quando o Terceiro Estado — o povo — com o "juramento do jogo da péla", levado pela inflamada palavra de Mira-

beau, comprometeu-se a não se separar e continuar em sessão até dar uma Constituição à França. E a transformação dos Estados Gerais em Assembléia Nacional, a 7 de junho de 1789, e, logo depois, a 23 de junho, em Assembléia Constituinte, foi o verdadeiro marco da Revolução, dando em resultado a "Declaração dos direitos do homem e do cidadão", suma democrática que se inspirava no exemplo da nascente democracia americana.

A 4 de agosto, a Constituinte proclamou a abolição dos privilégios feudais. E, logo, o princípio da soberania nacional; a separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário; a admissibilidade de todos os cidadãos aos emprêgos públicos; a igualdade de todos perante a lei; a liberdade dos cultos; o sistema de impostos e outras medidas, inteiramente novas, que foram formar a Constituição de 1791. São todos os princípios que hoje figuram em tôdas as Constituições democráticas do mundo.

Depois, a Revolução, contaminada pelos extremismos, deturpada pelos exaltados, como Danton, Marat, Robespierre, Saint-Just, entregou-se aos excessos deploráveis do terror. E, conforme o simile freqüentemente lembrado de Saturno devorando os próprios filhos, levou ao cadafalso seus próprios protagonistas, seus de-

fensores da primeira hora, naquela espantosa orgia de sangue que ainda hoje faz tremer. Sucumbiram ainda à sanha do povo desvairado — como tremenda advertência que ficou através dos séculos — nobilíssimas figuras da França e da humanidade, sábios como Lavoisier, poetas como André Chenier, mulheres ilustres como madame Roland, o próprio Camilo Desmoulins e outros trabalhadores estrênuos da causa republicana.

Embora com o tison da loucura sangüinária, a obra anterior da Revolução salvou sua gloriosa reputação. Havia se lançado as bases da democracia moderna na Europa. E seus princípios, jamais valiosamente contestados como os mais nobres que podem caracterizar um digno sistema político humano, ainda hoje e para sempre guiam e iluminam a marcha atormentada da humanidade. Depois de 1789, os homens não admitem mais um regime despótico, em que a suprema dignidade da personalidade humana não seja posta em primeiro plano.

É esta a gloriosa epopéia que se comemora 14 de julho. Congratula-se a França pela sua data máxima. E em festas fica também tôda a humanidade livre, que aquela data, como uma das mais nobres efemérides de sua história.

Pedidos de Livros

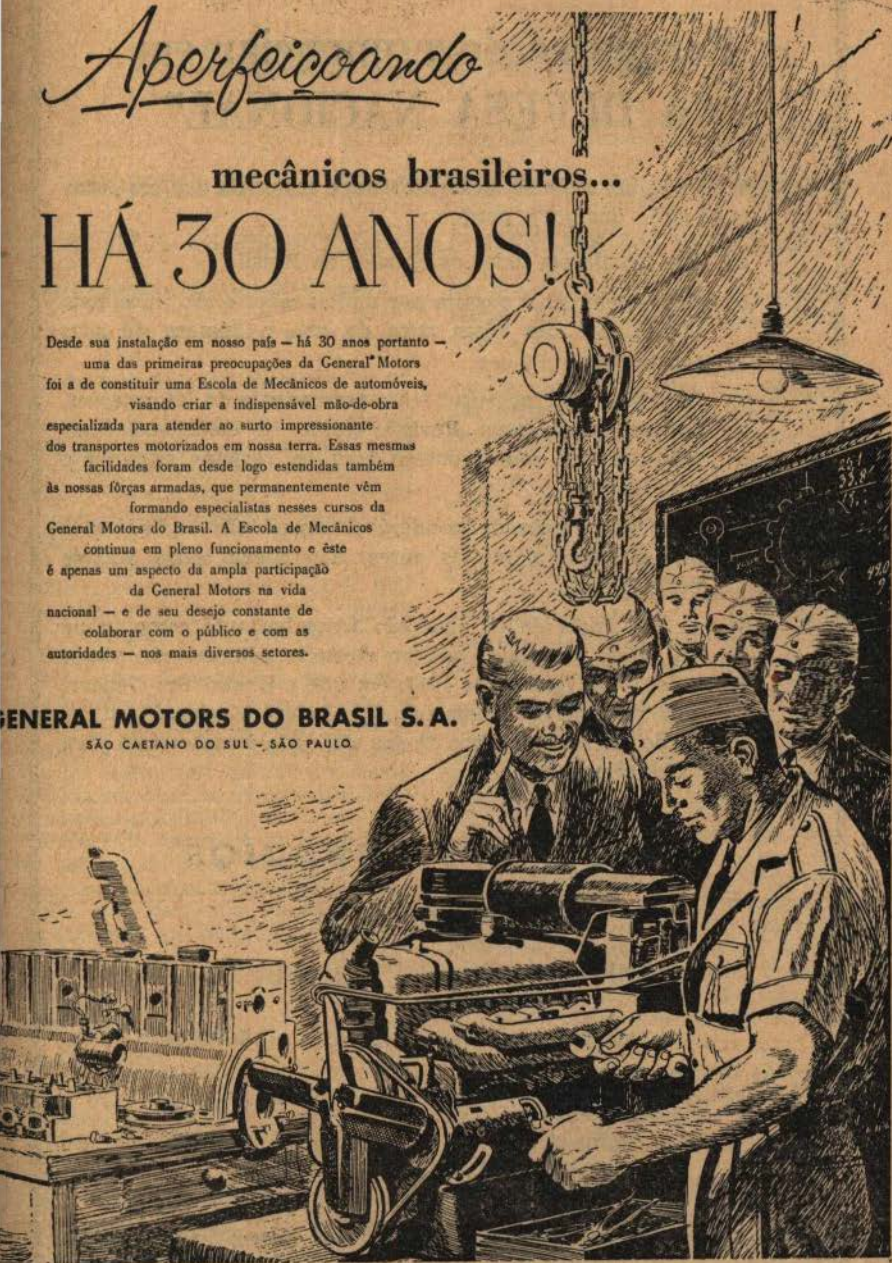
Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

Aperfeiçoando mecânicos brasileiros... HÁ 30 ANOS!

Desde sua instalação em nosso país — há 30 anos portanto — uma das primeiras preocupações da General Motors foi a de constituir uma Escola de Mecânicos de automóveis, visando criar a indispensável mão-de-obra especializada para atender ao surto impressionante dos transportes motorizados em nossa terra. Essas mesmas facilidades foram desde logo estendidas também às nossas forças armadas, que permanentemente vêm formando especialistas nesses cursos da General Motors do Brasil. A Escola de Mecânicos continua em pleno funcionamento e este é apenas um aspecto da ampla participação da General Motors na vida nacional — e de seu desejo constante de colaborar com o público e com as autoridades — nos mais diversos setores.

GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.

SÃO CAETANO DO SUL — SÃO PAULO



Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o
• Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

A FUTURA LEI DE PROMOÇÕES

(Oferecido a esta Revis'a pelo Exmo. Sr. General
FLORIANO PEIXOTQ KELLER.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N. 221, DE 1953

REGULA AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO

O Congresso Nacional decreta :

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. A presente lei estabelece os princípios, os requisitos e as condições básicas que regulam as promoções nos Quadros das Armas e Serviços do Exército, tendo em vista :

I — A seleção de valores profissionais, morais, intelectuais e físicos para o desempenho de funções de Comando e Direção e das de colaboração com estas ;

II — As necessidades da organização militar ;

III — O acesso gradual, sucessivo, regular e equilibrado aos postos da hierarquia militar, de modo a abrir aos oficiais em igualdade de condições possibilidades iguais.

Parágrafo único. A promoção deve ser considerada como um interesse ou necessidade do Estado.

Art. 2º. Os postos da hierarquia no Exército, em tempo de paz, são :

a) Oficiais subalternos :

2º Tenente ;

1º Tenente.

b) Capitão.

c) Oficiais Superiores :

Major ;

Tenente-Coronel ;

Coronel.

d) Oficiais-Generais :

General de Brigada ;

General de Divisão ;

General de Exército.

Art. 3º. O ingresso nos Quadros de Oficiais das diversas Armas ou

Serviços só é permitido nos postos iniciais da respectiva escala hierárquica.

Art. 4º. A promoção aos postos das Armas e dos Serviços obedece aos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, cuja base, entretanto, em qualquer caso, será sempre a aptidão para o comando, chefia ou direção, a qual visa, principalmente, ao estabelecimento de um escol dirigente, selecionado e homogêneo.

§ 1º. Para este efeito, a bravura deve ser comprovada em ato ou atos físicos e profissionais do militar, caracterizados estes pela importância e natureza dos cursos que possui pelo tempo de serviço efetivo prestado na atividade pela natureza e relevância das comissões e tarefas desempenhadas e bem ainda pelo conceito que goza no Exército.

§ 2º. Só podem influir nas promoções elementos e fatores que definam aptidão para o exercício de cargo ou função essencialmente militar. Deverão ser levadas em consideração, contudo, todas as informações de fonte fidedigna, mesmo referentes a atividades de caráter militar ou social exercidas pelo oficial fora do Exército.

Art. 5º. A bravura, em caso de guerra internacional, constitui, também, motivo de promoção.

§ 1º. Para este efeito, a bravura deve ser comprovada em ato ou atos não comuns, de coragem, audácia, sentimento do dever, exteriorizados em feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados conseguidos ou, ainda, pelo exemplo dado à tropa em obediência à missão recebida.

§ 2º. A bravura, caracterizada nos termos do parágrafo anterior, determina obrigatoriamente a promoção do militar, ainda que do ato praticado tenha resultado sua morte ou invalidez.

§ 3º. A promoção por bravura será feita pelo Comando do Teatro de Operações, pelo Comando em Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 4º. O Governo, terminada a guerra, facilitará a habilitação do promovido às condições normais exigidas para o acesso, excluídas as restrições regulamentares de admissão aos Cursos de Formação de Oficiais. Se o promovido não satisfizer essas condições, dentro de um prazo estabelecido, será transferido para a Reserva com as vantagens que a Lei de Inatividade lhe assegurar.

Art. 6º. Os atos de bravura praticados na defesa dos Poderes Constitucionais, da lei e da ordem interna, são equiparados, para todos os efeitos, à bravura em caso de guerra internacional.

Art. 7º. A promoção dos Capitães, Oficiais Superiores e Generais é da competência exclusiva do Presidente da República, ressalvada a prevista nas circunstâncias do § 3º do art. 5º, quando feita em operações de guerra pelo Comando em Chefe ou Comandante do Teatro de Operações. A dos postos subalternos é da alçada do Ministro da Guerra.

Art. 8º. A promoção, segundo qualquer dos princípios, será realizada anualmente em 25 de março, 25 de junho, 25 de setembro e 25 de dezembro, obedecendo na promoção por escolha à lista referida no art. 19, e nas promoções por merecimento e antiguidade rigorosamente à ordem dos quadros de acesso.

§ 1º. Aberta a vaga fica imediatamente assegurado o direito à mesma ao oficial a que ela compete.

§ 2º. Falecendo, antes da promoção, o oficial com esse direito será promovido "post-mortem".

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE OU POR MERECIMENTO

Art. 9º. Para a promoção pelo princípio de antiguidade ou merecimento é imprescindível que o oficial possua :

a) o Curso de Formação, para a promoção aos postos de 2º Tenente até o de Capitão :

o de Aperfeiçoamento de Oficiais das Armas ou da Escola Técnica e Aperfeiçoamento dos Serviços, estes quando existirem no Exército — para os postos de Oficial Superior .

Para feito deste requisito, são considerados possuidores do Curso de Aperfeiçoamento, os atuais Oficiais com o Curso de Estado-Maior ou técnicos que hajam sido dispensados daquele, e os oficiais do Serviço de Saúde possuidores do respectivo Curso de Aplicação e já promovidos a oficiais superiores ;

b) idoneidade moral ;

c) capacidade física indispensável ao exercício das funções de seu posto, verificada em inspeção de saúde prévia ;

d) interstício mínimo previsto nesta lei ;

e) tempo de serviço mínimo arregimentado em unidade de tropa, nas seguintes condições :

para os subalternos : 2 (dois) anos em cada posto ;

para os Maiores : 1 (um) ano no posto ;

para os Tenentes-Coronéis ou Coronéis : 2 (dois) anos, indiferentemente em um ou outro posto ou nos dois ;

f) quando dos Serviços para a promoção a Capitão Médico : 1 (um) ano, no mínimo, como subalterno em unidade de tropa ; Intendente e Veterinário : 2 (dois) anos, no mínimo, como subalterno em unidade de tropa .

§ 1º. Com referência ao requisito da letra c), em caso de se verificar a incapacidade, a junta de inspeção declarará de modo preciso, inequívoco e pormenorizado se a

moléstia ou defeito do oficial o inibe definitiva ou transitóriamente para o exercício normal de suas funções.

§ 2º. No caso de incapacidade definitiva será o oficial reformado de acordo com o que prescreve a Lei de Inatividade.

§ 3º. No caso de incapacidade transitória o requisito da letra c) deste artigo fica dispensado para o acesso ao posto imediato.

§ 4º. Ficam dispensados do requisito da letra e) deste artigo os oficiais com o curso da Escola Técnica.

§ 5º. Consideram-se Cursos de Formação de Oficiais:

a) os da Academia Militar das Agulhas Negras, de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência e outros que nela de futuro vierem a organizar-se;

b) os das Escola de Saúde, para Médicos, Farmacêuticos e Dentistas;

c) o da Escola de Veterinária, para Veterinários.

Art. 10. O tempo de serviço computável ou não para fins de promoção, e o início e término de sua contagem são regulados pelas Leis de Inatividade e de Movimento de Quadros.

Parágrafo único. O tempo correspondente ao desempenho de funções de posto superior será contado, como se todo ele fôsse passado no exercício das funções do seu verdadeiro posto.

Art. 11. As unidades de tropa são as constantes da Organização dos Quadros e Efetivos do Exército, definidas em lei especial.

§ 1º. É computado também, como arregimentado, o tempo passado em Escola, Curso ou Centros:

A) por oficiais das Armas, como instrutor, desde que:

a) não seja a função computada como privativa de oficial permanente ao Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA).

b) a função do instrutor seja associada a de comando ou de subalterno de subunidade.

B) por oficial de Serviço, como instrutor, ou em funções análogas a de unidades de tropa;

C) por oficiais das Armas ou dos Serviços, nas funções de comandante, subcomandante, fiscal administrativo e ajudante.

§ 2º. As funções assim definidas deverão ser especificamente discriminadas nos Regulamentos das Escolas e Cursos ou Centros respectivos. Enquanto não forem os mesmos para isso revistos, cabe ao Governo essa discriminação em decreto especial.

§ 3º. Para os oficiais superiores dos Serviços, o exercício de suas respectivas funções é indiferentemente prestados em Unidades de Tropa ou nos demais órgãos do Exército.

Art. 12. O interstício mínimo de permanência em cada posto é:

Aspirante — 6 meses;

2º Tenente — 2 anos;

1º Tenente — 3 anos;

Capitão — 4 anos;

Major — 3 anos;

Tenente-Coronel — 3 anos;

Coronel — 3 anos.

Parágrafo único. As alterações de interstício são providências da alçada do Governo e só por necessidade imperiosa, tendo em vista a renovação dos Quadros ou a manutenção do nivelamento entre os postos das Armas ou dos Serviços, poderão ser determinadas com a redução até de 50% (cinquenta por cento).

Art. 13. O oficial "sub-judice" no foro civil ou militar não poderá ser promovido, até a decisão final. Absolvido em última instância, será promovido em ressarcimento de preterição, independente de vaga.

Parágrafo único. Ao Departamento Geral de Administração (D.G.A.), por intermédio das Diretorias do Pessoal e dos Serviços, ao Estado-Maior do Exército (E.M.E.) e ao Departamento Técnico e de Produção (D.T.P.) competem informar à Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.C.) quais os oficiais nas condições deste artigo.

Art. 14. A antiguidade para promoção conta-se da data do decreto

de promoção do oficial, salvo se, no referido decreto, ou em outro posterior, fôr declarada nova data, feitos os descontos de tempo não computável, na forma da Lei de Inatividade.

CAPÍTULO III

DA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

Art. 15. A promoção por antiguidade em qualquer Quadro compete ao oficial que, tendo atingido o número um da escala hierárquica em que se achar, satisfizer os requisitos referidos no art. 9º e não estiver compreendido nas restrições dos arts. 13 e 57.

Parágrafo único. Não satisfazendo o oficial mais antigo os requisitos referidos, os direitos assegurados de acesso passarão ao oficial imediato se possuidor dos requisitos necessários, e assim sucessivamente.

Art. 16. Efetuam-se as promoções pelo princípio de antiguidade até o posto de Coronel, nas seguintes proporções, em relação ao número de vagas normais dos respectivos Quadros:

De 2º Tenente a Capitão a totalidade;

De Capitão a Major a metade;

De Major a Coronel a terça parte;

De Tenente-Coronel a Coronel a terça parte.

CAPÍTULO IV

DA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Art. 17. Constitui merecimento para promoção o conjunto de qualidades profissionais, morais, intelectuais e físicas reveladas ou aperfeiçoadas pelo oficial durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguido no âmbito da classe pelo seu valor profissional e dedicação ao serviço.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

- a) Caráter;
- b) Inteligência;
- c) Espírito e conduta militar;

- d) Cultura profissional e geral;
- e) Conduta civil;
- f) Capacidade como comandante ou diretor e chefe;
- g) Capacidade como instrutor (ou técnico);
- h) Capacidade como administrador;
- i) Capacidade física.

§ 1º. O caráter é constituído pela reunião de qualidades que definem e adornam a personalidade do oficial apreciadas pelo conceito em que é tido no meio militar e na sociedade civil. Na apreciação do caráter devem ser considerados entre outros os seguintes aspectos: atitudes claras e bem definidas; amor à responsabilidade; comportamento desassombrado em face de situação imprevista e difícil, energia e perseverança na execução das próprias decisões; domínio de si mesmo, constância de ânimo; coerência no procedimento; lealdade e independência.

§ 2º. A inteligência é estimada pela faculdade de apreender, rápida e claramente as situações; facilidade de concepção, poder de análise ou de síntese; clareza em interpretar ordens táticas e de serviço e justiça na avaliação do mérito dos seus subordinados.

§ 3º. O espírito e a conduta militar são apreciados consoante as manifestações habituais da atividade do oficial, subordinação e respeito aos superiores; correção no tratamento de seus subordinados; discreção, espírito de iniciativa, de precisão e de método no cumprimento dos deveres, amor ao serviço e dedicação à profissão; pontualidade e assiduidade, espírito de camaradagem; aspecto marcial e correção dos uniformes.

§ 4º. A cultura profissional e geral é avaliada pela soma dos conhecimentos profissionais e gerais, especializados ou não, adquiridos pelo oficial; graus, classificação e conceitos obtidos nos Cursos e Escolas de Formação e Aperfeiçoamento, de Estado-Maior, Técnica e de Especialização ou por diplomas científicos; produção de livros e trabalhos valiosos que revelem pos-

suir o candidato conhecimentos gerais, técnicos ou profissionais de real interesse e utilidade para o Exército.

Na sua apreciação levar-se-ão em conta, principalmente, os conhecimentos mais úteis e proveitosos à atividade militar particularizada (Tropa, Estado-Maior, Técnico, Médico, etc.).

§ 5º. A conduta civil é avaliada pelo procedimento em público; educação e procedimento privado; moralidade nos compromissos assumidos; espírito de cavalheirismo e urbanidade; correção de atitude, observância exata das convenções sociais e respeito às leis e autoridades civis.

§ 6º. A capacidade de Comandante ou de Chefe é revelada nos vários estágios e escalões de comando pela ascendência do oficial sobre os subordinados, esteiada, sobretudo, no exemplo e na confiança mútua, conquistada pela prática das verdadeiras virtudes militares e pela demonstração de qualidade de Chefe, tais como: decisão pronta e convincente, firmeza e entusiasmo na ação, otimismo, constância de ânimo e serenidade mesmo nas situações difíceis, abnegação, devotamento pelo sucesso almejado e interesse pelos subordinados.

§ 7º. A capacidade como administrador é revelada pela probidade na gestão dos dinheiros públicos e particulares; zelo no trato e conservação dos bens do Exército; rendimento de trabalho aferido e comprovado nas inspeções administrativas e nos encargos correntes; empenhamento e melhorias introduzidas na vida administrativa do Corpo ou Repartição e obras e estudos realizados em benefício dos interesses da Fazenda Nacional.

§ 8º. A capacidade de instrutor ou de técnico é apreciada, de um lado, pelos resultados apresentados nos exames de instrução da tropa; facilidade de expressão; maior ou menor grau de precisão, desembaraço e clareza com que transmite assuntos técnicos profissionais a instruídos e subordinados; e, de outro, pela facilidade, perfeição e desembaraço em projetar e executar

trabalhos e em dirigir atividades de sua especialidade.

§ 9º. A capacidade física relativa ao posto é avaliada pelo estado orgânico e de robustez do oficial, comprovada em exame médico; atividade, disposição para o trabalho, presteza e boa vontade nos trabalhos militares correntes; resistência à fadiga e às intempéries, evidenciada em trabalhos prolongados, sob as mais variadas situações climáticas e, finalmente, pelas partes de doente e dispensa de serviço por doenças.

Art. 18. São requisitos indispensáveis para a promoção por merecimento, além dos referidos no artigo 9º, mais os seguintes:

a) haver o oficial atingido, no respectivo quadro, por ordem de antiguidade as primeiras:

1/8 parte — para os Capitães;

1/5 parte — para os Oficiais Superiores;

b) possuir o oficial o conceito aceitável resultante da estimativa e exame das qualidades referidas no art. 17 desta lei;

c) ter satisfeito as exigências da Lei de Movimento de Quadros.

§ 1º. Nos Quadros constituídos, em cada posto de menos de 10 (dez) oficiais, são dispensados os limites da letra a), deste artigo.

§ 2º. Sempre que do cômputo constante da letra a), deste artigo, resultar um cociente fracionário, será ele tomado por inteiro.

CAPÍTULO V

DA PROMOÇÃO POR ESCOLHA

Art. 19. A promoção aos postos de General de Brigada e de Divisão é feita pelo princípio de escolha sobre listas organizadas pela Comissão de Promoções, de acordo com o critério estabelecido a seguir.

Parágrafo único. As listas de que trata o presente artigo serão assim organizadas para cada vaga:

a) Para General de Divisão das Armas — 5 Generais de Brigada;

b) Para Generais de Divisão Técnicos e de Serviço — todos os Generais de Brigada dos respectivos Quadros;

c) Para Generais de Brigada das Armas — 15 Coronéis, sendo no mínimo 2 de cada Arma;

d) Para Generais de Brigada Técnicos e de Serviços — 6 Coronéis dos respectivos Quadros.

Art. 20. Para promoção ao posto de General de Brigada é necessário que o Coronel possua os seguintes requisitos :

a) idoneidade moral;

b) demonstração notória de inteireza de caráter, capacidade de comando, cultura geral e profissional em alto grau e gozo de excelente conceito na classe e no meio civil;

c) capacidade física indispensável ao exercício das funções do seu posto, verificada em inspeção de saúde prévia, para fins de acesso;

d) interstício mínimo no posto, de 3 (três) anos;

e) curso de Estado-Maior;

f) exercício de funções arrematadas em unidades de tropa, como Tenente-Coronel ou Coronel, por dois anos consecutivos ou não, sendo um ano no comando do Corpo de Tropa em qualquer daqueles postos;

g) exercício de funções de Estado-Maior durante dois anos consecutivos ou não, sendo um, no mínimo, no posto, em funções do Quadro de Estado-Maior da Ativa (Q.E.M.A.);

h) ter atingido o primeiro 1/5 da relação de Coronéis dos Quadros das Armas com o curso de Estado-Maior e 1/3 da de cada Serviço, segundo a ordem de antiguidade.

Art. 21. Para a promoção a Oficial-General dos Serviços serão alterados os requisitos das letras e), f) e g) do art. 20 para os seguintes :

e) Curso de Estado-Maior para os Serviços, quando este funcionar no Exército;

f) como oficial superior, ter exercido funções privativas do seu posto ou na sua especialidade, durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não;

g) o exercício de função de chefia, como oficial superior, durante 2 (dois) anos consecutivos ou não,

em Estabelecimento ou Serviço privativo da especialidade.

Art. 22. Para promoção a Oficial-General Técnico é dispensado o requisito da letra e) do art. 20 e substituídos ou das letras f) e g), por :

f) ter servido, como oficial superior, durante 3 (três) anos, consecutivos ou não, em Serviço Regional, Comissões Técnicas, Estabelecimento Fabril ou Comissão de Obras ou de Estradas, em função ou cargo inerente a sua especialidade.

g) haver chefiado como Coronel ou Tenente-Coronel no mínimo durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não, Serviço, Estabelecimento Fabril ou Comissão de Obras ou de Estradas em função ou cargo privativo do posto.

Art. 23. Para promoção ao posto de General de Divisão é necessário que o General de Brigada possua os seguintes requisitos :

a) os fixados nas letras a), b) e c, do art. 20;

b) exercício de função privativa do próprio posto, ou do superior durante 2 (dois) anos, consecutivos ou não;

c) ter atingido o primeiro terço do respectivo Quadro se o efetivo deste for superior a 10 (dez).

Art. 24. A promoção ao posto de General de Exército será feita por escolha do Presidente da República entre os Generais de Divisão que satisfaçam os seguintes requisitos :

a) os constantes das letras a), b) e c) do art. 20 e c) do art. 23;

b) exercício das funções privativas do posto de General de Divisão, ou do superior, durante 2 (dois) anos consecutivos ou não.

CAPÍTULO VI

DO ACESSO AO PRIMEIRO POSTO

Art. 25. O acesso ao primeiro posto, nas Armas e no Serviço de Intendência, resulta da promoção do Aspirante a Oficial, regulada pela ordem de classificação intelectual, obtida na conclusão do Curso respectivo.

Art. 26. Para a promoção ao posto de 2º Tenente é necessário que o Aspirante a Oficial satisfaça aos seguintes requisitos :

- a) os enumerados nas letras a), b), c) e d) do art. 9º;
- b) revelar vocação para a carreira verificada em estágios prévios na tropa;
- c) ter irrepreensível conduta civil e militar.

Parágrafo único. As condições referidas neste artigo são apreciadas e julgadas pela Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.) em face de informações obrigatórias prestadas pelo Comandante da Unidade em que servir o aspirante à vista de suas observações pessoais e de informações obrigatoriamente prestadas pelo Comandante imediato do aspirante, as quais acompanharão as referidas informações.

Art. 27. Os candidatos selecionados e designados para matrícula no Curso de Formação de Oficiais, na Escola de Saúde do Exército e na de Veterinária do Exército, serão nomeados : os médicos, 2º Tenentes Médicos Estagiários ; os Farmacêuticos, os Dentistas e os Veterinários, Aspirantes Estagiários.

§ 1º. Durante o estágio, esses oficiais estagiários terão obrigações, honras e vantagens, correspondentes àqueles postos.

§ 2º. Terminado o Curso de Formação, os oficiais estagiários serão nomeados, conforme o número de vagas existentes, 1º Tenentes Médicos e 2º Tenentes Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, e inscritos no Almanaque do Exército em rigorosa ordem de merecimento intelectual, dentro de cada turma.

CAPÍTULO VII

DA PROMOÇÃO NO MAGISTÉRIO MILITAR

Art. 28. Os oficiais do Exército, pertencentes ao Magistério Militar, terão gradual acesso na Reserva, até o posto de Coronel, conforme o tempo de serviço, de modo que sejam Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis, quando contarem, respectivamente, 15 (quinze), 20 (vinte) e 30 (trinta) anos de serviço.

Parágrafo único. É contado o tempo de serviço, inclusive como de efetivo serviço de magistério, dos docentes militares em desempenho de função pública, eletiva ou não, para promoção por antiguidade, transferência para a Reserva, aposentadoria ou reforma, ficando derogado o art. 30 do Decreto-lei número 5.625, de 28 de junho de 1943.

Art. 29. Se por ocasião do ingresso no Magistério, o oficial já fizer jus ao acesso a um ou mais postos, será promovido, sucessivamente aos postos a que tiver direito, ressalvado o que estabelece o § 1º deste artigo.

§ 1º. É de 1 (um) ano o interstício mínimo para a promoção, ainda que, ao ingressar no Magistério, tenha o oficial tempo de serviço suficiente que lhe permita ascender aos postos imediatos.

§ 2º. Nenhum oficial poderá ingressar no Magistério Militar em posto inferior a Capitão.

Art. 30. Os oficiais compreendidos no art. 28 ficam, para feito de promoção, subordinados aos requisitos das letras b) e c) do art. 9º.

Parágrafo único. As propostas serão encaminhadas pela Diretoria de Ensino à Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.), com os documentos comprobatórios daqueles requisitos.

Art. 31. Aplicam-se aos Oficiais do Magistério as restrições previstas no art. 13.

CAPÍTULO VIII

DA PROMOÇÃO DOS OFICIAIS TÉCNICOS

Art. 32. O oficial incluído na categoria de Técnico da ativa permanecerá em sua Arma de origem ocupando o mesmo lugar que possui no Almanaque do Exército, sendo o seu número substituído pela designação de T.

Art. 33. As promoções dos Oficiais Técnicos da ativa processar-se-ão na mesma data e em seguida ao preenchimento, na forma prevista pela presente lei, das vagas existentes, pelos Oficiais dos Quadros das Armas ou Serviços.

§ 1º. Por merecimento, serão promovidos os Oficiais Técnicos incluídos no quadro de acesso e possuidores de maior número de pontos do que o último a ser promovido no Quadro da Arma ou Serviço pelo mesmo princípio. Em caso de igualdade de número de pontos, o acesso de Oficial Técnico somente se efetivará se fôr êle mais antigo que o último a ser promovido no Quadro da Arma ou Serviço.

§ 2º. Por antiguidade, serão promovidos os Oficiais Técnicos incluídos no Quadro de acesso e mais antigos que o último a ser promovido no quadro da Arma ou Serviço pelo mesmo princípio.

CAPÍTULO IX

DAS CONDIÇÕES PARA O EQUILÍBRIO E REGULARIDADE DO ACESSO

Art. 34. O acesso regular e equilibrado do oficial, referido no artigo 1º desta lei, consiste em :

a) proporcionar aos oficiais as mesmas possibilidades de acesso, quando em igualdade de condições ;

b) evitar grandes oscilações nos tempos de permanência média em cada posto, para Turmas formadas em épocas diferentes ;

c) proporcionar ao oficial que possua todos os requisitos para promoção um acesso compatível com suas condições físicas e aspirações, de modo a evitar a estagnação em certos postos.

Art. 35. Como tempo de permanência máxima em cada posto, para efeito de promoção dos oficiais compreendidos no art. 34, ficam estabelecidos os seguintes limites :

a) Para os Quadros das Armas e Serviços :

Tenente-Coronel	6 anos
Major	6 anos
Capitão	8 anos
1º Tenente	6 anos
2º Tenente	3 anos
Aspirante	1 ano

Parágrafo único. Quando, em determinado posto, oficiais pertencentes a uma das Armas estiverem

avancados em tempo superior a 1 (um) ano, em relação a outros das mais Armas, pertencentes à mesma turma de formação, poderá o Governo para êstes diminuir de 1 (um) ano o tempo referido no artigo 33.

Art. 36. Decorrido o tempo de permanência máxima de que trata o artigo anterior, o oficial do Quadro das Armas até o posto de Tenente-Coronel, inclusive, será promovido ao posto imediatamente superior, desde que :

a) se oficial subalterno — esteja no quadro de acesso ;

b) se Tenente-Coronel, Major ou Capitão — esteja no quadro de acesso por merecimento.

§ 1º. As vagas para as promoções de que trata este artigo serão abertas no posto imediatamente superior ao do oficial ou oficiais em causa, ou se necessário, nos outros postos da hierarquia militar inclusive nos de generais, de conformidade com o que estabelece a Lei.

§ 2º. No caso dos oficiais de que trata a letra b) dêste artigo, a promoção independe da colocação do oficial no Quadro de Acesso.

§ 3º. Quando já existirem vagas normais abertas que, nos termos desta Lei, caibam a oficiais que tenham atingido o tempo de permanência máxima no posto, serão os mesmos obrigatoriamente, promovidos nessas vagas, sem aplicação do disposto no § 1º.

Art. 37. A Lei de Organização dos Quadros e Efetivos e a Lei de Inatividade regularão as outras condições para efeito dos arts. 33 e 34.

CAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO

Art. 38. Quadros de Acesso são relações de oficiais em condições de serem promovidos pelos princípios de antiguidade, merecimento e escolha, organizados segundo o disposto nesta Lei.

§ 1. Somente os oficiais incluídos nos Quadros de Acesso poderão ser promovidos pelos princípios mencionados neste artigo.

§ 2º. Esses quadros serão organizados separadamente para as promoções por antiguidade, merecimento e escolha e deverão ser submetidos à consideração do Ministro da Guerra, normalmente, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, ou extraordinariamente, quando aquela autoridade determinar.

§ 3º. Cabe ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.) fixar as datas e as condições para que todos os documentos e informações necessários à organização dos quadros de acesso sejam elaborados e remetidos a tempo pelas autoridades competentes.

§ 4º. Aprovados pelo Ministro da Guerra os quadros de acesso serão publicados pela Comissão de Promoções de Oficiais dentro do prazo de 10 (dez) dias para conhecimento exclusivo de oficiais com discriminação dos pontos obtidos.

§ 5º. Ao oficial que discordar de sua classificação ou de qualquer seu concorrente, no quadro de acesso, caberá no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da leitura do Boletim a que se refere o parágrafo anterior na unidade, repartição ou estabelecimento a que estiver subordinado, recurso ao Ministro da Guerra, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 39. O número de oficiais a incluir nos quadros de acesso por antiguidade, merecimento e escolha será fixado pelo Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, levando em conta o número de vagas existentes e prováveis.

Parágrafo único. Não havendo oficiais em condições para preenchimento dos quadros de acesso, permanecerão abertas as vagas até a organização de novo quadro.

Art. 40. Nos quadros de acesso por antiguidade e merecimento, os oficiais são colocados na ordem em que devam ser promovidos, após a verificação das condições estabelecidas pelos arts. 9º, 17 e 18 e o mérito apurado pelas "Fichas de Promoções".

Parágrafo único. Para a promoção aos postos de Capitão e subalternos não haverá seleção pela "Fi-

cha de Promoção", limitando-se a Comissão de Promoções de Oficiais a relacioná-los por postos e separadamente por Armas e Serviços, em rigorosa ordem de antiguidade, respeitados os requisitos referidos nos arts. 15 e 26.

Art. 41. As "Fichas de Promoção" para a organização dos quadros e acesso por escolha são feitas, apenas, para a promoção ao posto de General de Brigada. Para a promoção ao posto de General de Divisão, a Comissão de Promoções de Oficiais organizará o quadro de acesso em classificação feita por escrutínio secreto.

§ 1º. O número de Oficiais a incluir em cada um dos quadros, acima referidos, será fixado pela Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.), de modo a atender o que prescreve o parágrafo único do artigo 19.

§ 2º. A lista a ser apresentada ao Governo para o preenchimento de cada vaga é constituída, observando-se a ordem de classificação nos quadros de acesso.

Art. 42. Os oficiais pertencentes ao Q.T., Q.A. e Q.B. que concorrerem à promoção por antiguidade, merecimento e escolha, serão incluídos nos respectivos quadros de acesso dentro da Arma ou Serviço, não se levando em conta seu número nos limites estabelecidos pelo artigo 39.

CAPÍTULO XI

DA SELEÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO E RESPECTIVOS DOCUMENTOS

Art. 43. A seleção dos oficiais a incluir nos quadros de acesso se processa com a participação de todas as autoridades militares competentes para emitir julgamento sobre oficiais subordinados ao seu comando, chefia ou direção.

§ 1º. Essas autoridades, em princípio, são as seguintes:

- a) Oficiais-Generais;
- b) Chefes de Gabinetes, Estados-Maiores e Secções;
- c) Chefes de Serviços regionais ou divisionários;

d) Comandantes de Corpos de Tropa das Armas ou Serviços, chefes de Repartições, Estabelecimentos e demais órgãos, com autonomia administrativa.

§ 2º. A recusa, retardo ou falta de fidelidade em qualquer informação por parte das autoridades acima, ou por qualquer outra à qual se dirija o Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, é considerada falta de cumprimento do dever, e, como tal, sujeita às sanções da lei.

§ 3º. Para esse fim cabe ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais fazer ao Ministro da Guerra a necessária e devida comunicação.

Art. 44. Os documentos básicos para a seleção dos oficiais a serem incluídos nos quadros de acesso são os seguintes :

a) "Ata de Inspeção de saúde" — remetida diretamente ao Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, em duas vias ;

b) "Ficha de Informações" — nas mesmas condições que a anterior ;

c) "Fé de Ofício" — organizada pela Repartição competente de Arma ou Serviço (exceto a dos Aspirantes, que deve ser organizada pelos Corpos), e remetida à Comissão de Promoções de Oficiais ;

d) "Ficha de Promoção" — exceto para os oficiais referidos no parágrafo único do art. 40 e do artigo 41.

Art. 45. Cabe às autoridades referidas no art. 43 a que estiverem subordinados os oficiais candidatos providenciar a inspeção de saúde dos mesmos, a tempo de cumprir o que estabelece o Capítulo X.

Parágrafo único. No caso de não ser possível organizar-se uma Junta Médica na Guarnição, o Comandante da Região Militar (R.M.) ou Grande Unidade (G.U.) providenciará para que os oficiais sejam inspecionados na Guarnição mais próxima.

Art. 46. A "Ficha de Informações" é organizada em caráter confidencial, pelo Comandante, Chefe ou Diretor a que estiver subordi-

nado o oficial, de acordo com o modelo de instruções nela contidos.

§ 1º. Essa Ficha será remetida à Comissão de Promoções de Oficiais por intermédio do Comandante da Grande Unidade ou do Comandante da Região Militar, Chefia ou Direção, inerente ao posto de General ou correspondentes, os quais, no seu encaminhamento, emitirão uma apreciação sintética confirmando, restringindo ou reforçando o conceito final do Comandante Chefe ou Diretor do oficial em julgamento (Anexo I).

§ 2º. A "Ficha de Informações" deverá ser encaminhada semestralmente quando solicitada pela Comissão de Promoções de Oficiais, a partir do ano em que o oficial atingir a metade dos quadros de capitães e de oficiais superiores.

Art. 47. A "Ficha de Promoções" (Anexo II) é organizada pela Comissão de Promoções de Oficiais e se baseia nas várias "Fichas de Informações" e mais documentos complementares remetidos pelas autoridades militares, nelas computando-se, numericamente, o grau de importância das qualidades e atividades do oficial (Capítulo X).

Art. 48. Observando a Comissão de Promoções de Oficiais referências ou graus das "Fichas de Informações", muito discordantes de Fichas anteriores ou da Fé de Ofício, pedirá esclarecimentos ao responsável e fará a devida retificação, se for o caso.

Art. 49. Para completar a classificação dos oficiais nas listas de acesso por merecimento e escolha, pode a Comissão de Promoções de Oficiais recorrer, subsidiariamente, ao julgamento realizado por parte dos oficiais de postos, imediatamente superiores aos dos concorrentes. Neste caso, levará ao conhecimento dos julgadores, com a necessária antecedência o nome dos julgados, para que aqueles procedam à classificação destes, segundo a ordem de merecimento que julgarem a mais justa.

§ 1º. Esse julgamento é realizado em caráter secreto.

§ 2º. O oficial consultado não pode esquivar-se ao julgamento so-

licitado, a não ser que declare desconhecer os oficiais a julgar ou se considere, comprovadamente, suspeito para isso.

Art. 50. Depois de completadas pela Secretaria da Comissão as "Fichas de Promoção" serão submetidas ao plenário da Comissão de Promoções de Oficiais, para a seleção em duas apurações:

no primeiro escrutínio serão apreciadas pelos membros da Comissão as fichas de todos os oficiais em rigorosa ordem de antiguidade, compreendidos nos limites referidos nos arts. 18 e 20, para cotejo, discussão e correção das mesmas, se fôr o caso;

no segundo escrutínio, após, a discussão do parecer do relator designado pela Presidência da Comissão, serão organizadas, em ordem decrescente do número de pontos obtidos, as listas para promoção por merecimento ou escolha.

Art. 51. Não serão levados a segundo escrutínio os nomes dos oficiais cujas fichas de promoções, no primeiro escrutínio, não atingirem o número mínimo de pontos a ser fixado em Regulamento.

Art. 52. Para a promoção a General de Divisão, a Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais apurará as condições referidas no art. 23 e o plenário organizará a lista de acordo com o art. 41.

Parágrafo único. Para promoção a General de Exército, a Comissão de Promoções de Oficiais organizará a lista dos Generais de Divisão que satisfizerem às condições estabelecidas no art. 24.

Art. 53. Compete às Diretorias do Pessoal e dos Serviços organizar os documentos referentes aos oficiais que estiverem exercendo funções estranhas ao Ministério da Guerra.

Art. 54. Os documentos relativos aos oficiais no desempenho de comissão em país estrangeiro (Adidos Militares, Escolas, Comissões diversas, etc.), são também atribuídos à Diretoria do Pessoal e às Diretorias dos Serviços, Estado-Maior do Exército e ao Departamento Técnico e de Produção, conforme o caso.

Art. 55. A Secretaria Geral do Ministério da Guerra incumbe organizar as "Fés de Ofício" dos Oficiais-Generais.

Parágrafo único. Ao Estado-Maior do Exército compete prestar as outras informações exigidas nesta Lei, referentes aos citados oficiais.

Art. 56. As autoridades que tiverem conhecimento de ato ou atos graves que possam influir contrariamente ou decisivamente na permanência do oficial em qualquer dos Quadros de Acesso deverão, por via hierárquica, levá-los ao conhecimento do Ministro da Guerra.

Art. 57. Não poderá ingressar em qualquer quadro de acesso o oficial ou aspirante a oficial que, pela Comissão de Promoções de Oficiais, fôr julgado incapaz para o acesso.

§ 1º. O julgamento final proferido pela Comissão de Promoções de Oficiais deve ser minuciosamente justificado, inserto em Ata e, por cópia, submetido ao Ministro da Guerra.

§ 2º. De posse da documentação apresentada pela Comissão de Promoções de Oficiais contra o oficial ou aspirante a oficial julgado não habilitado ao acesso o Ministro da Guerra tomará, conforme o caso, as providências que a legislação em vigor determinar.

CAPÍTULO XI

DA EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO

Art. 58. O oficial incluído em qualquer Quadro de Acesso será do mesmo excluído caso não seja promovido, quando ocorrer uma das seguintes circunstâncias:

- a) morte;
- b) transferência para a Reserva voluntária ou não;
- c) incapacidade física definitiva;
- d) incapacidade moral;
- e) condenação em virtude de sentença passada em julgado;
- f) suspensão da função ou cargo comprovada a razão perante a Comissão de Promoções de Oficiais (C.P.O.).

§ 1º. As exclusões pelos motivos das letras a), b) e c) serão feitas pela Comissão de Promoções de Oficiais, após a publicação em Boletim do Exército ou "Diário Oficial", do falecimento, do decreto de transferência para a Reserva ou de reforma e da declaração de incapacidade física.

§ 2º. As exclusões pelos motivos das letras d), e) e f) serão feitas somente por ordem expressa do Ministro da Guerra em "Boletim Reservado do Exército".

Art. 59. Não concorrerá à promoção, embora tenha atendido às exigências da presente lei e já incluído no Quadro de Acesso, o oficial que fôr agregado ao Quadro da Arma, dos Serviços ou Técnico em consequência de:

- a) licença para tratar de interesses particulares ou desempenho de cargo ou função não especificados pelo § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- b) cumprimento de sentença;
- c) deserção;
- d) extravio ou desaparecimento;
- e) achar-se *sub-judice*.

§ 1º. Concorrerá, somente, à promoção por antiguidade o oficial agregado por motivo de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não (§ 4º, do art. 182 da Constituição Federal).

§ 2º. O oficial agregado por motivo de exercício de função militar, em qualquer das Forças Armadas ou nas Forças Auxiliares concorrerá à promoção por qualquer dos princípios.

CAPÍTULO XII

DO CRITÉRIO PARA CONTAGEM DE PONTOS

Art. 60. As qualidades, conceitos, tempo de serviço, cursos, medalhas, referências elogiosas, trabalhos realizados e outras atividades militares que sejam fatores de mérito na vida profissional do oficial, são computadas nas "Fichas e Informações" e "Ficha de Promoção" através de graus justos e equilibrados, cuja soma ou média dará a classi-

ficação do oficial na lista de acesso por merecimento ou por escolha.

Art. 61. Na "Ficha de Informações" a cada uma das qualidades referidas no art. 17, completadas em sua definição e caracterização pelos dados consignados no Anexo I, o grau será atribuído segundo o seguinte critério:

Conceito excepcional.....	4
Conceito muito bom.....	3
Conceito bom.....	1
Conceito regular.....	1
Conceito insuficiente.....	0

§ 1º. A média desses graus calculada de acordo com o Anexo I, constitui o conceito que o Comandante, Chefe ou Diretor (Art. 41) atribui ao oficial sob seu comando ou direção, quando o mesmo estiver compreendido nos limites de que trata o art. 44, § 2º.

§ 2º. Quando o conceito fôr "excepcional", deverá o Comandante, Chefe ou Diretor justificá-lo em documento anexo à "Ficha de Informações".

Art. 62. Na "Ficha de Promoções" (Anexo II) serão computados, com os valores em pontos, que lhes foram atribuídos pelo respectivo Regulamento, os seguintes requisitos:

Primeiro escrutínio

A — Pontos Positivos.

1 — Conceito do Comandante, Chefe ou Diretor de acordo com o art. 59.

Para os oficiais do Serviço de Saúde e do Serviço de Veterinária, o respectivo Diretor dará, também, segundo o critério estabelecido no art. 59, um conceito "técnico profissional", variável de 0 (zero) a 4 (quatro) pontos, que será somado ao conceito emitido pelo Comandante, Chefe ou Diretor.

2 — Tempo de efetivo serviço em função essencialmente militar;

3 — Tempo de serviço arregimentado;

4 — Tempo de serviço em função de Estado-Maior ou Técnica;

5 — Tempo de serviço em função de Q.S.;

6 — Tempo de serviço como Comandante de tropa isolada, chefia ou direção, repartição, estabelecimento, comissão ou órgão congênere de vida autônoma;

7 — Tempo de serviço nas guardas abaixo especificadas:

Categoria "A" — as da Fronteira Amazônica, de Oiapoque a Forte Príncipe da Beira e Fernando de Noronha;

Categoria "B" — as da Fronteira do Paraguai, Paraná, São Luís de Cáceres, Rosário do Oeste, Pôrto Murtinho, Bela Vista, Nioac Fazenda Jardim, Guaira, Pôrto Mendes e Foz do Iguaçu;

Categoria "C" — Aquidauana, Ponta Porã, Três Lagoas, Guaraçuva, Palmas, São Luís das Missões, Itaquí, Santiago do Boqueirão e Terezina;

8 — Tempo de serviço como aluno de Escolas e cursos de oficiais, com aproveitamento;

9 — Tempo de serviço como instrutor de escolas, cursos e centros;

10 — Ferimento em ação;

11 — Trabalhos julgados úteis e aprovados pelo órgão competente;

12 — Cursos:

- a) de Estado-Maior ou Técnico;
- b) de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- c) de escolas especializadas;

13 — Medalhas e condecorações nacionais:

Cruz de Combate de 1ª Classe;
Cruz de Combate de 2ª Classe;
Medalha de Ordem Nacional do Mérito;

Medalha de Sangue;
Medalha de Campanha;
Medalha Militar;
Medalha de Guerra;

14 — Elogios individuais:

Por bravura, se não deu lugar a promoção;

Por ação em campanha;

No exercício de comando, chefia ou direção;

Como instrutor de escolas e centros;

No serviço normal e instrução.

B — Pontos Negativos:

1 — Punições disciplinares, como oficial;

2 — Sentença passada em julgado por crime culposo.

Segundo escrutínio (Quadro IV)

1 — Os números 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 14 dos Pontos Positivos são computados novamente mas, desta vez, referidos, apenas ao posto atual;

2 — Tempo de permanência no posto;

3 — Julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais;

4 — A soma dos pontos dos três itens acima dará o total segundo o qual será classificado oficial no Quadro de Acesso por merecimento.

Parágrafo único. Para a apreciação dos itens referidos neste artigo serão observadas as seguintes regras:

1 — Quando o oficial tiver mais de uma "Ficha de Informações" e não fôr o caso do art. 46, o conceito do Comandante, Chefe ou Diretor será a média aritmética dos pontos emitidos;

2 — A contagem do tempo de efetivo serviço (Pontos Positivos número 2) será feita a partir da data de declaração a aspirante, comissionamento ou nomeação a 1º Tenente (Q.A.). O tempo de "serviço em campanha", será computado nesse número, considerado como tal: FEB, revoluções de 1924 e 1932 e outros que a lei determinar;

3 — Os tempos de serviço referidos nos ns. 3, 6, 8 e 9 dos Pontos Positivos serão computados da data da apresentação à do desligamento. Caso ao ser enviada a ficha do oficial este ainda permaneça na função, o tempo será computado até 30 de abril e 31 de outubro, conforme o caso;

4 — O tempo de serviço em função de Estado-Maior ou Técnico (n. 4 dos Pontos Positivos) será contado como estabelece o número anterior.

O tempo de estágio de Estado-Maior ou Técnico é considerado como "em função de EM", ou "Téc-

nica" se o oficial fôr julgado "apto". O tempo passado pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários em Junta Militar de Saúde, hospitais, policlínicas, sanatórios, farmácias, gabinetes odontológicos, institutos técnico-profissional, é considerado como "em função técnica".

O tempo passado por esses oficiais dos Serviços de Saúde e Veterinária em Diretorias e estabelecimentos congêneres é considerado em "função do Q.S.", salvo se a função fôr considerada como "em função de E.M.".

Somente se considerará como "em função de Estado-Maior ou Técnica" quando o oficial possuir o respectivo curso;

5 — Para a contagem do tempo de serviço "em função de Q.S." observar-se-á o disposto no n. 2 acima. Para os oficiais dos Q.A. e Q.B., o tempo passado fora do Exército será computado como de serviço "em função de Q.S.".

6 — Para os oficiais Intendentes do Exército oriundos dos extintos Quadros de Contadores e de Administração, observar-se-á o seguinte, no cômputo dos tempos de serviço arregimentados e em função de Estado-Maior ou Técnica (ns. 3 e 4 dos Pontos Positivos): até 24 de maio de 1934:

Os oficiais do Quadro de Administração — como em função técnica;

Os oficiais do Quadro de Contadores — como em função arregimentada;

A partir daquela data, de acordo com a função que realmente estiverem desempenhando;

7 — Na contagem do tempo de serviço nas várias guarnições (número 7 dos Pontos Positivos) observar-se-á o disposto no n. 2.

Computa-se somente para os capitães o tempo passado como subalterno nas guarnições de categorias A, B e C;

8 — Os oficiais com o curso de Estado-Maior ou Técnico que, por dispositivo legal, não hajam cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais serão considerados, para efeito da contagem de pontos, como

se a houvessem cursado e obtido o conceito "bom";

9 — Para o cômputo dos elogios individuais é necessário que na transcrição dos mesmos na fé de ofício conste a referência — "individual — conta pontos". Poderá, entretanto, a Comissão de Promoções de Oficiais anular a referência, quando a julgar graciosa e em desacôrdo com o estabelecido nesta Lei, ficando, neste caso, o signatário do elogio sujeito às sanções disciplinares correspondentes;

10 — O primeiro escrutínio refere-se a todo o período compreendido desde a declaração a aspirante. O segundo escrutínio refere-se somente ao atual pôsto do oficial considerado com a exceção prevista no n. 7 acima, quanto à contagem de pontos relativa às várias guarnições;

II — Incapacita o oficial de ingressar em primeiro escrutínio para promoção por merecimento:

Condenação passada em julgado por crime doloso;

Haver sido punido por uma das transgressões seguintes:

Embriaguez, faltar à verdade, falta de probidade, parte de doente ao ser designado para serviço em campanha, deslealdade, qualquer outra falta atentatória da dignidade e do pundonor militar;

12 — Se o julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais considerar o oficial com mérito insuficiente, não poderá o mesmo ingressar no Quadro de Acesso por merecimento;

13 — O resultado discriminado do primeiro escrutínio será publicado em Boletim Reservado do Exército, de modo que ao realizar-se o segundo escrutínio já tenha a Comissão de Promoções de Oficiais, conhecimento das reclamações porventura existentes.

Art. 63. O julgamento da Comissão de Promoções de Oficiais é feito tendo em vista as seguintes referências:

a) Favoráveis:

Conceito "bom", "muito bom" e "excepcional", constantes das "Fichas de Informações";

Vida de oficial no pòsto e pregressa através da "Fé de Ofício" particularmente no que diz respeito à sua atuação e eficiência em Comando, Chefia, Direção, Comissões desempenhadas, trabalhos de sua iniciativa, Cursos e Medalhas;

b) Desfavoráveis :

Punições sofridas, especialmente as consideradas faltas graves ;

Afastamento das funções militares para tratamento de interesses particulares, e por cumprimento de sentença ;

Falta de aproveitamento nos Cursos freqüentados e outros fatores que revelem desinteresse do Oficial pela profissão.

CAPÍTULO XIII

DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS (C.P.O.)

Art. 64. A Comissão de Promoções de Oficiais constitui-se do Chefe do Estado-Maior e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Executivo, substituíveis anualmente :

8 (oito) Generais de Exército ou de Divisão ;

1 (um) General Técnico ;

1 (um) General de cada um dos Serviços.

§ 1º. Presidirá a Comissão de Promoções de Oficiais o Chefe do Estado-Maior do Exército e, no seu impedimento, o General mais graduado.

§ 2º. Só imperiosa necessidade, a juízo do Ministro da Guerra, ou parte de doente, poderá justificar ausência de qualquer membro da Comissão de Promoções de Oficiais, durante os períodos de trabalho e de elaboração dos Quadros de Acesso.

Art. 65. A Comissão de Promoções de Oficiais decidirá sempre por maioria de votos, tendo o seu Presidente, apenas, voto de qualidade.

Art. 66. Compete precipuamente à Comissão de Promoções de Oficiais :

a) submeter à consideração do Ministro da Guerra, nos prazos estabelecidos nesta Lei, os Quadros

de Acesso e propostas para promoções ;

b) examinar a fiel execução dos preceitos estabelecidos nesta Lei e dos processos e normas dela decorrentes ;

c) emitir parecer sobre questões atinentes às promoções e à condição de oficiais no Almanaque do Exército ;

d) propor ao Ministro da Guerra providências para melhor execução desta Lei ;

e) sugerir quando fôr solicitado pelo Ministro da Guerra, ou outras Autoridades Militares, o nome dos oficiais mais indicados para o desempenho de certas funções ou missões especiais.

Art. 67. Subordinada ao seu Presidente, funcionará junto à Comissão de Promoções de Oficiais a Secretaria da Comissão, dirigida por um Coronel de qualquer Arma, secundado por oficiais superiores adjuntos e pessoal auxiliar, fixados em número, postos e graduações pelo Ministro da Guerra, com o fim de preparar e organizar toda a documentação necessária ao perfeito funcionamento dos trabalhos.

Art. 68. A Comissão de Promoções de Oficiais elaborará um Regulamento determinando os pormenores de sua organização e funcionamento e, ainda, a regulamentação da presente Lei.

Art. 69. Todos os trabalhos internos da Comissão de Promoções de Oficiais e de sua Secretaria são, em princípio, de natureza sigilosa.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. No cômputo do tempo de serviço para efeitos do art. 9º, letra e) desta Lei, devem ser considerados, também, como arregimentados, além do período de férias regulamentares, todos os períodos passados pelo oficial arregimentado no exercício das funções abaixo enumeradas, desde que não exceda de 60 (sessenta) dias :

a) comandante do contingente, escolta, ou de organização de tropa igual, no mínimo, a um Pelotão ;

b) chefe ou membro de comissão de compra de animais;

c) examinador de Centros ou Cursos de Formação de Reservistas;

d) membro de delegação desportiva-militar;

e) recebedor de numerário;

f) justiça (conselho, inquérito, captura de insubmissos e diligências);

g) inspeção ou resolução de assuntos de ordem técnico-administrativa, atinentes à construção rodovia e ferroviária;

h) serviço de Estado-Maior.

Art. 71. A apuração de tempo, de que tratam os arts. 9º e 10 desta Lei, compete às Diretorias do Pessoal, e dos Serviços, ao Departamento Técnico e de Produção e ao Estado-Maior do Exército. Os resultados serão levados ao conhecimento da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e da Comissão de Promoções de Oficiais.

Parágrafo único. O deslocamento que sofrer o oficial, na escala de hierarquia, em consequência de tempo de serviço perdido, será consignado ao Almanaque do Exército e na sua Fé de Ofício.

Art. 72. Para cada data de promoção só se levará em consideração as vagas publicadas até o dia 15 do mês respectivo, sendo as que se derem posteriormente computadas para a data de promoção seguinte, respeitado o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 8º.

Art. 73. Todos os cálculos relativos à contagem de pontos mencionados ao art. 60, limites e outros indicados nesta Lei, para organização dos Quadros de Acesso se referirão a 30 de abril e 31 de outubro, conforme se trate de organizar os Quadros relativos ao 1º ou ao 2º semestre.

Art. 74. A antiguidade do oficial graduado é a do respectivo posto.

Art. 75. O oficial promovido indevidamente será agregado ao Quadro da Arma ou Serviço a que pertencer, sem contar antiguidade do novo posto até que por direito lhe caiba a promoção.

CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 76. As promoções dos oficiais pertencentes aos Quadros Q.A., Q.B. e Q.T. so regulados pelas respectivas leis vigentes naquilo que não contrariar as prescrições fixadas na presente Lei.

Art. 77. O acesso e promoção dos oficiais não oriundos das Escolas de Formação, e sim da tropa, continuarão a ser regulados pela legislação em vigor.

Art. 78. Os oficiais superiores possuidores de Cursos de Especialização, exercendo, no interesse do Serviço, continuamente, atividades vinculadas à mesma e para as quais ainda não existam unidades de tropa organizadas que lhes facultem cumprir os requisitos desta Lei, para fins de acesso terão sua arregimentação regulada por ato ministerial.

Art. 79. Os Regulamentos desta Lei e da Comissão de Promoções de Oficiais deverão ser baixados pelo Poder Executivo dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da vigência desta Lei.

Art. 80. A presente Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação, com exceção:

a) da letra e) do art. 9º, cuja execução será contada a partir de 24 (vinte e quatro) meses após sua publicação, vigorando até então as condições da Lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943, quanto ao tempo de arregimentação;

b) do art. 34 e dos ns. 3 a 6 do art. 60, cuja execução entrará em vigor em 3 (três) anos após a vigência desta Lei;

c) a letra e) do art. 21 que entrará em vigor 4 (quatro) anos após a vigência desta Lei.

Art. 81. Até a entrada em vigor das disposições no artigo anterior a inclusão no quadro de acesso por merecimento será feita independente dos limites estabelecidos pelo artigo 49.

Art. 82. Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL — PARECER N. 501, DE 1955

Comissão de Redação — Redação final das emendas do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara número 221, de 1953.

Relator : Sr. Pedro Ludovico.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n. 221, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1955 — *Júlio Leite*, Presidente; *Pedro Ludovico*, Relator; *João Villasbôas*.

ANEXO AO PARECER N. 501, de 1955

Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n. 221, de 1953, que regula as promoções dos Oficiais do Exército.

EMENDA N. 1

Ao art. 1º

(Emenda n. 1-C)

Onde se diz :

"... que regulam as promoções nos Quadros das Armas e Serviços do Exército..."

Diga-se :

"... que regulam as promoções dos Oficiais do Exército..."

EMENDA N. 2

Ao art. 4º

(Emenda n. 2-C)

No § 1º deste artigo :

Onde se lê :

"... bravura..."

Leia-se :

"... aptidão..."

EMENDA N. 3

Ao art. 8º

(Emenda n. 3-C)

Dê-se a este artigo, sem prejuízo de seus parágrafos, a seguinte redação :

"Art. 8º. A promoção, segundo qualquer dos princípios, será realizada anualmente, em 25 de abril, 25 de agosto e 25 de dezembro,

obedecendo, nas promoções por escolha, à lista referida no art. 19; nas por merecimento, em princípio, e nas por antiguidade, rigorosamente à ordem dos respectivos quadros de acesso."

EMENDA N. 4

Ao art. 8º

(Emenda n. 3-C)

Acrescente-se, a este artigo, como 3º, o seguinte parágrafo :

"§ 3º. A lista para efeito de promoção por merecimento não poderá conter mais de dois candidatos para cada vaga, indicados rigorosamente de acordo com a ordem do quadro de acesso."

EMENDA N. 5

Ao art. 9º

(Emenda n. 4-C)

Dê-se à letra b) deste artigo, a seguinte redação :

"b) valor moral."

EMENDA N. 6

Ao art. 12

(Emenda n. 5-C)

Onde se lê :

No parágrafo único deste artigo :
"... com a redução até 50% (cinquenta por cento)."

Leia-se :

"... com a redução ou aumento até 50% (cinquenta por cento)."

EMENDA N. 7

Ao art. 13

(Emenda n. 6-C)

Onde se lê :

No parágrafo único deste artigo :
"... nas condições deste artigo."

Leia-se :

"... na situação deste artigo."

EMENDA N. 8

Ao art. 15

(Emenda n. 7-C)

Dê-se a este artigo a seguinte redação, sem prejuízo do parágrafo :

"Art. 15. A promoção por antiguidade em qualquer Quadro, observadas as condições constantes desta

Lei relativamente aos Quadros das Armas, compete ao oficial que, tendo atingido o n.º 1 (um) da escala hierárquica em que se achar, satisfizer os requisitos referidos no art. 9º e não estiver compreendido nas restrições dos arts. 13 e 57."

EMENDA N. 9

Ao art. 20

(Emenda n. 8-C)

Dê-se à letra a) deste artigo, a seguinte redação:

"a) valor moral."

EMENDA N. 10

Ao art. 23

(Emenda n. 9-C)

Dê-se à letra b) deste artigo a seguinte redação:

"b) interstício de 2 anos de posto dos quais um ano em função privativa do próprio posto ou do superior, consecutivo ou não."

EMENDA N. 11

Ao art. 24

(Emenda n. 10-C)

Dê-se à letra b) deste artigo, a seguinte redação:

"b) interstício de dois anos de posto dos quais um ano em função privativa do próprio posto ou do superior, consecutivo ou não."

EMENDA N. 12

Ao art. 27

(Emenda n. 11-C)

Substitua-se este artigo e seus parágrafos pelo seguinte:

"Art. 27. Os candidatos seleccionados e designados para matrícula no Curso de Formação de Oficiais, na Escola de Saúde do Exército e na de Veterinária do Exército, terão suas situações reguladas pelas leis vigentes."

EMENDA N. 13

Ao art. 28

(Emenda n. 12-C)

Suprima-se o parágrafo único deste artigo.

EMENDA N. 14

Ao art. 29

(Emenda n. 13-C)

Onde se lê:

"... ressaltado o que estabelece o § 1º deste artigo."

Leia-se:

"... ressaltado o estabelecido nos §§ 1º e 2º, deste artigo."

EMENDA N. 15

Ao art. 29

(Emenda n. 13-C)

Dê-se ao § 1º, deste artigo, a seguinte redação:

"§ 1º. É de um ano o interstício mínimo para a primeira promoção ainda que ao ingressar no magistério tenha o oficial tempo de serviço suficiente que lhe permita ascender ao posto imediato."

EMENDA N. 16

Ao art. 29

(Emenda n. 13-C)

Acrescente-se, como 2º, o seguinte parágrafo:

"§ 2º. Se fizer jus a mais de um posto será promovido sucessivamente aos postos que tiver direito, observados os interstícios previstos pela Lei, para os Quadros das Armas e dos Serviços."

EMENDA N. 17

Ao art. 29

(Emenda n. 13-C)

Transforme-se em 3º, o § 2º deste artigo.

EMENDA N. 18

Ao art. 34

(Emenda n. 23-C)

Dê-se à letra b) deste artigo a seguinte redação:

"b) evitar, o máximo possível que oficiais de Turma de Formação posterior, embora pertencentes a armas diferentes, sejam promovidos antes dos integrantes de Turma de Formação anterior."

EMENDA N. 19

Aos arts. 35 e 36

(Emendas ns. 14-C e 29-C)

Transformem-se estes dois artigos em um só, sob o n.º 35:

"Art. 35. As vagas abertas em cada pòsto em uma ou mais Armas, respeitando os limites das funções privativas, caberão aos oficiais do pòsto imediatamente inferior de turma de formação mais antiga no conjunto das Armas.

§ 1º. A distribuição das vagas, a que se refere este artigo, se fará separadamente, pelos princípios de antiguidade e merecimento, na conformidade do art. 16, em quantidades proporcionais ao número de oficiais incluídos nos respectivos Quadros de Acesso.

§ 2º. Quando o número de vagas exceder às possibilidades de aproveitamento da turma de formação mais antiga, em todas as Armas, o excesso se distribuirá sucessivamente às turmas imediatamente mais modernas observado o critério do parágrafo anterior.

§ 3º. Quando o número de vagas, atribuídas a determinada Arma, fôr superior à capacidade de aproveitamento pelos oficiais da turma de formação mais antiga, o excesso reverterá, dentro da própria turma, às Armas que as comportarem, observado o critério do § 1º.

§ 4º. Quando o número de vagas existentes em um pòsto de determinada Arma, incidir sobre o efetivo fixado para as suas funções privativas, as vagas caberão à própria turma, nos limites de incidência.

§ 5º. Para efeito de aplicação deste artigo, a quota compulsória prevista no art. 14 — letra f), e no art. 17, da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, sobre o conjunto de Armas."

EMENDA N. 20

Ao art. 39

(Emenda n. 17-C)

Acrescente-se a este artigo, *in fine*, o seguinte:

"... e será, no mínimo, a metade do número constante da letra a) do art. 18."

EMENDA N. 21

Ao art. 40

(Emenda n. 18-C)

Onde se diz:

"... 9, 17 e 18..."

Diga-se:

"... 8, 9, 17 e 18..."

EMENDA N. 22

Ao art. 57

(Emenda n. 19-C)

Onde se diz:

"... incapaz para..."

Diga-se:

"... não habilitado para..."

EMENDA N. 23

Ao art. 58

(Emenda n. 20-C)

Acrescente-se a este artigo, como 3º, o seguinte parágrafo:

"§ 3º. As exclusões pelo motivo da letra d) só poderão ser feitas depois do julgamento — em que serão facilitados todos os meios de defesa ao acusado — por uma Comissão de 3 (três) oficiais-generais pertencentes ao Alto Comando, nomeados pelo Ministro da Guerra."

EMENDA N. 24

(Emenda n. 21-C)

Dê-se ao n. 7, do inciso A, deste artigo, a seguinte redação:

"7 — Tempo de serviço nas guarnições especiais."

EMENDA N. 25

Ao art. 62

(Emenda n. 22-C)

Suprima-se do n. 7, do parágrafo único, deste artigo, o seguinte:

"Computa-se somente para os capitães o tempo passado, como subalterno nas guarnições de categoria A, B e C."

EMENDA N. 26

Ao art. 62

(Emenda n. 22-C)

Suprima-se no n. 9, do parágrafo único, deste artigo, o seguinte:

"... conta pontos."

EMENDA N. 27

Ao art. 62

(Emenda n. 23-C)

Acrescente-se ao parágrafo único, deste artigo, sob os ns. 14 e 15, o seguinte:

"14 — Não é permitido computar o mesmo tempo simultaneamente, como serviço arregimentado e de Estado-Maior.

15 — O valor numérico do julgamento da Comissão de Promoções, obedecerá ao critério estabelecido para os conceitos constantes do artigo 61."

EMENDA N. 28

Ao art. 66

(Emenda n. 24-C)

Suprima-se a alínea e) deste artigo.

EMENDA N. 29

Ao art. 70

(Emenda n. 25-C)

Suprima-se este artigo.

EMENDA N. 30

Ao art. 74

(Emenda n. 26-C)

Dê-se, a este artigo, a seguinte redação :

"Art. 74. A antiguidade de posto do oficial promovido após ter sido graduado no respectivo posto, conta-se da data da promoção."

EMENDA N. 31

Ao art. 80

(Emenda n. 27-C)

Dê-se à alínea a), deste artigo, a seguinte redação :

"a) da letra e) do art. 9º e da letra f), do art. 20, cuja execução será contada a partir de 36 meses após sua publicação, vigorando até então as condições da Lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943, quanto ao tempo de arregimentação."

EMENDA N. 32

Ao art. 80

(Emenda n. 27-C)

Suprima-se a alínea b) deste artigo.

EMENDA N. 34

Onde convier

(Emenda n. 15-C)

Incluir em seguida ao dispositivo constante da emenda n. 14-C :

"Art. Constituem uma turma de formação de oficiais os candidatos que, pela terminação do respectivo curso, forem declarados Aspirantes a Oficial ou nomeados Oficiais, no mesmo dia, classificados por ordem de merecimento intelectual.

§ 1º. O Oficial ou Aspirante a

Oficial que na turma de formação respectiva fôr o último classificado, assinala o fim da turma.

§ 2º. O Oficial que ultrapassar hierarquicamente um outro que seja fim de turma, passará a pertencer à turma do ultrapassado.

§ 3º. O deslocamento do último elemento de uma turma de formação por melhoria ou perda de sua posição hierárquica, decorrente de causas legais, acarretará, para o elemento que o anteceda imediatamente na turma, a ocupação do fim da turma.

§ 4º. O Oficial que, descendo na escala hierárquica, ultrapassar um último da turma, passará a fazer parte da turma imediatamente mais moderna que se seguir ao ultrapassado."

EMENDA N. 34

Onde convier

(Emenda n. 16-C e subemenda da Comissão de Segurança Nacional)

Incluir, onde convier, se possível sob o n. 37, o seguinte artigo :

"Artigo — A fim de assegurar o equilíbrio de acesso entre as Armas será fixado, em lei, o efetivo total dos oficiais, por postos.

§ 1º. A distribuição em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais será feita mediante decreto do Executivo.

§ 2º. Os efetivos atribuídos ao Quadro de Estado-Maior Geral (Q.E.M.G.) e ao Quadro Suplementar Geral (Q.S.G.) deverão atender à necessidade de equilíbrio entre as Armas.

§ 3º. Cabe à Comissão de Promoções dos Oficiais (C.P.O.), pela maioria de seus membros, propor os efetivos globais dos Q.E.M.G. e Q.S.G. por postos e por Armas, em consonância com o art. 35.

§ 4º. O Ministro da Guerra, por proposta do Estado-Maior do Exército, distribuirá entre o Q.E.M.G. e o Q.S.G. os efetivos definidos.

§ 5º. Até que em lei especifica sejam fixados os efetivos dos Quadros de Oficiais do Exército, a aplicação deste artigo incidirá sobre os efetivos globais das Armas atualmente em vigor."

BRASILIANAS

● Recuperação Econômica da Região do Nordeste

NOVA UNIDADE DE ENGENHARIA

O Presidente da República assinou decretos, na Pasta da Guerra, classificando e nomeando, por necessidade do serviço, diversos oficiais de Engenharia e dos serviços no 1º Grupamento de Engenharia cujo comandante é o Coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos, antigo Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, ex-Ministro da Viação e um dos mais renomados oficiais de nossa engenharia militar. Dêsse modo, passa a ter organização efetiva a mais nova unidade de Engenharia, recentemente criada para execução de obras rodo-ferroviárias e contra as secas, na região do Nordeste.

O 1º Grupamento de Engenharia centralizará e coordenará os trabalhos do 1º Batalhão Rodoviário, sediado em Caicó (R. Grande do Norte); 3º Batalhão Ferroviário, com sede em Campina Grande (Paraíba), e 4º Batalhão Ferroviário, em Cratêus (Ceará), visando à recuperação econômica daquela vasta região do território nacional, tão sacrificada e tão carente dos modernos recursos da engenharia militar.

EMPREENDIMENTO DE VULTO

Os Ministérios da Guerra e da Viação, vivamente empenhados na solução dos hiatos que entravam o desenvolvimento do país, decidiram, aproveitando os ensinamentos colhidos com os trabalhos de idênticas unidades no sul do país, dotar

o 1º Grupamento de Engenharia dos recursos necessários aos vultuosos trabalhos de que está encarregado.

Empreendimento como êsse, que representa experiência tipicamente nacional de planejamento e política de valorização de áreas, constitui um capítulo expressivo na moderna administração brasileira, revelando a ação continuada do governo no sentido de promover a recuperação e o desenvolvimento da expressiva porção do território nacional, de modo a proporcionar o bem-estar de consideráveis massas humanas, que ainda não foram satisfatoriamente incorporadas aos benefícios da civilização.

● Prepara-se o Amapá para Explorar Manganês

Estão prosseguindo em ritmo acelerado as obras destinadas ao aproveitamento das ricas jazidas de manganês do Amapá. O projeto compreende a construção de um embarcadouro acessível a navios de grande porte em Pôrto Macapá, e ainda a estrada de ferro de 195 quilômetros, que ligará o pôrto às jazidas. Essa via-férrea transportará a maquinária pesada para mineração, valorizando, ao mesmo tempo, uma extensa região do território. Todos os trabalhos de desflorestamento na faixa de trilhos estão prestes a ser concluídos, a terraplanagem está pela metade, ao mesmo tempo em que se executam as obras de arte necessárias. Várias pontes já estão concluídas, entre elas a do Amapari, com 220 metros de vão. A parte disso, tanques para petróleo, edifícios, oficinas, estão sendo construídos por

técnicos brasileiros e americanos e operários num total de mil e setecentas pessoas. Já neste mês chegarão ao Amapá três locomotivas "diesel" e parte dos oitenta vagões encomendados.

● Plano de distribuição mundial do café

Os quatro Países membros da comitê de constituição do Escritório Internacional do Café, anunciaram em Nova York que um plano provisório de distribuição do café, calculado para fazer face à procura mundial, tinha sido organizado. Essa plano se refere à produção de café proveniente da colheita do ano começando em 1 de julho de 1955, e a terminar em 30 de junho de 1956. Consoante esse plano, os mercados mundiais seriam assim distribuídos entre os países produtores da América Latina: o Brasil exportaria 15.350.000 sacas, a Colombia, 5.650.000 e os quatorze países da Fedacame exportariam, em conjunto, 5.250.000. Cada saca pesa 60 quilos. A produção das colonias inglesas, francesas e portuguesas, na África, e as dos países da Ásia, será incorporada no plano de conjunto, quando esses países entrarem para o Escritório Internacional do Café.

● Indústrias, Refinarias e Energia

O parque industrial brasileiro viu três grandes empreendimentos entrarem em ação no segundo semestre de 1954. Em primeiro lugar, ressalta a instalação das indústrias Mannesmann, em Minas Gerais no mês de agosto, e, em segundo, a instalação das Refinarias de Manguinhos, no Distrito Federal, e de Capuava, em São Paulo. Mola propulsora do nosso parque industrial, a energia foi também aumentada com a chegada das redes de Paulo Afonso ao Recife e a construção de duas usinas de reforço em São Paulo e no Distrito Federal. Devem ser mencionados ainda os financiamentos promovidos pelo Banco Nacional de Desen-

volvimento Econômico no setor de transportes ferroviários, principalmente. Com a refinação do petróleo no país e a fabricação de tubos sem costura, pela Mannesmann, o Brasil economizará grande quantidade de divisas que poderão ser utilizadas em outras iniciativas.

● Razões do aumento de preço gasolina

Com a contínua diminuição da receita em divisas, causada pela queda das exportações de café, a partir de meados do ano findo, e a conseqüente aquisição do produto por parte do Governo federal, nos termos do Decreto n. 35.612, de 3-VI-954 (garantia de preços mínimos) e em face da grande proporção da receita cambial que deve ser destinada ao pagamento do débito financeiro, reduzem-se progressivamente os recursos proporcionados pela política cambial vigente.

O saldo de ágios e bonificações, que cresce ininterruptamente desde o início do sistema de câmbio instituído em outubro de 1953, começou a declinar a partir de setembro de 1954, quando se agravou a crise no mercado do café. Até então, vinham as autoridades monetárias usando do recurso de oferecer à licitação promessas de venda de câmbio (dólar americano) a prazo de 60,90 e até 360 dias, com o intuito de aumentar os recursos financeiros provenientes dos ágios, ao mesmo tempo que se evitava uma elevação muito exagerada da taxa efetiva de câmbio; sempre na expectativa de maiores disponibilidades futuras em divisas estrangeiras.

Não se concretizando esse aumento, viu-se o governo forçado a limitar as ofertas a prazo. Por outro lado, os compromissos decorrentes das ofertas antecipadas, bem como da liquidação dos débitos comerciais em atraso, determinaram forte redução das disponibilidades para licitação.

Da contínua elevação dos ágios — em novembro a cotação média das cinco categorias do dólar ame-

ricano foi 87,3% superior a de maio —, resultou, como seria de esperar, em contínua diminuição dos ágios arrecadados nos leilões de câmbio até que, em setembro, novembro, dezembro e janeiro, não foram eles suficientes para atender ao pagamento das bonificações e demais obrigações governamentais que deveriam ser liquidadas por conta do saldo dos ágios e bonificações, entre estas, principalmente, a compra de café.

Em face de tal situação as autoridades governamentais decidiram elevar os ágios para a importação de petróleo e seus derivados, especialmente a gasolina comum, que de Cr\$ 15,00/US\$ passou a ser gravada com Cr\$ 70,00/US\$.

Os efeitos imediatos dessa providência serão de duas ordens: em primeiro lugar, com o acréscimo de receita obtido, evitar-se-á o agravamento da pressão inflacionária, que por certo ocorreria, caso se mantivesse o valor das bonificações superior ao da arrecadação dos ágios, como sucedeu em janeiro último. Em segundo lugar, sendo a gasolina, juntamente com os demais derivados de petróleo, o item de maior peso em nosso intercâmbio comercial com o exterior, é provável uma redução de seu consumo, em benefício do equilíbrio da balança comercial.

Quanto a este segundo efeito, cumpre salientar que não se trata de inovação. Quase todos os países do mundo, grandes importadores de petróleo e seus derivados, procuram gravar o respectivo preço de venda, de forma a reduzir o consumo. Na Europa, além de frequentemente superar o seu preço Cr\$ 10,00 por litro — que atinge igualmente todos os consumidores —, procura-se ainda, por meio de impostos e taxas, desencorajar o uso de veículos, quer de passeio, quer de transporte, de alto consumo unitário de gasolina. No caso do Brasil, mesmo com a elevação do ágio da gasolina, o seu preço de venda não alcançará Cr\$ 5,00/litro nos maiores mercados consumidores.

● Novos dados sobre o cimento (I)

Os romanos já usavam o cimento, mas guardavam o segredo da sua técnica.

Na Inglaterra em 1791 Parker começou a preparar para uso comercial o cimento do calcário da ilha de Sheqey. Em 1822 Frost lançou o cimento inglês artificial e no ano seguinte Aspdin produziu o cimento dito Portland.

A Alemanha só em 1852 organiza suas fábricas de cimento.

É o cimento composto de 4 elementos afora o gesso que regula o tempo de pega. São eles: silicato tricalcio (C3S), silicato bicálcio (C2S), aluminato tricálcio (C3S) e ferro aluminato tetra cálcio (C4AF).

Numa tonelada de cimento temos:

Argila	272 kg
Calcário	860 kg
Gesso	32 kg
Água	3 m3
Carvão	272 kg
ou 220 de óleo.	

Nas velhas construções coloniais nós (e os europeus) usávamos cal com azeite de peixe para rejuntar a alvenaria dos castelos e das fortalezas.

Em 1889 surgiu a primeira rudimentar fábrica de cimento do Brasil em Sorocaba de propriedade do Comendador Antonio Proost Rodovalho. Funcionou até 1918.

Em 1897 na ilha de Tiriri na Paraíba foi montada outra pequena fábrica que por falta de amparo e também de técnicos pouco durou.

Só em 1926 a Fábrica Perúis próximo a São Paulo se instala com recursos técnicos suficientes e definitivos. É atualmente da Firma J. J. Abdala.

Em 1933 surgiu a Fábrica de Guaxindiba, em S. Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, produtora do afamado cimento Mauá. É de capitais norte-americanos.

Em 1935 apareceu na Paraíba (João Pessoa) a Fábrica do cimen-

to Dolaport, de técnica alemã. A firma Matarazzo ultimamente adquiriu o acervo e modernizou as instalações.

Em 1936 a Votorantin próximo a Sorocaba montou a Fábrica de Cimento S. Helena.

Nesse ano também, no Espírito Santo, a firma Barbará adquire a pequena fábrica montada desde 1912.

De 1936 a 1946 construíram-se as fábricas de cimento Itaú em Itaú e Itaú em Belo Horizonte e Poti em Pernambuco.

Depois de 1953 entraram em funcionamento novas fábricas: Rio Branco no Paraná, Irajá no Distrito Federal, Nassau na ilha de Itapessoca em Pernambuco, Ponte Alta em Uberaba, a de cimento Ipanema em George Ochterer, em Sorocaba e de Maringá em Itapeva, S. Paulo.

Estão em projeto adiantado ou em construção: Barroso em Minas Gerais, Corumbá em Mato Grosso, Goiano em Goiânia, Mossoró no Rio Grande do Norte, Cave em Pedro Leopoldo, Minas Gerais e Rio do Ouro em Itajaí em Santa Catarina.

Temos 19 fábricas montadas:

Aratu em Salvador, Bahia; Cachoeiro do Itapemirim (Monte Libano) Espírito Santo; Guaxindiba (Mauá) Rio de Janeiro; Italva em Campos; Volta Redonda, Rio de Janeiro; Irajá no Distrito Fede-

ral; Itaú em Contagem, Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Gerais; Uberaba em Minas Gerais; Perus em São Paulo; S. Helena Sorocaba em São Paulo; George Ochterer em Sorocaba São Paulo; Itapeva em São Paulo; Rio Branco no Paraná; Esteio, S. Leopoldo no Rio G. do Sul; Morretes em Canoas no Rio G. do Sul.

Produzem mais de 100.00 t por ano as seguintes:

Mauá em S. Gonçalo;
Votoran-S. Paulo;
Perus S. Paulo;
Itaú em Contagem;
Tupi — Rio de Janeiro;
Poti — Pernambuco;
Paraíso — Rio de Janeiro;
Zebu — Paraíba.

Nossa posição no Continente é de terceiro lugar: EE.UU., Canadá, Brasil, México, Argentina, etc.

São vários os proprietários de fábricas de cimento entre nós. Não há monopólio.

O grupo José Herminio de Moraes possui 4 fábricas; o grupo Severino Pereira da Silva possui duas bem como os grupos: Matarazzo, Lone Star, Albino Siqueira — Jorge Oliva. Quase todas utilizam óleo importado.

Para 1955 estão previstas 3 milhões de toneladas de cimento nas fábricas brasileiras.

(1) Extrato de artigo do Prof. Silvio Frois de Abreu.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —



Noticiário de Interesse Militar

NO RIO O GENERAL MARCEL CARPENTIER

Encontra-se no Rio de Janeiro, desde o dia 8 do corrente, o General de Exército Marcel Carpentier, antigo membro da Missão Militar Francesa em nosso país e atual comandante das Forças Terrestres do Teatro de Operações Centro Europeu, da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O General Carpentier, passará no Brasil, cerca de 12 dias, durante os quais realizará 4 conferências na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra, sobre "Problemas da Atualidade Internacional Militar".

Dados biográficos do ilustre visitante

O General Carpentier nasceu em Touraine a 2 de março de 1895. Ingressou na Escola Militar de Saint-Cyr em 1913, de onde saiu a 2 de agosto de 1914 com o posto de Subtenente, sendo classificado no 90º Regimento de Infantaria com o qual parte para a guerra e combate na Bélgica (Agosto de 1914), no Marne, em Yser, em Artois, em Chemin de Dames, em Champagne e nos Vosges.

É promovido a Tenente a 18 de novembro de 1914, e a Capitão a 18 de maio de 1915, com 20 anos de idade, sendo então o mais jovem Capitão do Exército Francês. É feito Cavaleiro da Legião de Honra a 12 de julho de 1915.

O Capitão Carpentier passa para a Aviação a seu pedido e recebe o seu brevê de piloto a 11 de abril de 1916.

Durante a guerra de 1914-1918, ele é citado cinco vezes e ferido dez.

Depois da guerra ele foi instrutor da Escola de Saint-Cyr de 1919 a 1923, quando entra para a Escola Superior de Guerra. Em 1928, cursa o Centro de Altos Estudos Germânicos. Em 1930, é designado para a Missão Militar Francesa no Brasil e exerce as funções de instrutor de Infantaria na Escola de Estado-Maior Brasileira até junho de 1935.

Com as Tropas Francesas do Levante, ele exerce, entre outras funções, as de Chefe do Gabinete Militar do Embaixador de seu país, Alto Comissário da França nos Estados do Levante.

A 25 de março de 1940, o Major Carpentier é nomeado Chefe da 3ª Secção do Estado-Maior do General Weygand, Comandante em Chefe



GENERAL MARCEL CARPENTIER

do Teatro de Operações do Mediterrâneo Oriental. A 25 de junho de 1940, é promovido a Tenente-Coronel, e regressa à França no mesmo ano. Em março de 1941, é nomeado Chefe da 3ª Secção do Estado-Maior do General Weygand, Comandante em Chefe em Alger, África Francesa. Em maio de 1942, o Tenente-Coronel Carpentier assume o comando do 7º Regimento de Atiradores Marroquinos, sediado em Meknes e é promovido a Coronel a 25 de julho de 1942.

A 6 de dezembro de 1942 o 7º Marroquino parte para Tunísia, onde combate sem tréguas até a libertação da África do Norte. No curso desta campanha, o Coronel Carpentier é citado duas vezes em Boletim do Exército.

Promovido a General de Brigada, a 25 de agosto de 1943, a 1º de setembro assume as funções de Chefe do Estado-Maior do General Juin, Comandante do Corpo Expedicionário Francês que se organiza na Algeria.

Durante a Camapnha da Itália é citado duas vezes.

A 23 de julho de 1944, tendo sido dissolvido o Corpo Expedicionário Francês, o General Carpentier se torna Chefe do Estado-Maior do General de Lattre, Comandante do 1º Exército Francês. Nesta posição, é participante da preparação e da execução do desembarque de Provence, e das operações que culminam com a libertação de Toulon, Marseille e Lyon.

A 18 de setembro de 1944, é nomeado Comandante da 21ª Divisão de Infantaria Marroquina, com a qual, a 23 de novembro, toma Belfort.

A 25 de dezembro de 1944 é promovido a General de Divisão.

A 20 de janeiro de 1945, lançando novamente sua Divisão ao ataque, é desbarata o inimigo, atravessa o Ill e chega às margens do Reno a 8 de fevereiro.

A 31 de março a 2ª D.I.M. abre caminho para o Exército Francês, atravessando o Reno à viva força. Ele conquista sucessivamente Philippsburg, Bruchsal, Karlsruhe e Pforzheim.

A guerra acaba e o General Carpentier assume o Comando da 15ª Região Militar em Marseille, e, em março de 1946, o Comando das Tropas do Marrocos.

É General do Corpo Exército a 20 de novembro de 1946 e Membro do Conselho Superior de Guerra a 1 de julho de 1947.

A 12 de julho de 1949, o General Carpentier é nomeado Comandante em Chefe do Corpo Expedicionário Francês no Extremo Oriente.

Régressando da Indochina, em janeiro de 1951, é nomeado Chefe do Estado-Maior adjunto do General Gruenther do Estado-Maior do Shape, às ordens do General Eisenhower.

Em janeiro de 1952, é nomeado Inspetor Geral da Infantaria francesa e Comandante em Chefe das Reservas Estratégicas do Teatro de Operações da Europa Central.

Em agosto de 1953, é promovido a General de Exército e nomeado Comandante das Forças Terrestres do Teatro de Operações da Europa Central, onde sucede ao Marechal Juin, nomeado Comandante em Chefe do Teatro de Operações.

O General Carpentier é Grande Oficial da Legião de Honra, titular de 13 citações, e possui numerosas ordens estrangeiras.

Em particular, possui as seguintes condecorações brasileiras:

- Ordem do Mérito Militar, no grau de Comendador;
- Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau Oficial; e
- Medalha de Guerra.

O General Carpentier está acompanhado de seu Chefe de Gabinete, o Coronel Pierre Daillier.

O Coronel Daillier é de Infantaria, nasceu a 13 de setembro de 1905, e entrou para a Saint-Cyr em 1924.

Até o começo da guerra, além de seu estágio na Escola Superior de Guerra de 1936 a 1938, ele serviu na Tunísia e Marrocos.

De julho de 1940 a setembro de 1942, ele comandou uma Cia. do 7º Regimento de Atiradores Marroquinos cujo Chefe era o então Coronel Carpentier.

Promovido a Major a 25 de dezembro de 1942, toma parte na Campanha da Itália, primeiro no Estado-Maior do Corpo Expedicionário, depois como Comandante de um Batalhão do 4º Regimento de Atiradores Marroquinos na Batalha de Carigliano. É ferido durante a campanha.

Participa em seguida do desembarque de Provence e da Campanha de libertação da França.

Promovido a Tenente-Coronel a 25 de março de 1945, e a Coronel a 1 de janeiro de 1950. Serviu na Indochina de 1951 a 1953.

Depois de haver cursado o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional e o Centro de Altos Estudos Militares, a 1 julho de 1954, assume as funções de Chefe de Gabinete do General Carpentier.

O Coronel Daillier, com oito citações de cobate, possui ainda as seguintes condecorações :

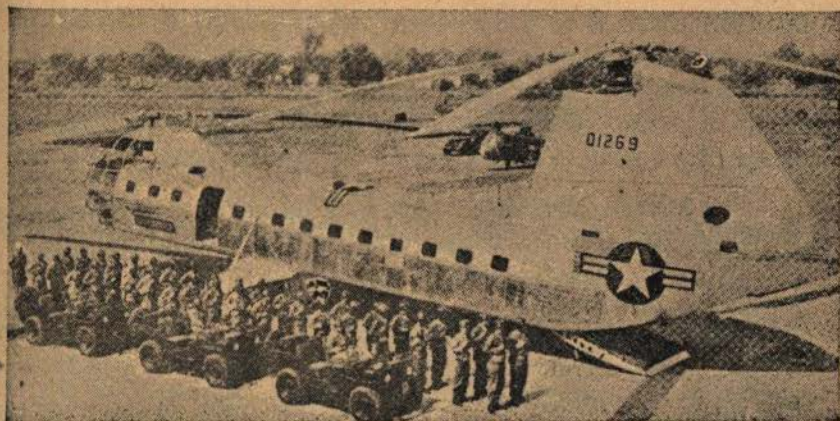
- Legião de Honra, no grau de Comendador ;
- Cruz de Guerra, 1939-1945 ;
- Cruz de Guerra dos Teatros de Operações no Exterior ;
- Medalha de Guerra do Brasil.

A nova Divisão de Infantaria, em números

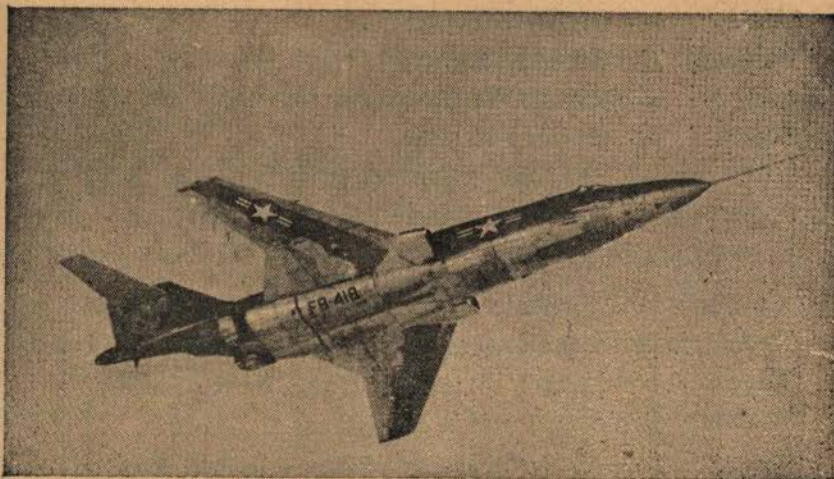
As Divisões de Infantaria do Exército dos Estados Unidos foram reorganizadas, aumentando-se seus efetivos em 19% e a potência de fogo em 84%, em relação à organização de 1945, na forma como demonstra o seguinte interessante resumo numérico :

	1954	1955
Efetivos	14.670	17.509
Carros de combate M-48, com canhão de 90 mm....	0	138
Carros com canhão de 76 mm.....	0	9
Canhões sem recuo de 105 mm.....	0	39
Canhões sem recuo de 75 mm.....	0	18
Canhões sem recuo de 57 mm.....	0	81
Canhões de 57 mm.....	57	0
Fusís "M-1", de 7,62 mm.....	6.268	8.099
Fusís "M-1-c", calibre 7,62 mm.....	81	243
Pistolas, calibre 11,43 mm.....	1.228	2.978
Morteiros de 105 mm.....	0	36
Morteiros de 60 e 81 mm.....	144	117
Lança-Rojão de 88 mm.....	0	566
Obuzes de 155 mm.....	12	18
Obuzes de 105 mm.....	54	54
Metralhadoras leves.....	295	970
Metralhadoras	448	667
Carabinas	5.158	5.598

Além disso, os Corpos de Exército disporão de Unidades de Artilharia Atômica e de projetis de propulsão a jato, tanto de trajetória convencional como radiodirigidas, com o fim de aumentar ainda mais a potência de fogo das tropas terrestres.



Helicóptero gigante "Piasecki", capaz de transportar 40 indivíduos ou três "jeeps"



"Voodoo" (F-101, A) — É o mais recente avião de caça estratégico de grande autonomia da USAF. Tem mais ou menos 11 mts. de envergadura; tem freios aerodinâmicos escamoteáveis; tem um pára-quedas para aterragem; duas turbinas "Pratt Whitney", num total de 20 mil libras de empuxo estático. Esse avião é dos tipos supersônicos; seu originário foi o "X-88, A", que fez o primeiro voo em outubro de 1948. A fábrica construtora é a "Mac Donnell", que acaba de receber um contrato do governo americano no valor de 100 milhões de dólares, para a construção de uma quantidade substancial desse novo avião

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de junho do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
- Bolívia — Revista Militar.
- Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 - "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
 - "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
- França — Revue de Defense Nationale.
 - Revue Militaire d'Information.
 - Revue des Forces Aér. Franc.
- Itália — Rivista Militare.
- Portugal — Revista Militar.
 - Revista da Cavalaria.
- U.S.A. — Military Review.
 - Rev. Aérea Latino Americana.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
- "Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
- "Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
- "Militia", da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
- "Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
- "Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.
- "Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
- "Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
- "Revista do Club Militar".

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 46 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pôsto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.364 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMÃOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Porto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A. — Rua da Alfândega, 325
— Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.

MATHEIS TEXTEIS CIA. — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.

S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO —
Maquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de
Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.

NEVACO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA. — Av. Rio
Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.

S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS — Rua Teófilo Ottoni,
n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.

MESBLA S/A — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de
Janeiro — Distrito Federal.

MESBLA S/A — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 —
Niterói — Estado do Rio de Janeiro.

BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A — A Chave da Segurança
de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de
Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A —
Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro.
São Paulo — Rua Álvares Penteado, 218-5º and.

CASAS DAS CORTINAS LTDA. — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Tele-
fone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

PLANURBA — PLANOS DE URBANISMO PLANUBA S/A — Av. Almi-
rante Barroso, 2-15º and. — Telefone 22-9511 — Rio de Janeiro —
Distrito Federal.

CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A — Av. Churchill, 129-11º and.
S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

COMPANHIA AUTOCARROÇARIAS CERMAVA — Fábrica — Rua Co-
ronel Almeida, 53 — Piedade — Telefone 49-8068 — Av. N.S. de
Fátima, 22-A — Rio de Janeiro — Telefone 22-5951.

A EXPOSIÇÃO MODAS S/A — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and.
— Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DOCAS DA BAHIA — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Tele-
fone 52-7022 — End. Teleg. : "DOCBA" — Rio de Janeiro.

BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A — Praça Pio X, 54-A — Tele-
fone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.

COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS — Fósforos de Propaganda,
Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Graça Aranha, 182-12º and.
— Telefone 22-5111 — Rio de Janeiro.

"HOOS" MÁQUINAS MOTORES LTDA. — Av. Rio Branco, 25-16º and.
— Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone: 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLO AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone: 26-1321 — Rio de Janeiro.

CASSIO MUNIZ S.A. — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone: 52-7221 — RIO de Janeiro.

"E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

"S.O.M.T." — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ "KLEMM LTDA." — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

EMPRESA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A. — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA. — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal, 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS — Sede: São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

2º OFÍCIO — TABELIÃO Dr. EROS M. MELLO VIANA — Rua do Rosário, 138 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feitiço — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel.: 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

BUCYRUS-ERIE COMPANY — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — W.F. HARCOURT-PALMER — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

- ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A.** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel. : 52-2108.
- E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.
- IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel. : 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHÃ"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica : Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz : Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel. : 43-4885 — Filial : Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel. : 52-6122 — Agências : Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel. : CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel. : MHS 1022 — Jacarepaguá : Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel. : JPA 453 — Meyer : Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel. : 29-7915 — Penha : Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel. : 30-5311.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório : Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel. : 22-9981 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- "MAGALHÃES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "USINA BARCELOS"** — E. do Rio.
- COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHÃES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.
- FÁBRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA.** — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.
- CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.
- CASA BALNEARIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.

ATOS OFICIAIS

PORTARIA N. 285, de 28 de
ABRIL DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe a Diretoria Geral de Saúde, resolve fixar, em 27 o número de vagas no Curso de Formação de Oficiais Médicos da Escola de Saúde do Exército, em 1955, ficando assim alterada a Portaria n. 250, de 15 de abril de 1954.

("Diário Oficial" n. 100, de 2 Mai 55.)

PORTARIA N. 287, DE 29 DE
ABRIL DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra atendendo ao pedido da Diretoria Geral do Ensino por intermédio do Estado-Maior do Exército e com base na Lei número 2.391, de 7 de janeiro de 1955 (Lei de Fixação de Efetivos), resolve conceder mais 10 (dez) vagas para as Escolas Preparatórias, a fim de atender os casos pendentes de solução dos candidatos que estão amparados pelo R-114 (Regulamento para as Escolas Preparatórias).

("Diário Oficial" n. 101, de 3 Mai 55.)

AVISO N. 346, D-1-I — EM 3 DE
MAIO DE 1955

Gratificação de especialidade e função
Solução de Consulta

A 3ª Divisão de Infantaria, comunicou em Ofício n. 37-SI, de 5 de agosto de 1954, que o ERF-3, glosou na requisição de vencimentos do 3º Batalhão de Engenharia de Combate, a gratificação de especialidade e função sacada para um 2º Sargento, que naquela Uni-

dade, desempenha as funções de "auxiliar de suprimento d'água", por não se enquadrar na especificação constante do art. 1º, item I, Categoria "B" letra j), n. 4, do Decreto n. 30.034, de 1 de outubro de 1951.

Em solução, e aprovando parecer do EME, declaro:

1. As funções da QMP-026 — Pessoal de Suprimento d'água, da QMG-05 — Sapador de Engenharia (Portaria n. 700, 11-XI-954), para o exercício das quais fôr exigida a habilitação no "Curso de Purificação d'água" da EsIE ou de "Pessoal de Suprimento D'água", previsto nos PP 5-1 e 5-10, estão compreendidas na expressão "Técnico em Suprimento D'água", consignada no Decreto n. 30.034, de 1 de outubro de 1951. (Categoria "B", letra j), n. 4).

2. Nestas condições, as praças no exercício efetivo das referidas funções fazem jús à gratificação de especialidade e função, consignada no Decreto n. 30.034, de 1 de outubro de 1951, para técnico em suprimento d'água.

("Diário Oficial" n. 104, de 6 Mai 55.)

PORTARIA N. 307, DE 9 DE
MAIO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe a Diretoria Geral de Saúde, resolve fixar, em 34, o número de vagas no Curso de Formação de Oficiais Farmacêuticos da Escola de Saúde do Exército, em 1955, ficando, assim, alterada a Portaria n. 250, de 15 de abril de 1955.

("Diário Oficial" n. 107, de 10 Mai 55.)

**PORTARIA N. 311, DE 9 DE
MAIO DE 1955**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com as informações do CAER e DGE, resolve fixar em 11 (onze), o número de vagas no Curso de Equipamento Mecânico e Purificação d'água da EsIE, em 1955, ficando, assim, alterada a Portaria n. 680, de 29 de outubro de 1954.

("Diário Oficial" n. 112, de 16 Mai 55.)

**AVISO N. 382, D-1-I — EM 13
DE MAIO DE 1955**

Requisição de Transporte — Empenho — Liquidação e Pagamento da Despesa

("Diário Oficial" n. 113, de 17 Mai 55.)

**AVISO N. 385, D-1-I — DE 14 DE
MAIO DE 1955**

Militar em gôzo de Licença Especial (Solução de Consulta)

("Diário Oficial" n. 113, de 17 Mai 55.)

**PORTARIA N. 316 — DE 13 DE
MAIO DE 1955**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, de acôrdo com a proposta da Diretoria Geral do Serviço Militar, extinguir os Tiros de Guerra abaixo relacionados, que se acham encostados há mais de três anos por não terem atingido o efetivo previsto no parágrafo único, do art. 5º do Regulamento dos Tiros de Guerra, aprovado pelo Decreto n. 19.694, de 1 de outubro de 1945:

A — Da 2ª Região Militar:

TG n. 11 — de Bernardino de Campos;

TG n. 20 — de Ibatinga;

TG n. 33 — de Orlândia;

TG n. 137 — de Vera Cruz;

TG n. 222 — de Colina.

B — Da 4ª Região Militar:

TG n. 88 — de Mutum;

TG n. 236 — de Aragarças;

C — Da 6ª Região Militar:

TG n. 125 — de Itaberaba.

D — Da 7ª Região Militar:

TG n. 160 — de Escada;

TG n. 177 — de Manguaba;

TG n. 153 — de Canhotinho;

TG n. 164 — de Delmiro.

E — Da 8ª Região Militar:

TG n. 274 — de Monte Alegre.

F — Da 10ª Região Militar:

TG n. 212 — de Quixeramobim;

TG n. 253 — de Lavras de Mangabeira;

TG n. 256 — de Redenção; e

TG n. 270 — de Jaguaribe.

("Diário Oficial" n. 114, de 18 Mai 55.)

**PORTARIA N. 335 — DE 13 DE
MAIO DE 1955**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército em seu Ofício n. 588-C, de 9 de maio de 1955, resolve:

1 — Autorizar a matrícula, no corrente ano, no Curso de Cooperação de Armas e Serviços da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, dos Oficiais do Quadro de Veterinários, nomeados Instrutores do Curso de Veterinária da mesma Escola.

2 — Tornar obrigatórias para os referidos Oficiais a frequência às aulas no mencionado curso e a execução de provas, em número de três, sobre assuntos administrados no mesmo.

3 — Autorizar a concessão do diploma de aperfeiçoamento com a menção obtida no CCAS aos Oficiais matriculados de acôrdo com o item I da presente Portaria.

("Diário Oficial" n. 116, de 21 Mai 55.)

* *

SERVÍÇO MILITAR

**AVISO PARA OS QUE ESTÃO
EM IDADE DE CONSCRIÇÃO**

O General Diretor de Recrutamento no sentido de alertar a população masculina em idade militar lembra, por nosso intermédio, o seguinte:

1 — Da Constituição dos Estados Unidos do Brasil — Art. 181 — Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da Lei. § 3º — Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial, fixada em lei, para prestação do serviço

militar, exercer função ou ocupar emprego em entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de ter-se alistado, ser reservista ou gozar de isenção.

2 — Da Lei do Serviço Militar — Art. 17 — Os trabalhos de recrutamento a cargo das Circunscrições de Recrutamento serão executados através dos seguintes órgãos, delas dependentes ou não: a) Órgãos alistadores no Exército; b) Órgãos alistadores na Marinha; c) Órgãos alistadores na Aeronáutica; d) Órgãos alistadores no exterior do país. § 1º — Serão órgãos alistadores no Exército as Juntas de Alistamento Militar, as Juntas de Revisão de Alistamento das Circunscrições de Recrutamento, certas unidades e certos estabelecimentos militares. § 2º — Serão órgãos alistadores na Marinha as capitânicas dos portos com suas delegacias e agências e a Diretoria do Pessoal da Armada. § 3º — Serão órgãos alistadores na Aeronáutica, as unidades e estabelecimentos militares. § 4º — Serão órgãos alistadores no exterior os Consulados do Brasil. § 5º — Os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, poderão declarar alistadores quaisquer outros órgãos, se o exigirem os interesses do Recrutamento das respectivas Forças. § 6º — Os órgãos alistadores na Marinha e na Aeronáutica só

alistarão indivíduos que se destinarem às suas Forças. Artigo 21 — Todo brasileiro deverá alistar-se para o Serviço Militar dentro dos primeiros seis meses do ano civil em que completar dezesete anos de idade. Parágrafo único — O alistamento poderá ser feito ao completar o indivíduo dezesesseis anos de idade. Art. 25 — No ato do alistamento militar o indivíduo deverá apresentar os seguintes documentos: a) — Certidão de nascimento, ou prova equivalente segundo as leis civis se for brasileiro nato; prova de naturalização se for brasileiro naturalizado; b) — Declaração de que ainda não se alistou em outro órgão alistador assinada pelo alistando, ou, a seu rôgo, por pessoa idônea.

3 — Do Plano Geral de Convocação — O Serviço Militar inicial será prestado: a) Nas Escolas de Formação de Oficiais e de graduados da ativa das Forças Armadas; b) — Nas unidades de tropa e de serviços, repartições e estabelecimentos, bases navais ou aéreas e contingentes diversões; c) — Nos centros ou núcleos de formação de oficiais e graduados da reserva das Forças Armadas; d) — Nos tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas da FA; d) — Nas Escolas Preparatórias de Cadete, no Colégio Militar e no Colégio Naval.

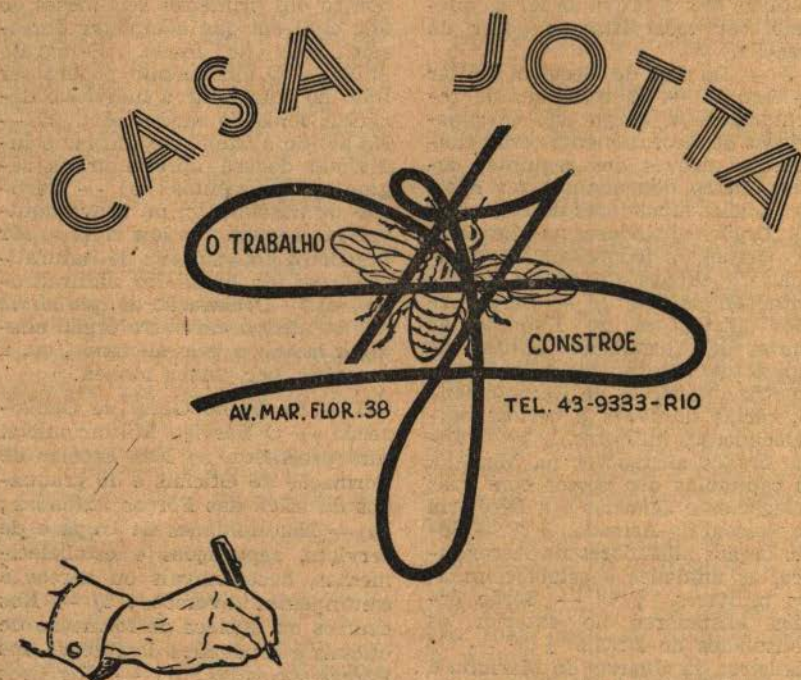
Retificação de eixos só na Mecânica Arpon Ltda.

Reforma parcial ou total de motores para
automóveis, caminhões, etc. com garantia

Fones: 48-2949 e 48-3809

RUA LINO TEIXEIRA, 176 a 182





..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES :

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicicletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de alumínio, Faqueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um vendedor.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-333

COLABORAM NESTE NÚMERO

Dr. Sílvio Fróes Abreu.

Gen. Edmundo Macedo Soares.

Gen. Rafael Danton Teixeira.

Gen. Floriano Peixoto Keller.

Gen. Irapoan Potyguara.

Cel. J.F. Moreira Couto.

Ten.-Cel. Moysés Sampaio.

Maj. Ayrton de Carvalho Mattos.

Maj. Freire Dantas.

Conselho Nacional de Economia.

Comissão do IV Centenário de São Paulo.

Federação das Associações Comerciais do Brasil.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra

Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DAS ASSINATURAS PARA AS CLASSES ARMADAS

Ano.....	Cr\$ 100,00
Semestre.....	Cr\$ 50,00
Número avulso.....	Cr\$ 15,00

Obs. : O pagamento das assinaturas poderá ser efetuado em 4 prestações devendo a última prestação ser remetida no mês de novembro.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido.
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa ; agradeceríamos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso ; facilitaria o nosso contrôlê se se fizesse referência a número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Para facilidade do serviço de contrôlê, os pagamentos devem ser efetuados rigorosamente de acôrdo com as normas estabelecidas na presente nota.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição ; estes dados facilitam a repartição do correio a entrega com maior rapidez.



Eu também mudei...

Hollywood é realmente melhor!

Cada vez mais pessoas estão mudando para

hollywood

uma tradição de bom gosto



UM PRODUTO SOUZA CRUZ

Grande Premio Brasil

• 7 de Agosto 1955 •

Cr\$ 1.500.000,00 ao Vencedor



Sweepstake Cr\$ 20.000.000,00

Jockey Club Brasileiro